

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Janina Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
Marina Brito de Oliveira Marques	
Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa	
Sarah Brandeburski Farias	
Gabiella Donato de Oliveira Lima	
Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos	
Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos	
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva	
Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

Linda Maria de Pontes Gondim

RESUMO: Este artigo discute a recepção, por pesquisadores do urbano no Brasil, do legado da Escola de Sociologia de Chicago, definida como um grupo de pesquisadores que trabalharam no Departamento de Sociologia daquela Universidade sob a liderança de W. Thomas e R. Park, de 1915 a 1935, e numa segunda fase, de 1945 a 1960, sob a influência de H. Blumer and E. Hughes. Professores e seus orientandos utilizavam uma perspectiva interdisciplinar, combinando métodos quantitativos e qualitativos para pesquisar temas relacionados ao rápido e desordenado crescimento de Chicago. Os fluxos migratórios de regiões europeias e do Sul dos Estados Unidos produziam áreas segregadas onde se alojavam grupos étnicos e ocupacionais, inclusive ilegais, como gangues e prostitutas. A Escola de Chicago teve grande influência no início da institucionalização da sociologia no Brasil, mediante a presença de Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, nos anos 1940 e 1950. Na pesquisa urbana contemporânea, porém, as contribuições da Escola de Sociologia de Chicago têm sido negligenciadas, a julgar por balanços da produção nas ciências sociais do Brasil. Assinale-se o pequeno número de traduções para o português das obras dos

integrantes da Escola de Chicago. Entretanto, esta tem muitas lições a oferecer: suas práticas interdisciplinares e plurais de pesquisa, combinando teoria e empiria, uso de métodos quantitativos e qualitativos, diversidade de fontes e compromisso com a busca da compreensão crítica dos problemas sociais e políticos, sem resvalar para a militância.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Sociologia de Chicago; pesquisa urbana; etnografia.

LESSONS FROM THE CHICAGO SCHOOL OF SOCIOLOGY TO CONTEMPORARY URBAN RESEARCH IN BRAZIL

ABSTRACT: This article discusses the reception of the legacy of the Chicago School of Sociology to urban researchers in Brazil. Such School is defined as a group of researchers working in the Department of Sociology, under the leadership of W. Thomas and R. Park, from 1915 to 1935, in a first phase, and from 1945 to 1960, in a second phase, under the influence of H. Blumer and E. Hughes. Professors and their graduate students used an interdisciplinary perspective, combining quantitative and qualitative methods to do research on issues related to the rapid and disorderly growth of Chicago. The migratory flows from European regions and from the South of the United States caused the creation

of segregate areas where ethnic and occupational groups, including illegal ones such as gangs and prostitutes, settled in. The Chicago School influenced the beginning of the institutionalization of sociology in Brazil, by means of the presence of Donald Pierson in the Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, during the 1940s and the 1950s. In contemporary urban research, however, the Chicago School of Sociology's contributions have been neglected, judging by bibliographical surveys and the small number of translations to Portuguese. Yet it has many lessons to offer: its interdisciplinary and pluralistic practices of research, the combined use of quantitative and qualitative methods, diversity of sources and compromise to the search for critical comprehension of social problems and political problems, without slipping into militancy. **KEYWORDS:** Chicago School of Sociology. Urban research. Ethnography.

INTRODUÇÃO

Este artigo, baseado em pesquisa em andamento, apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), problematiza a recepção, por estudiosos do urbano no Brasil, do legado da Escola de Sociologia de Chicago. Esta é aqui definida como um grupo de pesquisadores que trabalharam em conjunto no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago em dois períodos: de 1915 a 1935 (primeira Escola de Chicago) e de 1946 a 1960 (segunda Escola de Chicago), aproximadamente. Ainda que pesquisassem temas diversificados e não compartilhassem necessariamente os mesmos enfoques teóricos, tinham em comum a influência da filosofia pragmatista (JOAS, 1999), a interdisciplinaridade e o apreço pelo trabalho de campo.

Há controvérsias sobre a periodização e a própria existência da Escola de Chicago como uma tradição intelectual claramente identificável (BECKER, 1996; FINE, 1995; TOPALOV, 2007), sobretudo no que diz respeito a uma segunda Escola de Chicago (FINE, 1995). Contudo, Becker (1999, p. 9) identifica uma “escola de atividades”, caracterizada por práticas e métodos de pesquisa adotados em comum por pessoas que trabalhavam num determinado contexto social e institucional (BECKER, 1996, p. 177). No caso do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, criado em 1892, ocorreu a conjunção de proximidade física e interesses intelectuais similares (não idênticos), levando à formação de redes de professores e alunos de pós-graduação que levaram a cabo um programa de pesquisa abordando problemas comuns.

É importante reconhecer no Departamento de Sociologia de Chicago outro elemento que, segundo Bulmer (1986), caracteriza uma escola no sentido aqui considerado: a presença de fortes lideranças intelectuais. Na primeira Escola de Chicago, William Thomas e, posteriormente, Robert Park, cumpriram esse papel. Park ingressou na Universidade de Chicago em 1905, a convite de Thomas. Este, que já era professor do Departamento de Sociologia desde 1895, foi demitido em 1918, devido a um escândalo decorrente de questões pessoais. Alguns autores (JOAS,

1999; MATTHEWS, 1977) atribuem a demissão a posições contestatórias de Thomas que teriam desagradado a direção da Universidade de Chicago. Em seu lugar foi contratado Elisworth Faris, mas a liderança intelectual ficou com Park. Na segunda Escola de Chicago, não se verificaram lideranças indiscutíveis; havia várias clivagens (partidários de métodos quantitativos versus métodos qualitativos; ênfase na teoria versus ênfase na empiria; disputa entre abordagens macro versus abordagens micro). (FINE, 1995).

No início da década de 1950, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago sofre sérias perdas (aposentadoria de Burgess, morte prematura de Louis Wirth e transferência de Blumer para a Califórnia). Entretanto, permanece forte a influência de Hughes, ex-orientando de Park, inclusive sobre a formação de Howard Becker, o que favoreceu a continuidade da Escola naquela década.

Como será visto, nas décadas de 1940 e 1950, a Escola de Sociologia Chicago exerceu forte influência sobre a formação de pesquisadores brasileiros, sobretudo em decorrência da participação de Donald Pierson, egresso do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, que permaneceu durante 18 anos no corpo docente da então recém-criada Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. (MASSÍ, 1989). Note-se que Pierson privilegiou a abordagem da “ecologia humana”, marcada por uma concepção organicista e reducionista da vida social, à qual aplicava conceitos trazidos diretamente da biologia. (PIERSON, 1970). Sua contribuição mais relevante para a sociologia foi de ordem metodológica, situando-se principalmente na ênfase que conferiu à pesquisa empírica, tendo orientado estudos de pequenas cidades. (MENDOZA, 2005).

Em termos da pesquisa urbana contemporânea, as contribuições da Escola de Chicago têm sido negligenciadas, como se constatou em consulta a balanços sobre a produção bibliográfica nessa área (FRESHSE; LEITE, 2010; BARREIRA; LIMA, 2012). Eckert (2010) dedica-lhe apenas um parágrafo. O pouco reconhecimento da importância da Escola de Chicago reflete-se na escassez de material bibliográfico disponível em português. As poucas traduções existentes de textos dos pesquisadores daquela Escola estão esgotadas, como é o caso das coletâneas organizadas por Otavio Velho (1967) e Donald Pierson (1970). A primeira contém um texto onde Robert Park (1967) delinea um programa de pesquisas sobre a cidade, e outro onde Louis Wirth (1967) discute os elementos de um conceito culturalista de urbano. Já a coletânea publicada por Pierson contém apenas textos sobre ecologia humana. Alguns dos inúmeros textos de Park só foram publicados em português recentemente (VALLADARES, 2018). Obras de referência sobre a Escola de Sociologia de Chicago (BULMER, 1986; CHAPOULIE, 2001; FINE, 1995) também permanecem sem tradução.

É lamentável que as etnografias realizadas nas teses dos alunos nos anos 1920 e 1930 permaneçam todas inéditas em português. Só em anos recentes foram traduzidas duas obras exemplares dos métodos e temáticas da Escola de Sociologia de Chicago: **Sociedade de Esquina**, de Foote-Whyte (2005) e **Outsiders**, de Becker (2008).

Goffman teve mais sorte, com dois livros publicados já em meados da década de 1970, e republicadas (**Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** (GOFFMAN, 1988); e **Manicômios, prisões e conventos** (GOFFMAN, 2005)).

É provável que essa negligência se deva à crítica ao reducionismo e determinismo espacial da abordagem da “ecologia humana” de Park e Burgess e à rejeição à sociologia americana no contexto político brasileiro dos anos 1960 e 1970, como será visto. Entretanto, propõe-se que o legado da Escola de Sociologia de Chicago seja avaliado tendo em conta a gama diversificada de estudos interdisciplinares produzidos por integrantes daquela Escola sobre a cidade e seus personagens. Também se deve considerar os aportes teórico-metodológicos e pesquisas empíricas da segunda Escola de Chicago, fortemente influenciada pelo interacionismo simbólico de Blumer, pelas contribuições metodológicas e substantivas de Becker para o estudo do “comportamento desviante” e pelas formulações de Goffman para o estudo de interações face-a-face no espaço público. Neste último caso, pode-se identificar na antropologia urbana uma apropriação das ideias e métodos desses dois autores desde a década de 1970, sobretudo em trabalhos realizados por Gilberto Velho, professor (já falecido) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional (VELHO, 2002; 2005).

Na mesma época, a geografia e o planejamento urbanos incorporaram ou dialogaram criticamente com os aportes teóricos da “ecologia humana” e com teorias desenvolvidas para explicar os padrões de distribuição de atividades e classes sociais no espaço urbano, configurando a estrutura da cidade, tendo como referência, principalmente, o modelo de círculos concêntricos elaborado por Burgess (EUFRÁSIO, 1999). No entanto, nem nestes nem em outros campos disciplinares concernentes ao urbano verificou-se significativa influência da metodologia de corte etnográfico desenvolvida pioneiramente pela Escola de Chicago.

Contudo, o legado teórico e metodológico da Escola de Chicago tem muito a contribuir para o aprofundamento da agenda de pesquisa sobre a cidade contemporânea e para o refinamento de seus métodos. Afinal, uma das preocupações daqueles pesquisadores era a tensão decorrente de fortes desigualdades socioeconômicas e culturais, refletidas em processos de segregação urbana, e da convivência de estranhos no espaço público, típica da metrópole moderna – tensão reposta na cidade contemporânea pelo processo de globalização (LOPES, 2005), onde a cidadania multicultural encontra seus limites em políticas neoliberais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Como foi dito, o foco dos trabalhos elaborados no âmbito da Escola de Sociologia de Chicago foram os problemas da cidade moderna, principalmente a própria Chicago (JOAS, 1999). Em seus primórdios, a cidade do meio-oeste americano não passava de um pequeno entreposto, com pouco mais de quatro mil habitantes em 1840.

Cinquenta anos mais tarde, sua população era superior a um milhão de pessoas; em 1910, superava dois milhões e em 1930, chegava a mais de três milhões de habitantes (BULMER, 1984). Esse crescimento vertiginoso deveu-se a intensos fluxos migratórios, constituídos por famílias oriundas da Europa (alemães, italianos, irlandeses, escandinavos, lituanos, poloneses, judeus russos e outros). A esse “melting pot” agregavam-se famílias procedentes de áreas rurais do próprio país, principalmente negros vindo de Estados do sul.

Em 1920, 75% dos habitantes de Chicago eram estrangeiros ou descendentes diretos de estrangeiros (CAREY, 1975), que transformaram a cidade “em um laboratório humano” e “em um canteiro de obras culturais” (JOSEPH, 2005, p. 100). Tanto é que por volta de 1915, havia em Chicago 19 jornais diários, publicados em sete línguas diferentes (PARK, 1967 [1916]). O crescimento demográfico e econômico de Chicago foi impulsionado por sua posição de entroncamento ferroviário, que favoreceu a concentração de atividades industriais e comerciais dinâmicas, como indústrias de processamento de carne e metalúrgicas, comércio de trigo, produção de veículos etc. Em áreas poluídas e sem saneamento alojava-se a população trabalhadora, dividida espacialmente, grosso modo, de acordo com a procedência. A aglomeração de atividades e grupos em diferentes porções do espaço urbano viria a ser um tema recorrente nos trabalhos dos pesquisadores: escrevendo em meados de 1916, Robert Park destaca a presença, “em toda cidade grande”, de “guetos e áreas de segregação populacional”, além de “distritos de vício segregados”, “pontos de encontro para criminosos de todos os tipos”, “subúrbios ocupacionais” e seus “quistos residenciais” (PARK, 1967 [1916], p. 29).

Chicago era um lugar de contrastes. Por um lado, nela se desenvolvia um capitalismo tão vigoroso quanto selvagem, que apostava na farta disponibilidade de mão-de-obra para manter precárias condições de salubridade e jornadas de trabalho de 12 a 14 horas nos estabelecimentos fabris e comerciais. A cidade foi palco de um intenso movimento operário, do qual resultou uma grande greve em 1894, severamente reprimida. A violência, frequentemente associada ao crime organizado e à corrupção da máquina político-administrativa, era uma constante no cotidiano dos habitantes.

Por outro lado, a metrópole destacava-se como centro de arte e cultura, tendo se tornado um dos berços da arquitetura modernista. Para tanto contribuíram as oportunidades para novas construções, criadas pela destruição provocada pelo grande incêndio de 1871 (COULON, 1995; BULMER, 1984). A modernidade da metrópole foi exibida ao mundo na Exposição Mundial de 1893, que ela sediou.

Há que destacar a forte influência da religião protestante, que aliava à fé a vocação filantrópica e o patrocínio de atividades artísticas. (EUFRÁSIO, 1995). Não por acaso, a criação da Universidade de Chicago, em 1892, deveu-se à iniciativa do magnata de petróleo John D. Rockefeller, que confiou a tarefa a William Harper, um ex-pastor batista. Este convidou para ingressar no corpo docente da instituição Albion Small, Ph.D em história, com prévia formação em teologia, que persuadiu Harper a

criar o primeiro Departamento de Sociologia de uma Universidade americana.

O Departamento iniciou suas atividades concomitantemente com a Universidade, em 1892. Apesar da orientação religiosa e reformista de vários trabalhos realizados durante seus primeiros anos, prevaleceu a preocupação com o caráter científico da Sociologia – tanto é que Thomas e Park repudiavam o uso de pesquisas para denunciar problemas sociais. Não estavam alheios às responsabilidades políticas dos sociólogos, mas exigiam a aplicação de padrões rigorosos de pesquisa científica (JOAS, 1999).

A Escola de Chicago foi pioneira na abordagem interdisciplinar do urbano, a começar pelo fato de reunir num mesmo departamento a sociologia e a antropologia, que só foram separadas em 1929. Havia um diálogo constante com outras disciplinas, em especial a filosofia pragmatista de John Dewey e a psicologia de George Herbert Mead (JOAS, 1999). As ideias destes seriam cruciais para o interacionismo simbólico, corrente que viria a ter forte influência no pensamento sociológico a partir da década de 1960. Aportes da geografia, da demografia e da economia também foram incorporados, particularmente nas teorias sobre a estrutura urbana (EUFRÁSIO, 1999).

A primeira Escola de Chicago recebeu a influência de pensadores europeus, como Spencer, Tönnies, Durkheim e Simmel. As características de anonimato, impessoalidade e racionalidade que este último atribui à vida na metrópole (SIMMEL, 1967) estão presentes nas concepções de cidade elaboradas por Wirth (1967) e Park (1967).

O pioneirismo da Escola de Chicago também sobressai na formulação de métodos qualitativos, a partir da obra de William Thomas e do sociólogo polonês Florian Znanieki, **The Polish peasant in Europe and America**, publicada em 1918, onde os autores utilizaram fontes até então estranhas à pesquisa científica: reportagens de jornais, cartas, diários e histórias de vida.

O trabalho de campo, combinando observação participante e entrevistas, foi uma marca também de outras pesquisas desenvolvidas por professores e alunos em Chicago. Escrevendo em 1960, Hughes, ex-orientador de Becker, afirmava:

[...] o trabalho de campo não é apenas um entre vários métodos de estudo social, mas é o mais importante. Mais do que outros métodos de estudo, é uma prática em si mesmo, empreendida conscientemente, na própria sociologia – na percepção e previsão de papéis sociais, tanto o próprio como os de outrem. (p. ix). [...] Se algum método de campo apresenta qualquer sentido peculiarmente sociológico, evidentemente este é um deles. (HUGHES, 1971 [1960]:xvii).

Merecem destaque os trabalhos desenvolvidos por alunos de Park ou Burgess, que Deegan (2007) classifica como “core ethnographies”, realizados nas décadas de 1920 e 1930. Esses trabalhos, onde os pesquisadores analisavam a vida cotidiana de grupos específicos e suas interações simbólicas (DEEGAN, 2007, p. 11), foram, entre outros: **The hobo**, de Nels Anderson (1923); **The gang**, de Frederick Tashner (1927); **The ghetto**, de Louis Wirth (1928); **The Gold Coast and the slum**, de Harvey Zorbaugh (1929); **The jack roller**, de Clifford Shaw (1930); e **The daxi-dancer girl**, de Paul Cressey (1932). O enfoque etnográfico não excluía o uso de mapas, estatísticas

e documentos oficiais, que permitiam uma visão mais ampla e menos subjetiva dos fenômenos estudados.

Uma das críticas recorrentes à Escola de Chicago é a ausência de teoria em seus trabalhos, que careceriam de generalizações aplicáveis a outros contextos. Essa crítica tem por base a concepção de teoria como um conjunto de proposições sobre categorias abstratas como “burocracia”, “capitalismo” ou “gênero”, e a relação destas com “variáveis” (ABBOTT, 1997, p. 1152). Entretanto, quando a teoria é concebida como proposições relativas a uma realidade específica, situada no tempo e no espaço (delinquência juvenil, segregação urbana, guetos), as pesquisas realizadas no âmbito da Escola de Sociologia de Chicago apresentam grande contribuição teórica. Segundo Abbott (1997, p.1152), para os pensadores dessa Escola

[...] nenhum fato social faz sentido quando abstraído do seu contexto do espaço e do tempo social (e geográfico). Fatos sociais são localizados. Isto significa um foco nas relações sociais e na ecologia em análise sincrônica, como significa um foco semelhante sobre o processo numa análise diacrônica. Cada fato social é situado, rodeado por outros fatos contextuais trazidos à luz por um processo que o relaciona a contextos passados (tradução livre, da autora deste artigo).

Alunos e professores realizavam etnografias, à semelhança do que faziam os antropólogos, desde Malinowski – com a diferença de que a antropologia dedicava-se principalmente ao estudo de grupos “exóticos” ou tradicionais. A eleição da cidade como locus da pesquisa antropológica só viria a acontecer na década de 1970 (HANNERZ, 1980). Tal como a antropologia urbana contemporânea, os pesquisadores da Escola de Chicago trabalharam com temas micro e estudaram grupos cujo comportamento divergia das normas vigentes: “hobos” (andarilhos), prostitutas, delinquentes juvenis, gângsteres, migrantes etc.

Durante os anos 1920 e até meados da década de 1930, Chicago foi o principal centro da produção sociológica nos EUA: a maior parte dos presidentes da Associação Americana de Sociologia era constituída por professores daquela instituição (BULMER, 1984), de onde também provinham os editores do principal periódico da área, *The American Journal of Sociology*. No período posterior à II Guerra, sua influência declinou, sobrepujada que foi por outras universidades: Harvard, onde Talcott Parsons desenvolveu um teoria geral estrutural-funcionalista isolada de um programa de pesquisa empírica; e Columbia, onde Robert Merton elaborou teorias funcionalistas de “médio alcance” e Paul Lazarsfeld conduziu surveys e pesquisas de opinião, marcando o início do predomínio dos métodos quantitativos na sociologia. (GUSFIELD, 1995).

No Brasil, pode-se identificar a influência da Escola de Sociologia de Chicago no início da institucionalização das ciências sociais, pela presença de um de seus integrantes, Donald Pierson, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, de 1939 a 1952, como já mencionado. Pierson foi responsável pela formação de vários pesquisadores brasileiros (VALLADARES, 2005): sob sua influência, foram realizados trabalhos sobre relações étnicas, “estudos de comunidade” e um pequeno número de pesquisas que se poderiam classificar como urbanas (MENDOZA, 2005).

Note-se que Pierson privilegiou a abordagem da “ecologia humana”, marcada por uma concepção organicista e reducionista da vida social, à qual aplicava conceitos trazidos diretamente da biologia. (PIERSON, 1970). Sua contribuição mais relevante para a sociologia foi de ordem metodológica, situando-se principalmente na ênfase que conferiu à pesquisa empírica.

Nas décadas de 1960 e 1970, o clima político e intelectual no Brasil, marcado pela crítica ao imperialismo norte-americano, concorreu para a rejeição das ciências sociais produzidas nos Estados Unidos, atingindo as formulações da Escola de Chicago (VELHO, 2005). Prevaleceram na sociologia brasileira abordagens influenciadas pelo marxismo, contemplando temas macrossociológicos, como classes sociais, Estado e desenvolvimento capitalista. Mesmo quando eram abordados temas diretamente ligados ao urbano (favelas, habitação em geral, migração rural-urbana e outros), a dimensão espacial da dinâmica societária não era explicitada, ou era mesmo negada. Para tanto, muito contribuiu a influência de pensadores como Castells (1983), cujo foco eram as determinações estruturais do capitalismo na produção do espaço urbano.

Na antropologia, o interesse por questões urbanas, manifestado a partir da década de 1970, não modificou o enfoque micro dos fenômenos estudados, buscando sua expressão em práticas e representações de sujeitos sociais, mediante o trabalho de campo etnográfico. Entretanto, o espaço urbano era considerado um mero “invólucro” desses fenômenos, um locus que não lhes conferiria qualquer especificidade: tratava-se de fazer antropologia **na** cidade, e não antropologia **da** cidade (MACHADO DA SILVA; VELHO, 1977).

O URBANO COMO OBJETO DE PESQUISA NO BRASIL

O urbano tem sido objeto de pesquisa em um número crescente de disciplinas das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Um balanço preliminar da produção sobre essa temática no Brasil indica como seu ponto de partida estudos monográficos desenvolvidos nos anos 1930 por geógrafos, aos quais se foi agregando a produção de outras disciplinas como sociologia, demografia, administração pública, economia, história, urbanismo, planejamento urbano, ciência política e direito urbanístico (VALLADARES; COELHO, 1997). Algumas dessas disciplinas reconheceram o urbano como uma subárea, o que foi ressaltado em balanços críticos relativos a cada uma delas: geografia (ABREU, 2002); história (BRESCIANI, 2002); sociologia (FREHSE; LEITE, 2010); e antropologia (ECKERT, 2010; FRÚGOLÍ, 2005).

Não há espaço, aqui, para discutir a influência da Escola de Chicago sobre as ciências sociais lato sensu ou as ciências sociais aplicadas. No que se refere à sociologia e à antropologia urbanas, até a década de 1980 havia resistência à incorporação da dimensão espacial na teoria e na pesquisa, como foi mencionado. A “virada” em direção a fenômenos de ordem micro e à esfera do cotidiano de bairros e periferias deve muito ao contexto político dos anos 1970, quando eclodiram movimentos sociais urbanos,

com reivindicações pertinentes à reprodução da vida social (habitação, saneamento, escolas, creches, etc.). Tratavam-se de fenômenos novos, pois fugiam aos modelos explicativos clássicos, que enfatizavam o papel das contradições capitalistas, do Estado e da luta de classes (SADER, 1988). Nesse momento, o estudo dos movimentos sociais urbanos passa a incorporar os métodos da antropologia de forma assistemática e pouco crítica, confundindo militância com pesquisa de campo – uma prática que Durham (1986) denominou de “participação observante”, e que a Escola de Chicago não admitiria. Desde então, a popularidade da pesquisa etnográfica tem aumentado, mas nem sempre tem sido acompanhada da formação sistemática para a utilização de métodos qualitativos em geral (MAGNANI, 2012). Note-se que o primeiro requisito da observação participante é justamente a capacidade de inserir-se no grupo, obter sua confiança e conseqüentemente, sua colaboração, ao mesmo tempo em que se mantém a própria identidade de pesquisador.

Em termos substantivos, a abertura à contribuição de outras disciplinas, como a geografia e o urbanismo, ensejou um maior reconhecimento do espaço como elemento constitutivo das relações sociais (BARREIRA; LIMA, 2012). Mesmo assim, nota-se que esse reconhecimento ainda é incipiente, como aponta Bringel (2012), ao propor uma agenda para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos:

[...] o lugar e o espaço devem ser entendidos como esferas de luta e elementos definidores do movimento social. Nos últimos anos, esse esforço analítico transcende o trabalho dos geógrafos e se insere em um spatial shift mais amplo nas ciências sociais e humanas, informando parte do debate pós-estruturalista e pós-moderno, e pressionando a reconsideração do espaço dentro da teoria social.

De qualquer forma, pode-se dizer que a eclosão dos movimentos sociais urbanos contribuiu para a renovação teórico-metodológica das ciências sociais na década de 1980, o que, por sua vez, afetou as práticas de pesquisa urbana.

Infelizmente, essa renovação não foi suficiente para romper as barreiras disciplinares que os estudiosos do urbano, por vezes, se colocam, mesmo quando se propõem a reconhecer “interfaces”, como faz Frúgoli a respeito da sociologia e da antropologia urbanas (2005, p.134):

Não se está propondo aqui uma interdisciplinaridade ou “transdisciplinaridade” entre antropologia e sociologia, mas uma perspectiva disciplinar, ou seja, um eixo de análise (no caso antropológico) com objetos e métodos próprios que incorpora, numa perspectiva hierárquica, outros campos do saber.

CONCLUSÃO

Quando se tem um objeto multifacetado, como é o caso da cidade, trata-se mais do que uma incorporação “hierárquica” de outros campos do saber (a qual deles caberia a primazia?); trata-se de um trabalho que já se deveria iniciar colaborativo, como as tantas pesquisas realizadas pela Escola de Sociologia de Chicago. Vale a

pena conhecer melhor essa experiência institucional para aproveitar suas lições quanto à interdisciplinaridade, a pluralidade de métodos e a combinação entre compromisso ético-político e distanciamento crítico. Infelizmente, as lições da Escola de Sociologia de Chicago nesse sentido têm sido pouco aproveitadas.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. Of time and space: the contemporary relevance of Chicago School. **Social Forces**, v. 4, n. 75, jun. 1997.

ABREU, Mauricio. A cidade da geografia no Brasil. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2002, p. 42-59.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; LIMA, Geísa Mattos de Araújo. Subversões do olhar: evidências temporais de uma microssociologia dos espaços urbanos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 529-544, set/dez. 2013.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

_____. The Chicago School, so-called. **Qualitative Sociology**, v. 2, n. 1, p. 3-12, 1999.

_____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1986

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2002, p. 16-35.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

BULMER, Martin. **The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research**. Chicago and London: The University Press of Chicago, 1986.

CAREY, James T. **Sociology and public affairs: the Chicago School**. Beverly Hills: Sage Publications, 1975.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

DEEGAN, Mary Jo. The Chicago School of Ethnography. In: ATKINS et al. (Orgs.). **Handbook of ethnography**. [local?] Sage Publications, 2007. p. 11-25.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-37.

ECKERT Cornélia. Cidade e política: nas trilhas de uma antropologia *da e na* cidade no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord.) **Antropologia**. São Paulo: Horizontes das Ciências Sociais no Brasil; Anpocs, 2010.

- EUFRÁSIO, Mario Antonio. **Estrutura urbana e ecologia humana: A escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FINE, Gary Alan. (Org.). **A second Chicago School? The development of a postwar American Sociology Chicago and London**, The University of Chicago Press, 1995.
- FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FREHSE, Fraya; LEITE, Rogério Proença. Espaço Urbano no Brasil. **Sociologia**, São Paulo: Anpocs, 2010. (Horizontes das Ciências Sociais no Brasil).
- FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 48, n.1, 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- _____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GUSFIELD, Joseph. Preface. In: FINE, Gary Alan. (Org.). **A second Chicago School? The development of a postwar American Sociology Chicago and London**, The University of Chicago Press, 1995.
- HANNERZ, Ulf. **Exploring the city**. New York: Columbia University Press, 1980, pp. 19-367.
- HUGHES, Everett. Introdução: o papel do trabalho de campo nas Ciências Sociais. In:_____.
JUNKER, Buford H. **A importância do trabalho de campo: introdução às Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971 [1.ª edição do original: 1960].
- JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- LOPES, Juarez Brandão. A Escola de Chicago ontem e hoje: um depoimento pessoal. In: VALLADARES, Licia do Prado. (Org.). **A escola de Chicago**. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio; VELHO, Gilberto. A Organização Social do Meio Urbano. **Anuário Antropológico**, n.76, p. 71-83, 1977.
- MAGNANI, José Guilherme. A etnografia e um metodo, nao uma mera ferramenta de pesquisa...*que se pode usar de qualquer maneira*. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul./dez. 2012, p. 169-178.
- MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Vértice, 1989. p. 410-457.
- MENDOZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, ano 7, n. 14, p. 440-470, jun/dez. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819559015>>. Acesso em: 21 ago.2014.
- PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PIERSON, Donald (Org.). **Estudos de ecologia humana**. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida do espírito. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

TOPALOV, Cristian. Para um historicismo reflexivo na história das ciências: o caso da “Escola de Chicago” na sociologia. **Urbana – Revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2007.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). **A sociologia urbana de Robert Park**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2018.

_____. (Org.) **A escola de Chicago**. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____; COELHO, Magda (Orgs.). **Sistematização da produção de pesquisas sobre o urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: UrbanData Brasil/IUPERJ, 1997 (Relatório Final, v. 1).

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VELHO, Gilberto. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. **Ilha**, Florianópolis, vol. 4, n.1, p.5-16, jul. 2002.

_____. Reflexões sobre a Escola de Chicago. In: VALLADARES, Licia do Prado. (Org.). **A escola de Chicago**. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL

Dayanne Vieira Maia

Instituto Federal Fluminense (IFF)

Campos dos Goytacazes - RJ

Rosélia Perissé da Silva Piquet

Universidade Candido Mendes (Ucam)

Campos dos Goytacazes – RJ

RESUMO: A construção de um Complexo Portuário em São João da Barra, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o ao desenvolvimento, geração de emprego, e também a impactos ambientais e socioeconômicos. Este trabalho tem o objetivo de analisar o conteúdo das notícias sobre o Porto do Açú, publicadas nos jornais impressos regionais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, verificando o enquadramento dado pela mídia ao empreendimento, e se ela contribuiu para o debate e reflexão das questões relacionadas ao porto, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados nas notícias. A pesquisa utiliza a metodologia da análise de conteúdo e tem como recorte temporal três períodos pré-estabelecidos entre os anos de 2006 e 2015, que compreendem o anúncio e a fase inicial do Porto, a crise no grupo que controlava o empreendimento, e a sua entrada em operação, possibilitando uma análise comparativa das notícias antes, durante

e após a crise no Porto.

PALAVRAS-CHAVE: Porto do Açú; Análise de Conteúdo; Mídia; Comunicação e Informação.

AÇU PORT: A CONTENT ANALYSIS OF NEWS IN THE REGIONAL PRINTED MEDIA

ABSTRACT: The construction of a Port Complex located in São João da Barra, in the North Region of Rio de Janeiro State, raised high expectations around the project, linking it to development, economic growth, job creation and investments, and also to environmental and socioeconomic impacts. This article analyzes the news content on the Açú Port, published in the regional printed newspapers Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, examining the framing given to the enterprise by the media and if it has contributed to the discussion and reflection on the issues related to the port, from different themes, journalistic genres, value and sources used in the news. The research uses the content analysis method and has a three pre-established temporal limits, between 2006 and 2015, which comprise the announcement and the first stage of the Açú Port construction, the crisis on the companies of the group that was in charge of the project, and the start of its operation, enabling a comparative analysis of the news before, during and after the crisis in Porto.

KEYWORDS: Açú Port; Content Analysis; Media; Communication and Information.

1 | INTRODUÇÃO

A construção de um complexo portuário no litoral de São João da Barra-RJ, gerou grande expectativa no município, de 32.747 habitantes (IBGE 2010), e no município vizinho de Campos dos Goytacazes.

Desde o lançamento de sua pedra fundamental, em 2006, e início de sua construção, em 2007, o Porto do Açú fez parte da agenda da mídia nacional e regional/local. Propagado pelo grupo EBX e pelo empresário Eike Batista como um “megacomplexo”, “superporto”, o empreendimento gerou momentos de incerteza, com atraso nas obras e desistências de ocupação de empresas, em 2012 e 2013, com a crise da EBX, iniciando sua operação em 2014, já sob o comando da Prumo Logística S/A. Durante todo esse período, o Porto do Açú foi tema de diversas notícias nos veículos de comunicação da região, que falavam sobre desenvolvimento, crescimento populacional, emprego, qualificação profissional, degradação ambiental, protestos de trabalhadores e desapropriações irregulares, entre outros temas.

Mediante todas as questões relacionadas à instalação de um Grande Projeto de Investimento (GPI) em um território e tendo em vista a abrangência dos meios de comunicação de massa e sua influência na opinião pública, este artigo visa analisar o conteúdo das notícias sobre o Porto do Açú, fazendo um comparativo entre os períodos inicial, de crise e de sua entrada em operação, verificando o enfoque dado pela mídia impressa regional e se ela contribuiu para ampliar o debate e a reflexão das questões relacionadas ao Complexo Portuário, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados nas notícias, ou apenas reproduziu o discurso das forças econômicas e políticas, que difundiram uma ideia de progresso e desenvolvimento.

Para isso, foi utilizada metodologia de abordagem quantitativa e qualitativa, com análise de conteúdo das notícias sobre o Porto do Açú, tendo como fonte os jornais diários de Campos dos Goytacazes, Folha da Manhã e O Diário, de circulação regional, e o jornal Quotidiano, de circulação mais restrita ao município de São João da Barra. A pesquisa tem como recorte temporal períodos entre os anos de 2006 a 2015, que compreendem o anúncio e início da construção do Porto, a crise do Grupo EBX e sua entrada em operação.

2 | O COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO AÇU

Em 27 de dezembro de 2006, o empresário Eike Batista lançou a pedra fundamental do Porto do Açú, tendo como vetor atrativo a proximidade com as reservas petrolíferas da Bacia de Campos, agregando a função de apoio *offshore* (LEO, 2014). As obras começaram em outubro de 2007, com previsão de realizar o

primeiro embarque de minério de ferro em 2009. Inserido na etapa da modernização portuária brasileira, o empreendimento recebeu investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2010.

Em um vídeo de divulgação da LLX, a companhia apresenta o projeto do Porto como o maior e mais eficiente complexo portuário da América Latina, com 150 km² de retroárea, 2,5 vezes o tamanho da Ilha de Manhattan, nos Estados Unidos, posicionando-se entre os três maiores portos do mundo. O projeto contava com dois terminais que totalizavam 11 km de cais, o TX1 (*offshore*) e o TX2 (*onshore*), com nove berços dedicados a movimentação de minério de ferro e de barris de petróleo.

Conforme relatório da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB, 2011), o Complexo Portuário também teria um Distrito Industrial na sua retroárea. O empreendimento, que previa investimentos de 3 bilhões de reais e geração de 10 mil empregos diretos em sua infraestrutura, seria viabilizado pela parceria público-privada entre a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) e a LLX Açú Operações Portuárias, do grupo EBX. Para o Distrito Industrial estavam previstas cimenteiras, polo metal-mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadoras de automóveis, pátios de armazenagem, *cluster* para processamento de rochas ornamentais e usinas termoelétricas. O projeto incluía, ainda, um mineroduto, com cerca de 500 quilômetros de extensão, que cortaria 32 municípios, para o transporte minério de ferro, extraído da mina de Conceição do Mato Dentro/MG até o Porto do Açú, para processamento e exportação (PESSANHA, 2014).

Em julho de 2008, o empresário Eike Batista dizia ter mais de 30 memorandos de entendimento assinados com companhias estrangeiras, que arrendariam áreas de seu Distrito Industrial e sustentariam o empreendimento. “A história da EBX nos anos seguintes, foi uma sucessão de anúncios de desistência dos signatários desses memorandos” (LEO, 2014, p. 159), incluindo a fábrica de automóveis da Nissan e a siderúrgica chinesa *Wuhan*.

O atraso nas obras, problemas ambientais e desistências de empresas geraram um clima de incerteza em relação ao futuro do Porto. O ano de 2013 marcou a queda das ações das empresas do Grupo EBX na bolsa de valores e a venda da LLX para o grupo americano *EIG Global Energy Partners*, deixando para trás o X e passando a se chamar Prumo Logística Global (LEO, 2014).

O Porto do Açú começou a operar no 2º semestre de 2014, com proporções bem menores do que o projeto inicial. Entre as operações no Porto do Açú, Pessanha (2015) destaca as atividades ligadas à Petrobras e o transbordo de petróleo em área abrigada, previsto para entrar em operação em 2016.

3 | RELAÇÃO PORTO-CIDADE E OS IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO

Progressivamente, a tendência de indissociabilidade e interdependência entre porto e cidade é substituída pelo distanciamento e afastamento. No mundo globalizado, com os imperativos de fluidez de mercadorias e a operação transescalar, os portos possuem características impostas pelo mercado, que ignoram a escala local. Porto e cidade são apresentados como antagônicos: “a cidade seria um obstáculo à fluidez de circulação” (MONIÉ, 2009, p.11).

Vainer (2007, p. 6-7) diz que os GPs projetam sobre os espaços locais interesses quase sempre globais, e que são uma forma de organização territorial que a tudo se sobrepõe, “fragmentando o território e instaurando circunscrições e distritos que, no limite, constituem verdadeiros enclaves”.

O caso do Complexo Portuário do Açú não é diferente da maioria dos portos implementados na era da globalização. De acordo com Pessanha (2015, p. 21), ele materializa o que se chama transescalar, um empreendimento privado, criado e fomentado pelo mundializado mercado de comercialização de *commodities*, com apoio do Estado em suas três esferas, e que se instala no território gerando uma série de impactos. A natureza do projeto do Porto do Açú, com a construção de infraestrutura portuária e de um complexo industrial voltado para a exportação, possui como característica a baixa internalização de suas atividades no local de implantação e, portanto, “uma capacidade limitada de gerar encadeamentos favoráveis à dinamização da economia da região, tendendo a induzir apenas a criação de pequenos negócios ou serviços, que exigem, normalmente, pessoal menos qualificado” (PIQUET; SHIMODA, 2014, p.126). Os autores citados revelam que, apesar dos efeitos benéficos, estudos indicam que nas localidades que recebem os projetos, ocorrem crescimento populacional e ocupação urbana desordenada, deslocamentos de populações rurais de suas terras.

Oliveira (2012, p. 79) diz que na região Norte Fluminense, especialmente na escala municipal, pode-se identificar a vulnerabilidade das administrações frente aos GPs, que são atraídos pelos fatores geográficos, mas definem suas instalações pelas facilidades oferecidas pelos poderes locais, caracterizando a “guerra dos lugares”. Como afirma Vainer (2010, p.114), “O prefeito não existe. Não existe mais o poder local. O poder local é o grande projeto: ele redefiniu a totalidade daquele espaço e criou, na verdade, uma nova instância de poder”.

O que se viu durante a implantação do Complexo Portuário foram beneficiamentos das três esferas de governo, com financiamentos do BNDES, isenções fiscais e redução de impostos, além de facilitação das concessões de áreas, desapropriações de terra e licenciamentos ambientais.

Ao mesmo tempo em que as forças hegemônicas se instalam no território, promovendo um rearranjo no espaço, que inclui inovações produtivas e econômicas, elas também geram impactos negativos e conflitos socioeconômicos, políticos e

ambientais (OLIVEIRA, 2012, p. 68).

Desde a sua implantação, o Porto do Açú provocou conflitos e impactos socioeconômicos e ambientais no território, como desestruturação do modo de vida e economia local, desestabilização da estrutura agrária, além de interrupção de práticas locais de produção e de subsistência, gerados pelas desapropriações, danos à pesca, assoreamento de lagos e rios, especulação imobiliária e redução da produção agropecuária.

4 | A MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os veículos de comunicação exercem uma função central, atuando como mediadores dos fatos para a sociedade que, sem a mídia, não teria acesso ao que acontece no mundo. A função social da mídia numa sociedade democrática é de informar, levando os diferentes ângulos de um acontecimento, sem deixar de lado o compromisso com a credibilidade e veracidade dos fatos, dando subsídios para que os indivíduos tirem suas próprias conclusões. Entretanto, em muitas ocasiões, a função social do jornalismo é colocada em segundo plano para atender aos interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas. Gans (1979, p. 81 apud TRAQUINA, 2012, p. 199) destaca que “as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”, e que o primeiro poder dos jornalistas ou proprietários de meios de comunicação é o de decidir o que é notícia, pois ela “dá existência pública aos acontecimentos”.

A Teoria (ou hipótese) da Agenda, criada por Maxwuel McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, afirma que a agenda da mídia exerce influência sobre a agenda do público, determinando os temas que são proeminentes na imagem dele, influenciando sua maneira de pensar e de agir.

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torne foco de nossa atenção e do pensamento do público – e, possivelmente, ação – é o estágio inicial na formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

Para Walter Lippmann, considerado o pai intelectual da ideia do Agendamento, os veículos de comunicação mostram uma realidade que, muitas vezes, está distante, recriando-a e determinando as imagens que temos sobre ela. “A opinião pública responde não ao ambiente, mas ao pseudoambiente construído pelos veículos de comunicação” (1922 apud MCCOMBS, 2009, p. 19). O autor diz, ainda, que a opinião pública seria fruto da ação de grupos de interesse ou pessoas agindo em nome de grupos:

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente

de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas ou de indivíduos agindo em nome de grupos é Opinião Pública com letras maiúsculas (LIPPMANN, 2008, p. 40).

As imagens que o público tem da realidade a partir dos acontecimentos narrados pela mídia contribui para a formação da Opinião Pública. “A opinião reconhecida como pública, então, seriam as opiniões feitas públicas. E não as opiniões surgidas do público” (LIPPMANN, 2008, p.140). Diante disso, podemos dizer que são inegáveis os efeitos da mídia sobre a sociedade. Os assuntos divulgados por ela, principalmente os que recebem maior ênfase, são temas de conversas em grupos, na família, na escola, no trabalho, entre outros.

O conceito de Enquadramento ou *Framing* pode ser considerado um desdobramento da Teoria da Agenda. Ele está diretamente relacionado ao agendamento. Além de estabelecer a agenda do público, a mídia também teria influência sobre o enfoque e o que pensamos sobre determinado fato.

O enquadramento é constituído através de procedimentos de seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos ou informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas, etc. (ROTHBERG, 2010, p. 54 – 55).

Ao selecionar o ângulo da notícia, título, imagens, legendas e o *lead*, além dos gêneros jornalísticos e da escolha das fontes, o jornalista/editor está fazendo um enquadramento. A mídia define o que é relevante ao enfatizar determinado tema. Zanetti (2008, *on line*) diz que “a maneira como um assunto é enquadrado pela mídia, influencia a forma de recepção deste assunto no público leitor”. Druckman (2001, p. 1041 apud ZANETTI, 2008) diz que um efeito de *framing* ocorre quando, “ao longo da descrição de um assunto ou evento, a ênfase do enunciador sobre um subconjunto de considerações relevantes em potencial faz com que os indivíduos se concentrem nessas considerações ao construírem suas opiniões”.

5 | O PAPEL DOS GÊNEROS E FONTES JORNALÍSTICOS

Os gêneros jornalísticos têm um importante papel para a compreensão das mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa. Eles servem para informar, explicar e orientar os leitores, permitindo que estes identifiquem a forma e o seu conteúdo, possibilitando, também, um diálogo entre o jornal e o leitor (MEDINA, 2001, p.50). Marques de Melo (2003, p. 64) conceitua o gênero jornalístico como “um conjunto de circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público”. Para o autor, o gênero “é a articulação que existe, do ponto de vista processual, entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)”. A partir dos tipos de gêneros, é possível analisar

como a mídia enxerga seu compromisso social e relação com o público, pois eles determinam a intencionalidade do discurso e a forma como os fatos serão abordados, se com seriedade, de maneira abrangente, aprofundada ou de forma engraçada.

Pioneiro neste estudo no Brasil, Luiz Beltrão (1969; 1976; 1980) classifica os gêneros jornalísticos em: informativo, em que se enquadram os formatos notícia, entre outros; interpretativo, com o formato da reportagem em grande profundidade; e opinativo, no qual se enquadram os formatos artigo, editorial, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Neste estudo, serão utilizados os gêneros informativo, interpretativo e opinativo.

As fontes também desempenham um importante papel na construção da notícia e da agenda da mídia, sendo definidas por Schmitz (2011, p.09) como:

Pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas, de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.

A mídia não constrói uma notícia de forma autônoma, ela depende de assuntos específicos fornecidos por fontes que detêm a informação ou presenciaram um fato ou evento. Melo (2012, p.7) destaca que a rede informativa da mídia reflete a estrutura social, priorizando as fontes que detêm maior poder político e econômico. Desta maneira, as fontes governamentais/oficiais e empresariais, além de serem mais consultadas, possuem um poder maior de interferir na agenda da mídia, que por sua vez, tem a capacidade de influenciar a agenda pública.

6 | ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA

A pesquisa é composta por 616 notícias, publicadas nos jornais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, nos três períodos pré-estabelecidos, com o objetivo de fazer uma análise comparativa entre o conteúdo das notícias antes, durante e após a crise no Porto do Açu, a partir de quatro categorias de classificação: (1) temas; (2) fontes; (3) gêneros/mensagens jornalísticos e (4) valência. O período 1, de dezembro de 2006 e julho de 2007 a junho de 2009, compreende a fase inicial de construção do porto; o período 2, compreende o ano de 2013, da crise do Grupo EBX, com a passagem de comando para a Prumo Logística; e o período 3, de janeiro de 2014 a junho de 2015, corresponde à mudança de comando do Porto e sua entrada em operação.

Para atingir os objetivos propostos foram formulados 13 temas, que fizeram parte da agenda da mídia, estabelecidos com base na recorrência em que apareceram durante a pré-análise dos jornais, conforme veremos adiante.

As fontes de notícias foram classificadas em: (1) Políticos, pessoas eleitas para cargos públicos e secretários nomeados em função da política; (2) Representantes de órgãos públicos que se pronunciam pelo Estado e preservam os poderes constituídos

(Executivo, Legislativo, Judiciário); (3) Empresarial; (4) População; (5) Especialistas, que têm conhecimento para analisar os acontecimentos e suas possíveis consequências; (6) Institucional, como representantes de organizações sem fins lucrativos, associações, sindicatos e instituições de ensino; (7) Jornalistas/colunistas e (8) Outros.

Os gêneros jornalísticos foram divididos em: (1) informativo, que é a informação simples e objetiva dos fatos; (2) interpretativo, com a informação ampliada, mais contextualizada, em profundidade; e o (3) opinativo, que transmite a opinião e o ponto de vista do jornalista, colunista, dono de jornal ou leitor. A quarta categoria de análise, a valência, utilizada pelo Laboratório de Estudos Eleitorais em Comunicação Política e Opinião Pública – DOXA do IESP/UERJ, classifica as notícias em: (1) positiva, (2) negativa e (3) equilibrada, que traz elementos negativos e positivos.

Os resultados obtidos mostraram que o período em que o tema Porto do Açu ocupou com maior frequência a agenda da mídia foi o período 2, com 261 notícias (42,4%), seguido pelo período 3, com 183 notícias (29,7%), bem próximo do período 1, em que foram publicadas 172 notícias (27,9%).

A análise dos temas das notícias publicadas na mídia impressa revelou, conforme o Gráfico 1, a predominância do tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, no período inicial do Porto, abordado em 50% das notícias publicadas. O tema Geração de emprego e renda vêm em segundo lugar (15,1%), seguido por Construção do Porto (14,5%), Qualificação profissional (10,5%), eventos e visita de políticos ao Porto, ambos com 7,0%. Os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelo Porto foram praticamente ignorados pela mídia (5,2%). Temas como projetos para a comunidade, concessão de licenças e audiências públicas, demissões e protestos de trabalhadores foram abordados em menos de 5,0% das notícias.

No período 2, as notícias sobre a queda de ações do Grupo EBX, paralisação de obras, desistência de empresas, e a passagem de comando do Porto para a Prumo Logística, entre outros temas relacionados à Crise do Grupo X/Mudança de comando, ocuparam com maior frequência a agenda da mídia (39,9%), seguidas pelas notícias sobre os impactos socioeconômicos e ambientais (17,6%). As matérias sobre demissões e protestos de trabalhadores e desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, aparecem empatadas, em terceiro lugar, com 14,6%. O tema construção do porto foi abordado em 6,5% das notícias, seguido pelo tema Concessão de licenças e audiências públicas (4,6%). No período de crise, foi registrada uma queda considerável na abordagem dos temas Geração de emprego e renda e Qualificação profissional (2,3%).

Durante o período 3, de entrada em operação do porto, já sob o comando da Prumo Logística, o tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, voltou a ser o de maior abordagem na mídia (29,5%). Em segundo lugar, aparece o tema Operação/Mudança de perfil do porto (23,0%). Os temas Geração de Emprego e Renda e Impactos Ambientais e Socioeconômicos foram abordados em 9,8% das notícias, seguido pelo tema Demissões e Protestos de Trabalhadores, com 9,3%. As

matérias sobre a crise do Grupo X e a mudança de comando do Porto ainda são repercutidas pela mídia no período, com 6,0%. Os demais temas apareceram em menos de 4% das notícias ou não foram abordados.

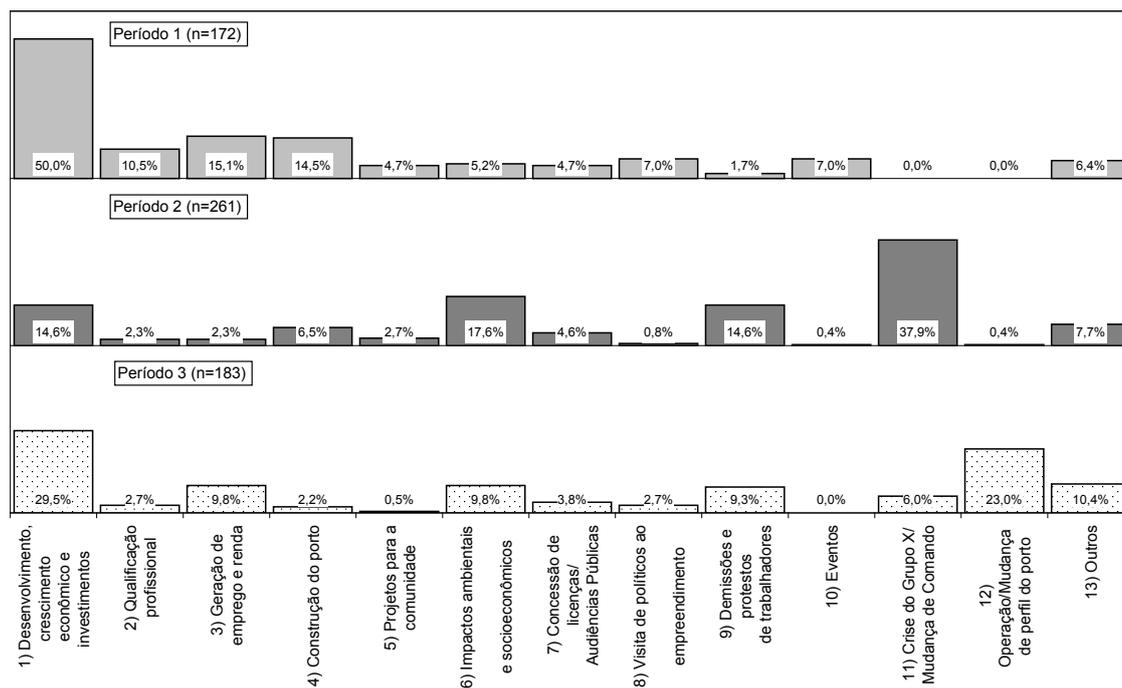


Gráfico 1: Frequência de abordagem dos temas relacionados ao porto nos três períodos analisados.

A pesquisa mostrou o predomínio da fonte empresarial e dos políticos nas publicações do período 1, com 54,1% e 50,6%, respectivamente. Os jornalistas/colunistas aparecem em 3.º lugar (19,8%), seguido pela fonte institucional (6,4%). A população e os especialistas foram ouvidos em apenas 4,1% e 2,9%, nesta ordem. Os representantes de órgãos públicos não tiveram voz em nenhuma notícia no período, conforme o Gráfico 2.

No período de crise do Porto do Açu, em 2013, a fonte mais utilizada pelos jornalistas continuou sendo a empresarial (57,1%), seguida pelos jornalistas/colunistas (29,9%). Representantes de órgãos públicos, como o Ministério Público, por exemplo, foram utilizados como fonte em 19,9% das notícias, principalmente em virtude das matérias sobre impactos ambientais e socioeconômicos, abordados com maior frequência. A fonte institucional também foi mais solicitada (16,5%). Os políticos, que apareceram em mais de 50% das notícias no período de expectativa com relação ao Porto, preferiram se omitir no momento de crise ou não foram tão solicitados pela mídia (10,7%). Mesmo neste período crítico e de incerteza, os especialistas foram ouvidos em apenas 6,5% das notícias e a população em apenas 3,8%.

No período 3, mais uma vez, verifica-se um forte predomínio da fonte empresarial (59,6%), como revela o Gráfico 2. Os políticos voltaram a aparecer na 2.ª posição (21,3%), seguidos pelos jornalistas/colunistas (17,5%) e pelos representantes de órgãos públicos (12,6%). A fonte institucional foi utilizada em 8,7% do total de notícias

e o ponto de vista da população aparece com maior frequência que nos períodos anteriores, mas ainda com um índice muito baixo, de 8,2%. Os especialistas foram citados em apenas 3,8% das notícias.

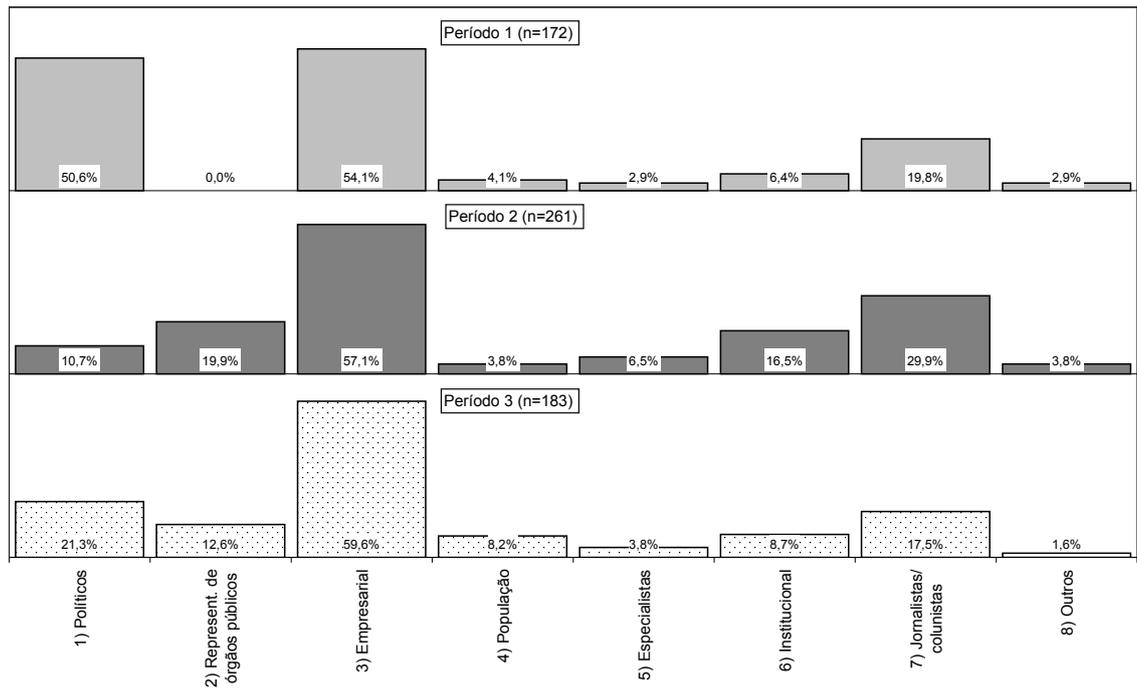


Gráfico 2: Percentual das fontes utilizadas nas notícias, nos três períodos analisados.

Nos três períodos analisados, como mostra o Gráfico 3, as mensagens jornalísticas são, predominantemente, do gênero informativo, com 76,7% no período 1, 76,6% no período 2 e 85,8% no último período. O gênero opinativo foi utilizado em 22,7% das matérias do período 1 e 22,6% no período 2. A utilização deste gênero, que indica a opinião pessoal dos autores, cai para 13,1% no período 3. O gênero interpretativo, que aborda os temas de maneira mais aprofundada, foi utilizado em apenas 4 das 616 matérias sobre o Porto.

Em relação à análise de valência das notícias, ainda no Gráfico 3, podemos verificar que o período 1 foi o que teve maior percentual de matérias positivas sobre o Porto do Açu, com 88,4%. Neste período, 6,4% das notícias foram classificadas como equilibradas e apenas 5,2% tiveram enfoque negativo. No período 2, as notícias com enfoque negativo somaram 59,0%, superando as positivas, com 37,9%. As notícias de abordagem equilibrada representaram apenas 2,7%. O período 3 volta a ser predominado pelas matérias positivas, com 68,3%. As matérias de enfoque negativo representam 27,3% das publicadas, em que a derrocada das empresas do Grupo EBX ainda repercute na imprensa. As matérias equilibradas equivalem a apenas 4,4%.

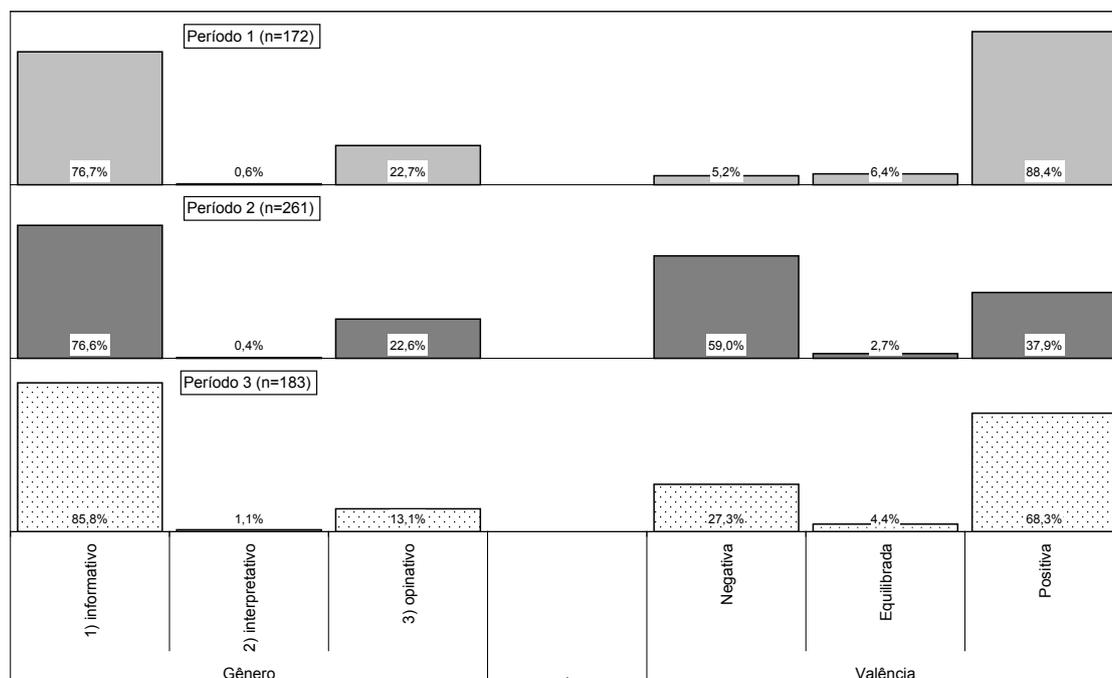


Gráfico 3: Percentual de utilização dos gêneros jornalísticos e valência das notícias.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram, na fase de expectativa e início da construção do Porto, quando a população, em geral, não tinha conhecimento dos impactos positivos e negativos que ele poderia causar no território, um comprometimento da mídia regional na repercussão de notícias que falavam sobre a magnitude do empreendimento, desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.

Somente no período de crise, com a repercussão nacional da queda das ações das empresas do Grupo EBX, das desistências de empresas que iriam se instalar no Complexo Portuário, é que estes e outros fatos, como impactos ambientais e socioeconômicos tiveram maior destaque nos jornais. Mesmo nesse período, a mídia não deixou de abordar o tema Desenvolvimento, investimentos, que voltou a ocupar a primeira posição entre os mais frequentes na fase de mudança de comando e início de operação do Porto.

Apartir dos resultados obtidos, pode-se dizer que a mídia impressa não contribuiu para a reflexão e o debate ponderado das questões relacionadas ao porto. A escolha do gênero informativo para quase 80% das notícias publicadas mostra que os temas foram abordados de forma mais abrangente e superficial. O número muito reduzido de matérias do gênero interpretativo e com enfoque equilibrado revela que a mídia não teve a intenção de orientar os leitores, ampliar o debate, aprofundar e contextualizar os fatos. A escolha das fontes jornalísticas também demonstra isso, visto que a maioria das notícias trouxe apenas a visão de empresários e/ou políticos. Os especialistas, que poderiam contribuir com seu conhecimento técnico para o debate e esclarecimento da população, foram consultados em apenas 4,7% das notícias publicadas.

REFERÊNCIAS

AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Rio-Niterói – Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú.** Rio de Janeiro, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **Jornalismo Interpretativo:** filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. **A Imprensa Informativa:** técnica da notícia e da reportagem no jornal diário. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

LEO, Sergio. **Ascensão e queda do império X:** Eike Batista e as jogadas, trapaças e os bastidores da história da fortuna de mais de US\$ 34 bilhões que virou pó. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MCCOMBS, Maxuell. **A teoria da Agenda:** a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEDINA, Jorge Lellis Bonfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. In: **Revista Symposium.** Ano 5. Número 1. Pernambuco. Janeiro – junho de 2001. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/generos-jornalisticos-do-a-questao-jorge-lellis-medina.html>> Acessado em: 26 de fevereiro de 2016.

MELO, Paula Reis. A participação da fonte na construção da notícia: o caso do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra (MST). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora.** Vol. 6, nº 2, dezembro de 2012. Disponível em: <<http://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/227/222>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2015.

MONIÉ, Frédéric. **Desenvolvimento Territorial nas Cidades-Porto da América do Sul.** VII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideú, Uruguai, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia de. **Os laços entre estado e capital privado:** o grupo EBX como X da questão. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, UCAM, Campos dos Goytacazes, 2012.

PESSANHA, Laila de Souza Gomes. **O Complexo Portuário do Açú e o cenário empresarial da região Norte Fluminense.** 91f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2012.

PIQUET, Rosélia Perisset da Silva; SHIMODA, Eduardo. De braços abertos: as expectativas quantos aos impactos do Porto do Açú. Rio de Janeiro. **Revista Política e Planejamento Regional (PPR),** Rio de Janeiro, v. 1, 2014.

ROTHBERG, Danilo. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). **Vitrine e vidraça:** crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2010.

SCHIMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de Notícias:** ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 3ª ed. Florianópolis:

Insular, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Classes sociais e poder político no planejamento. In: **Estado e lutas sociais**: intervenções e disputas no território. AMBIENS Sociedade Cooperativa (org.). Curitiba: Kairós, 2010, p. 107 -120.

VAINER, Carlos Bernardo. **Fragmentação e projeto nacional**: desafios para o planejamento territorial. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em planejamento Urbano e Regional. Belém/PA. Maio de 2007.

ZANETTI, Daniela. O framing e o processo de construção da notícia. **Revista PJ:BR – Jornalismo Brasileiro**. Ano V. Volume 10. USP. São Paulo, julho de 2008. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_a.htm> Acessado em: 20 de fevereiro de 2016.

A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

Leonardo Cassimiro Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Londrina – Paraná

RESUMO: Fruto de um plano de colonização regional da porção Norte do Paraná, Maringá destacou-se por sua função de polo regional e pela modernidade de seu plano urbanístico. Implantada em 1947, a ocupação do município ocorreu de forma vertiginosa, situação esta agravada pela política da companhia colonizadora que, visando o lucro do empreendimento, não implantava as infraestruturas básicas para o funcionamento da cidade. Assim, o acesso à água, nos primeiros anos, foi marcado pela necessidade de adoção de soluções individuais levando à uma crise de acesso à água na década de 1960, devido à contaminação do lençol freático, pela alta concentração de fossas. Com a municipalidade não conseguindo viabilizar o sistema de abastecimento de água, a iniciativa privada enxergou a oportunidade de atuação no município, conformando empresas que exploravam de diferentes formas a distribuição de água. Assim, este artigo tem por objetivo analisar a atuação de empresas privadas na exploração do abastecimento de água na cidade de Maringá, na década de 1960 e início de 1970, evidenciando os agentes atuantes e a repercussão no território de suas ações, bem

como o embate com o poder municipal para a exploração dos serviços. Verificou-se que a atuação privada se concentrou, principalmente, nas áreas de maior interesse econômico da cidade, conformando redes particulares isoladas que não apresentavam uma visão global para o abastecimento. A implantação da rede de abastecimento municipal, marca o processo de decadência dos poços e redes privadas, com o poder público requerendo para si o monopólio dos sistemas, num embate conflituoso com a iniciativa privada.

PALAVRAS-CHAVE: redes técnicas sanitárias; iniciativa privada; infraestrutura urbana.

ABSTRACT: Maringá, the result of regional settlement plan in the northern section of the state of Paraná, Brazil, has always been highlighted for its role as a regional hub and the modernity of urban planning. Although the town was established in 1947 and developed exponentially during the first decades, conditions became bad due to the policy of the colonizing company which, underscoring profits alone, did not implement the basics infrastructures for the development of the city. During the first years, access to water sources was left to individual solutions. The increasing concentration of cesspools in the city caused a crisis in water source during the 1960s due to contamination of the underground water table. Since the

administration was unable to provide a viable water supply system, private companies saw the opportunity to exploit the different forms of water distribution. Current paper analyzes the role of private companies in the exploitation of water supply in Maringá throughout the 1960s and the early 1970s. The agents, the repercussion of their activities and the conflict between the administration and their service are described. It has been verified that the private companies mainly concentrated their works in the areas with high economical returns, focusing on isolated private networks without an all-reaching water supply service for the entire city. The implantation of the municipal water supply network was a watershed in the process of well digging and private water networks due to the its overtaking by the administration in its struggle with private enterprises.

KEYWORDS: sanitary networks; private initiative; urban infrastructure.

1 | INTRODUÇÃO

O modelo urbano moderno que emergiu pós-Revolução Industrial (século XVIII) apresenta como uma de suas características principais, a crescente tendência das cidades se organizarem por meio de redes, fenômeno este, denominado por Joel Tarr (1984), como a transição da *walking city* para a *networked city*. Nesta perspectiva, autores como Dupuy (1998), Castells (2005) e Secchi (2007), abordam a história urbana sob a ótica da interação entre a tecnologia com fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, analisando o impacto das redes na estruturação do território.

Como colocado por Milton Santos (2008, p.24), o desenvolvimento histórico e das técnicas são variáveis interdependentes onde “a cada evolução da técnica, uma nova etapa da história se torna possível”. Por sua vez, a efetivação da técnica no território, em especial sob a forma de infraestrutura, está diretamente relacionada com as ações políticas, implementadas por agentes públicos, privados ou conjuntamente. Como consequência, têm-se que as redes técnicas manifestam no espaço urbano relações de poder, pois ao mesmo tempo que solidariza e conecta uma parcela ao serviço, exclui e marginaliza os que não tem acesso. Para o autor, isto é fruto do modelo capitalista em voga, que proporciona a alguns atores um papel privilegiado na produção do espaço.

A função da rede no espaço urbano é o transporte e troca de fluxos – de energia, informação, pessoas, água, saneamento, gás, etc. Ela se estabelece por um conjunto de linhas que desenham tramas no espaço, tendo como característica fundamental, então, a conexidade (Dias, 1995). No espaço urbano moderno, as redes técnicas sanitárias se manifestaram de forma pioneira, como uma resposta dos engenheiros sanitaristas às péssimas condições de salubridade da cidade industrial. Em geral, estas tenderam a se efetivar nas principais cidades europeias e norte americanas no século XIX e, no Brasil, de maneira mais tardia ao longo do século XX.

Observa-se uma tendência mundial de controle do Estado sobre as redes de

drenagem pluvial e esgotamento sanitário, ao passo que as redes de abastecimento apresentaram uma maior abertura ao setor privado. Melosi (2008) coloca as companhias privadas como agente principal na distribuição de água na Inglaterra na primeira metade do século XIX e nas cidades estadunidenses na segunda metade do mesmo século – neste último caso, antes da política de municipalização dos serviços. No Brasil, salvo pequenas iniciativas de empresas inglesas em fins do século XIX, os serviços foram relegados à municipalidade no início do século XX e, com o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) na década de 1970, tendeu a centralização no âmbito estadual (Rezende e Heller, 2002).

Ainda que este panorama mostre o poder público como principal agente ligado às infraestruturas sanitárias, no caso do abastecimento de água, há particularidades regionais onde o setor privado se revela um importante agente no provimento deste serviço. Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar a atuação de empresas privadas na exploração do abastecimento de água na cidade de Maringá, ao longo da década de 1960 e início de 1970, evidenciando os agentes atuantes e a repercussão no território de suas ações, bem como o embate com o poder municipal para a exploração dos serviços.

Implantada *ex novo* por um empreendimento de colonização privado, Maringá teve dificuldades de ofertar infraestruturas e serviços à contento em razão do rápido crescimento populacional que apresentava. O descaso da empresa colonizadora em prover a cidade de infraestruturas básicas para seu funcionamento, somado à escassez de recursos da municipalidade e a poluição do lençol freático – de onde a população retirava água inicialmente -, abriu espaço para a exploração privada da água, conformando um mercado de atuação na perfuração de poços semi-artesianos e execução de redes comunitárias.

2 | A CIDADE DE MARINGÁ: OCUPAÇÃO URBANA E A SITUAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA NOS ANOS INICIAIS

Maringá está situada na região Norte do Paraná, porção do estado colonizada, a partir de 1925, por um empreendimento privado, coordenado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) – posteriormente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, CMNP -, que se destaca em nível nacional pela dimensão e característica do plano realizado. Juntas – CTNP e CMNP - as Companhias intervíram em uma área de 546.017 alqueires, executando o parcelamento rural e criando uma rede de 62 novos núcleos urbanos.

O planejamento regional para a implantação da rede de cidades e parcelamento rural seguiu diretrizes bem definidas. Como demonstrado por Rego (2001), a topografia e a rede de transportes rodoferroviária foram os fatores determinantes no modelo de implantação. A linha mestra do plano era a ferrovia, implantada na cota mais alta do

sítio, acompanhando o divisor de águas principal que estruturava a rede de cidades hierarquizadas por porte, sendo: quatro cidades polo prestadoras de serviços, distando 100 km entre si; e núcleos menores situados entre estas, espaçados a cada 15 km.

Pensada para ser uma das quatro cidades polo, Maringá, fundada em 1947, apresentou um plano urbanístico de destacada qualidade urbanística frente às demais. O profissional responsável foi Jorge de Macedo Vieira, engenheiro paulistano, formado pela Escola Politécnica de São Paulo que, de acordo com Andrade *et al.* (1999), apresenta em suas soluções projetuais um hibridismo de ideias que perpassa pelo higienismo; o *city beautiful* e o *zoning* norte americanos; e, principalmente, o ideário de cidade jardim. Desta forma, Macedo Vieira assume uma visão holística da problemática urbana onde os aspectos estéticos, funcionais e técnicos são cuidadosamente articulados. Em Maringá, tais influências são notadas na setorização das funções urbanas; hierarquia viária; respeito à topografia natural; preservação de nascentes; articulação com a linha férrea, dentre outros.

A ocupação urbana ocorreu de maneira expressiva (Tabela 1). Os números mostram um grande afluxo migratório para a cidade implantada *ex novo* ocasionando duas problemáticas principais: a primeira, diz respeito à expansão urbana onde, motivado pela especulação imobiliária, a cidade teve seu plano inicial desconfigurado em pouco tempo, gerando problemas de articulação viária e urbanização de estruturas naturais. De maneira geral, estes novos loteamentos destinavam-se a classes de menor poder aquisitivo, tendo padrões urbanísticos, equipamentos e serviços mais precários quando comparados à porção planejada (Barbosa, 2016).

Ano	Pop. urbana (hab.)	Pop. rural (hab.)	Pop. total (hab.)
1950	7.270	31.318	38.588
1960	47.592	56.639	104.231
1970	100.100	21.274	121.374
1980	160.645	7.549	168.194

Tabela 1 - Evolução da população maringaense entre 1950 e 1980

Fonte: Censos do IBGE de 1950, 1960, 1970 e 1980.

A segunda problemática, consistiu na dificuldade do poder municipal em suprir a cidade com infraestrutura e serviços, frente ao rápido crescimento populacional. Nas cidades que implantava, a Companhia se limitava a traçar os arruamentos e dividir os lotes. As demais estruturas necessárias para o funcionamento da *urbe* ficavam a cargo das incipientes municipalidades que, por questões financeiras não conseguiam prover os serviços a contento. Cordovil (2010) afirma que em alguns casos, a CMNP investia recursos em melhorias urbanas tendo por objetivo a não taxaço de suas terras pelo poder municipal. Para isto, uma de suas estratégias era a de eleger candidatos à prefeitura por ela apoiados, o que nunca conseguiu viabilizar em Maringá. Assim,

após a primeira eleição municipal em 1952, a Companhia pouco investiu em melhorias urbanas.

A consequência para a população, no que tange as questões sanitárias, foi a necessidade de resolver o acesso e a disposição final da água por meio de ações individuais, executando em seus lotes poços comuns – que capta água do lençol freático mais raso - e fossas negras – buraco no solo sem qualquer tipo de proteção, favorecendo a contaminação das águas subterrâneas -, tecnologias estas que contrastavam com a modernidade expressada em seu plano inicial. Captando a água do lençol freático mais raso e executando fossas sem qualquer tipo de proteção, a água consumida rapidamente se mostrou contaminada.

No início da década de 1960 esta situação já se mostrava bastante grave. Em razão da crescente demanda, o nível do lençol baixava constantemente, levando a necessidade de aprofundamento dos poços que rapidamente secavam. Ademais, a água já se apresentava contaminada em muitos pontos, em razão da grande concentração de fossas negras. As áreas mais consolidadas à época como área central (zona 1), vila operária (zona 3) e porções das zonas 2, 4 e 7 – todas dentro dos limites do plano inicial – eram as mais afetadas.

Ainda que não tenha se mostrado alheio à crise do acesso à água, as ações do poder público ao longo da década de 1960 tiveram pouco efeito prático para a população. Nos anos de 1959 e 1960, algumas leis (Lei nº 18/59, Lei nº 19/59 e Lei nº 129/60) foram aprovadas, visando a elaboração de projeto e execução do sistema de abastecimento, o que não ocorreu. De concreto, vale destacar a ação emergencial de abastecimento por caminhões-pipa, regulamentada pelo Decreto nº25 de 1960, sob o custo de Cr\$0,10 por litro de água entregue no domicílio, valor este que deveria ser recolhido antecipadamente na Tesouraria Municipal (O Jornal de Maringá, 17 dez. 1960).

A ação definitiva para as redes técnicas sanitárias se iniciou em dezembro de 1962, quando a Lei Municipal nº236/62 instituiu a Companhia de Desenvolvimento de Maringá (CODEMAR), empresa de capital misto, majoritariamente municipal, destinada a projetar, executar e administrar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade. Ainda que a criação da companhia municipal constituísse uma importante demanda para o desenvolvimento urbano, seus efeitos não se deram de imediato: o abastecimento de água começou a operar apenas em 1969, beneficiando a área central e a zona 2 – bairro nobre da cidade. A expansão da rede se deu de maneira gradual, privilegiando a área planejada - que concentrava a população de maior poder aquisitivo -, estando esta praticamente toda atendida no final de 1974 (Barbosa, 2016).

Será neste intermédio de tempo (1960-1974) que a iniciativa privada enxergará um importante nicho de atuação no provimento de água na cidade. A contaminação cruzada ocasionada pelas fossas negras e, a incapacidade de atender uma população urbana que superava os 47 mil habitantes em 1960 com os caminhões-pipa, abriu

mercado para a iniciativa privada explorar o abastecimento de água por meio de poços semi-artesianos, alternativa mais viável à época para se ter acesso à água potável. Mais profundos, retiravam a água presente nas fraturas das rochas – o que ocorria entre 60 e 100 m de profundidade em Maringá -, e isolavam a porção em contato com o solo com tubo metálico revestido com concreto, impedindo assim sua contaminação. Assim, os poços semi-artesianos serão a resposta à crise de acesso à água da década de 1960, gerando um mercado composto pela perfuração de poços; venda de acessórios e maquinários; execução e manutenção de tubulações e bombas; e conformação de redes particulares, cobrando pelo serviço de administração e distribuição.

3 | A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR

A primeira empresa privada de destaque no mercado do abastecimento de água em Maringá foi a Companhia de Poços Artesianos de Maringá (COPAM). A empresa teve origem quando seu proprietário, o Sr. Guido Ubaldini, se estabeleceu em Bandeirantes-PR e, observando a dificuldade das colônias próximas em ter acesso à água começou a desenvolver técnicas para obtenção de água. No ano de 1953, fundou a “G. Ubaldini e Cia. Ltda.”, iniciando as atividades de perfuração de poços semi-artesianos, com sede em Bandeirantes-PR, mas prestando serviço em toda a região. Renato Ubaldini (2014), filho do Sr. Guido e atual proprietário da COPAM, relata que com o desenvolvimento de Maringá, o volume de serviços da empresa era grande na cidade, embora o acesso fosse dificultado, levando “um dia ou mais” no trajeto Bandeirantes-Maringá (cerca de 200 km). A alta demanda pelos poços em Maringá fez com que a empresa migrasse para a cidade em 1959, adotando o nome COPAM e administrada por Guido Ubaldini em sociedade com outros familiares.

A reportagem do O Jornal de Maringá (9 fev. 1961) intitulada “COPAM – Iniciativa particular para particulares: água para uma cidade”, demonstra a alta demanda pelo serviços da empresa: “De qualquer parte da cidade neste momento você pode ouvir o bater ritmado e incessante das Sondas por Percussão, em número cada vez maior, no afã de dar água aos lares maringaenses”. Neste ano a empresa possuía seis sondas de perfuração e pedia uma média de 30 a 60 dias para o início dos serviços.

Como a perfuração deste tipo de poço era onerosa, poucos podiam arcar com esta benfeitoria. A solução encontrada foi viabilizá-lo em sistema de condomínio onde perfurava-se um poço e edificava-se um reservatório que distribuía água para os lotes e quarteirões adjacentes. Um poço chegava a atender cerca de 50 casas. Muitas vezes a exploração comercial desta rede comunitária era fruto do empreendimento de um único proprietário que arcava com o custo do poço e da rede de distribuição e cobrava pelo serviço de abastecimento. O sistema de condomínio era defendido por Guido Ubaldini como mais vantajoso frente aos poços comuns:

Calculemos 40 casas com poços comuns. Estas quarenta casas necessitam de 40 bombas comuns, sujeitas à quebra e a reajustamento, 40 instalações, canos cada vez mais longos, devido às constantes rebaixamentos, sujeiras, etc. Consideremos que cada casa perfure duas vezes por ano o seu poço (existem casos de 5 ou mais vezes, sem resultados). Serão 80 perfurações. Despesa mínima de material e mão de obra, além do aborrecimento, falta de água, etc. Cr\$10.000,00. Oitenta casas serão Cr\$800.000,00. Ora, um poço artesiano para 40 casas com todas as instalações, dando água tal como uma cidade de água encanada orça em torno de Cr\$400.000,00 a 450.000,00 ficando para cada condomínio entre 20.000,00 a 25.000,00 (O Jornal de Maringá, 9 fev. 1961).

A dificuldade na perfuração e em obter equipamentos fez com que a COPAM se estabelecesse praticamente sem concorrentes em Maringá. Analisando os anúncios veiculados no O Jornal de Maringá (entre 1954 e 1980) e na Folha do Norte do Paraná (de 1962 a 1979), encontrou-se apenas dois concorrentes, cuja propaganda era veiculada esporadicamente: o primeiro era a “Hidro Sondas Maringá” com sede na Av. Brasil nº 3765, que destacava alguns poços recentemente realizados como: para o armazém do Instituto Brasileiro de Café (IBC); para a Sociedade Telefônica do Paraná; e para o Banco do Brasil. A outra empresa era a “Artepoço Maringá”, localizada na Rua Vaz Caminha, nº 1300. Anúncios de empresas de venda de materiais para poços como bombas, também se encontrou com frequência, como das empresas “Indústrias Brasileiras de Eletrometalúrgicas S.A.”, “Rodolpho Bernardi e Cia. Ltda.” e da “Hidro-elétrica Transwaal Ltda.”

Com a demanda crescente por água de melhor qualidade na cidade, outros agentes privados enxergaram nichos de atuação. Este foi o caso, por exemplo, do Sr. Manuel Alves do Nascimento, proprietário da Sociedade de Organização e Administração de Poços Artesianos Ltda. (SOAPAL). Ele formava um grupo de moradores interessados em construir uma rede comunitária com poço semi-artesiano, dividia o custo entre os beneficiários, fazendo um contrato onde cada um possuía uma cota da rede. A SOAPAL se responsabilizava pela realização e funcionamento desta, terceirizando o serviço de implantação e, após sua efetivação, cobrando a taxa pela água e prestando o serviço de manutenção. Assis e Godoy (2010) afirmam que a empresa chegou a atuar na administração de mais de 40 poços na cidade. Em outubro de 1966, a taxa domiciliar de abastecimento cobrada pela empresa era de Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros) (O Jornal de Maringá, 14 out. 1966).

De fato a SOAPAL parece ter tido uma atuação bastante expressiva na cidade. No ano de 1969, quando o abastecimento da companhia municipal começa a operar em algumas localidades da cidade, a CODEMAR firmou contrato a título precário de distribuição de água por meio da rede da empresa particular. Tal ação foi uma medida emergencial para atender uma parcela da população da zona 7 e da Vila Morangueira, que estavam sem acesso à água em razão da secagem dos poços da SOAPAL. Pelo contrato, a CODEMAR forneceria água ao reservatório da SOAPAL, localizado na quadra 80, data 2 da zona 7, podendo ser rescindido ou suspenso a qualquer momento pelo poder público. A empresa privada seria a responsável pela

distribuição e manutenção da rede não podendo, contudo, estendê-la além dos limites já existentes. A taxa fixada ficava 20% acima do valor cobrado pela CODEMAR, sendo que apenas este percentual extra (20%) constituía receita da empresa privada, o valor restante era repassado para a companhia municipal.

A respeito da secagem de alguns poços semi-artesianos, o diagnóstico realizado pela Comissão de Desenvolvimento Municipal (CODEM) em 1967 revela ser um problema constantemente observado na segunda metade da década de 1960. A exploração crescente destes poços levou à escassez de água do lençol presente à aproximadamente 80 m de profundidade, sendo por vezes necessário o aprofundamento destes até o lençol subsequente, encontrado a aproximados 120 m de profundidade (CODEM, 1967).

Dentre as redes comunitárias/privadas que se conformaram ao longo da década de 1960 em Maringá, duas se destacam pela proporção que tomaram: a Rede de Abastecimento Isolado Marin; e a Associação de Poços Semi-artesiano Bandeirantes. A primeira, de propriedade do Sr. Antônio Marin Filho, atuou por cerca de 12 anos – entre 1961/1962 até 1973/1974 – servindo as zonas 4 e 5 e parte da zona 1. A ideia nasceu quando a família se mudou para a zona 4 e encontrou bastante dificuldade de obter água por meio do poço comum que rapidamente secava. De acordo com relatos de Marin (2015) e Tanoue (2015) era comum a dificuldade em se obter água nas zonas 4 e 5 no início da década de 1960.

Assim, o Sr. Marin contratou a COPAM para perfurar o primeiro poço, confeccionando em conjunto uma caixa d'água em concreto com 12 m de altura e 15.000 litros de capacidade. Iniciou-se assim, a distribuição para os lotes vizinhos, que enfrentavam o mesmo problema de falta de água. Com a procura crescente, foi feito um pequeno escritório junto a residência. Como a região ainda estava em consolidação à época, os interessados em edificar na zona 4, antes procuravam o Sr. Marin para saber da possibilidade de levar a água encanada a seu lote. A resposta era sempre afirmativa. A demanda que determinava a expansão da rede que se estendia pela divisa de fundo dos lotes em tubulação de ferro galvanizado, enterrada aproximadamente 40 cm, distribuindo a água in natura, sem qualquer tipo de tratamento. Prevendo a demanda futura, na passagem de cada lote era colocado um “T” com um “plug”, facilitando as ligações nos lotes onde a rede já era presente. Quando um poço esgotava sua capacidade de fornecimento, a família adquiria outro lote e edificava outro conjunto de poço e reservatório para garantir a expansão, que era ditada pela procura de interessados (Marin, 2015).

A empresa era gerida toda no âmbito familiar e operava na informalidade, uma vez que não chegou a elaborar um contrato social da empresa em cartório. No momento de adesão à rede, fazia-se um contrato “bastante rudimentar”, quando também se pagava uma pequena joia para sua expansão e um valor mensal pelo consumo, que era “ilimitado” pois não se tinha controle por hidrômetro (Marin, 2015). A Rede Marin tomou proporções significativas na cidade, abrangendo a maior parte das zonas 4 e

5 e ainda uma parcela da zona 1 contando, ao final de seu funcionamento, com 10 poços (Figura 1). O reconhecimento do serviço prestado pelo Sr. Antônio Marin Filho veio em 1997, quando a Câmara de Vereadores de Maringá lhe concedeu o título de “Primeiro fornecedor de água encanada”.

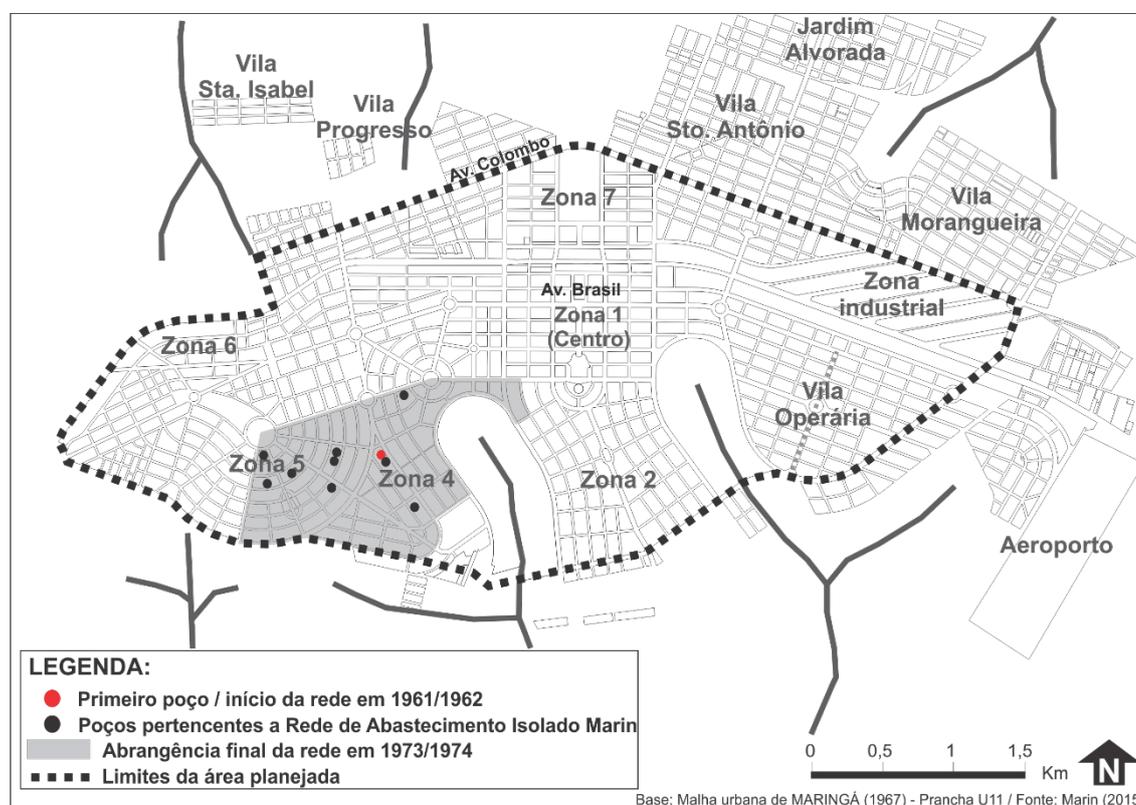


Figura 1 - Abrangência da Rede de Abastecimento Isolado Marin.

Fonte: Barbosa, 2016

Já a Associação de Poços Semi-artesiano Bandeirantes teve atuação mais discreta no território, operando entre 1967 e 1972, destacando-se por ter sido viabilizada em um bairro que concentrava população de menor poder aquisitivo, a Vila Operária. A rede foi idealizada pelo Sr. Guerino Baldo, motivado pelas condições precárias de acesso à água no bairro. Assim, começou a fazer reuniões com a população da área, afim de atrair interessados para viabilizar a perfuração de um poço semi-artesiano. Para isto, chegava inclusive anunciar sem custos na Rádio Cultura, que divulgava: “moradores da Vila Operária, o Sr. Guerino Baldo tem todo o interesse em perfurar um poço semi-artesiano para que a sua saúde melhore, para que se tenha uma água barata que você possa ter acesso” (Baldo, 2014).

Após juntar o número suficiente de interessados, implantou o primeiro poço, sendo que as valetas e o encanamento foram executados pelo próprio Sr. Guerino, com a ajuda de alguns moradores. Com firma e estatuto da empresa registrada em cartório a rede começou a operar, expandindo rapidamente devido à alta procura. Chegou a contar com 4 poços, atendendo em média 50 casas cada um. A tubulação era de ferro fundido e os compressores para os poços adquiridos na empresa Hermes

Macedo. A associação possuía uma diretoria formada por alguns moradores e todo o funcionamento da empresa era executado por estes, com um voluntário que fazia a cobrança em cada quarteirão e a manutenção das bombas e compressores executada pelo Sr. Guerino. Periodicamente aconteciam reuniões para prestação de contas e tomadas de decisões, realizadas na própria rua, dada a quantidade de usuários que aderiram à rede (Baldo, 2014).

De acordo com Tereza Baldo (2014), filha do Sr. Guerino, todo o processo de implantação e funcionamento foi muito árduo, pois sem apoio municipal e com pouca ajuda financeira dos moradores, seu pai tomava a frente de execução e manutenção praticamente sozinho. O pagamento recebido pela água fornecida não era suficiente frente a necessidade de compra de bombas, compressores, ampliação da rede e manutenção. Dada a efemeridade e precariedade de atuação da rede, foi possível precisar apenas a localização do primeiro dos quatro poços, que se situava na rua Santos Dummont, nº 314.

Embora não se enquadre como uma rede técnica – por estabelecer-se de forma isolada, com baixo grau de conectividade -, o abastecimento de água por meio dos poços semi-artesianos se apresentava, no início da década de 1960, como a melhor técnica disponível para se ter acesso à água potável em Maringá. Isto explica o fato de, num primeiro momento, apenas um seleto grupo conseguir acesso ao serviço pois, como observado por Serratos (1996), as redes tendem a se materializar no território seguindo uma curva lógica de desenvolvimento onde, inicialmente se estabelece com certo grau de exclusividade; um segundo período de massificação do serviço; e, por fim, a saturação, quando a totalidade da demanda passa a ter acesso.

O levantamento da localização de poços semi-artesianos em Maringá confirma não se tratar de um bem acessível para todos. Dos 117 poços semi-artesianos encontrados até o ano de 1967 (Figura 2), 78 (aproximadamente 67%) se localizavam em áreas predominantemente comerciais, principalmente na zona 1 e no entorno da Av. Brasil até a altura do Maringá Velho. Os demais se dividiam em 8 poços na zona industrial; 24 poços em áreas residenciais classificadas como de ótimo ou bom padrão – principalmente zonas 2, 4 e 5; 2 poços no Jardim Alvorada, loteamento fora da área planejada que propagandeava ser o primeiro bairro da cidade com água encanada; e os demais pertencentes a grandes equipamentos como o Country Club e na estação de tratamento da CODEMAR, por exemplo.

Ainda que não tenha sido possível precisar a localização dos poços abertos após 1967 – com exceção dos pertencentes à Rede Marin -, é provável que estes não tenham ocorrido em número expressivo uma vez que já em 1965, por meio de legislação, o poder municipal já se articulava para eliminar as redes comunitárias e garantir seu monopólio no abastecimento de água que começou a operar em 1969. Enquanto operou como alternativa de abastecimento, é possível afirmar que esta modalidade de poços se destinou a atender a população de maior poder aquisitivo, os estabelecimentos comerciais, indústrias e grandes equipamentos, concentrando-se,

quase que em sua totalidade, na área planejada. Assim, uso do solo e poder aquisitivo se mostraram fatores mais importantes que a demanda para a abertura de poços semi-artesianos, uma vez que nas áreas de maior densidade habitacional à época – Vila Operária e zona 7 –, os poços praticamente inexistiam.

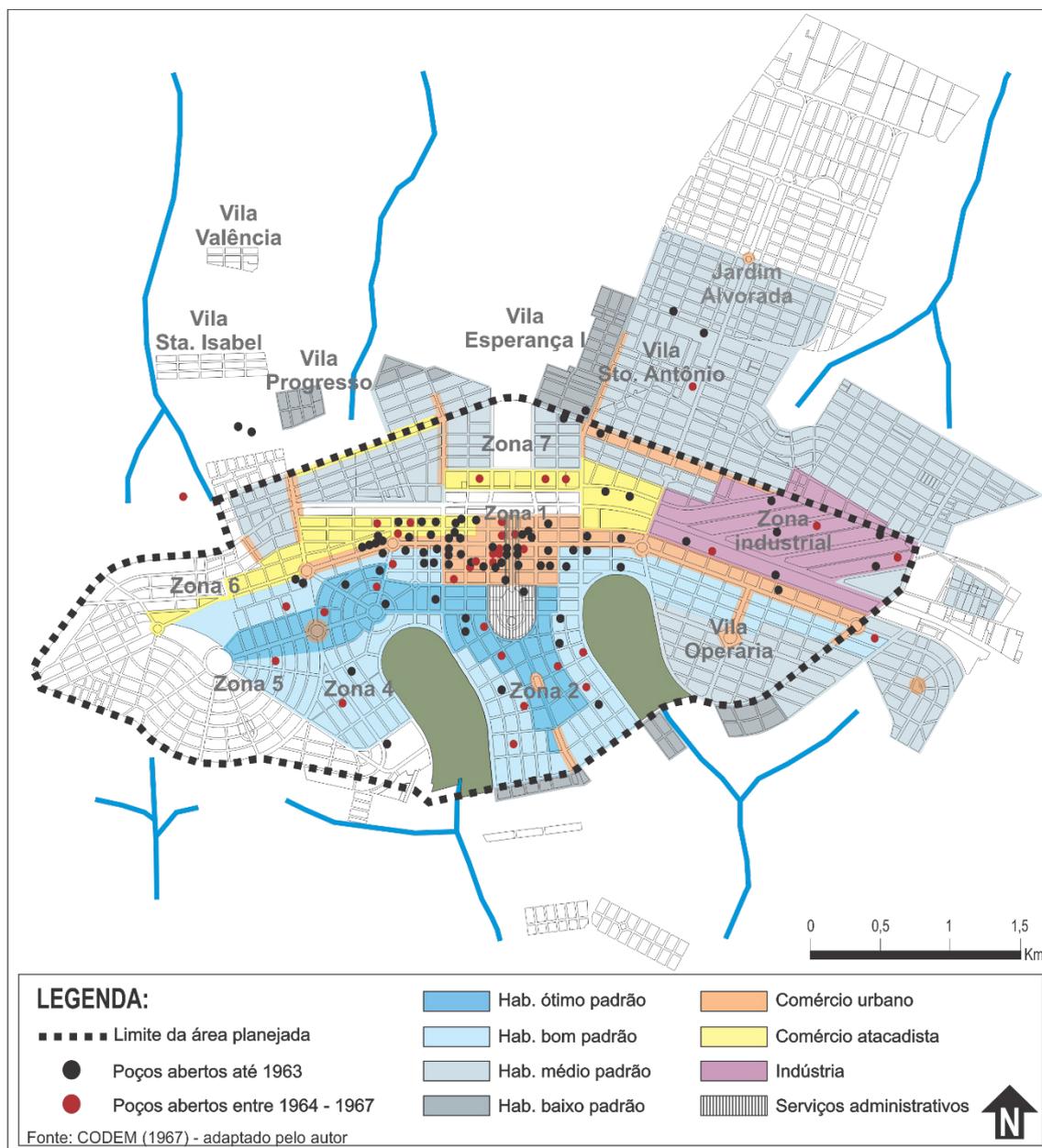


Figura 2 - Poços semi-artesianos abertos até 1967 e uso do solo urbano.

Fonte: Barbosa, 2016

4 | O FIM DOS POÇOS SEMI-ARTESIANOS COMO ESTRATÉGIA DE MONOPÓLIO PELA COMPANHIA MUNICIPAL

Observando a expansão das redes comunitárias no território, em meados da década de 1960, a municipalidade já começava a se articular para garantir seu monopólio nos serviços de abastecimento quando estes comesçassem a operar. Assim, em setembro de 1965, foi sancionada a Lei nº384/65, que disciplinava o funcionamento

de poços artesianos e semi-artesianos dentro dos limites do perímetro urbano da cidade que, na prática, garantia o meio legal de consolidar a rede municipal, eliminando a concorrência do setor privado.

A referida lei estabelecia em seu artigo 1º, que a abertura e o aproveitamento destes poços em Maringá não poderiam ser feitos sem autorização da Prefeitura Municipal, com supervisão da CODEMAR. O Art. 3º, regulamentava a abertura para aproveitamento coletivo, feito somente mediante firma com sociedade registrada, informando ao município o número de usuários atendidos e as tarifas ou taxas a serem cobradas. O Art. 4º, informava que a licença concedida à exploração de poços no município, seriam sempre à título precário, revogável ou rescindível a qualquer momento pelo poder público, não cabendo qualquer direito à indenização contra o município pelas obras de abastecimento particular realizadas. Exigia-se para as novas redes por poços, requerimento junto à CODEMAR para a elaboração do projeto das redes, no intuito de que se adotassem medidas usuais pela companhia municipal, afim de aproveitamento futuro das instalações por esta.

O abastecimento de água da CODEMAR começou a operar em 1969 atendendo a área central e a zona 2 e, no início da década de 1970, a rede começava a chegar nos bairros da área planejada – zonas 3, 4 e 5. Como estabelecido pela Lei nº384/65, isto significava o fim da exploração privada por poços nestes locais, garantindo assim o monopólio do serviço à municipalidade. Contudo, o interesse contraditório entre o poder público e os proprietários das empresas privadas que, haviam investidos recursos na perfuração dos poços, reservatórios e rede de distribuição, resultaram numa série de conflitos, na medida em que a CODEMAR passava a operar na área abrangida por um particular.

Tais conflitos, ocorridos nos primeiros anos da década de 1970 - gestão do prefeito Adriano Valente (1969-1973) -, ocorreram de forma truculenta, com casos de uso de força policial para lacrar poços e a contaminação forçada destes com creolina e querosene. As lembranças do episódio são vivas na memória dos pioneiros ligados à questão da água:

[Antônio Marin Filho, sobre o fechamento da Rede de Abastecimento Isolado Marin] A medida foi tão impiedosa que uma corporação policial (por ordem de João Paulino e Marco Antônio), veio até minha empresa, armados com carabinas e mostrando a ordem do Juiz. O confronto foi inevitável. Eles com carabina e nós com canos de vassoura. Como a luta era desigual, as autoridades entraram na empresa e jogaram 20 litros de óleo nos poços. Para impedir fornecimento da água, também meteram picaretas nos canos das ruas. Ainda inconformados, no dia seguinte o mesmo grupo jogou mais 50 litros de óleo, acabando de vez com minhas instalações e nem sequer indenizaram pelo prejuízo que tive (O Diário do Norte do Paraná, 1997).

[Renato Ubaldini, quando perguntado sobre o fechamento forçado dos poços] [...] eles lacravam os poços, punham creolina, querosene, contaminava, era uma tortura [...] ele [João Paulino] foi terrível [...] teve muito problema, muita briga, muita gente que não deixava, ele forçou, dava muito problema (Ubaldini, 2014).

[Tereza Baldo, sobre o fechamento da Associação de Poços Semi-artesianos Bandeirantes] [...] a pessoa que cedeu o terreno ela se viu num apuro danado porque as mulheres, os maridos, até as crianças, eles iam com vassouras, teve gente que levou enxada, foi coisa de louco, [...] foi uma guerra enorme. A gente chamava guerra da vassoura, mas não era só vassoura não tinha gente que levou foice [...] na época deu até polícia no pedaço (Baldo, 2014).

[Tutomo Tanoue, sobre o fim dos poços em Maringá] Em frente à praça da Igreja São José [na Vila Operária] tinha uma poço, sabe o que eles fizeram? jogaram creolina, contaminaram tudo, pra usar água do município (Tanoue, 2015).

Os primeiros anos da década de 1970, marcaram então o fim da exploração privada da água em Maringá. Empresas ligadas à administração e manutenção – como a SOAPAL – e à distribuição de água e cobrança – e as redes particulares – foram extintas neste momento. Já às ligadas à perfuração de poços tiveram que se adequar, uma vez que a demanda pelos serviços caiu significativamente, fazendo com que concentrassem sua atuação nas cidades vizinhas, área rural do município e para atender algumas indústrias da cidade.

Pelas datas informadas nas entrevistas acerca do fim de funcionamento das redes privadas (entre 1972 e 1973), a referência a João Paulino não se deve ao momento em que ele ocupou o cargo de prefeito do município (primeira gestão entre 1960-1964 e segunda entre 1977-1982), nem quando ocupou a diretoria da CODEMAR (1965-1966), mas sim pelo fato de ter atuado como promotor público com larga influência no jurídico e na política do município (foi também Deputado Federal entre 1967-1970). Neste período (após 1971) a diretoria da CODEMAR era ocupada por Marco Antônio Correa, que argumenta em favor das ásperas medidas tomadas:

Como em cada terreno havia pelo menos uma fossa, um laudo apontou que todos os 178 poços estavam contaminados. Em alguns deles, a quantidade de coliformes fecais chegava a deixar a água amarelada. “Não tínhamos outro caminho. A Justiça autorizou e tivemos que adotar uma medida áspera, antipática”, argumenta. “Mas foi uma questão de saúde pública” (O Diário do Norte do Paraná, 25 set. 2007).

Embora de fato as águas menos profundas - retiradas pelos poços comuns, acima do nível da rocha - sofressem com a contaminação cruzada em razão das fossas negras e, a água retirada pelos semi-artesianos, na profundidade aproximada de 80 m, já encontrava-se escassa, não foi encontrado evidências de contaminação das águas de poços semi-artesianos - utilizados nas redes comunitárias - pois, como explica Ubaldini (2014), a captação se dá no nível da rocha, em águas encontradas em suas fraturas que dificilmente seriam afetadas. A porção da tubulação entre o nível do solo e a início da rocha era isolada por tubulação metálica, revestida com concreto.

De qualquer forma, do ponto de vista técnico, a decisão de implantação da rede municipal foi acertada, pois a exploração privada de poços não apresentava uma visão global de abastecimento para a cidade, além de começar a dar sinais do esgotamento deste recurso frente a demanda. Contudo, não há justificativa plausível para o crime ambiental cometido de contaminação do lençol freático com creolina e querosene, principalmente partindo do poder público. A imposição da rede da CODEMAR para o

abastecimento de água, revela que o poder municipal se encontrava bem estruturado à época, se sobrepondo, neste aspecto, aos interesses da iniciativa privada, configurando-se como novo ator hegemônico na questão da água em Maringá.

5 | CONCLUSÃO

A fase das redes privadas por poços, iniciada por volta de 1960, se estendeu até os primeiros anos da década de 1970. Embora não se possa atribuir a precariedade de acesso à água nesta fase ao descaso do poder público, a limitação orçamentária e a disputa política com a CMNP não permitiu a este dar uma resposta a contento. Emergiu assim, o interesse privado, reconhecendo a oportunidade de mercado.

A inserção destas redes isoladas no território demonstra que o custo elevado de perfuração do poço semi-artesiano foi fundamental para sua concentração nas áreas mais valorizadas da cidade e de maior concentração de capital, como áreas comerciais – zona 1 e ao longo das avenidas Colombo e Brasil; bairros residenciais de alta renda ou com alta densidade construtiva como zonas 2 (principalmente), 4 e 5; e a zona industrial. Todas estas localidades se apresentavam dentro dos limites da área planejada, porção urbana mais consolidada, mas também, a detentora do solo mais caro. Ainda que tenha se efetivado uma rede comunitária na Vila Operária (zona 3), bairro de baixa renda, esta aparentemente operou com dificuldades financeiras, atendendo no máximo 200 domicílios, perdurando por apenas 5 anos.

Desta forma, a realidade dos menos favorecidos nesta fase era a de consumo de água de má qualidade, pois o lençol freático acessado pelos poços comuns encontrava-se seriamente comprometido, contaminado pela grande concentração de fossas negras que já constituía um problema de saúde pública. É de se supor que nas porções da Vila Operária, zona 7, Jd. Alvorada e Vila Morangueira – não atendidas por redes privadas -, a situação fosse mais grave, devido à considerável densidade construtiva que se refletia numa maior concentração de fossas. Neste sentido, o poder municipal se mostrou omissivo pois, uma das alternativas possíveis enquanto a rede municipal não se efetivava era a de implantar torneiras públicas com água de poço semi-artesiano nestes bairros, o que não foi feito.

A fase das redes técnicas municipais tem seu início em 1969, quando o abastecimento de água começa a operar. A implantação dos sistemas sanitários por parte do poder público foi uma decisão acertada pois, além das redes privadas não apresentarem uma visão global de abastecimento para a cidade, a água subterrânea já dava sinais de esgotamento do recurso, evidenciado na secagem de diversos poços, que constantemente tinham que ser aprofundados. A eliminação da concorrência privada com a proibição da exploração das águas subterrâneas, mostra o poder municipal como ator hegemônico neste período, sobrepujando os interesses da iniciativa privada para garantir o monopólio na distribuição de água. Contudo, o ríspido método adotado para eliminação das redes particulares, com uso de força policial e

contaminação forçada dos poços com óleo e creolina, foi um episódio reprovável neste processo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R. M. de; et al. **O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira**. Painéis da Exposição. IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, São Paulo, 1999.

ASSIS, P. C. de; GODOY, A. M. G. **A evolução de Maringá e o Abastecimento de Água**. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Lavras-MG. Anais... 2010.

BALDO, T. **Depoimento** (mai. 2014). Entrevistador: Leonardo Cassimiro Barbosa, Maringá, 2014. Gravação digital sonora.

BARBOSA, L. C. **As redes técnicas sanitárias na estruturação do território: análise da cidade de Maringá-PR entre 1947-1980**. São Carlos: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2016.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. vol. 1, 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CODEM – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá**. Curitiba, 1967.

CORDOVIL, F. C. de S. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR 1947 – 1982**. São Carlos: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo, 2010.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: Castro, I. E. de; Costa Gomes, P.C. da e Corrêa, R. L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DUPUY, G. **El urbanismo de las redes. Teorías y métodos**. Barcelona: Oikos-Tau, 1998.

MARINGÁ, P. M. **Lei nº 236/62** – Constitui uma sociedade de economia mista – Companhia de Desenvolvimento de Maringá – CODEMAR. Maringá, 1962.

MARINGÁ, P. M. **Lei nº 384/65** – Disciplina funcionamento de poços aartesianos e semi-artesianos no perímetro urbano da cidade. Maringá, 1965.

MELOSI, M. V. **The Sanitary City: Environmental Services in Urban America from Colonial Times to the Present**. University of Pittsburgh Press – Abridged ed., 2008.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. **Maringá Meio Século de História. Edição Histórica – Maringá 50 anos 1947-1997**. Maringá: Editora Central Ltda., 1997.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, **edição de (impressas): 25 set. 2007**.

O JORNAL DE MARINGÁ, edições de (impressas): **17 dez. 1960; 9 fev. 1961; 14 out. 1966**.

REGO, R. L. **O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim**. Acta Scientiarum (UEM), Maringá, Vol. 23, No. 6, 2011, 1569 –1577.

REZENDE, S.; HELLER, L. **O Saneamento no Brasil: Políticas e interfaces**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Escola de Engenharia da UFMG, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SERRATOSA, A. Prólogo (Prólogo e supervisão da tradução da edição em espanhol). 1996 In: Dupuy, G. **El urbanismo de las redes**. Teorias y métodos. Barcelona: Oikos-Tau, 1998.

TANOUE, T. **Depoimento** (out. 2015). Entrevistador: Leonardo Cassimiro Barbosa, Maringá, 2014. Gravação digital sonora.

UBALDINI, Renato. **Depoimento** (mai. 2014). Entrevistador: Leonardo Cassimiro Barbosa, Maringá, 2014. Gravação digital sonora.

AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL

Talissa Fernanda Bussacro Serafin

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Foz do Iguaçu – Paraná

Elisiana Alves Kleinschmitt

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Foz do Iguaçu – Paraná

RESUMO: A agricultura urbana surge a partir da implantação de espaços de produção agrícola no meio urbano, sendo que esse tipo de empreendimento se tornou uma espécie de idioma unificador, entendido por todas as idades, etnias, culturas e rendas, além de embelezar a cidade e gerar uma relação da vizinhança com a produção e o consumo de alimentos saudáveis, visto que não são utilizados agrotóxicos nesse tipo de produção. Desse modo, este estudo tem por objetivo analisar os benefícios ambientais, sociais e econômicos alcançados através dessa iniciativa sustentável, bem como as estratégias e as limitações obtidas em outros lugares, sendo apresentados exemplos aplicados. O método escolhido para a realização da pesquisa foi a revisão bibliográfica. Através dessa pesquisa, foi constatado que esse tipo de estratégia pode ser aplicado em qualquer cidade, desde que sejam estabelecidos parâmetros e cultivados produtos adequados ao clima e às condições do local, sendo que os benefícios superam as adversidades. Portanto, pode-se afirmar

que não importa o idioma, a etnia ou mesmo a classe social para que dê certo a criação de uma paisagem comestível, pois ela se tornou a linguagem universal, a qual gera um novo hábito relacionado às áreas verdes e aos vazios urbanos através da gestão participativa da comunidade e dos órgãos públicos, colabora para a diminuição da fome e da pobreza, uma vez que há alimentos orgânicos gratuitos ao longo da cidade, atrai a fauna, principalmente as aves, serve como barreira contra a degradação ambiental e concebe uma nova identidade social ao local.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura urbana; alimentos saudáveis; meio urbano.

URBAN AGRICULTURE: A SUSTAINABLE MODE OF INTERVENTION

ABSTRACT: Urban agriculture arises from the implantation of agricultural production spaces in the urban environment, and this type of enterprise has become a kind of unifying language, understood by all ages, ethnicities, cultures and incomes, besides beautifying the city and generating a relationship of the neighborhood with the production and consumption of healthy foods, since pesticides are not used in this type of production. Thereby, this study aims to analyze the environmental, social and economic benefits achieved through

this sustainable initiative, as well as the strategies and limitations obtained elsewhere, and presented applied examples. The method chosen for the research was the bibliographic review. Through this research, it was verified that this type of strategy can be applied in any city, provided that parameters are established and cultivated products adapted to the climate and local conditions, and the benefits outweigh the adversities. Therefore, it can be said that it does not matter the language, the ethnicity or even the social class to make the creation of an edible landscape right, since it has become the universal language, which generates a new habit related to green areas and urban voids through participatory management of the community and public agencies, helps to reduce hunger and poverty, since there are free organic food throughout the city, attracts fauna, especially birds, serves as a barrier against environmental degradation and conceives a new social identity to the place.

KEYWORDS: urban agriculture; healthy foods; urban environment.

1 | INTRODUÇÃO

A urbanização feita de forma não organizada se manifesta como um dos mais notáveis problemas da humanidade, sendo que a Fao-Sofa (1998) calculou que, em 2015, mais de 26 cidades ao redor do mundo estariam com mais de 10 milhões de habitantes, e, para alimentar esse contingente, seria de extrema necessidade importar no mínimo seis mil toneladas de mantimentos diários, além de causar transtornos referentes a preservação ambiental e a oferta de empregos (AQUINO; ASSIS, 2007).

A agricultura urbana é um agente significativo no desenvolvimento de espaços no meio em que se encontra, proporcionando uma profunda conexão entre os meios rural e urbano, uma vez que, recentemente, aproximadamente 800 milhões de indivíduos reproduzem-na, sendo que são identificadas em todas as regiões do Brasil suas atuações (FERREIRA; CASTILHO, 2007), e vem ganhando destaque no cenário mundial e nacional e reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e da sociedade (ARRUDA, 2006).

Segundo Ribeiro et al. (2015), no contexto brasileiro, os tópicos referentes à Agricultura Urbana devem ser estudados de acordo com a perspectiva de que a sociedade moderna está em constante transformação, principalmente no que diz respeito à globalização e ao desenvolvimento tecnológico da difusão de notícias, bem como à ordenação de um complexo agroalimentar e à predominância das monoculturas rurais.

Em vista disso, torna-se necessária a implantação da educação ambiental, em consequência da realidade vivenciada atualmente, passando a incentivar a interligação entre as áreas do conhecimento e ações sociais como um conjunto de qualificação inovador e crítico para a conversão do pensamento de uma sociedade em uma reflexão a qual não considera apenas os interesses do homem, mas também do meio ambiente.

Desse modo, o presente estudo visa, portanto, apontar as vantagens ambientais, sociais, econômicas e sustentáveis obtidas por meio dessa atividade, bem como uma explanação sobre o estudo através da análise de dados, uma vez que a análise está dividida em quatro partes, onde primeiramente será explanada a agricultura urbana, em segundo, como a agricultura urbana está relacionada à sustentabilidade, à segurança alimentar e à educação ambiental, em terceiro, o emprego da agroecologia e agricultura orgânica no meio urbano, e por fim, a aplicação desse conceito no território brasileiro.

2 | AGRICULTURA URBANA

O meio ambiente vem sofrendo cada vez mais alterações no decorrer dos anos, sendo que o principal motivo é a urbanização, a qual acarreta alterações climáticas, na qualidade da água, do solo e do ar e na cobertura vegetal, provocando um desequilíbrio natural. Por isso, o pensamento e as ações sustentáveis tornam-se cada vez mais expressados, objetivando reduzir os impactos negativos da ação humana na natureza, sendo que o método mais utilizado é a implantação de vegetação no meio urbano (MENEZES; TAVARES; BOTEZELLI, 2015).

Segundo Salvi et al. (2011), as áreas verdes correspondem ao patrimônio natural público, contribuindo com situações prejudiciais presenciadas no cotidiano causadas pela urbanização, tornando-se indispensáveis para se ter uma melhor qualidade de vida no meio urbano.

Considerando o que foi exposto anteriormente e que a subsistência é um direito de todos visando a sobrevivência, estudos efetuados pela FAO em inúmeros países comprovam que é imprescindível analisar a Agricultura Urbana e Peri-urbana com uma forma de minimizar diversos problemas, sendo que essa iniciativa tem se desenvolvido em várias cidades ao redor do mundo, podendo ser um instrumento eficiente na luta contra a indigência, melhorando a segurança alimentar e nutricional de algumas comunidades urbanas e criando um habitat urbano melhor (CRIBB; CRIBB, 2009).

Por conseguinte, de acordo com Ribeiro (2015), a agricultura urbana agroecológica pode ser caracterizada por promover a salubridade uma vez que insere o ser humano em um ambiente cercado por natureza onde há uma integração social, incentivando a autoestima das pessoas envolvidas e a cooperação de todos os que optarem por auxiliar em sua manutenção.

Ademais, há uma próxima ligação entre a agricultura praticada no meio rural e a praticada no meio urbano, porém, esta caracteriza-se por se desenvolver em outros diversos espaços além de diretamente no solo, como por exemplo em vasos e jardins suspensos ou verticais, ou seja, qualquer lugar é propício à implantação de agricultura urbana, desde que possua propriedades como sombreamento parcial em locais onde haja intensa insolação, constante irrigação e cautela com a intensidade lumínica nos ambientes onde esteja implantada a vegetação (ROESE, 2003).

Desse modo, conforme o pensamento de Almeida (2004), a utilização proveitosa

de extensões citadinas para a agricultura possibilita a organização e limpeza desses espaços que geralmente não são utilizados, bem como a redução de reprodução de transmissores de doença, como o *Aedes aegypti*, além de utilizar objetos descartados para a confecção de canteiros, como pneus, garrafas pets e entulhos, e restos orgânicos das residências próximas como adubo através do método de compostagem.

Em vista disso, segundo Roese e Curado (2004), os resultados benéficos advindos dessa metodologia, para os indivíduos que residem no meio urbano, são evidentes uma vez que não se utilizam agrotóxicos ou outros tipos de produtos químicos para o rápido crescimento que são nocivos à saúde, reutiliza-se restos orgânicos, os quais eram jogados no lixo, como adubo, e produtos recicláveis como recipiente para plantação de vegetais, diminuindo a quantidade de lixo que deve ser transportado por caminhões que poluem o ar com CO₂, podendo assim, possibilitar a redução da quantidade de dias da semana que esses caminhões precisam recolher o lixo, possibilita a constituição de uma farmácia natural uma vez que se pode plantar ervas medicinais, pode conceber uma renda extra para as famílias menos abastadas posto que os indivíduos podem vender esses produtos e prioriza a utilização mais adequada dos vazios urbanos, bem como serve como exercício terapêutico e recreativo e uma forma de embelezar a cidade.

3 | RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA URBANA, SUSTENTABILIDADE, SEGURANÇA ALIMENTAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A agricultura urbana foi introduzida como uma forma de amenizar os prejuízos advindos do crescimento populacional acelerado nas cidades e, conseqüentemente, da crise econômica mundial e da ruína das economias nacionais, potencializando a reserva nacional de subsistência, uma vez que oferta mercadorias as quais não são disponibilizadas com a mesma eficácia pela agricultura rural, é capaz de suprir a demanda de produtos importados, economizando nas trocas estrangeiras, e causa a redução de quantidades de terras para cultivo no meio rural (DRESCHER, 2001).

No cenário de urbanização vertiginosa, a agricultura urbana manifesta-se como um significativo instrumento na administração de natureza sustentável, uma vez que possui aptidão para gerar benefícios em inúmeras proporções, como, por exemplo, proporcionar melhor gestão de recursos naturais, auxiliar na atenuação de impactos ambientais, facilitar a reutilização de águas residuais e resíduos sólidos, proporcionar a manutenção da biodiversidade, conceber microclimas através do aprimoramento do elemento vegetal na paisagem urbana, entre outros, exibindo propriedades adequadas às atividades produtivas de origem ecológica, reagindo às necessidades vigentes, bem como a utilização de espaços naturais na urbe (RICARTE-COVARRUBIAS; FERRAZ; BORGES, 2011).

Conseqüentemente, as práticas de agricultura urbanas são direcionadas à

produção orientada ao autoconsumo, viabilizando o crescimento da variedade de alimentos, e ao enaltecimento de áreas limitadas, geralmente habitadas por pessoas socialmente segregadas, fazendo com que as famílias abrangidas consolidem seus vínculos de vida comunitária, sendo este um requisito obrigatório para o afloramento de técnicas comunitárias contra a ameaça de insegurança alimentar (WEID, 2004).

De outra forma, no contexto econômico, essa prática pode fornecer oportunidades de trabalho e faturamento alternativo, e a criação de um mercado local. Em alternativa, do ponto de vista social, as consequências podem ser identicamente otimistas, uma vez que desenvolve o reconhecimento dos costumes locais, o empoderamento social e o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional (SAN) das sociedades urbanas (RICARTE-COVARRUBIAS; FERRAZ; BORGES, 2011).

Em consequência, a estratégia de introduzir a atividade agrícola no meio urbano pode ser considerada uma associação de inúmeras ações, abrangendo a horticultura, o cultivo de cereais e a incorporação da produção animal, utilizando o excedente vegetal no tratamento dos mesmos, por meio de compostagem separadamente ou juntamente com os dejetos animais (AQUINO; ASSIS, 2007).

Segundo Almeida (2004), um exemplo de agricultura aplicado no contexto urbano com o propósito de gerar garantia em relação à alimentação é o Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local em Segurança Alimentar Nutricional e Agricultura Urbana, o qual caracteriza-se por apresentar tanto o aspecto teórico quanto o prático, além de estimular a permuta de práticas e conhecimentos entre os indivíduos que participam do projeto, sendo que cada pessoa exerce uma função diferente.

Em relação à educação ambiental, conforme Jacobi (2003), ela tornou-se indispensável como ação social visto que o cenário urbano é definido pela infundável destruição da natureza, bem como dos ecossistemas presentes nela, provando a necessidade em desenvolver um ensino a respeito desse assunto. Do mesmo modo, Cribb e Cribb (2009) afirmam que ela é um aspecto fundamental para uma modificação na mentalidade da população citadina a cerca do meio ambiente, uma vez que aplica os ideais de sustentabilidade e pluralidade biológica e cultural no meio ambiente, buscando difundir um local salubre e reabilitar, quando necessário, as encostas por meio da plantação de elementos arbóreos característicos da cidade e de vegetação comestível, além de incitar a população abrangida por essa educação para buscar melhores condições referentes ao meio ambiente, uma vez que sabem que através dele consegue-se atingir uma melhor qualidade de vida.

4 | AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA NO MEIO URBANO

Conforme Ormond et al. (2002), existem vários tipos de agricultura desenvolvidos ao redor do mundo, como a convencional, a ecológica, a transgênica e a orgânica, e cada modelo possui suas próprias particularidades e ideologias, diferenciando-se entre si através dessas características.

Dessa maneira, Campanhola e Valarini (2001) afirmam que a agricultura orgânica é um método de cultivo alternativo onde busca-se utilizar princípios sustentáveis para seu desenvolvimento, mostrando-se como uma opção rentável, uma vez que está havendo um consumo progressivo desses produtos, abrangendo outras categorias, como as agriculturas biológica, ecológica, biodinâmica e natural, bem como o sistema de permacultura. Ela defende conceitos como utilização de restos orgânicos para criar adubo através do método de compostagem, uso de dejetos animais como fertilizante e biofertilizantes, reutilização de recursos naturais, utilização de elementos arbóreos como quebra vento, oposição à utilização de aditivos sintéticos na alimentação dos animais e de produtos químicos, como agrotóxicos, para impedir que pestes ataquem a cultura, entre outros.

A agricultura ecológica também é vista como uma forma conveniente de se utilizar o entorno urbano por várias razões, uma vez que resultou em uma ferramenta que possibilita a criação de espaços para agricultura em baixa proporção, ministrado por grupos familiares (ASSIS, 2003). Segundo Ormond et al. (2002), ela utiliza-se de métodos de produção agrícola os quais admitem como apropriado a adubação por meio de substâncias orgânicas encontradas no solo terrestre, em consequência das matérias biodegradáveis presentes ou inseridos no mesmo, as quais fornecem todo o adubamento necessário para o crescimento dos elementos vegetais plantados.

Sintetizando, o conhecimento e aplicações agroecológicas dependem das disposições quanto ao contexto econômico, social, ecológico, territorial, cultural e histórico de cada sociedade onde se insere esse tipo de iniciativa, porém, sem perder a característica de empreendimento sustentável, em virtude de buscar a harmonia ecológica para assim, exercer a função de instrumento de subsistência e proteção nutricional (CAPORAL, 2002).

A conservação e expansão da variedade biológica dos agroecossistemas na agroecologia é o primeiro fundamento aplicado para gerar sustentabilidade e autorregulação, uma vez que inúmeras e intrincadas interações passam a se fixar entre a vegetação, a superfície terrestre e os bichos no momento em que a diversidade biológica é devolvida aos agroecossistemas (ALTIERI, 2004).

Por outro lado, segundo Assis (2002), a agricultura orgânica refere-se a uma técnica rural e a um crescimento social, o qual exhibe algumas qualidades evidenciadas em distintos modos de direcionamento tecnológico e de inserção no mercado, uma vez que tem como objetivo fornecer produtos benéficos à saúde e que possuam o sabor característico, através de mecanismos naturais de acordo com o cenário social no qual está sendo introduzida.

Ademais, os esquemas rurais orientados por intermédio da manipulação biológica e focados na agroecologia, possuem o comprometimento de conservar ou restabelecer a diversidade biológica dos agroecossistemas e dos arredores, enquanto viabilizem um acréscimo de renda familiar, ao incluir valor às mercadorias e aumentar o mercado, possibilitando o comércio (AQUINO; MONTEIRO, 2005).

Em vista do que foi exposto anteriormente, segundo Ribeiro et al. (2015), a agricultura urbana e periurbana pode ser utilizada como um método para atenuar algumas adversidades negativas encontradas no meio urbano, principalmente aquelas referentes à salubridade, ao meio ambiente, ao desemprego, à segurança alimentar, entre tantos outros que poderia ser citados.

5 | AGRICULTURA URBANA NO BRASIL

Ao se discutir sobre a agricultura urbana, é habitual a rápida associação às hortas comunitárias devido ao fato de o termo horta ser compreendido como sinônimo de cultura de legumes e verduras em canteiros (AQUINO; ASSIS, 2007). Entretanto, o assunto referente a agricultura no meio urbano surgiu há pouco tempo no país, sendo ainda mais recente seu estudo e aplicação, ocasionando a ausência de administrações apoiadoras (MONTEIRO; MENDONÇA, 2004).

De acordo com Cribb e Cribb (2009), as ações de caráter agrícola implantadas próximas aos municípios são focadas num perfil de sociedade que possui condições financeiras de consumir produtos de uma dieta abastada e diversificada, consequentemente excluindo as pessoas que não possuem tais recursos financeiros, fazendo com que essas desenvolvessem o cultivo de alimentos no meio urbano e periurbano para suprir e melhorar o cardápio nutricional, além de possibilitar o comércio dos produtos cultivados.

No que diz respeito ao Brasil, o cultivo de leguminosas no meio urbano fortaleceu-se a partir do progresso da agricultura, onde muitas famílias partiram do campo para a cidade, causando um êxodo rural desproporcional aos subsídios oferecidos nos municípios e cidades, contribuindo para a segregação social e espacial de grande parte dessas famílias, e como resultado positivo, a implantação de pequenas áreas urbanas destinadas a plantação de subsistência para suprir a carência de nutrição básica (BOUKHARAEVA et al., 2005).

Um exemplo recente de aplicação de agricultura urbana no Brasil é o caso de Teresina, Piauí, onde foi criado o Programa de Hortas Comunitárias, tendo como principais metas o incremento na produção de legumes e verduras, a geração de emprego e renda, e o aperfeiçoamento da questão alimentar dos grupos favorecidos com essa iniciativa, sendo que as hortas são inseridas em espaços urbanos menos favorecidos, com um cultivo concentrado principalmente em três hortaliças folhosas, cebolinha, coentro e alface, e a horta é coordenada por inúmeras famílias que utilizam seus lotes de modo particular (AQUINO; MONTEIRO, 2005).

Em contrapartida, no Rio de Janeiro, as atividades referentes ao plantio de legumes e leguminosas no meio urbano apresentam-se favorecidos por condutas de administrações governamentais e não governamentais e de instituições de pesquisa e auxílio técnico, destacando-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO), sendo que a primeira colabora desde 2000 no campo referente a agricultura urbana, promovendo o consumo de produtos vegetais, e a segunda, desde 1999, promovendo o usufruto de áreas urbanas periféricas cariocas para o cultivo agroecológico de elementos vegetais (CRIBB; CRIBB, 2009).

No que se refere a organizações que potencializam ações no Brasil para divulgação da agricultura urbana, encontram-se inúmeras ONGs e o Estado. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oportunizou no ano de 2007 vários encontros em onze regiões metropolitanas do país, com o intuito de determinar e classificar as áreas de agricultura urbana e periurbana (AUP) para assim oferecer maior suporte (FERREIRA; CASTILHO, 2007).

Portanto, cabe ressaltar que, pelo Brasil ser um país onde o principal foco é combater a fome e a pobreza existente, a agricultura urbana surge como uma ferramenta indispensável para se planejar uma cidade, tanto em relação à administração de recursos alimentares quanto às educativas e sanitárias (BOUKHARAEVA et al., 2005).

Em vista disso, pode-se afirmar que, de acordo com Cribb e Cribb (2009), a agricultura urbana surgiu, tanto no Brasil quanto em outros países, como um importante instrumento urbano para resolver problemas como falta de alimento, grande êxodo rural e baixo valor recebido como renda mensal por muitas famílias, bem como um meio de terapia e recreação. Ademais, ela prioriza por empregar trabalhadores familiares e por acrescentar um montante às mercadorias primárias, enaltecendo a cultura local e o desenvolvimento sustentável.

6 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo foi realizado visando apresentar fatos que comprovassem a importância da agricultura no meio urbano e periurbano, de modo a confirmar que esse tipo de intervenção pode ser feita em todos os lugares, desde que sejam estabelecidos parâmetros e cultivados produtos adequados ao clima e às condições do local, sendo que os benefícios superam as adversidades.

Portanto, pode-se afirmar que não importa o idioma, a etnia ou mesmo a classe social para que dê certo a implantação de agricultura no meio urbano e periurbano, pois ela se tornou uma espécie de linguagem entendida por todos a qual gera um novo hábito relacionado às áreas verdes e aos vazios urbanos através da gestão participativa da comunidade e dos órgãos públicos, colabora para a diminuição da fome e da pobreza, uma vez que há alimentos orgânicos gratuitos ao longo da cidade, atrai a fauna, principalmente as aves, serve como barreira contra a degradação ambiental e concebe uma nova identidade social ao local.

Essa análise foi comprovada através de pesquisas, livros e artigos como referências bibliográficas, sendo atestado pelos autores a veracidade do conteúdo exposto nesse estudo, e permitindo a compreensão científica e empírica sobre o

assunto, bem como o reconhecimento do papel de cada indivíduo para que cada intervenção trouxesse benefícios para a cidade.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se afirmar que a urbanização desenfreada causada pelo êxodo rural, ocasionou muitos danos ao meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida tanto da população que passou a viver nesse ambiente, quanto das gerações futuras.

Para tentar minimizar esses impactos negativos, várias foram as propostas de intervenção urbana e paisagística, sendo uma delas a agricultura urbana, a qual, além de recuperar áreas degradadas e ocupar espaços vazios, serviu como um meio de subsídio tanto para famílias menos abastadas quanto para famílias mais abastadas, rompendo fronteiras sociais, culturais, políticas e étnicas, agindo mutuamente em inúmeras áreas de desenvolvimento urbano e implantando novas técnicas de planejamento e gestão urbanas.

Vale ressaltar que a proximidade entre o poder público, o poder privado e a sociedade auxiliou no alcance de resultados mais eficientes em relação a melhoria na qualidade de vida da população, proporcionando, de modo mais abrangente, a salubridade, destacando-se a compreensão pessoal dos participantes no que diz respeito ao progresso da própria saúde física e mental.

Ademais, levando em consideração a opinião de Cribb e Cribb (2009), os pontos positivos alcançados através da agricultura urbana justificam sua introdução em outras cidades, uma vez que viabiliza melhores condições de vida tanto da população que cultiva quanto da que consome, por causa da inexistência da utilização de agentes químicos, nocivos à saúde, como fertilizantes e controladores de pragas, da rotação econômica e do desenvolvimento sustentável.

Convém destacar também que, segundo Jacobi (2003), a educação ambiental é de fundamental importância, posto que incentiva a população a refletir sobre suas ações perante a sociedade e encoraja os educadores a difundir seu conhecimento acerca do tema em questão, gerando uma nova maneira do ser humano se relacionar com o meio ambiente, indagando os princípios práticos e teóricos preexistentes.

Em suma, neste artigo identificam-se sugestões da crescente relevância da agricultura urbana como fenômeno sócio-econômico, definindo-se como alternativa a sistemas de produção agroecológicos, sendo estes considerados mais apropriados ao contexto vivenciado pelos agroecossistemas urbanos. Entretanto, isso é concebido a partir da definição de fronteiras para a disseminação da agricultura urbana, definido pelo requerimento por tecnologias e materiais distintos, apropriados a realidade vivenciada, principalmente referente à melhor aplicação de insumos orgânicos como fertilizante, gerando baixo custo e baixo impacto ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniela. Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.
- AQUINO, Adriana Maria de; MONTEIRO, Denis. Agricultura Urbana. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura Orgânica. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 185-197.
- ARRUDA, Juliana. **Agricultura Urbana e Peri-Urbana em Campinas/SP**: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas, 2006, 162f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2006.
- ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia no Brasil**: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 150f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- ASSIS, Renato Linhares de. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 79-96, 2003.
- BOUKHARAEVA, Louiza Mansourovna; CHIANCA, Gustavo Kauark; MARLOIE, Marcel; MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.
- CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n.1, 36-51, jan./mar. 2002.
- CRIBB, Sandra Lucia de Souza Pinto; CRIBB, André Yves. Agricultura Urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental. In: 47º CONGRESSO SOBER, 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 26 a 30 jul. 2009.
- DRESCHER, A. W. Seguridad Alimentaria Urbana – Agricultura urbana, una respuesta a la crisis? **Revista Agricultura Urbana**, Quito, n. 1, p. 8-10, 2001.
- FAO-SOFA. **FAO releases annual state of food and agriculture report showing worldwide number of hungry people rising slightly; warns of slower economic growth in most developing countries**. Disponível em: http://www.fao.org/WAICENT/OIS/PRESS_NE/PRESSENG/1998/pren9869.htm. Acesso em: 24 jun 2018.
- FERREIRA, Rubio José; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Agricultura Urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, 2007.
- JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

MENEZES, Leda Carolina Carvalho; TAVARES, Raíssa; BOTEZELLI, Luciana. Conflitos Existentes Entre os Indivíduos Arbóreos e os Aparatos Urbanos em Trechos do Bairro Jardim dos Estados em Poços de Caldas – MG. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS, 2015, Poço de Caldas – Minas Gerais. **Anais [...]**. Poço de Caldas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, v. 7, n. 1, 2015.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. Quintais na Cidade: a experiência de moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 29-31, 2004.

ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sergio Roberto Lima de; FAVERET FILHO, Paulo de Sá Campello; ROCHA, Luciana Thibau M. da. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

RIBEIRO, Silvana Maria; BÓGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, 2015.

RICARTE-COVARRUBIAS, Juliana Duz; FERRAZ, José Maria Gusman; Borges, Janice Rodrigues Placeres. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, p. 62-80, 2011.

ROESE, Alexandre Dinnys. Agricultura Urbana. **Revista Online Embrapa Pantanal**, Corumbá, 2003. 4p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/812707>. Acesso em: 31 ago. 2018.

ROESE, Alexandre Dinnys; CURADO, Fernanda Fleury. A contribuição da agricultura urbana na segurança alimentar comunitária em Corumbá e Ladário, MS. In: IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal, 2004, Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Anais [...]**. Corumbá: SIMPAN 2004, 23 a 26 nov., 2004.

SALVI, Luciane Teresa; HARDT, Letícia Peret Antunes; ROVEDDER, Cristiano Eidt; FONTANA, Carla Suertegaray. Arborização ao Longo de Ruas - Túneis Verdes - Em Porto Alegre, RS, Brasil: Avaliação Quantitativa e Qualitativa. **Revista Árvore**, Minas Gerais, p. 223-243, 2011.

WEID, J. M. von der. Agroecologia: condição para a segurança alimentar. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.

O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA

Eder Donizeti da Silva

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Samuel de Oliveira, s/n. Campus de Laranjeiras, Sergipe
eder@infonet.com.br

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Artes e Design
Campus Universitário, Jd. Rosa Elze, s/n. São Cristóvão, Sergipe
adnogueira@gmail.com

RESUMO: Este artigo traz aspectos importantes sobre como o homem, ao longo de sua história, “escolhe” o espaço onde se darão as trocas sociais, comerciais e culturais de sua sociedade, ou seja, quais condicionantes da paisagem física e de seus recursos naturais poderiam fornecer subsídios para a vida humana coletiva. Exemplos podem ser mencionados desde a Antiguidade, a partir do estudo do Livro de Vitruvius do sec. I a.C., passando pelo Tratado de Alberti, no período do Renascimento, com suas explicações sobre as características da paisagem e da geografia local que seriam essenciais na implantação de cidades. O artigo apresenta como ocorreram as variações de “grid” (malha urbana), a relação da configuração de traçado urbano com a topografia local.

Mencionados paradigmas para caracterização de cada período como os Higienista, Modernista, Historicista, Pós-modernista, dessa forma, alguns projetos urbano-paisagísticos internacionais são mencionados. No caso brasileiro, o resultado da análise revelou aspectos específicos em diferentes períodos históricos como: a) existências de implantações relacionadas ao “descobrimento” e a “penetração” para os interiores (cidades litorâneas, interioranas e intermediárias); b) repetição dos padrões portugueses de Lisboa para o assentamento das cidades brasileiras coloniais; c) total relacionamento com a topografia para assentamento das cidades resultando desenhos urbanos, em muitos casos, de sinuosidade em contraposição ao traçado xadrez dos espanhóis; d) relação com as transformações mundiais ocorridas a partir da Revolução Industrial e especialmente com os paradigmas; e) determinantes do meio-físico para a implantação das cidades planejadas no Brasil, como os casos de Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

PALAVRAS-CHAVE: Meio físico; Implantação; Cidade

1 | INTRODUÇÃO

Neste estudo inúmeras problemáticas decorrentes da escolha pela artificialidade e

pouco respeito ao meio-físico buscam demonstrar que a recuperação de conceitos teóricos/históricos/urbanísticos, da antiguidade até os dias atuais, sempre será útil nas lições do como equacionar os condicionantes da natureza ao projeto de implantação urbano-paisagística.

O tópico 1 e 2 trazem informações preciosas sobre como a geografia e a paisagem natural poderia contribuir para o assentamento humano. Em especial, o Livro de Marcus Vitruvius Polião, que foi um arquiteto romano do sec. I a.C., responsável pela obra “*De Architectura*” (10 volumes), contendo ensinamentos sobre Arquitetura, Hidráulica, Engenharia, e um influenciador para a construção de um outro tratado, tão importante quanto este, o “*De Re Aedificatoria*” (ano 1452), de Leon Batista Alberti, já no período do Renascimento, considerado como o primeiro grande tratado moderno de arquitetura.

Variações de traçados de malhas urbanas são apresentadas no tópico 3 deste artigo, com as principais características das relações entre a topografia, o urbano, o rural, mas não somente isso, pois há que se considerar também certas intervenções na paisagem e a percepção visual do que caminha nela.

O quarto tópico se refere a ampliação de potencialidades em relação ao projeto urbano-paisagística a partir da Revolução Industrial e suas consequências, provocando reformulações na paisagem de profundo impacto no dia a dia do cidadão. Atualmente, os períodos advindos desde então são denominados de paradigmas, cada um com o estabelecimento de formas de tratar a paisagem em contraposição/amalgama com a cidade.

Alguns exemplos de casos brasileiros são mencionados no tópico 5, buscando informações sobre como as cidades foram implantadas, quais condicionantes do meio físico foram destacados tanto para cidades de crescimento “espontâneo” quanto os exemplos das principais capitais planejadas.

2 | A IMPLANTAÇÃO DE CIDADES NA ANTIGUIDADE: O LIVRO DE VITRÚVIO E O EXEMPLO DE UMA CIDADE ROMANA.

Apesar de toda obscuridade que cerca o Tratado de Vitruvius e as interpretações continuas que se faz dele desde de 1583, procurando em alguns momentos restabelecer o texto original, sua teoria se mostra uma referência notável como ponto de partida a discussão de qualquer tema na arquitetura e urbanismo, uma vez que seus *Dez Livros* são identificados em alguns períodos como a origem da arquitetura (Katinsky, 1999, p. 09), mas longe de propor uma discussão sobre essa afirmação, está o fato de que os seus *Dez Livros* comentam grande parte das potencialidades e condicionantes do meio físico na propositura das ações edificáveis isoladas ou em conjuntos.

Um aspecto chave na teoria de Vitruvius diz respeito a racionalidade que viria embeber à vida das cidades e na fervorosa definição da busca do equilíbrio entre

o conhecimento prático e o conhecimento teórico, sendo necessário ao arquiteto o entendimento de muitas “habilitações”, habilitações essas, atualmente muito mais amplas do que há 2.000 anos atrás, apesar de muito bem representadas no renascimento na figura de Filippo Brunelleschi.

Os escritos de Vitruvius seguem um ordenamento que respeita o padrão dos manuais e tratados da antiguidade, no qual, basicamente a ordenação jurídica e legislativa, as referências a saúde, defesa e ataque das cidades corroboram para a definição de muitas das potencialidades e condicionantes referentes as intervenções sobre os espaços urbanos. Nesse roteiro chamam a atenção recomendações sobre a localização sadia das cidades e o abastecimento de água, especialmente no Livro Primeiro que discute as condições mínimas para o assentamento das cidades e suas defesas e o Livro Oitavo dedicado à Hidráulica e as fontes de água potável e sua condução, depósito e distribuição para a população.

Entre as questões de interesse, estão descritas no Livro Primeiro a **Eurritma** (aparência graciosa e o aspecto bem proporcionado dos elementos na composição); a **Proporção** (concordância dos elementos e relação de cada uma das partes); **Conveniência** (resulta da escolha do sítio, da observação dos costumes e da natureza do entorno). A Conveniência estabelece decisões de escolha da área, dos mananciais, da luz natural adequada pela manhã, da facilidade de encontrar materiais próprios a região. A resistência do solo é uma das preocupações de Vitruvius, uma vez que determinava o atributo por ele designado de solidez da obra.

A Planta de Mileto, organizada no século V a.C., por Hipódamo, quarteirões medem 30 x 52 metros, pode-se observar a disposição do arruamento com relação ao norte verificando alguns conceitos estabelecidos posteriormente nos estudos de Vitruvius. A Cidade de Mileto recebia o vento do Norte chamado Setentrião, observa-se que a malha é disposta de forma a impedir a formação dos corredores de vento pelas ruas. A mesma condição não é encontrada na disposição de uma cidade Romana de 150 d.C., na qual as ruas estão dispostas analogamente aos pontos cardeais e sobre as correntes de vento (Macaulay, 1989, p. 12).

Outros condicionantes de localização de partes funcionais da cidade referiam-se a religião, em que a cidade alta era dos deuses e dedicada aos templos mais importantes como o Pártenon, já a cidade baixa ficavam os locais dedicados a prefeitura (Buleutério), aos locais de jogos e treinos (Stoa), Odeons (Teatros) e templos dos deuses menores, o que relaciona a geografia com a determinação das potencialidades e condicionantes dos projetos. No Bairro do porto de Delos, por exemplo, há a implantação das construções de proprietários de menores recursos e comerciantes, uma vez que essa área era considerada de alta insalubridade, as casas dos pobres eram denominadas de insulas (Figura 1).

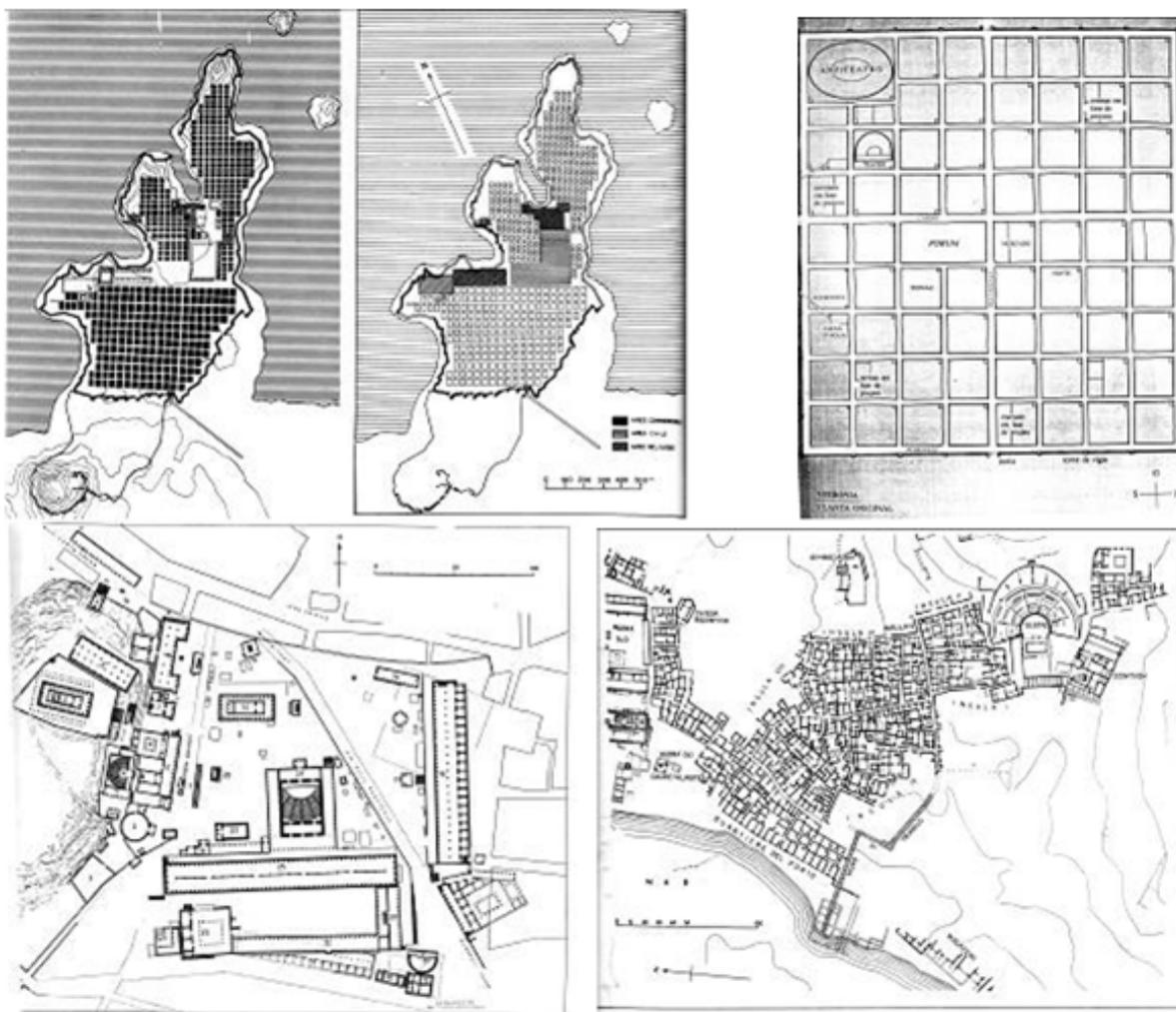


Figura 1- (acima a esquerda) – Planta de Mileto, organizada no século V a.C., por Hipódamo; (acima a direita) Cidade Romana de 150 d.C. Fonte: Benévolo, 1999, p.16; Macaulay, 1989, p.14. Abaixo: (a esquerda) - Planta da Ágora de Atenas na época romana; (a direita) Bairro do Porto de Delos. Fonte: Benévolo, 1999. p.103; p.105.

Em relação a implantação das cidades, Vitruvius determinava que a escolha deveria se dar em lugar saluberrimo, elevado, livre de neblina e de geadas e adotados os princípios das regiões do céu (causas dos fenômenos meteorológicos), além de evitar a vizinhança dos pântanos. Já as cidades à Beira-mar não eram saudáveis se voltadas para o sul e ocidente pois entorpeciam as pessoas com a variação do calor e frio, junto com o apodrecimento das frutas e estoque de alimentos. Vitruvius preocupava-se também com a umidade, ventos e brisas, e coloca que para se entender se os locais eram adequados à implantação das cidades deveriam ser observadas a natureza das aves, dos peixes e dos animais terrestres (Katinsky, 1999, p. 57).

A explicação de Vitruvius para a escolha da implantação das cidades recai na boa qualidade dos frutos locais que iram alimentar a sua população, além do favorecimento dos meios de transportes. A orientação das ruas e praças de forma conveniente depende dos pontos cardeais. Bem como a água e suas necessidades de uso é tratado por Vitruvius no Livro Oitavo (exemplo da meningite na cidade de Atenas no período de Péricles).

A água sempre foi um dos condicionantes de maior importância na escolha de locais possíveis a implantação de cidades, porque é extremamente necessária a vida, à recreação e ao uso cotidiano. Apesar de Vitruvius descrever no Livro Oitavo as técnicas para se encontrar água ele mesmo acentua que as águas coletadas das chuvas possuem virtudes ainda mais saudáveis e que as águas de acordo como as terras adquirem certos sabores, odores e cores (Katinsky, 1999, p. 180).

As águas tinham especial significado para os romanos, uma vez que a maioria das cidades só podiam ser implantadas sobre aquíferos, como o exemplo de Roma com suas fontes, Pompéia e Herculano, também se tem em Roma a disposição de vários jardins e aquedutos como o Jardim de Cesar, de Agripa, de Luculo, e os Aquedutos de Appia, Vestus, Márcia, Julia, Claudia, Traiana e outros.

3 | AS CONDIÇÕES MENSURADAS POR LEON BAPTISTA ALBERTI NO SEU TRATADO DE RE AEDIFICATÓRIA

O Tratado de Alberti é identificado como uma declaração poética à Arquitetura, tendo a atividade do arquiteto sido enquadrada na dimensão da cidade, que para Alberti não era apenas uma construção de pedras e tijolos, mas uma entidade histórico-política. A cidade deve ser interpretada, para ele, não se deveria buscar a distinção entre o útil e o belo. A cidade de Alberti já não é um espaço fechado e protegido como foi a cidade medieval. O tratado de Alberti foi escrito em Roma entre 1442 e 1452 (TEORIA da Arquitetura, 2006, p. 10). A relação com a Cúpula de Santa Maria das Flores de Brunelleschi pode ser percebida no rompimento da articulação tradicional entre teoria e prática. A diferença no Tratado de Alberti é que ele identifica a construção como um modificador do meio-físico e seu maior representante é a Cúpula de Brunelleschi, cúpula tão ampla que cobre todos os povos toscanos, o horizonte do espaço formado pelos morros, sua sombra é protetora, o centro espacial, o lugar, erguida sem sustentação e irradiador de todas as vistas (Figura 2).



Figura 2- (a esquerda) Monte Saint Michel, característica de cidade medieval, e (a direita) a cidade de Florença, tendo ao centro da foto a Cúpula de Santa Maria das Flores. Fonte: Benévolo, 1999, p 363.

Todo o conhecimento de Alberti em relação a natureza é deduzido de fontes antigas, e na aplicação da teoria da perspectiva, na qual o edifício é o personagem principal do drama e na maneira como se passa do espaço natural para o espaço artificial. A *Re Aedificatória* conta com seis partes, mas especialmente a *Régio*, ou seja, o ambiente, ou o território que interessa a comunidade, o habitat, define-se pelos fatores naturais que a compõe: planície, montanha, rios, condições climáticas e que determinaram as outras questões. Como, por exemplo, os ângulos das cidades (linhas retas no urbano e orgânicas no campo) (Argan, 1999, p.145).

A construção geométrica da cidade é estritamente ligada ao *Régio*. As muralhas aproveitam as inclinações do terreno, as saliências, os recuos, os fluxos das águas, o ar e a luz. O Tratado *De Re Aedificatória* é um tratado de política, de construção da polis, da cidade ideal, desenhadas em um esquema geométrico e apoiada na conservação dos monumentos e documentos do passado, embasado nas potencialidades e condicionantes como a disciplina do curso do Tibre e no domínio do furor irracional da natureza.

4 | VARIAÇÕES DE “GRID” (DESENHOS URBANOS) E MEIO FÍSICO: RELAÇÕES DAS CIDADES COM A TOPOGRAFIA, RELAÇÃO DO RURAL COM O URBANO, SITUAÇÕES PITORESCAS, VARIAÇÕES DE RELACIONAMENTO

Existem dois desenhos básicos de cidades: o primeiro é a cidade criada, desenhada ou planejada e o segundo é a cidade espontânea ou gerada que pode ter a forma geométrica irregular e com espaços abertos definidos, contrário à planejada, que advém de um diagrama geométrico que pode ser ortogonal, radioconcêntrico,

ou outro polígono de padrão. Podemos ter a cidade seguindo a topografia local ou a brigar com ela.

A maior causalidade conhecida nos desenhos das cidades é a topografia, pois é visualmente fácil de ser verificada, pois os sítios e assentamentos urbanos respondem tão fortemente a escultura da terra que é impossível isolar a experiência urbana das formas geográficas. Na memória, o Rio de Janeiro é recheado de colinas, montanhas e baía, que tem sua forma condicionada a estes aspectos por toda a sua história.

Existem alguns tipos de desenhos urbanos para implantação de cidades que vem sendo utilizados pelo Homem ao longo de sua história e que a topografia tem exercido grande influência como: A- Assentamento Ribeirinho (os condicionantes relacionados com leitos de rios ou fluxos de água predeterminam um assentamento ao longo dos mesmos, as cidades sempre se estabeleceram mediante este conceito, identificando uma das maiores potencialidades em relação à implantação de projetos); B- Porto Natural (este meio-físico representa uma das maiores potencialidades e condicionantes para a implantação de cidades, no Brasil foi um grande norteador das implantações urbanas no período colonial, bem como, definiu a implantação de grandes cidades pelo mundo); C- Lugar de defesa (foi um dos maiores condicionantes da implantação de cidades até a contemporaneidade, era um dos maiores condicionadores da Antiguidade e da Idade Média); D- Cume Linear (representam um dos condicionantes de defesa); E- Cidade de Colina (foi muito usado desde a Antiguidade, exemplo como Tróia, Atenas), na história das cidades no Brasil figura com a determinação de Cidade Alta e Cidade Baixa, observada em Salvador (BA) e Natal (RN), bem como em Olinda (PE) e São Cristóvão (SE); F- Cidade nas encostas de colinas, escavadas ou em depressões (comuns no Oriente e em algumas cidades implantadas no interior de São Paulo) (Kostof, 1991, p.54).

Podemos definir condutas repetitivas em que existem paisagens naturais semelhantes, cidades com rios podem conhecer o fluxo do curso como responsável pelas vias ao longo de suas áreas, o mar provê algumas escolhas de desenhos, portos naturais sugerem a forma das ruas. Nas cidades antigas os muros de defesa seguiam o contorno saliente das colinas que refletiam as linhas e ruas de seu desenho. Cidades de colinas italianas representam a disputa entre o natural e o artificial e acabam por possuir desenhos com grande semelhança (Mumford, 2004, p. 67).

A origem de muitas cidades é simples, as terras para pastos são materializadas em ruas, estes assentamentos naturais se comportam como uma extensão das áreas rurais das quais tomaram de empréstimo seu desenho. Um dos exemplos de cidade moldada pela topografia está Machu Pichu, cidade Inca criou uma pousada para ela mesma nas alturas dos Andes que se traduz em uma espetacular paisagem urbana pitoresca.

A paisagem também recebe a possibilidade de leitura de suas potencialidades e condicionantes através de suas variações, ou seja, da percepção auferida pelo observador fruidor do conjunto de relacionamento entre o construído e construído, o

construído e o natural, o construído e o natural artificial. Dessa leitura nasceu a teoria da percepção (Cullen, 1983; Lynch, 1980; Kohlsdorf, 1996).

Podemos compreender a Teoria da percepção visual de uma maneira mais fácil quando se apresenta uma propriedade urbana denominada Visão Serial (Cullen, 1983, p.19), que é o percurso de um ponto a outro em um determinado caminho que revela uma sucessão de pontos de vista. O pedestre vai se deparando com uma série de contrastes súbitos que têm um grande impacto visual e possibilitam a apreensão do percurso e da paisagem.

Desta forma, compreende-se que as variações do desenho urbano frente ao que se pode chamar de “*cristalização de uma cidade*” (Mumford, 2004, p. 37) perpassam por formas e modelos ancestrais, destruições, reconstruções, transformações, apropriações, divisões urbanas de trabalho, etc., contudo, a partir do século XIX e especialmente início do XX, o projeto de implantação urbano-paisagística não pode ser compreendido apenas pela sua substância material, mas deve ser relacionável a forma de perceber, viver e fruir o espaço, na qual, esta simbiose de troca entre o homem e o meio físico adentram aos denominados paradigmas que estabeleceram novas ordens urbanas (Hall, 1998, p. 611).

5 | OS PARADIGMAS HIGIENISTA E SANITARISTA; MODERNISTA, HISTORICISTA, PÓS-MODERNISTA E OS PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA

Com a Revolução Industrial as potencialidades em relação a implantação urbano-paisagística foram ampliadas, uma vez que viver no meio urbano se tornou preferencial em contraposição ao meio rural. Esta situação acarretou formas diferentes de agenciamento do meio-físico, provocando em primeira análise problemas que foram estabelecidos como de ordem higienista e de embelezamento, depois de ordem tecnológica, desenvolvimentista econômico e físico chamado de modernista, depois em reação aos excessos dos anteriores surge o tradicionalista ou culturalista, chamado historicista e, por fim, o atual que inclui um pouco dos outros, conhecido como desenvolvimentista ou pós-modernista (Arruda, 1994).

Esses momentos paradigmáticos são compostos por pensamentos e teorias designadas como progressistas, culturalistas, sem modelo, tecnológica, antropológica e filosófica. Cada uma com seus pensadores e determinantes condizentes com as potencialidades e condicionantes do meio-físico para a implantação urbano-paisagística. Dentro do pensamento progressista destacam-se pontos que buscaram através do racionalismo e homem tipo, independente dos condicionantes e diferenças de lugares e tempos e do meio em si, propor projetos otimistas universalizantes, na qual o “verde” tem papel preponderante, com a distribuição por igual do ar, da luz e da água, e forte atribuição à estética visual e início e aplicação do pensamento dos

alojamentos padrões (Choay, 1997, p. 35).

O modelo culturalista é extraído de Ruskin e Morris e na cidade-jardim de Ebenezer Howard, apoiado na crítica ao desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade sob pressão da industrialização e apoiado no conceito de cultura e não de civilização. Deve formar um contraste sem ambiguidade com a natureza conservando-a, a favor da assimetria e da conservação das particularidades históricas da paisagem urbana; os padrões devem ser abolidos e os alojamentos devem ser coletivos.

O sem modelo coloca a impossibilidade de prever o planejamento futuro, ocorre uma grande preocupação com os alojamentos e da cidade-campo, e da supressão da diferença entre cidade e campo. O anti-urbanismo é marcado categoricamente nos EUA pela imagem da natureza intacta, a grande cidade recebe inúmeras críticas e buscasse um estado de restauração de vida rural.

Todos esses modelos tiveram como base pensadores que construíram sua cidade “ideal”, entre as ideias de maior importância estão as de Howard que estabelece um conceito de cidade irmã-campo (Cidade Jardim) com paisagens atraentes, bosques perfumados, ar fresco e murmúrio das águas (Choay, *op.cit.*, p. 220) e, a de Tony Garnier que estabelece entre os princípios de sua Cidade Industrial que a razão determinante seja a proximidade de matérias-primas, ou a existência de uma força natural suscetível a ser utilizada para o trabalho (Choay, *op.cit.*, p. 64). Estes modelos e todos os demais serviram de influência a todos os projetos de implantação urbano-paisagísticas a partir do século XIX, bem como inspiraram e multiplicaram propostas projetuais, como por exemplo, as de Le Corbusier e dos Modernistas no início do século XX (Figura 3).

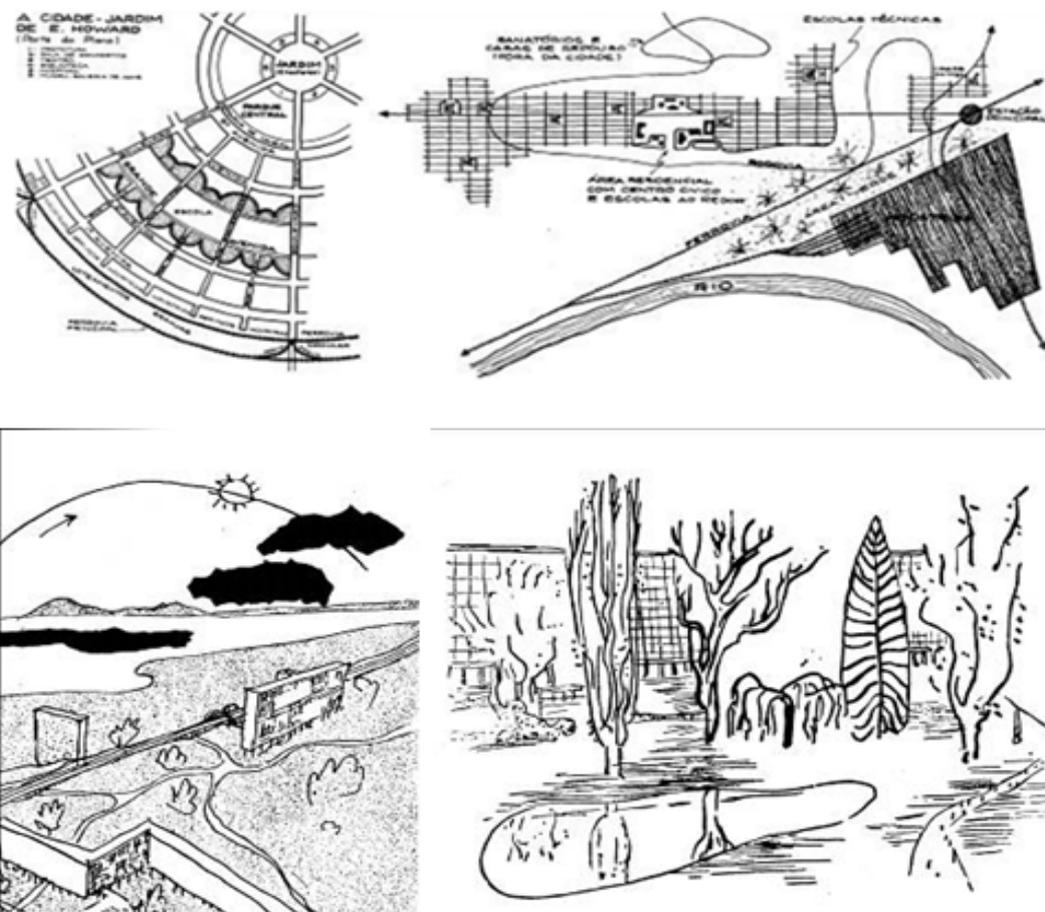


Figura 3- (acima a esquerda) Cidade jardim de Ebenezer Howard e (acima a direita) Cidade industrial de Tony Garnier. Fonte: Ferrari, 1988, p. 288-289. (Abaixo a esquerda) Desenhos de Le Corbusier: vários edifícios, espaçados no verde, que formam a cidade moderna, a paisagem da nova cidade, dominada pelo curso do sol. Os edifícios não deveriam combater a paisagem mas emoldura-la, acomodando-se ao meio-físico, expostas ao céu e ao verde. Fonte: BENEVOLO, op.cit., p. 633. (Abaixo a direita) a nova paisagem da cidade moderna, com o verde e as árvores em primeiro plano. Fonte: BENEVOLO, op.cit., p. 631.

No paradigma historicista, existiram projetos relacionados a “requalificação” de áreas históricas urbanas, essas ações foram divididas em intervencionistas e preservacionistas, tendo como embasamento teórico as Cartas e Recomendações Internacionais, como por exemplo: a Carta de Veneza, a Carta de Restauro da Itália; na maioria dos países foram desenvolvidos esses conceitos de projetos, que reuniram o ambiente natural ao ambiente cultural visando a produção de projetos de recuperação urbana a partir do reforço da identidade e memória dos moradores locais. No Brasil, destaca-se o Pelourinho em Salvador, o Centro Histórico de Recife e o Corredor Cultural do Rio de Janeiro (Sant’Anna, 2004, pp. 57-158).

Atualmente os projetos de implantação urbano-paisagística têm sido assentados no conceito de atratores, empregando o marketing urbano e políticas públicas, alguns desses exemplos são relacionáveis a sistemas de transportes urbanos, Praças e Parques Urbanos (centrais e periféricos), monumentos de arte, museus, entretenimentos, etc., voltados as vezes para a descentralização urbana e as vezes para o reforço de centralidades; entre inúmeros projetos destacam-se projetos para

“sanear-revitalizar-reconstruir” as cidades, para ampliar as potencialidades das cidades, para dar mobilidade as cidades e para reforçar a cultura das cidades.

Em relação a reconstrução de áreas urbanas podem ser citados os projetos em Berlim – *Potsdamer Platz*, realizado entre 1991 e 2000 de autoria de *Hilmer & Satller* e, em Lisboa – Reconstrução do Bairro do Chiado realizado entre 1988 e 2000 projeto urbanístico de Álvaro Siza após a devastação provocada por um grande incêndio; na ampliação e estratégia de crescimento da cidade o projeto do aeroporto de Kuala Lumpur inaugurado em 1998 e o Canary Wharf em Londres visando a reabilitação de edificações para uso misto de atividades para regenerar o leste e sudeste desta cidade; em Bilbao merece destaque o Metro e Centro de Conexão de Transportes de Abando que tem como foco a integração de antigas estações a novas estações; relativo a valoração das paisagens culturais destaca-se a revitalização da margem esquerda do Rio Sena em Paris e a renovação do bairro Del Raval em Barcelona (Powell, 2000).

6 | AS CIDADES BRASILEIRAS E SUA DEPENDÊNCIA DO MEIO-FÍSICO

Das potencialidades e condicionantes do meio-físico para as cidades brasileiras pode-se apreender algumas questões como: a) existências de três implantações relacionadas ao “descobrimento” e a “penetração” para os interiores (cidades litorâneas, interioranas e intermediárias); b) repetição dos padrões portugueses de Lisboa para o assentamento das cidades brasileiras coloniais; c) total relacionamento com a topografia para no assentamento das cidades resultando um desenho em muitos casos de sinuosidade em contraposição ao traçado xadrez dos espanhóis; d) relação com as transformações mundiais ocorridas a partir da revolução industrial e especialmente com os paradigmas; e) determinantes do meio-físico para a implantação das cidades planejadas no Brasil.

Os itens a), b) e c) acima descritos são demonstrados pela implantação de cidades como Rio de Janeiro, Salvador (Coletânea, 1998, p. 48), de traçado semelhante a Lisboa anterior ao terremoto de 1755; outros exemplos: cidades de natureza portuária e defensiva como Feliz Lusitânia (Belém) e Frederica (João Pessoa); cidades interioranas já no século XVIII, como Vila Rica (Ouro Preto), referentes ao ciclo econômico aurífero no Brasil.

As características das Baías demonstraram locais topográficos excelentes para a implantação de cidades, uma vez que, os portugueses não dispunham de um exército numeroso, usando, portanto, a geografia e a engenharia militar para suplantar a dificuldade de defender um império que ia deste as Américas até a Ásia. Outro estabelecimento da escolha se dava por esses locais oferecerem pontos ideais de navegação e atracação de navios, favorecendo as rotas comerciais estabelecidos pelas Cartas Náuticas. Esses aspectos, no Brasil, podem ser observados, no Rio de

Janeiro, Salvador, Pernambuco, Paraíba, Pará e na maioria das cidades costeiras nacionais.

Além das características relacionáveis às cidades litorâneas, a implantação de cidades no Brasil se caracterizou pelos elementos geográficos do interior e das zonas intermediárias entre o litoral e o Sertão. As cidades do interior se caracterizaram por terem sua implantação condicionada aos Rios, Riachos e claro a extração de ouro de aluvião (Minas Gerais), as intermediárias tiveram sua implantação determinadas pelo assentamento em Colinas, como São Cristóvão, em Sergipe, na qual a produção do açúcar predominava.

A partir de 1750, o controle político do Império Português recaiu sobre Sebastião José de Carvalho e Melo o Marques de Pombal que instituiu para o Brasil um plano de aumentar a quantidade de Vilas no interior aproveitando ao máximo as potencialidades dos territórios, estas ações tiveram as regiões do Pará e Amazonas como alvos estratégicos de expansão e controle importantes (Delson, 1997, pp. 51-52); nestas missões enviadas pelo governo português destacou-se o engenheiro militar e cartografo Felipe Strum que orienta a malha urbana de seus projetos de forma cuidadosa, no entanto, mesmo esse cuidado demonstrado no posicionamento da área central das vilas ainda estará condicionada ao meio físico, em especial as proximidades dos rios.

Apartir da metade do século XIX e início do XX as cidades brasileiras adequaram os condicionantes e potencialidades aos paradigmas gerados pela Revolução Industrial, no qual o embelezamento das áreas urbanas brasileiras tiveram sua principal manifestação no Rio de Janeiro de Pereira Passos (Rezende *apud* Leme, 1999, p. 39); contudo, alterações mais complexas de implantação foram empreendidas, especialmente, em representações denominadas de cidades planejadas como Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas (Leme, 1999), em que os aspectos do meio-físico nem sempre ou quase nada foram respeitados, uma vez que o domínio das transformações artificiais promovidas pelos paradigmas suplantou na maioria das vezes as dificuldades impostas pela topografia, clima, ventos, vegetação e os demais condicionantes do meio-físico, embora os resultados, na maioria das vezes, proporcionado por esse desrespeito não tenham sido os melhores, essas cidades demonstram, de certa forma, um paradoxo da vitória e derrota do *Dominus Artificiales*.

Alguns exemplos de desenhos urbanos de implantação no meio-físico das cidades brasileiras coloniais nos primeiros trezentos anos e planejadas como capitais, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas podem ser apreciados na Figura 4.

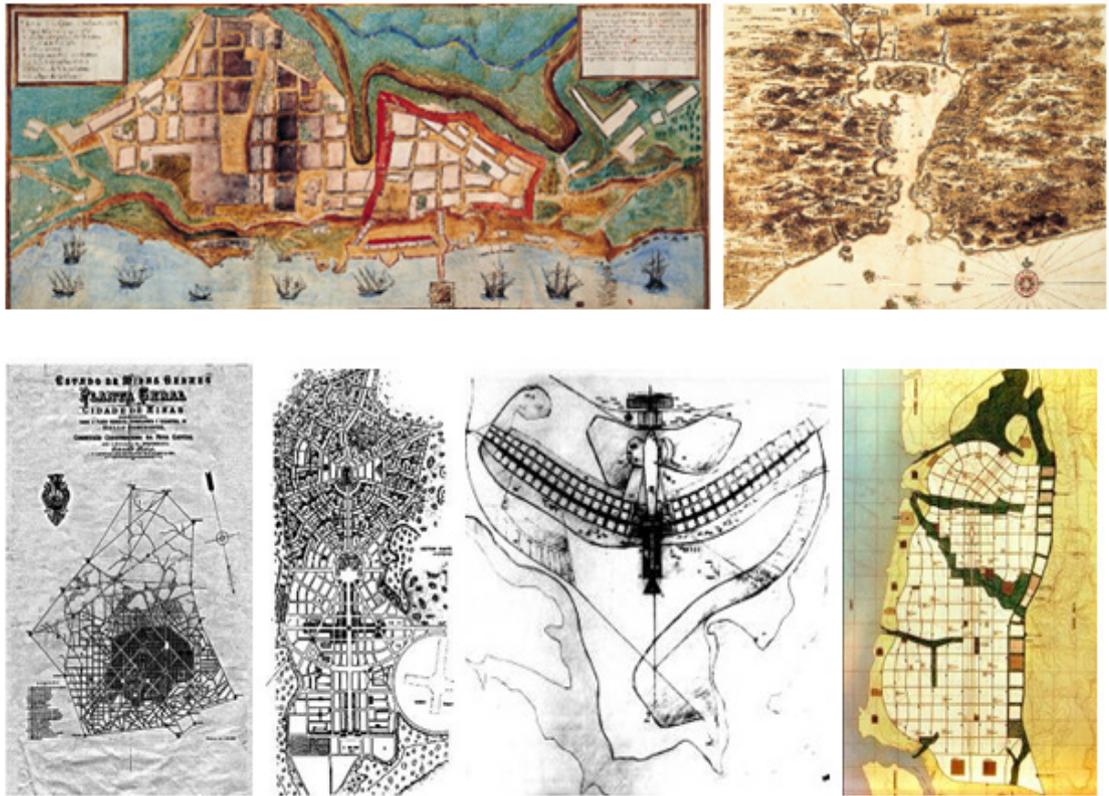


Figura 4- (Acima à esquerda) Salvador - ca. 1605 (ca. 1626). “Planta da cidade do Salvador/ na Bahia de Todos os Santos”. Autor: João Teixeira Albarnaz I. fonte: Original manuscrito, que integra o “Livro que dá Razão do Estado do Brasil” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, de autoria de Diogo de Campos Moreno (MORENO - 1626). Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2001. (cd rom). (Acima à direita) São Sebastião do Rio de Janeiro - ca. 1660 “RIO DE JANEIRO”. Autor: Johannes Vingboons. Fonte: Detalhe do original manuscrito que integra o atlas de Johannes Vingboons, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife. O desenho referente ao Rio de Janeiro mostra a cidade de forma semelhante ao atlas de João Teixeira de 1640, ainda com número limitado de habitações. Mas, diferentemente dos demais, detalha um casario adensado na área do Morro do Castelo, ao redor da fortaleza. Registra na Cidade Baixa casas ao longo da praia. REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2001. (cd rom). (Abaixo da esquerda para a direita) Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis (1895); Plano de Armando de Godoy em substituição ao de Atílio Correia Lima para Goiânia, inaugurada em 1933; Plano Piloto de Brasília, cidade inaugura em 1960; Projeto da cidade de Palmas, inaugurada em 1990. Fonte: Leme, 1999, pp.224,229,231 e **Revista Projeto**. Edição especial, número 146. São Paulo, 1991.p. 94.

Essas quatro cidades brasileiras, capitais planejadas, oferecem uma postura em relação ao meio-físico de forma igualitária, uma vez que seus desenhos tentam se adequar/impor ao terreno, um dos aspectos mais interessantes é a participação do projeto paisagístico de Brasília de um dos maiores arquitetos relacionados a esta área, Burle Marx, em que se destaca sua preocupação sempre presente com a utilização da flora autóctone da região. Contudo, inúmeras problemáticas decorrentes da escolha pela artificialidade e pouco respeito ao meio-físico fizeram demonstrar que a inspiração em conceitos já utilizados desde a Antiguidade chegando até os dias atuais sempre será útil nas lições de como equacionar as potencialidades e os condicionantes do meio-físico ao projeto de implantação urbano-paisagística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre um desafio o envolvimento na pesquisa sobre o modo de como o homem vive, em especial como ocorre a definição de suas trocas sociais, a partir da concentração de pessoas criando uma comunidade de interesses comuns. Este artigo explora o que faz com que o homem escolha certos padrões de moradia e construção de sua espacialidade social.

Os exemplos aqui apresentados servem para ilustrar os condicionantes que existiram, e ainda existem, para a implantação de malhas urbanas, sejam elas de diferentes padrões e adaptação ao meio-físico. Importantes personagens foram mencionados como Vitruvius, Alberti, que se dedicaram a estudar as características da paisagem urbana e da geografia para a implantação desses assentamentos humanos.

A configuração do traçado urbano tem sido bastante diversificada, incluindo pensadores de cidades, como Ebenezer Howard e Tony Garnier, sem deixar de lembrar Le Corbusier e as cidades brasileiras, e suas características de traçado urbano.

O percurso histórico analisado revelou aspectos relevantes aos condicionantes do meio físico sobre o projeto de implantação urbano-paisagística como: a) existências de três tipos de implantações relacionadas ao “descobrimento” e a “penetração” para os interiores (cidades litorâneas, interioranas e intermediárias); b) repetição dos padrões portugueses de Lisboa para o assentamento das cidades brasileiras coloniais; c) total relacionamento com a topografia para assentamento das cidades resultando em desenhos urbanos, em muitos casos, de sinuosidade em contraposição ao traçado xadrez dos espanhóis; d) relação com as transformações mundiais ocorridas a partir da revolução industrial e especialmente com os paradigmas; e) determinantes do meio-físico para a implantação das cidades planejadas no Brasil, como os casos de Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

Como consideração final, o que se tem visto, pode ser determinado pela vitória do *Dominus Artificiales*, no entanto, este mesmo domínio do artificial sobre o natural tem cobrado um alto preço a população destes assentamentos humanos estabelecidos nos últimos séculos, o que nos faz ao mínimo refletir sobre as lições dos antigos teóricos de arquitetura e urbanismo e importância do respeito ao *O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO- PAISAGÍSTICA*.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico Anticlássico: O Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

Coletânea de Estudos. Universo Urbanístico Português, 1415-1822/ Helder Carita (Coord.); Renata Araujo (Coord). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia.** Brasília: Alva-Ciord, 1997.

FERRARI, Celson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado: urbanismo.** 6 ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

HALL, Peter. **CITIES IN CIVILIZATION: Culture, Innovation, and Urban Order.** London: Weidenfeld & Nicolson, 1998.

KATINSKY, Roberto. **Vitrúvio da Arquitetura.** São Paulo: Hucitec, Fundação para a pesquisa ambiental, 1999.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade.** Brasília: Editora UNB, 1996.

KOSTOF, Spiro. **The City Shaped: urban patterns and meanings through history.** London: Thames & Hudson Ltda, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil – 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACAULAY, David. **Construção de uma Cidade Romana.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POWELL, Kenneth. **La transformación de la ciudad: 25 proyectos internacionales de arquitectura urbana a principios del siglo XXI.** Barcelona: Leopold BLUME, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: EDUSP, 2001. (cd rom).

Revista Projeto. Edição especial, número 146. São Paulo, 1991.

SANT'ANNA, Marcia. **A CIDADE-ATRAÇÃO.** A norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Salvador: 2004. (Tese de Doutorado). pp. 57 a 168.

TEORIA da Arquitetura: DO RENASCIMENTO ATÉ AOS NOSSOS DIAS. London: TASCHEN, 2006.

PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

Jefferson Eduardo da Silva Morales

Universidade Federal de Roraima - Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Boa Vista – Roraima

Georgia Patrícia da Silva Ferko

Universidade Federal de Roraima - Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Departamento de Administração
Boa Vista - Roraima

Graciete Guerra da Costa

Universidade Federal de Roraima - Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Boa Vista - Roraima

Elizabete Melo Nogueira

Instituto Federal em educação, ciência e tecnologia de Roraima
Boa Vista – Roraima

RESUMO: A Paisagem Cultural é caracterizada na ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente. Esta pesquisa tem como objetivo apreender o processo inserção do termo Paisagem Cultural como nova categoria para a preservação de

patrimônios. Para tanto, recorreu-se à revisão de literatura, a de estudo bibliográfico de autores que discutem o do assunto. Durante a ECO-92, alguns pesquisadores e estudiosos se reuniram na França, no mesmo ano, para formar a Paisagem Cultural com o objetivo de valorizar a relação Homem e Natureza e estabelecer critérios para que um bem seja considerado Paisagem Cultural e que esse termo seja inserido na Lista de Patrimônio Mundial. Identifica-se que Paisagem Cultural é um termo bastante discutido na geografia, o qual passou a ser utilizado para apreciar as paisagens naturais e, ao mesmo tempo, ter aproveitamento do espaço para práticas culturais e viabilizar economicamente, uma vez que esses mesmos espaços viram símbolos locais, tornando-se a identidade, a alma e a representatividade comunitária. Faz-se necessário, a criação de canais de interlocução com diversos sujeitos, já que esses patrimônios precisam de gestão e legitimidade perante a sociedade, podendo assim evitar problemas que ocorrem com patrimônios de outras categorias que foram inscritos na lista da Unesco.

PALAVRAS-CHAVES: Paisagem Cultural, Patrimônio, Natureza.

CULTURAL LANDSCAPE IN CONSTRUCTION OF THE CONCEPT

ABSTRACT: The Cultural Landscape is characterized in the occurrence, in a territorial fraction, of the singular conviviality between the nature, the constructed and occupied spaces, the modes of production and the cultural and social activities, in a complementary relation between itself, able to establish an identity that does not can be conferred by any one of them alone. This research aims to apprehend the process insertion of the term Cultural Landscape as a new category for the preservation of patrimony. For that, we resorted to literature review, that of a bibliographic study of authors who discuss the subject. During ECO-92 some researchers and scholars met in France in the same year to form the Cultural Landscape in order to value the relationship between Man and Nature and to establish criteria for a good to be considered a Cultural Landscape and that this term be on the World Heritage List. It is identified that Cultural Landscape is a term very discussed in the geography, which began to be used to appreciate the natural landscapes and, at the same time, to take advantage of the space for cultural practices and economically feasible, since these same spaces saw symbols identity, soul and community representation. It is necessary to create channels of dialogue with various subjects, since these assets need management and legitimacy before society and can thus avoid problems that occur with assets of other categories that have been inscribed on Unesco's list.

KEYWORDS: Cultural Landscape, Heritage, Nature.

1 | INTRODUÇÃO

Paisagem é um conceito abrangente que foi desmembrando-se e ampliando-se para todos os campos das ciências. Na geografia a paisagem é uma categoria de estudo, conceituada como porção do espaço que é visto e sentido, ainda nos conceitos geográficos, sendo subdivida em natural e humanizada.

As paisagens naturais são espaços que não tiveram nenhuma ação humana, permanecendo as estruturas vegetais, fauna, solo e corpos hídricos intactos. Quanto às paisagens humanizadas são os espaços que sofreram menor ou maior escalas das ações antrópicas como as aldeias, cidades e estradas.

Na geografia clássica a paisagem cultural é analisada a partir da interação das intervenções humanas na natureza, cujo objetivo é a produção de elementos para suprir necessidades da sociedade em abastecimento, gestão territorial e infraestrutura. Dessa forma, como resultado dos impactos gerados pela humanidade na natureza geraram novas paisagens no âmbito rural e urbano.

Com as preocupações patrimoniais, culturais e naturais, a UNESCO vem criando chancelas de proteção aos elementos excepcionais para a humanidade. Tomando como base a discussão da geografia tradicional alemã, a Paisagem Cultural apareceu como uma nova categoria para a preservação de patrimônios. “A ideia de paisagem cultural, por sua vez, como concebida na categoria do patrimônio, trata da interação

entre a natureza e a cultura, na medida em que abrange formas tradicionais de viver e de se relacionar com o meio ambiente” (NÓR, 2013, p. 26).

Os patrimônios culturais, então, são objetos do processo ligado diretamente a memória e identidade, trazendo consigo uma carga muito forte de significado, e a natureza que está diretamente influenciada pela intervenção humana fazendo com que a natureza não seja um bem intocado.

Paisagem Cultural pode-se ser subdivida em: paisagens claramente definidas; paisagens evoluídas organicamente (reíquias ou fósseis, contínua); e paisagem cultural associativa com suas características de análise para cada categoria (RIBEIRO, 2007).

Esta pesquisa objetiva compreender em como o conceito de paisagem cultural foi apropriado pela UNESCO para a inscrição de bens culturais no intuito salvaguardá-los. Como procedimento metodológico foi utilizado pesquisa bibliográfica de forma qualitativa para o aprofundamento dos dados conceituais e sob a ótica de autores e pensadores que discutem o tema.

2 | PAISAGEM

A humanidade, desde o começo de sua história e existência, interfere diretamente na modificação da paisagem natural, fazendo com que cada vez mais a paisagem natural venha sendo substituída pelas paisagens antrópicas. Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço – no entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida, então, como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo (RIBEIRO, 2013).

O crescimento urbano acelerado iniciou-se no período da industrialização, mas sabe-se que quando o homem deixou de ser nômade e tornou-se sedentário na antiguidade, formando, assim, os primeiros grupos que fixaram lugar, permitindo então “o desenvolvimento das técnicas que possibilitou o homem deslocar-se no espaço geográfico a natureza passa ser dominada, domesticada pelo mesmo para atender suas necessidades em todas as suas dimensões, econômica, social e cultural” (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 7). O assentamento humano nas primeiras civilizações foi o berço do crescimento das sociedades e com ela toda a necessidade de interferência na paisagem natural.

As cidades hoje são o lócus onde mais da metade da população vive no mundo. Assim com o alto grau de urbanização cada vez mais os espaços urbanos ocorre a minimização de áreas naturais que vão dando lugar às construções edificadas, tornando mínimo os espaços verdes arborizados e o contato do homem com o meio natural que fica restrito a áreas construídas muitas vezes pelo próprio homem como praças, parques e etc. (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 12).

Com a maioria da população mundial vivendo nas cidades, é inevitável a

modificação da paisagem natural, uma vez que o espaço construído pelo homem, como uma forma de vida, fazendo, então, que no lugar de árvores e lagos haja prédios e asfaltos em nome do conceito moderno de desenvolvimento. Então, vale citar:

a cidade moderna produz e reproduz novos territórios em seu processo de desenvolvimento, criam-se novas formas esculturais e tipológicas urbanas (como praças, jardins, parques) espaços artificiais construídos pelo homem, condicionando ao crescimento do espaço geográfico urbano e a redução rural (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 12).

Mudança da topografia original, diminuição da cobertura vegetal, perda de habitat de animais e espécies da flora, diminuição da permeabilidade do solo, entre muitas outras modificações foram feitas para serem criadas as cidades. Vale lembrar, ainda, que não somente as cidades têm o papel das paisagens antrópicas, como também o ambiente rural modifica, e muito, o meio em que vive, principalmente em áreas para a agricultura (RIBEIRO, 2013).

A criação de novos territórios e de novas disposições espaciais faz com que o ecossistema se modifique e, assim, as cidades criam novas paisagens, como é ressaltado Yázigi (2002, p. 87): “a construção de uma nova cidade gera a ‘construção’ de uma nova paisagem. A paisagem está associada à passagem do tempo sobre um determinado local, às percepções das formas e do mundo” – mais uma vez frisando sobre a visão de mundo de quem contempla a paisagem e o significado dado a nível pessoal e social.

Desta forma, o homem modificou a paisagem não apenas para suprir suas necessidades, mas também para se identificar, como afirmam Andreotti e Furlanetto:

o homem inventou-a para falar de si mesmo através da imagem. Somos nós mesmos na nossa paisagem. E isso porque nós modificamos o ambiente com todos os seus elementos naturais através das nossas atividades materiais, das necessidades políticas, das instâncias econômicas, dos ordenamentos jurídicos, mas sobretudo depositamos a nossa cultura e a nossa concepção de mundo (Weltanschauung), o nosso modo de pensar e viver, as nossas crenças religiosas, a nossa pulsão espiritual, os nossos símbolos e valores. Todos esses elementos constituem uma ética que, com o filtro do tempo, se torna uma estética (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012, p. 6).

Neste sentido, as cidades se tornam um verdadeiro sistema, com diversas formas de pensamento, de cultura e de pontos de vista que o delinear do tempo vai consolidando uma comunidade.

Paisagem é um termo bem amplo, mas muito utilizado nas áreas da geografia, das ciências ambientais, do patrimônio cultural, da identidade, da memória e como recurso natural. “A palavra paisagem, cheia de conceitos e significações diversas, requer uma delimitação para seu uso e uma explanação acerca das implicações ideológicas embutidas em torno de sua limitação” (MANTOVANI; BARBOSA, 2015, p. 270).

Os mesmos autores ainda complementam que é um conceito que estabelece a unidade e a identidade para a própria geografia, pois cada parcela de paisagem possui

uma característica própria, através dos relevos e das paisagens aquáticas e florestais formando, assim, uma composição cênica de cada região, o que as torna tão peculiares e com identidade. Desta forma, “o conceito de paisagem é essencialmente polissêmico e dinâmico, já que ao longo da história do pensamento geográfico o conceito teve múltiplas interpretações, de acordo com a abordagem geográfica” (RISSO, 2008, p. 68).

Com isso, é observada a intervenção humana nas paisagens naturais formando, então, as paisagens antrópicas. Nesse sentido, “dentre as diferentes formas de contato do homem com a natureza, que fica evidente uma forma de projeção dos indivíduos sob os objetos e os elementos a respeito dos quais desejam refletir” (MANTOVANI; BARBOSA, 2015, p. 270); de acordo com a necessidade ou vontade humana, a paisagem é modificada e adaptada para suprir o objetivo.

Para Ferreira, Lanari e Moreira (2014), a paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, nas quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território.

No entendimento de Mantovani e Barbosa (2015, p. 277), pode-se verificar no dicionário o conceito de paisagem como sendo “uma extensão de território que se abrange com um lance de vista, panorama, vista” ou, ainda, como uma “pintura, gravura ou desenho que representa ou em que se descreve um sítio natural, rural ou urbano”. Percebe-se, então, a vastidão do conceito de paisagem, sendo preciso estudar cada um detalhadamente.

Nas discussões de patrimônio nos âmbitos culturais, seja material ou imaterial, assim como os recursos naturais, em especial, na conceituação de paisagem, esses temas foram discutidos separadamente, levando-se a pensar que eram dois temas totalmente distintos. Porém, no século XX começou a se falar sobre a nova categoria de discussão: as paisagens culturais (RIBEIRO, 2013).

Ferreira, Lanari e Moreira (2014, p. 54) complementam que:

a paisagem não deve ser compreendida apenas como um meio natural ou artificial, e sim como uma complexa rede de percepções em interação com o meio, composta por processos de criação e recriação a partir das permanências e modificações impostas ao meio físico a partir da ação dos seres humanos. As paisagens, portanto, são fenômenos sociais dotados de forte carga de subjetividade.

A paisagem tem sofrido interferência humana desde o começo e foi percebida a necessidade de uma nova categorização dos patrimônios, uma vez que o cultural encontra o natural no caminho e ambos formam uma nova paisagem para ser apreciada pela comunidade e quem as visita.

Para Ferreira, Lanari e Moreira (2014), a paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, nos quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território; “a cultura é o agente, a área natural, é o meio, a

paisagem cultural, o resultado” (SAUER, 1925, p. 25). Assim, é nítida a interação da natureza com a cultura construída pelo homem, criando uma nova forma de observação – e não apenas com o natural e os patrimônios culturais separadamente, que agora são organismos unificados e tendo que ser avaliados conjuntamente como Ferreira, Lanari e Moreira (2014, p. 56) citam:

a própria origem bipartidária da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupa com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza.

Ao associar o estudo das paisagens a apenas aos seus aspectos geográficos, atribuiriam à paisagem a condição de “suporte da vida”. Neste sentido, mesmo quando preocupada com as formas de apropriação do meio pelo homem, ele coloca os recursos naturais como se estivessem à disposição dos homens destes, que “modelariam” a base física do mundo de acordo com suas necessidades (FERREIRA; LANARI; MOREIRA, 2014).

Sendo assim, pode-se inferir que a paisagem é um recurso natural por conter todos os componentes naturais, e que no decorrer da história tornou-se elemento de grande valia para a sociedade no quesito econômico quando se pensa no capitalismo, mas todos os povos usaram os recursos naturais como uma moeda de troca, como era o ouro, a prata, a troca de objetos por animais muito comum na antiguidade, ou seja, muito antes do capitalismo como, conhecemos hoje, excluir ser adotado pela maioria das nações.

Desta forma, Venturi (2006) complementa em sua conceituação que:

se, por um lado, os recursos naturais ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, por outro, sua apropriação ocorre segundo valores sociais. Dessa interação sociedade-natureza decorrem determinadas formas de organização social sobre o território, influenciadas, tanto pelos processos naturais que determinam a ocorrência (ou a não ocorrência) e a distribuição territorial dos recursos, como pelos valores sociais vigentes no contexto da apropriação, sendo que quanto mais valorizado é um recurso, maior sua mobilidade sobre o território (VENTURI, 2006, p. 16).

Ribeiro (2007) considera que a paisagem ganhou um forte aliado: trata-se das discussões de desenvolvimento sustentável que entraram na agenda dos debates nacionais e internacionais estimulando a relação harmônica do homem com a natureza. A natureza modificou-se naturalmente no decorrer das eras formando os recursos que têm sido utilizados para a produção de consumo e de abastecimento de seus grupos sociais que nasceram de uma demanda particular de cada comunidade, e de como será manejado. Assim, a cultura que justificava as diferentes realizações do homem sobre a terra, mais do que a genética ou as condições do meio, tem como preocupação evitar a confusão, então ainda comum, entre o orgânico e o cultural (LARAIA, 1986).

3 | PAISAGEM CULTURAL NA GEOGRAFIA CLÁSSICA

É importante destacar a existência da geografia cultural, teve por origem em 1890 na Alemanha que visava discutir as resultantes da relação da sociedade com a natureza. “Esses temas desdobravam-se em ouro como as regiões culturais, a ecologia cultural ou o papel do homem destruindo a natureza, a difusão cultural e outros associados, via de regra, à dimensão material da cultura” (CORRÊA, 2009, p.2). Sendo o conceito com raízes europeias dando luz aos próximos passos de reconhecimento pelos Estados Mundiais.

Paisagem Cultural, na concepção de Ribeiro (2007), é caracterizada na ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente.

Segundo Ribeiro (2007), a ideia de paisagem cultural possui uma ampla tradição na disciplina geográfica, uma vez que ela também passou a ser utilizada por diversos campos do saber, como a arquitetura e a ecologia, fato que abre várias possibilidades de análise teórica sobre a paisagem. Logo, ao se eleger certa concepção de paisagem e uma metodologia para analisá-la isso influenciará nos resultados da pesquisa implementada, obtendo-se diferentes conclusões num mesmo objeto investigado.

Segundo Nór (2013), o conceito de paisagem cultural de meio ambiente, em seu sentido mais atual, é como um sistema dinâmico, de relações e interferências recíprocas, compreendido sob uma visão totalizante que abrange aspectos naturais, sociais, econômicos, culturais, éticos e políticos.

Paisagem Cultural é um elemento que o homem criou para apreciar as paisagens naturais e, ao mesmo tempo, ter aproveitamento do espaço para práticas culturais e viabilizar economicamente, uma vez que esses mesmos espaços viram símbolos locais, tornando-se a identidade, a alma e a representatividade comunitária.

Segundo Ribeiro (2007), a ideia de paisagem cultural possui uma ampla tradição na disciplina geográfica, uma vez que ela também passou a ser utilizada por diversos campos dos saber, como a arquitetura e a ecologia, fato que abre várias possibilidades de análise teórica sobre a paisagem. Logo, ao se eleger certa concepção de paisagem e uma metodologia para analisá-la isso influenciará nos resultados da pesquisa implementada, obtendo-se diferentes conclusões num mesmo objeto investigado.

Sendo uma nova categoria de análise a paisagem cultural inseriu-se como chancelas patrimoniais apropriadas pela UNESCO. Dessa forma, o conceito foi expandido para os patrimônios que não estão inseridos como cultural e natural, mas que possuem representatividade na comunidade a qual pertence, sendo uma interseção destas dicotomias.

4 | PAISAGEM CULTURAL COMO CATEGORIA DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

Durante a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro entre 24 e 26 de outubro de 1992, na Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, alguns pesquisadores e estudiosos se reuniram na França, no mesmo ano, com o objetivo de valorizar a relação Homem e Natureza e estabelecer critérios para que um bem seja considerado Paisagem Cultural e que esse termo seja inserido na Lista de Patrimônio Mundial. Esta reunião contou com a participação de especialistas relacionados à Paisagem Cultural de oito países e cientistas de diversas áreas, como arqueologia, história, ecologia da paisagem, geografia e arquitetura e planejamento urbano, reforçando, assim, ser um tema multidisciplinar (RIBEIRO, 2013).

Desta forma,

apesar dos avanços, o patrimônio natural e o cultural eram tratados separadamente, sem cogitar as relações de intercessões entre ambos; um exemplo já citado é o documento “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, da Unesco (1972), que define os bens patrimoniais naturais e os culturais, sem relacioná-los (RIBEIRO, 2013, p. 51).

“A ideia de paisagem cultural, por sua vez, como concebida na categoria do patrimônio, trata da interação entre a natureza e a cultura, na medida em que abrange formas tradicionais de viver e de se relacionar com o meio ambiente” (NÓR, 2013, p. 26). Os patrimônios culturais, então, são objetos do processo ligado diretamente a memória e identidade, trazendo consigo uma carga muito forte de significado, e a natureza que está diretamente influenciada com a intervenção humana fazendo com que a natureza não seja um bem intocado.

A discussão e a inclusão da paisagem cultural, enquanto patrimônio, também repercutiu no Brasil através de documentos internacionais e outros produzidos no país (FERREIRA; LANARI, MOREIRA, 2014).

Em 1992, a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens: naturais ou culturais (RIBEIRO, 2013). Para Caballero (2016), o conceito de “paisagem cultural” surgiu na Convenção do Patrimônio Mundial e, em paralelo, a ideia de “reservas de biosfera” foi desenvolvida na Convenção de Diversidade Biológica: agora, as cidades são consideradas sistemas ecológicos.

Ribeiro et al. (2013) destacam que a riqueza de um povo não se mede apenas pela sua riqueza financeira ou econômica, mas também pelo seu patrimônio natural, social e cultural. O patrimônio de um indivíduo, de uma sociedade ou da humanidade pode ser material, como, por exemplo, o legado arquitetônico ou o legado de lugares com valor cênico e paisagístico, ou, também, imaterial, composto por ideias e expressões científicas e filosóficas.

Seguindo os critérios de classificação de patrimônios da UNESCO, até então era possível apenas distinguir um bem como cultural ou natural, mas existiam bens que podiam ser classificados nas duas categorias e, assim, futuramente foi

criado o termo bem misto por preencher critérios culturais e naturais, porém sem que, necessariamente, seja o objeto de análise ou de valorização. Posteriormente, com o desenvolvimento da ecologia e das políticas públicas, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável ativou uma valorização na relação da harmonia entre o homem e o meio ambiente, e, a partir de então, foi pensada pela UNESCO a categoria de Paisagem Cultural (RIBEIRO, 2013).

Quando Paisagem Cultural é discutida, é importante diferenciar como são reconhecidos patrimônios que possuem chancela pela UNESCO: Patrimônio Cultural e Natural. Os Patrimônios Culturais podem ser subdivididos em materiais e imateriais, os materiais são considerados em monumentos como elementos arquitetônicos, pinturas, esculturas, artefatos arqueológicos, inscrições, cavernas, conjuntos de construções reunidas ou isoladas e obras do homem que tenham valor excepcional para a Humanidade quanto à história, artes ou ciência.

Assim como os patrimônios culturais são subdivididos para compreensão dos diversos bens tombados, a UNESCO classificou os tipos de paisagens culturais de acordo com suas características. Abaixo seguem os critérios para que um bem seja considerado uma Paisagem Cultural, os quais foram discutidos em 1992.

Paisagem Cultural	
Paisagens Claramente Definidas	
Paisagem Evoluída Organicamente	Paisagem Relíquia ou Fóssil
	Paisagem Contínua
Paisagem Cultural Associativa	

Quadro 1: Tipos de Paisagens Culturais

Fonte: Ribeiro (2007)

Para Ribeiro (2007), as paisagens claramente definidas são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, nas quais se encaixam jardins e parques construídos por razões estéticas. Figueiredo (2013) complementa, são paisagens cujos planos e projetos visam associar espaços livres a conjuntos edificados, ou seja, são desenhos ligados ao paisagismo.

A segunda categoria, de paisagem evoluída organicamente, resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso, e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo, ou seja, representa um ciclo social que pode representar uma cidade inteira ou parte dela. Esse tipo de paisagem pode, ainda, ser dividida em duas subcategorias: a paisagem relíquia ou fóssil, aquela cujo processo de construção terminou em algum tempo passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis, como vestígios materiais; e, a paisagem contínua, aquela que retém um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associada com formas de vida tradicionais, e na qual processos

evolutivos ainda estão em progressão, ao mesmo tempo em que exibe significativa evidência material de sua evolução através do tempo (FIGUEIREDO, 2013; RIBEIRO, 2013).

A terceira categoria é a da paisagem cultural associativa, a qual trata das paisagens que têm seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana. Sua inclusão na lista do patrimônio mundial é justificada em virtude de poderosas associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural, sem a evidência material da cultura, que pode ser insignificante ou mesmo ausente, sendo a necessidade de espaço físico para que as aplicabilidades dos bens imateriais como rituais religiosos ou sagrados (FIGUEIREDO, 2013).

Segundo Fowler (2003) a maioria das Paisagens Culturais se caracterizavam por Paisagem Evoluída Organicamente e Contínua que representa cerca de 60% das paisagens catalogadas pela UNESCO. As categorias apresentadas têm como objetivo inserir os bens que não se encaixam nas dicotomias: Patrimônios Culturais e Naturais, criando uma nova forma de salvaguardar esses bens que representam significância para uma sociedade, cuja interação homem e natureza se mantém presente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, a Paisagem Cultural teve o conceito construído primeiramente na geografia cultural que relaciona as ações humanas com a natureza. Devido à preocupação crescentes quanto aos bens da Humanidade afim de salvaguardar para as posteridades, as Nações Unidas criaram os Patrimônios Culturais e Naturais, mas os estudiosos viram a necessidade de preservar paisagens que não se incluíam em todas as exigências das chancelas patrimoniais. Portanto, em 1992, a UNESCO incluiu a Paisagem Cultural na lista de proteção, conseqüentemente os Estados criaram seus próprios órgãos para catalogar e institucionalizar a Paisagem Cultural.

Como forma de reconhecer esses bens são necessários categorizar as paisagens culturais, dessa forma é subdividida em Paisagens Claramente Definidas, assim como, Paisagens Evoluídas Organicamente que desmembra em relíquias ou fósseis e em Paisagens Associativas. A Paisagem Cultural está ascendente quanto às discussões patrimoniais nos Estados, mas faltam instrumentos para reconhecer tais paisagens e as particularidades de cada uma ficando os pesquisadores a missão de promover métodos de análise dos objetos de estudos na nova categoria patrimonial.

É importante salutar os esforços da UNESCO em criar categorias para salvaguardar os patrimônios. Contudo, para o pleno e eficaz serviço de proteção de Paisagem Cultural, faz-se necessário aprender com as experiências de bens patrimoniais que são inscritos em outras categorias de chancela, cultural e natural, que é importante a interlocução com os atores locais envolvidos, sejam institucionais, prefeituras, estados, sociedade civil, ou seja, o reconhecimento da comunidade para

aquele bem seja pleno e proveitoso para todos.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, G.; FURLANETTO, B. **O senso ético e estético da paisagem**. Ra'ega, o espaço geográfico em análise, Curitiba, v. 1, n. 24, p. 05-17, abr./jan. 2012.
- CABALLERO, G. **The role of natural resources in the historic urban landscape approach**. Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development, Singapura, v. 6, n. 1, p. 02-13, out. 2016.
- CORRÊA, R. L. **Sobre a Geografia Cultural**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- FERREIRA, L.; LANARI, R.; MOREIRA, M. **A paisagem cultural do norte do estado do Mato Grosso: construindo a memória do Rio Teles Pires**. Revista Científica das Áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 53-77, ago./dez. 2014.
- FIGUEIREDO, V. G. B. **O Patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções?** Paisagem e ambiente: ensaios, São Paulo, v.1, n.32, p. 83-113, 2013.
- FOWLER, Peter J. **World heritage cultural landscapes 1992-2002**. Paris: UNESCO, 2003. 133 p. (Word heritage papers, n. 6). Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/series/6/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- LARAIA, R. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- MANTOVANI, J.; BARBOSA, S. **A paisagem e a descoberta do mundo em “campo geral”, de Guimarães Rosa**. Revista de Anpoll, Florianópolis, v. 1, n. 38, p. 268-277, jan./jun. 2015.
- NÓR, S. **O lugar como imaterialidade da paisagem cultural**. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, v. 4, n. 34, p. 119-129, abr./jun. 2013.
- RIBEIRO, R. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- RIBEIRO, M. A. et al. **Gestão da água e Paisagem Cultural**. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 44-67, jul./dez. 2013.
- RISSO, L. **Paisagens e cultura: uma reflexão teórica e prática a partir de uma comunidade indígena amazônica**. Espaço e cultura UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 67-76, jan./jun. 2008.
- SAUER, C. **The morphology of landscape**. Publications in Geography, Califórnia, v. 2, n. 2, p. 19-54, 1925.
- SOUZA, L.; SANTOS, A. **A fitogeografia urbana nas praças públicas da cidade de Parintins-AM, sua importância histórica/social e ambiental na paisagem urbana**. Manaus: 2017. 22 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual do Amazonas, 2017.
- VENTURI, L. **Recurso Natural: a construção de um conceito**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 9-17, maio/ago. 2006.
- YÁZIGI, E. **A importância da paisagem. Paisagem e turismo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA

Elisiana Alves Kleinschmitt

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas –
UDC, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Foz do Iguaçu - Paraná

RESUMO: A paisagem vem sendo objeto de pesquisas e seu estudo cria subsídios para protegê-la, tendo a mesma a importância no desenvolvimento socioeconômico local e regional, como também melhorar a qualidade de vida da população. Devido à importância do seu estudo, surgiram várias metodologias de análise da paisagem, assim o presente trabalho pretende reunir algumas dessas metodologias e suas aplicações. As metodologias para a análise da paisagem são diversas, onde a escolha da aplicação do método vai depender das condições e características da área a ser estudada. Na atualidade a paisagem tem cada vez mais importância nas análises territoriais. A análise da paisagem é de suma importância para o planejamento e gestão urbana. Ao elaborar estudos e análises da paisagem, devemos levar em consideração o tempo necessário para sua elaboração, é preciso ter os objetivos exatos para o estudo, planejando o que se pretende com o estudo, delimitando os pontos-chave que serão analisados, para não sobrecarregar com informações e conclusões de pouca importância. Portanto a simplificação

do planejamento com a delimitação da área de estudo e planificação do tempo necessário para cada fase, sendo assim com a obtenção dos dados, os mesmos devem ser analisados de maneira simplificada, evitando analisar dados irrelevantes. Assim com a análise e posterior valoração obtida servirão para a melhoria do planejamento e gestão urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente; Estudo; Planejamento; Território

METHODOLOGY ANALYSIS OF URBAN LANDSCAPE

ABSTRACT: Landscape analysis is extremely important for urban planning and management. Due to its importance, several methodologies of landscape analysis have arisen, and the present study aims to gather some of these methodologies and their applications. The landscape analysis methodologies are diverse, where the choice of method appliance will depend on the conditions and characteristics of the area to be studied. Nowadays landscapes have more and more importance into the territorial analysis. While elaborating landscapes studies and analysis, the time necessary for its elaboration must be taken into consideration, and it is fundamental to establish the exact goals for the study, planning what is intended with it

and delimiting the key points that will be analyzed so there are not too much information and too many cursory conclusions. Thus, the planning simplification with the study area delimitation and necessary time planification for each level after obtaining data must be analyzed in a simpler way, avoiding irrelevant data. Consequently, the analysis and the posterior value obtained will serve as a better urban planning and management.

KEYWORDS: Environment; Study; Planning; Territory

1 | INTRODUÇÃO

A urbanização no Brasil ocorreu de forma desordenada e desequilibrada, isso se deu, segundo Campos Filho (1999), pelo processo migratório campo-cidade, ocorreu por pressões positivas através da oferta de melhores empregos nas cidades e negativas ou expulsórias do campo, tanto pelo crescimento dessa população rural como pela mudança na tecnologia de produção agrícola, liberando assim a mão de obra; levando esse migrante para a cidade aumentou a demanda por produtos e infraestrutura nos centros urbanos. A relação entre a ocupação dos centros urbanos e a natureza tem sido um desafio para o planejamento urbano.

Villaça (1998) cita que os espaços não mantem relações sociais entre si; mas alguns processos sociais onde o espaço e a sociedade estão profundamente interligados que se torna impossível entender tais relações sociais sem relacioná-las com a visão espacial, isto acontece no espaço intraurbano, onde é marcante a presença do espaço nas relações sociais.

... uma cidade é algo mais do que um somatório dos seus habitantes: é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e de facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem - independentemente de outras razões - viver em comunidade a viverem isoladas (CULLEN, 1971, p. 09).

Para Lynch (1997), o desenho de uma cidade é uma arte temporal, sendo que a mesma não pode ser medida como as outras artes. Pois a cidade é modificada e percebida a todo o momento, em ocasiões diferentes, com visões diferentes, a estruturação e identificação do ambiente é uma capacidade vital entre os animais que se locomovem que utilizam vários indicadores como: as sensações visuais de cor, forma, movimento ou polarização da luz, além do olfato, a audição, o tato, a cinestesia, o sentido de gravidade, campos elétricos ou magnéticos, etc.; sendo que essa ordem é primordial para a eficiência e para a própria sobrevivência da vida em movimento.

Para Santos (2008), as relações da sociedade com a natureza é devido à troca de um meio que é natural por um construído pela mesma sociedade; em cada pedaço de terra, a passagem que vai de uma circunstância para outra se dá de maneira singular, e a parte do natural e do construído também mudam, assim como variam as modalidades do seu arranjo.

A relação do homem com o meio é de suma importância para sua qualidade de vida, para Vargas (2001), devem iniciar pela caracterização do ambiente urbano:

história, quadro socioeconômico e cultural da população, aspectos físicos, recursos disponíveis, elementos poluentes, etc. É possível definir qualidade de vida ao suprir as necessidades básicas, quando além da quantidade das mesmas, atingem-se também melhores níveis qualitativos tendo, assim, o alcance do bem-estar dos indivíduos relacionando-se à qualidade do meio físico e social, ou seja, ambiental urbana.

Para Hardt (2000), os indicadores sociais, econômicos e a própria infraestrutura do meio em que vive a população servem de referência aos índices de qualidade de vida da mesma; quando o grau de satisfação do ser humano é associado a como o mesmo percebe o espaço, raramente ele é compreendido. Assim estudar o meio em que vive o homem e como o mesmo o percebe torna-se importante instrumento para os gestores municipais, a avaliação da qualidade da paisagem urbana como forma de medir o grau de satisfação dos cidadãos quanto o espaço urbano.

A paisagem vem sendo objeto de pesquisas e seu estudo cria subsídios para protegê-la, tendo a mesma a importância no desenvolvimento socioeconômico local e regional, como também melhorar a qualidade de vida da população. Devido à importância do seu estudo, surgiram várias metodologias de análise da paisagem, assim o presente trabalho pretende reunir algumas dessas metodologias e suas aplicações.

2 | FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Existem inúmeras definições e conceituações sobre o conceito da palavra paisagem, e a diversidade de campos em que é possível emprega-la, dar uma definição e significado não é uma tarefa fácil. Em um dos dicionários da língua portuguesa como o Aurélio (1996), paisagem é a extensão do território que se abrange num lance de vista ou desenho; quadro que representa um lugar campestre.

Hardt (2000, p.15), conceitua a paisagem como:

a combinação dinâmica de elementos naturais e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que, em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, promovendo percepções mentais e sensações estéticas.

Para Mascaró (2008), paisagem é definida como um espaço aberto que se abrange com um só olhar; sendo entendida como uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar de natural, no qual se inscrevem os elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura, designada também como paisagem cultural.

Lamas (2007), considera que a construção da paisagem humanizada é uma ação arquitetônica. Afirma que a paisagem humanizada e o ambiente arquitetônico são patrimônios coletivos, sendo que os cidadãos tem o direito de viver em ambientes qualificados esteticamente, ou seja, o direito à qualidade da paisagem e da arquitetura é um direito da sociedade. Ficando por conta do arquiteto urbanista o ordenamento do

território para a defesa e preservação do ambiente.

Bohrer (2000) resume a paisagem como um grupo de ecossistemas, sob a influência de um mesmo tipo de clima, tendo o relevo semelhante, com um conjunto semelhante de perturbações e a ocorrência de fluxos ou interações através dos ecossistemas, sendo essa unidade de paisagem uma parte do espaço caracterizada por um tipo de combinação dinâmica de elementos geográficos diferenciados (físicos, biológicos e antrópicos) que ao enfrentarem-se dialeticamente uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto geográfico que evolui em conjunto.

Para Marenzi (2000), a paisagem seria o resultado estético de uma imagem que sofre uma ação de elementos naturais e antrópicos, a ecologia da paisagem a considera, de maneira holística, na dimensão geográfica, ecológica e cultural, sendo que os enfoques dependerão dos detalhes necessários ou do caráter do estudo a ser realizado.

A Convenção Europeia da Paisagem, nos apresenta a seguinte definição: “ Por paisagem se entenderá qualquer parte do território tal como a percebe a população, cujo caráter seja o resultado da ação e a interação de fatores naturais e/ou humanos e suas inter-relações” (GEODEM,2007, p.186).

As paisagens são classificadas por Hardt (2000, p.18-19), como:

- Natural (resultado visual não apresenta impacto humano significativo);
- Manejada (resultado visual tende à homogeneização pelo manejo de espécies nativas);
- Cultivada (resultado visual tende à geometrização de formas de áreas cultivadas e de ecossistemas naturais e manejados, além dos aglomerados humanos);
- Suburbana (resultado visual compreende mosaicos de parcelas menores e mais heterogêneas de áreas cultivadas e ocupações urbanas);
- Urbana (resultado visual compreende um forte conjunto de formas e volumes geométricos, podendo relacionar nesse contexto uma maior proporção de áreas impermeáveis em relação às tipologias anteriores).

3 | ANÁLISE DA PAISAGEM

Na atualidade a paisagem tem cada vez mais importância nas análises territoriais. Para Lynch (1997), uma paisagem é um espaço que é percebido e, conseqüentemente, a variedade da percepção é sempre grande e varia de um observador a outro. Neste senso pode-se dizer que a percepção é algo dinâmico dado que nem todos os observadores percebem o mesmo, existindo assim um dinamismo perceptual.

As metodologias para a análise da paisagem são diversas, onde a escolha da aplicação do método vai depender das condições e características da área a ser estudada.

Cullen (1971), cita que a visão tem o poder de chamar nossas memórias e experiências, com todo o seu corolário de emoções, fato do qual se pode tirar proveito para criar ocorrências de utilização intensa. Ao considerarmos que o meio ambiente gera reações emocionais, o autor comenta que é preciso considerar três aspectos:

1. **Optica:** imagine-se o percurso de um pedestre a atravessar a cidade a passo uniforme, a paisagem urbana surgirá como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas, entendendo-se como a visão seria;
2. **Local:** as reações perante a posição do observador no espaço, sendo que o corpo tem o hábito de se relacionar instintiva e continuamente com o meio-ambiente, o sentido de localização não pode ser ignorado e entra na planificação do ambiente;
3. **Conteúdo:** relaciona-se com a constituição da cidade (a sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que a individualiza).

Segundo GEODEM (2007), todo e qualquer processo de percepção pode ser entendido como um evento comunicativo entre a paisagem sendo o agente emissor e o observador que seria o receptor, sendo que a mesma comunicação dependeria do meio de transmissão, que está limitado pela visibilidade, posteriormente se produzirá, por parte do espectador a interpretação da mensagem, visto que a mesma depende de diversos fatores socioculturais.

Lynch (1997), cita que para a percepção da imagem de uma paisagem é necessária a combinação de todos os sentidos. Podendo estabelecer uma relação harmônica entre o observador e o mundo à sua volta.

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. [...] A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Deste modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes (LYNCH, 1997, p. 07).

Para aplicar o conceito de imaginabilidade à cidade, Lynch (1997), utiliza os métodos de entrevistar uma amostra dos cidadãos, sobre sua visão da imagem do ambiente e um exame sistemático da imagem ambiental gerada em campo com observadores especializados. Na entrevista, é solicitado que o cidadão desenhe um mapa esquemático da cidade, faça uma descrição de alguns de seus deslocamentos, reconhecendo e enumerando as imagens mais expressivas que ficaram retidas na memória, tendo como objetivo ter uma ideia da imagem pública da cidade, mesmo que imperfeita, ajudará a desenvolver sugestões para o planejamento e desenho urbano. Na análise sistemática, a observação é feita a pé por um observador treinado que já tem o conhecimento sobre o conceito de imaginabilidade urbana; portanto ele mapeará a área, mostrando a visibilidade, a presença e as inter-relações entre marcos, pontos nodais, vias, limites, bairros e observará a força ou a fragilidade da imagem desses elementos. Ao cruzar as informações dos mapas teremos a equivalência de esboços

em pontos principais de uma cidade (sua essência visual), com uma análise de imagem pelo senso comum e de uma análise técnica.

Giaretta (2012), cita que a percepção pode ser definida como um método de tirar informação pelo meio da recepção, obtenção, absorção e emprego do conhecimento, ocorrendo através de estímulos dos sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato). Sendo que o processo será dois estágios independentes, a sensação e a percepção; coloca a sensação diretamente ligada aos estímulos e sobre os mesmos acontecem os processos perceptuais que constituem e dão sentido às conhecimentos identificados pelos processos sensoriais; a percepção ambiental é definida como a identificação que o receptor desenvolve com o meio com o qual convive e faz parte, podendo intervir para a melhoria da qualidade desse local.

Para Marenzi (2000), devem-se analisar os padrões que se apresentam os componentes da paisagem, ou seja, diferentes arranjos entre mosaicos formados pela combinação de formas superficiais do terreno, aspectos bióticos e intensidade de ocupação urbana, sendo identificáveis pela interpretação de imagens de satélite, fotografias aéreas e mapas temáticos.

Em GEODEM (2007), a qualidade de uma paisagem está determinada por seu passado, que gerou a atual estrutura e aparência no presente, tendo a presença humana importância crucial, sendo assim um agente modelador que não devemos omitir. O mesmo documento divide em dois grupos de análise de valoração da paisagem: o primeiro analisa o estado da paisagem, ou seja, na estabilidade da população vegetal. O segundo grupo analisa a qualidade da paisagem, concentrando-se na percepção visual, ou seja, na valorização da qualidade visual; para isso caracterizou os condicionamentos e fatores que interferem na avaliação e limitam a objetividade como sendo:

- a. Condições sensíveis e perceptivas próprias do observador, ou seja, forma de observar, capacidade imaginativa, associação de elementos, memória de observações anteriores;
- b. Fatores educativos e socioculturais; ou seja, em função do seu entorno social em que se desenvolve o indivíduo determina em grande parte suas preferências estéticas;
- c. Relação do observador com o objetivo a ser observado, sendo que um conhecimento mais profundo permitirá uma avaliação mais completa e detalhada.

Segundo Hardt (2000), podem ser aplicados diversos métodos de avaliação da qualidade visual da paisagem, sendo:

Os métodos diretos (qualitativos) utilizam-se a análise e contemplação da paisagem como um todo, por usuários ou por especialistas, no local ou por meio de substitutos; valoriza a paisagem em sua totalidade, sendo baseado no exame estético e conseqüentemente numa avaliação subjetiva. Sendo subdividido em (Hardt, 2000):

- a. Subjetividade admitida (plena concordância da análise subjetiva);
- b. Subjetividade compartilhada (controle do subjetivismo pela valorização realizado com dinâmicas de grupo e discussão de valores pessoais);
- c. Subjetividade controlada (relativização de valores para a qualidade adquirida da paisagem)
- d. Subjetividade representativa (valorização por grupos para formação de opinião representativa, sendo apoiada em procedimentos estatísticos, técnicas de diferenças semânticas, listas de adjetivos, ordenamento e comparação de pares de unidades paisagísticas)

Os métodos indiretos (quantitativos), adotam uma análise pela desagregação da paisagem em seus componentes e elementos visuais principais, com base em um sistema de valoração estabelecido por especialistas. Hardt (2000) os subdivide em:

- a. Avaliação com base em categorias estéticas, com pesos específicos para cada uma delas;
- b. Avaliação com base em componentes da paisagem, com pesos para cada unidade de paisagem:
 - b.1) unidades irregulares, homogêneas ou naturais, resultantes da divisão do território a partir de limites de elementos paisagísticos representativos ou de critérios visuais, com análise por sobreposição de imagens;
 - b.2) unidades regulares, heterogêneas ou artificiais, resultante da sobreposição de malhas irregulares para medição e valoração de cada componente paisagístico por quadricula;
 - b.3) unidades mistas, resultantes da combinação das anteriores.

Os métodos mistos (associativos) reúnem as vantagens dos métodos diretos e indiretos, com interpretação dos componentes da paisagem que determinam respostas subjetivas.

Método de avaliação integrada de qualidade da paisagem, para mostrar a situação geral de uma paisagem urbana, levando em consideração o ambiente total e a experiência humana, tendo os procedimentos:

- a. Por zona, sendo realizada a soma dos seus posicionamentos relativos em cada avaliação, sendo indicadas suas prioridades de recuperação ou conservação das condições paisagísticas relativas ao ambiente total ou à experiência humana;
- b. Por compartimento, somando os valores de seu posicionamento em cada avaliação, com escalas de valores resultando em nova classificação, sendo permitido o estabelecimento de prioridades de recuperação ou conservação das condições paisagísticas.

[...] a avaliação integrada da qualidade da paisagem apresenta vantagens relacionadas ao monitoramento das condições de ambiente urbano, pela análise do espaço visual (método indireto), e à determinação do grau de satisfação do homem em relação ao espaço urbano, pela interpretação da experiência humana (métodos direto e misto), constituindo instrumento simplificado para análise de qualidade de vida, considerando-se o grau de satisfação do cidadão em relação ao seu local de vivência (HARDT, 2008, p.15).

Em Hardt e Hardt (2010), utiliza-se avaliação da percepção dos usuários das unidades de conservação, somadas aos levantamentos de reconhecimento específico em campo, foram aplicados questionários semiestruturados, divididos em três partes – perfil do usuário, hábitos de utilização e aspectos qualitativos do parque; os dados a serem coletados devem ser tratados estatisticamente na etapa final de interpretação e discussão, os quais permitirão a formulação de opções para gestão de áreas naturais protegidas em cidades que incorporem a sua percepção pelos seus usuários.

Para Hardt (2007), o sensoriamento remoto e o geoprocessamento são fundamentais instrumentos para estudos dessa natureza. Utilizando as informações cartográficas e fotogramétricas, processadas no Sistema de Informações Geográficas (SIG) – ArcGIS, é possível o diagnóstico da área de estudo, tendo como resultado o mapeamento dos níveis de suscetibilidade física, fragilidade biológica e intervenção humana. Boher (2000), cita que a integração na coleta de dados, análise espacial e processo de tomada de decisões, pode ser realizada através do SIG, que vê a vantagem em automatizar e agilizar a produção de mapas, com diferentes opções de representação gráfica de informação e de rápida atualização; sendo ferramenta importante na elaboração de mapas da vegetação potencial, na previsão da composição estrutural da vegetação na paisagem, levando em conta as variáveis ambientais mapeadas, ligadas à topografia, clima (atual ou passado), solos, geologia, hidrologia, etc.

Nucci (1998) tem como principal preocupação a de agrupar ao máximo os dados cartografáveis da área de estudo, para cruzamento posterior e elaborar um diagnóstico ambiental especializado. Na análise são especializadas as variáveis ambientais: uso do solo, poluição, verticalidade das edificações, densidade populacional, déficit de espaços livres públicos, deserto florístico e enchentes; partindo destes mapas chega-se a um mapa síntese que é o mapa de qualidade ambiental, sendo que a mesma apresenta uma valoração qualitativa aos atributos.

Para Bohrer (2000) a paisagem deve ser analisada como um sistema ou entidade holística, composta por diferentes elementos, um influenciando o outro; propondo assim uma análise sistêmica e tenta medir o grau de correlação entre seus vários componentes. As dinâmicas atuais motivam aspectos do ambiente, enquanto que as dinâmicas passadas deixam um legado no ambiente, afetando sua susceptibilidade. A definição da paisagem está embasada na identidade e definição de partes homogêneas ou unidades de paisagem, através da adoção de uma hierarquia de unidades. Para o autor a geologia e as formas do relevo são os aspectos dominantes nos mapas

da paisagem ou de unidade de terra, e os tipos de vegetação e domínios estruturais predominam os mapas ecológicos da paisagem; o enfoque paisagístico nos apresenta a possibilidade de extrapolação e interpolação de dados sobre o terreno com a vegetação e vice versa.

O mesmo autor apresenta a metodologia de avaliação da paisagem desenvolvida no ITC (Faculty of Geo-Information Science and Earth Observation of the University of Twente - Holanda), que faz a distribuição das unidades de paisagem no espaço em níveis hierárquicos de dimensões crescentes; inclui dois aspectos da vegetação, sua composição e sua estrutura. Utilizam-se mapas de interpretação preliminar na estratificação da amostragem de campo, combinando-se diversas fontes de dados como: fotografias aéreas, imagens de satélite e mapas topográficos. São feitas observações nos pontos de amostragem que incluem altitude; descrição das cores, textura e pH dos solos; tipo, ângulo e exposição das encostas; e uso da terra. Para os dados levantados sobre a vegetação incluem uma lista de todas as espécies vegetais, com uma estimativa de abundância e cobertura, em escalas padronizadas, e a coleta de material botânico das espécies desconhecidas para posterior identificação em herbário. A estrutura da vegetação é descrita através da estimativa da altura e cobertura dos estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo, além de estimativas de biomassa entre as diferentes classes de altura e da porcentagem do solo coberto pelas folhas, tendo como princípio representar os valores de cobertura por estrato de vegetação de uma forma especial, usando a cobertura das árvores e arbustos como característicos para diferenciar tipos de vegetação. A terceira característica é a cobertura hídrica (estacionalidade). Sendo a combinação da cobertura total e da cobertura relativa por estrato resulta na tipificação estrutural da vegetação. Boher (2000) finaliza dizendo que a avaliação sobre a metodologia proposta pelo ITC vem sendo empregada com sucesso em regiões tropicais.

Tangari (2013) analisa a paisagem através do método de abordagem multi-escalar e multi-temporal, optando por manter o foco de análise nos múltiplos sistemas de espaços livres de edificação, seja públicos ou privados, analisados por meio do estudo de sua construção social e do maior potencial que apresentam em termos de transformação coletiva. Cita que a estruturação da paisagem e dos espaços livres e a relação com a ocupação urbana e suporte físico resultarão em um mapeamento sistematizado que conjuga: a localização das áreas centrais; as características do tecido urbano (consolidado ou não); as principais linhas de drenagem e de circulação; a incidência de espaços livres públicos e de arborização; as manchas de florestas e outras formações vegetais, demais elementos significativos do suporte geobiofísico e os eixos previstos de expansão. Com isso a autora pretende aprofundar seu estudo sobre a construção social da paisagem brasileira, com os conflitos que expõe e as contradições que explicitam.

Eiter (2010) baseando-se na atividade de uso para explorar valores relacionados à percepção da diversidade da cobertura do solo. Utiliza a percepção por meio da

experiência no local que pode ser ligada ao entendimento de paisagem como uma área de atividade, onde qualquer diferença detectada ou percebida na paisagem pode ser qualificada como diversidade, e para estudar essa diversidade de paisagem é necessária a combinação de métodos relacionados a diferentes percepções qualitativas da cobertura do solo. Os dados para uma determinada área são registrados e apresentados em forma de mapeamento, apoiado em investigações de campo. Utiliza-se dois grupos de análises, usuários e especialistas; a análise da percepção do usuário é baseada no entendimento de paisagem orientada pelas atividades de uso e as áreas avaliadas por especialistas podem ser percebidas como diversas e valiosas em termos de atividades para os usuários, sendo passíveis de proteção.

Já Procopiuck (2015) analisa a influência da sociedade com um rio urbano e propõe um estudo a partir de uma perspectiva social, provendo potencial explicativo na constituição e composição dos rios inseridos no contexto urbano; abrangendo vários agentes sociopolíticos e limites de instrumentos analíticos para aceitar as variáveis das dimensões naturais e antrópicas e as variáveis relacionadas aos corpos de água. O foco da avaliação está nas qualidades naturais, tendo como um resultado dessas avaliações técnicas amparadas nos indicadores de qualidade e quantidade de água. A forma de avaliação foi aplicação de questionário com respostas de múltipla escolha respondidas pelos residentes próximos ao rio. O nível de percepção das mudanças e o sentimento de responsabilidade moveram os cidadãos a participar das ações em conjunto com o governo.

Em Henningson (2015), foram investigados os valores ecológicos, culturais e sociais percebidos pela população local no processo de planejamento de uma rodovia na Suécia. Foram utilizados questionários e documentos de planejamento, os resultados demonstram que as pessoas presumiram que os valores ecológicos da paisagem seriam afetados negativamente com a construção da nova estrada, enquanto que os valores sociais permaneceriam os mesmos.

[..] utilizam como componentes, além dos elementos ambientais encontrados no meio (rios, mar, construções, vegetação, morros, etc.), também características como a diversidade, a naturalidade, a singularidade paisagística e a complexidade topográfica, entendendo-se como: diversidade, a variedade paisagística de um determinado local, podendo ser expressa pelo número de unidades homogêneas existentes na área estudada; naturalidade, o aspecto paisagístico proporcionado pelo conjunto de elementos naturais em considerável estado de conservação; singularidade, o efeito paisagístico causado por um ou mais elementos naturais ou artificiais de expressividade singular e complexidade topográfica, a existência de relevo variado em uma área (MARENZI, 2000, p. 06).

Marenzi (2000) cita que as características e propriedades das paisagens podem ser agrupadas em variáveis que possibilitam sua quantificação, exemplifica que vários autores as utilizam.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da paisagem é de suma importância para o planejamento e gestão urbana. Diante dos vários autores estudados, foi observado que o melhor método de análise de paisagem vai depender da área a ser estudada, suas condições e características. Ao elaborar estudos e análises da paisagem, deve-se levar em consideração o tempo necessário para sua elaboração, é preciso ter os objetivos exatos para o estudo, planejando o que se pretende com o estudo, delimitando os pontos-chaves que serão analisados, para não sobrecarregar com informações e conclusões de pouca importância. Portanto a simplificação do planejamento com a delimitação da área de estudo e planificação do tempo necessário para cada fase. Com a obtenção dos dados, devem ser analisados de maneira simplificada, evitando analisar dados irrelevantes.

Assim a análise e posterior valoração obtida servirão para a melhoria do planejamento e gestão urbana, sendo que as áreas de boa qualidade da paisagem a gestão será voltada ao manutenção e monitoramento para que continuem com qualidade; já as áreas de baixa qualidade devem receber maior atenção quanto ao planejamento e gestão, com planos de recuperação e reabilitação, para que no futuro se tornem áreas de boa qualidade da paisagem.

REFERÊNCIAS

BOHRER, Claudio Belmonte de Athayde. Vegetação, paisagem e o planejamento do uso da terra. **GEOgraphia** – Ano. II. N.4. 2000.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, Ltda., 1971.

EITER, Sebastian. Landscape as an Area Perceived through Activity: Implications for Diversity Management and Conservation. **Landscape Research**, V.35, N.3, p.339-359, 2010. <http://dx.doi.org/10.1080/01426391003746531>

GEODEM - Centro de Ingeniería e Innovación para el Desarrollo Medioambiental. **Manual para la Integración de los elementos del paisaje en proyectos, planes y programas**. Vigo, España: Geodem, 2007. Disponível:http://www.geodem.es/PDFs/MANUALES_CASTELLANO/M_Paisaje.pdf, em 07/03/2016.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer. **O município como ente central na gestão ambiental brasileira**. In: Gestão de natureza pública e sustentabilidade. Arlindo Phillippi Jr; Carlos Alberto Cioce Sampaio e Valdir Fernandes, (Orgs.). Barueri: Manole, 2012. p. 179-208.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba-Paraná. 2000.383f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba. 2000.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; HARDT, Marlos. **Subsídios para a gestão de paisagens**: um ensaio metodológico. Anais XIII Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.

Florianópolis: INPE, p. 3967-3974, 2007.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. **Gestão da qualidade da paisagem e de vida da população urbana**: ensaio metodológico aplicado a Curitiba, Paraná. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2008.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Análise perceptual da qualidade ambiental e de vida. **Olam**, Rio Claro, v.10,n.1,p.206,2010.

HENNINGSSON, Marianne; et.al. Perceived landscape values and public participation in a road-planning process – a case study in Sweden. **Journal of Environmental Planning and Management**, v.58, n.4, p.631-653, 2015. <http://dx.doi.org/10.1080/09640568.2013.876391>

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 4.ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARENZI, Rosemeri Carvalho. **A análise da qualidade visual da paisagem como instrumento da ecologia da paisagem**. Anais do I Fórum de debates – Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental. UNESP, Rio Claro, SP. 2000.

MASCARÓ, Juan Luis. **Infraestrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

NUCCI, João Carlos. Metodologia para determinação da qualidade ambiental urbana. **Revista do Departamento de Geografia**, n.12, p.209-224, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo/USP, 1998.

PROCOPIUCK, Mario; ROSA, Altair. Evaluation of communities' perception on public policies, urban rivers functions, and qualities: the Belém River case in Curitiba. **Urban Water Journal**, 2015. <http://dx.doi.org/10.1080/1573062X.2015.1024690>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

TANGARI, Vera Regina. **A construção social das paisagens no Brasil**: um debate conceitual e metodológico. Anais Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. V.15, 2013

VARGAS, Heliana Comin; RIBEIRO, Helena (orgs.). **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel. FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO

Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – Minas Gerais

Ernani Simplicio Machado

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – Minas Gerais

Miriam Carla do Nascimento Dias

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: O som constitui importante ferramenta de leitura, identificação e reconhecimento da paisagem cultural. Os sons musicais, sobretudo quando abordados sob o aspecto de sua produção, apropriação e utilização, perfazem uma representação utópica e supra estética de uma determinada paisagem sonora, versam sobre padrões acústicos, à medida que perpetua uma imagem simbólica inerente a um determinado território sonoro. O documento musical consubstancia o estrato evolutivo de uma paisagem sonora, pois toda intenção comunicativa nele fora apreçada. Os sons são uma manifestação antrópico-cultural emantada de identidade e memória. A percepção dos sons é, por isso, uma experimentação fenomenológica. Ressaltar

as condicionantes performáticas espaciais no projeto de intervenção no bem histórico é uma forma de aprofundar uma postura sensorialmente atenta à audição, que cognominamos “escuta historicamente informada”.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural; Paisagem Sonora Histórica; Identidade; Memória; Música; Paisagem Sonora Ideal.

CULTURAL LANDSCAPE AND HISTORICAL SOUNDSCAPE: PAST’S SOUNDS IDENTIFYING THE PATRIMONY

ABSTRACT: Sound is an important tool for reading, identifying and recognizing the cultural landscape. Musical sounds, especially when approached from the point of view of their production, appropriation and use, represent a utopian and aesthetic representation of a particular sound landscape, are related to acoustic patterns, as it perpetuates a symbolic image inherent in a given sonorous territory. The musical document consubstantiates the evolutionary stratum of a sonorous landscape, since all communicative intentions had been proclaimed in it. Sounds are an anthropic-cultural manifestation emanating from identity and memory. The perception of sounds is, therefore, a phenomenological experimentation. To emphasize the spatial performance conditioning

in the patrimonial intervention project is a way of deepening a posture sensorially attentive to hearing, which we call “historically informed listening”.

KEYWORDS: Cultural Landscape; Historical Soundscape; Identity; Memory; Music; Ideal Soundscape.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho reestabelece o elo entre historicidade paisagístico-cultural e os elementos sonoros que lhe atribuíram significado ao longo da história. A paisagem formada pelos sons evolui concomitantemente à transformação do comportamento humano, constitui um objeto temporal que estabelece referências de base para a obtenção de uma imagem simbólica a respeito da dimensão sensível dos signos sônicos intermediadores da comunicação na vida em sociedade. A paisagem gera cultura e se modifica por intermédio da mesma. Paisagem e indivíduo coexistem sendo coparticipes de um mesmo conjunto. Os sons guiam e acrescentam texturas à percepção espacial, estimula cognições variadas acerca das substancialidades existentes na espacialidade que nos cerca. Tudo aquilo que afeta por ressoar, da micro à macro estrutura, tem o som como trama de composição.

Em sociedades muito ensimesmadas aos apelos visuais é comum haver uma defasagem na arguição auditiva. Isso se deve em grande parte à desatenção à qual os ouvidos foram relegados. O alienamento perante a audiência rompe referências e identidades inerentes ao mecanismo de transmissão da memória. Os sons são uma experimentação fenomenológica subjetiva e, o que se edifica, é consciente ou inconscientemente revérbero do saber ouvir, de tal maneira que os sons outorgam ao projetista sonoro a gnose minuciosamente pormenorizada a respeito dos padrões que regeram conceitualmente a orquestração de sua paisagem.

Da relação sonora entre indivíduo e espaço emergem inúmeros mecanismos improvisadores da corrigenda estética dos campos sonoros em desarmonia. A música é, neste sentido, uma manifestação supra estética capaz de reconfigurar, mesmo que utopicamente, a paisagem dos sons; a música aqui passa a ser entendida enquanto paisagem sonora ideal. Por meio dos sons musicais, vê-se que é possível entender o escopo daqueles que compuseram o estrato evolutivo da paisagem sonora, de forma que o projeto de intervenção no bem histórico chegue a aprofundir uma “escuta historicamente informada”.

2 | PAISAGEM SONORA

R. Murray Schafer, musicólogo, compositor e ambientalista canadense, foi o criador do termo paisagem sonora. Precursor de um mecanismo de perscruta sistematizada no ambiente acústico, o referido autor demonstrou que as transmutações da paisagem sonora afetaram o comportamento humano ao longo de um processo civilizatório.

Segundo Schafer (1977) paisagem sonora é qualquer ambiente acústico delimitado para estudo. A paisagem sonora é dinâmica e transformável e por isso, passível de ser aperfeiçoada. Toda paisagem sonora possui sons importantes dada a sua individualidade, quantidade ou preponderância podendo, por isso, ser categorizada em três aspectos: os sons fundamentais, os sinais sonoros e os marcos sonoros. Segundo ele os sons fundamentais de uma paisagem são os sons de base, estabelecem-se em segundo plano. Algo análogo à dialética sensorial entre figura e fundo.

[...] ainda que os sons fundamentais nem sempre possam ser ouvidos conscientemente, o fato de eles estarem ubiquamente ali sugere a possibilidade de uma influência profunda e penetrante em nosso comportamento e estados de espírito. Os sons fundamentais de um determinado espaço são importantes porque nos ajudam a delinear o caráter dos homens que vivem no meio deles. (SCHAFER, 1977, p. 26)

Os sinais ou marcos sonoros constituem elementos ouvidos conscientemente dentro paisagem e nela destacados. São por isso, mais figuras do que fundo. Os marcos sonoros são elementos especialmente singulares e memoráveis na paisagem sonora, devido ao seu contraste permanente com os demais sons. Estabelecem-se como referência auditiva autóctone.

O termo marca sonora deriva de marco e se refere a um som da comunidade que seja único ou que possua determinadas qualidades que o tornem especialmente significativo ou notado pelo povo daquele lugar. Uma vez identificada a marca sonora, é necessário protegê-la porque as marcas sonoras tornam única a vida acústica da comunidade. (SCHAFER, 1977, p. 27)

Identificar os elementos que compõe uma paisagem sonora histórica é uma tarefa um tanto mais intrincada. Os sons são eventos efêmeros, não podem por isso, ser acondicionados nem tão pouco salvaguardados para a posteridade. O levantamento auditivo, a notação e a fotografia demonstram uma amostragem pormenorizada de eventos acústicos. Quando se descreve um som ouvido, por intermédio de palavras e imagens, recria-se um som imagético, que não soa e não mais recebe as interferências sonoras de seu contexto original, um som desvinculado temporal e espacialmente de uma trama de outros vários sons que detinham sentido único na paisagem quando ouvidos interligadamente.

Estamos numa posição igualmente desvantajosa quando se trata de buscar uma perspectiva histórica para o objeto de nosso estudo. Embora disponhamos de muitas fotos tiradas em épocas diferentes e, antes delas, de desenhos e mapas que nos mostram como um determinado cenário se modificou com o passar dos anos, precisamos fazer inferências no tocante às mudanças sobrevindas na paisagem sonora. Podemos saber exatamente quantos edifícios foram construídos numa determinada área ao longo de uma década ou qual foi o crescimento da população, mas não sabemos dizer em quantos decibéis o nível de ruído ambiental pode ter aumentado em um período de tempo comparável. Mais que isso: os sons podem ser alterados ou desaparecer e merecer apenas parcos comentários, mesmo por parte do mais sensível dos historiadores. Assim, embora possamos utilizar técnicas modernas de gravação e análise no estudo das paisagens sonoras contemporâneas, para fundamentar as perspectivas históricas teremos que nos voltar para o relato de testemunhas auditivas da literatura e da mitologia, bem como

Schafer (1977) nos suscita a identificar que sons queremos preservar, encorajar ou multiplicar no momento de constituir um programa de acústica ambiental que seja capaz de orquestrar a paisagem sonora. O conhecimento do efeito dos sons atribuem o arquiteto e urbanista da responsabilidade de considerar a paisagem sonora no planejamento urbano. O projeto acústico integrado propicia o reconhecimento do entorno sonoro-cultural histórico ressaltando-lhe suas linhas de forças. Estas linhas estimulam a reconhecimento dos mais profundos sentidos e símbolos que musicaram a história da paisagem, reestabelece referências e sentidos de pertencimento.

Deixo como interrogações, e não como conclusões, o seguinte:

De que forma estas questões nos fazem pensar e repensar na noção de patrimônio imaterial? Como incorporar, de forma reflexiva e crítica, o som nas formas de pensar as identidades? Como podem os museus tirar partido destas ideias e passar a dedicar mais atenção aos enunciados sonoros e proporcionar não apenas experiências visuais aos seus visitantes mas a proporcionar-lhes também, experiências sonoras? (REIS, 2006, p. 13)

3 | PAISAGEM CULTURAL

Ao longo do tempo, a definição do termo paisagem cultural e de mecanismos para a sua salvaguarda vêm se fazendo presentes em diversas cartas e recomendações patrimoniais. Ora considerada ambiência, ora, o próprio objeto de preservação, à paisagem cultural foi atribuída ampla gama de valores desde 1962. A paisagem cultural é um ambiente material fomentador do espírito e da imaginação, capaz de funcionar como um regenerador físico, moral e espiritual. Detém, por isso valor estético de fruição e beleza. É ainda, o espaço dotado de simbolismos, revela a evolução de uma civilização, está atrelada aos acontecimentos históricos e conserva, na atualidade, a ambiência que circundava os conjuntos históricos. A paisagem cultural é uma ferramenta de percepção dinâmica dos monumentos, se vincula ao espaço por relações sociais, religiosas, econômicas e culturais. É o reflexo da existência de traços culturais intangíveis. A paisagem sonora está contida, por isso, na definição da paisagem cultural, devendo ser objeto de entendimento e conservação, aos que vislumbram recontar a história do bem lançando mão de seu simbolismo auditivo.

A paisagem cultural é formada por uma associação de formas físicas e antrópicas que constituem características e valores singulares da mesma. Segundo Carneiro e Silva (2012) toda paisagem é cultural, pois ao se relacionar com o ambiente, o indivíduo porta-se de acordo com uma maneira de viver, sua cultura. É por isso que para compreender a paisagem para além de sua formatação é necessário agregar a esta, a sensação de quem a experiencia. A paisagem é, neste sentido, uma associação entre paisagem geográfica e a formatação de uma visão idiossincrática de entorno.

A compreensão de paisagem vai além da forma como se vê porque envolve a experiência dos demais sentidos e também o conhecimento adquirido de quem vê.

Portanto, a compreensão de paisagem acontece na relação do ser humano com a terra ou o meio ambiente que é física (material) e também simbólica (imaterial) porque estimula o espírito e a imaginação (CARNEIRO e SILVA, 2012, p. 292)

A paisagem sonora é uma forma dinâmica de perceber os conjuntos históricos. Os sons são formas físicas com reverberações socioculturais definidoras de identidade e memória, mesmo que extintos ou amplamente modificados. Ao passo que se escuta, o homem idealiza e comporta-se diante do som. O som que produz, com referência nos sons invólucros, constitui padrões de conduta perante o ambiente. O som alude por isso, a uma compreensão mais ampliada do sítio e do bem patrimonial edificado, pois que considera as relações fenomenológicas atreladas à percepção e condicionamento de hábitos e costumes do usuário.

4 | EPISTEMOLOGIA DOS SONS: O VALOR HEURÍSTICO DA PAISAGEM SONORA

A paisagem sonora constitui elemento sensível na composição do conhecimento a respeito da realidade social e cultural. Entendida como vertente epistemológica subjetiva, a paisagem sonora confere valor heurístico às sonoridades. Os sons adicionam elemento dinâmico, emocional e simbólico às interações humanas à medida que propicia uma relação entre comportamento e ambientes sociais. Fortuna (1999) diz:

[...] a partilha de um mesmo ambiente sonoro (uma audição ou espetáculo musical, por exemplo) pode promover o sentimento particular de “coletividade”, mesmo quando a consciência da sua “unidade”, assente em meios sonoros e auditivo, se revele bem mais abstrata do que a conseguida em torno da comunicação oral e da fala. (*Ibid.*, p. 106)

A paisagem sonora alude ao ato de apropriação e recepção, sendo capaz de reterritorializar e especificar uma acústica indiferenciada do campo sonoro. Esta distinção é demasiadamente cabível, pois as sonoridades sociais, pluri-sonoras são elementares para a modelação civilizacional e a regulação da capacidade reativa humana. Por ser um aglomerado de sons, a paisagem sonora possui baixa resolução acústica tornando-se difícil de ser decifrada. A paisagem sonora traz sempre consigo uma atribuição de sentido, o significado do som é por isso, sempre relativo. Sua relatividade alcança dois principais sentidos de apreensão do espaço que ligam diretamente a paisagem sonora à sua face de paisagem cultural: a identidade e a memória.

Esse relativismo sonoro diz ainda respeito a nossa experiência social e biográfica, já que tanto pode revelar uma memória e um passado e, deste modo, uma identidade vivida, como pode, igualmente, enunciar um estado de estranhamento e desconforto perante sonoridades desconhecidas (e, no extremo, perante sonoridades ausentes) que se pretendem decifrar no seu significado ou sentido abstrato. (FORTUNA, 1999, p.109)

5 | SONS, IDENTIDADE E MEMÓRIA: TRAÇOS CULTURAIS INTANGÍVEIS DA EVOLUÇÃO DOS VALORES SOCIAIS EM DIFERENTES NÍVEIS TERRITORIAIS: A ETNOGRAFIA SONORA

O som possui significado relativo, sua conotatividade ou denotatividade dependem intrinsecamente de uma experiência social e individual biográfica. Quando o som representa uma memória do passado, impregna-se de identidade e pertencimento. Em contrapartida, quando não faz parte de uma referência sonora memorável, apregoa um estado de estranhamento e desconforto, haja vista que uma audição “outsider” não possui cabedal subjetivo de decifração dos códigos sonoros.

Trata-se também, por outro lado, da discrepância entre uma escuta pública e privada, há aqueles referenciais sonoros constituídos hermeticamente dentro de uma organização social mais restrita, por exemplo os sons do interior de grupamentos familiares, sobre os quais não se tem nenhuma referência, quando não se é membro desse ajuntamento. Aglomerações produtoras de sonoridades específicas constituem “territórios sonoros” de dimensões físico-sensorial e psíquicas impermeáveis.

O território sonoro é um espaço delimitado pelo seu conteúdo sonoro peculiar, evoca tempo e sentidos próprios, constituindo um microcosmo no interior de uma paisagem sonora. O território sonoro possui memória coletiva, nele o tempo condensa-se no espaço. Segundo Vedana (2008), para se vislumbrar o território sonoro é necessário que se associe às imagens sonoras a dimensão do tempo e seus enraizamentos de simbolismos, gestos e práticas. Dentro de uma ambiência se partilha sentidos, cores, sons e cheiros diversos, que são particularidades de uma organização social. A paisagem sonora, constitui de uma paisagem associativa imantada de discontinuidades e imagens simbólicas que nos levam à interpretação de ambiências nos territórios sonoros. Esses arranjos coletivos estão carregados de uma emoção partilhada, que ocorre devido a existência de uma ambiência de fruição estética.

É nesse mesmo sentido que pensamos a ideia de territórios sonoros, através das potencialidades que as imagens sonoras que compõem determinados espaços têm de expressar a vida coletiva, os simbolismos e as práticas dos grupos que os habitam. (VEDANA, 2008, p.12)

Segundo Vedana (2008) Etnografia Sonora é o procedimento metodológico que visa investigar essa dimensão sensível da vida social a partir das sonoridades, ruídos e ritmos que configuram ambiências e paisagens sonoras, colocando-se em questão a dimensão do tempo e do espaço. A etnografia sonora reflete sobre a dinâmica das transformações e o crescimento urbano a partir dos vestígios deixados pelas imagens sonoras em um território onde se enraízam afetos e memórias, em um espaço de adesão e partilha comuns de sentidos. Uma pesquisa etnográfica que some à dimensão sensível da vida urbana a dimensão temporal é capaz de evocar a paisagem sonora de um outro tempo.

Os sons emanados de gestos e práticas, das máquinas e utensílios, das sociabilidades e conversas, entre tantos outros, passam então ao primeiro plano das preocupações etnográficas do pesquisador, deixando de ser um mero resultado das ações cotidianas, sem grande importância, para ser compreendido como parte das expressões culturais e simbólicas que constituem a vida humana. Trata-se principalmente do entendimento do som como imagem simbólica (Durand, 2001) a partir da qual se pode tanto interpretar como representar a vida social. VEDANA (2008, p. 02)

Neste sentido a etnografia conduz o pesquisador da paisagem sonora a um processo de captação e coleção de imagens vislumbrando à montagem de narrativas que subsidiarão um conhecimento antropológico a respeito dos sons e suas formas de expressão da cultura. A interpretação deste acervo recria as formas de vida social, suas redes de relacionamento, organização física, produtiva e religiosa. A etnografia sonora vê no território sonoro uma maneira de interpretar também as ambiências configuradas pelos sujeitos em seus espaços de vivência. Em um espaço delimitado para o estudo acústico é capaz de se perceber o modo pelo qual o território sonoro articula-se na formatação de uma atmosfera específica, essa atmosfera possui uma etnografia de duração, ou seja, o espaço e o tempo impõe limites às sonoridades, estabelece uma gama de apreensões espaciais ao longo de seu percurso.

6 | PERCEPÇÃO DINÂMICA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E A PAISAGEM SONORA IDEAL: A MÚSICA COMO DECODIFICADORA DA PAISAGEM SONORA ANTIGA

Besse (2014) faz uma primeira abordagem acerca da definição de paisagem a partir de um ponto de vista, um modo de pensar e perceber, uma dimensão da vida mental do ser humano. Ele diz que a paisagem não existe, objetivamente ela é relativa ao que se pensa dela, percebe dela e diz dela. Segundo ele cada indivíduo coloca uma espécie de véu mental entre si e a paisagem, de modo que essa operação constitua sua real percepção da mesma. A “paisagem interior” é uma expressão de olhares e valores individuais, não necessariamente um espelho do mundo exterior. A isso damos o nome de paisagem ideal. Sendo assim, a análise da paisagem consiste em um descortinar de categorias, discursos, sistemas filosóficos, estéticos e morais que nela pretensamente se prolonga e reflete.

“Antes mesmo de ser o descanso dos sentidos, a paisagem é obra da mente”, segundo Simon Schama. A paisagem é uma interpretação, uma “leitura” (Alain Conrbin) ou, ainda, a expressão de certo tipo de linguagem. Não existe em si, mas na relação com um sujeito individual ou coletivo que a faz existir como uma dimensão da apropriação cultural do mundo. (BESSE et al., 2014, p. 13)

A música, enquanto linguagem consiste em uma imagem de todas as coisas, exprimindo por isso, o caráter e os sentimentos dos homens. O fazer musical nada mais é que um comportamento fundamentado na organização dos sons, com vista à uma formatação simbólica da comunicação em grupo. A música retrata a cultura

e a memória de um povo, a paisagem cultural em contrapartida, assimila os sons existentes no espaço em diferentes contextos e épocas e concede, a posteriori, uma matriz sonora geradora de referências que assinalarão o ideal sonoro de uma realidade. A música passa a ser então, a expressão da idealização de uma paisagem sonora.

De acordo com Carney (2007) o estudo da paisagem cultural intermediado pela música pauta-se no efeito da música na paisagem cultural; nas relações da música com outros traços culturais em um contexto de lugar; na relação da música com o meio ambiente; no lugar de origem (berço cultural); na difusão de fenômenos musicais para outros lugares e nos elementos psicológicos e simbólicos da música relevantes na modelagem do caráter de um lugar, isto é, na imagem, no sentido e na consciência deste. Por intermédio da notação musical, assim como da linguagem escrita e da iconografia de época coleta-se poucos vestígios que corroboram a decifração de uma paisagem sonora histórica desvanecida. Esta paisagem fora indiretamente fixada nesses registros.

Os sons musicais especificamente, quando abordados a partir das relações que envolveram sua produção, difusão e uso, estabelecem com a paisagem sonora dentro da qual foram produzidos, um vínculo de concordância ou crítica. A música é um elemento de leitura através do qual se examina a maneira de se compartilhar símbolos e memórias existentes em um lugar, a música marca a identidade sonora deste à medida em que perpetua suas imagens. Kong (1995, *apud* Torres, Kozel, 2008, p.130) diz que “no contexto da análise musical deve-se haver uma preocupação tanto para o lugar simbólico da música na vida social, bem como para os simbolismos empregados na música.” A Paisagem Sonora altera a forma de pensar o fazer musical, pois suas especificidades históricas, ambientais e sociais fornecem cenário e inspiração à composição musical.

Dentre os sons que formam a paisagem sonora, a música forma o melhor registro permanente de sons do passado, constituindo-se como uma espécie de paisagem sonora ideal, que recria na imaginação algo semelhante ao que se verifica na paisagem sonora da época em que foi escrita. (VIANA, 2013, p. 14)

Os sons musicais são a fonte documental mais plausível de ser revisitada sem que haja grandes perdas de fidelidade com sua interpretação sonora de antanho. A música recria artisticamente a paisagem sonora histórica, ou seja, não é possível visitar a paisagem sonora real e incólume de um referido espaço-tempo, mas é possível aproximar-se dela com mais fidelidade ao assimilar o ideal de sonoridade requerido em uma determinada época: a performance historicamente informada. Segundo Schafer (1977) a música se faz o melhor registro perene dos sons pretéritos, constitui um opúsculo para o estudo das transmutações dos hábitos e percepções auditivas.

Quando se trata de música enquanto registro da paisagem sonora ideal, Schafer (1977) distingue dois tipos de documentos musicais: a música absoluta e a música pragmática. Na primeira, os compositores modelam paisagens sonoras ideais da

mente, sendo a música, por isso, desvinculada do ambiente externo. Essa percepção nos leva a distinguir carências e distúrbios da paisagem sonora que hora vigorou em um espaço tempo, pois que exprime o desencanto do homem com a mesma. Já a segunda, é totalmente imitativa, uma paráfrase das sonoridades do ambiente invólucro.

O levantamento de um repertório musical apurativo carecerá de considerar um recorte temporal o mais amplo possível, pois que os costumes e práticas de uma sociedade tendem a ter uma grande duração. Além do mais, cabe se atentar para a qualidade expressiva do repertório levantado. Muitos sons musicais podem mais diminuir a significação sonoro-histórica e seu significado individual do que lhe descortinar.

Segundo Torres e Kosel (2004) a coletividade exterioriza um feitiço próprio de fazer e/ou apreciar a música, esse aspecto cultural da produção musical faz com que exista similitudes nas subjetividades. A performance historicamente informada só começa assim ser denominada a partir do momento em que dada prática performática deixa de ser senso comum entre o grupamento social e, isso só ocorre devido a uma alteração no ambiente físico e na percepção do ouvinte, dois fatores que se fazem condição sine qua non para a “evolução” de uma paisagem sonora.

Os sons públicos, ouvidos por todos ou por um grupo considerável de pessoas, tendem a assumir significados muito semelhantes para todo aquele grupo que os ouve, sendo, na medida do possível, mais objetivo o estudo da relação entre os sons que compõem a paisagem sonora do lugar e a música feita naquele lugar, uma vez que ambos carregam significados que deverão ser interpretados pelo coletivo. (VIANA, 2013, p. 28)

7 | CONCLUSÃO

Se reconstituir uma paisagem sonora de época não se encerra em lhe redescobrir os sons e trazê-los à uma realidade simbólica e estaticamente desvinculada do contexto que lhes atribuíam sentido. Para que esta nova diretriz de planejamento da paisagem cultural seja realmente eficiente e eficaz, a intervenção deve promover a consolidação indentitária do bem alavancando-lhe o valor de rememoração. O projetista acústico, neste instante passa a trabalhar com uma dimensão sensorial inusitada ao convencionalismo arquitetônico: a dimensão fenomenológica e supra estética dos sons. E é na memória social e de cada receptor individualmente que reside o encaixo substancializado para se decifrar todo o percurso que vai ao encontro da orquestração dos sons.

Trabalhar os aspectos da paisagem sonora histórica na paisagem cultural é uma questão de qualidade ambiental. Em uma sociedade cujos estímulos visuais são mais sobressalentes que os sonoros, há uma grave lacuna na capacidade de arguição dos sons. Muita informação sonora nos chega, nos assaltam a percepção e nos implicam uma profusão de encadeamentos metabólicos e psico-sociais. Sem ao menos discernir o que ouvimos, já nos deparamos imersos em reverberações de afinidade ou fobia

aos sons que se impregnam no ambiente a derredor. “Limpar os ouvidos” ao que nos atentamos aos sons de nossa origem é um trabalho de autoconhecimento. Em se conhecendo o indivíduo torna apto a redescobrir a lógica dos princípios de comunicação que regem as relações do ser com outrem e com seu ambiente. A paisagem que se constrói e se transita é reflexo de uma maneira de comunicar. A arquitetura se concebe nos sons e adquire vida através deles.

REFERÊNCIAS

BESSE J. M. et al. **O Gosto do Mundo: Exercícios de Paisagem**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO A. R. S.; SILVA A. F. Paisagem Urbana Histórica. In LACERDA N. e ZANCHETTI S. M. (Org.). **Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 292- 299.

CONSELHO DA EUROPA – COMITÊ DE MINISTROS. **Recomendação Europa**. 543º Encontro de Vice-Ministros, 1995.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS HISTÓRICOS. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS, 1964.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS. **Recomendação Paris Paisagens e Sítios**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1962.

FORTUNA C. **Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana**. 1º ed. Coimbra: Imprensa da Faculdade de Coimbra, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; IPHAN. **Compromisso de Salvador**. II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, 1971.

REIS F. **A (I)materialidade do Som: Antropologia e Sonoridades**. Lisboa, p. 337- 351, 2009.

RIBEIRO R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda. 2007.

SCHAFER R. M. **A Afinação do Mundo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

TORRES M. A. e KOZEL S. **Paisagens Sonoras: Possíveis Caminhos aos Estudos Culturais em Geografia**. Revista Ra'e Ga – O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba, n. 20, p. 123- 132, 2010.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1972.

VEDANA V. **Territórios Sonoros e Ambiências: Etnografia Sonora e Antropologia Urbana**. Revista Iluminuras. Rio Grande do Sul, v. 11, n. 25, 2010.

VIANA F. H. **A Paisagem Sonora de Vila Rica e a Música Barroca das Minas Gerais (1711- 1822)**. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2012

FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES

Amanda Guimarães Meneses

Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina.
Itaguaçu - ES

RESUMO: A paisagem cultural ganhou espaço, inicialmente, quando no início do século XX, Carl Sauer, em Geografia, criou o conceito de paisagem cultural, como resultado da ação da cultura. Essa definição se completa com a definição de patrimônio cultural, onde são considerados patrimônio cultural, os monumentos, os lugares e os conjuntos, que são grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração com a paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. As definições de paisagem cultural, patrimônio cultural e outras como paisagem urbana e imagem urbana contribuem para a escolha e definição de elementos da paisagem a ser conservada, levando em conta a importância e percepção deste ponto para a organização da cidade. O trabalho teve como objetivo, encontrar o principal elemento da paisagem cultural do município de Itaguaçu, situado no interior do Espírito Santo, por meio de revisões bibliográficas para encontrar definições que auxiliem nessa escolha, pesquisas iconográficas, que

comprovem a importância desse elemento na história do município, percepção do seu estilo arquitetônico e elementos da sua arquitetura que referenciam sua imponência.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Cultural; Itaguaçu.

FORMS OF IDENTIFICATION OF ELEMENTS OF THE CULTURAL LANDSCAPE: METHODOLOGY APPLIED IN ITAGUAÇU – ES

ABSTRACT: The cultural landscape gained ground, initially, when at the outset of the XX century, Carl Sauer, in Geography, created the concept of cultural landscape, as a result of the action of culture. This definition completes itself with the definition of cultural heritage, where it's considered patrimony all monuments, places and architecture sets, which are groups of buildings, either isolated or gathered, that due to its architecture, unity or integration with the landscape, have extraordinary universal value on historical, artistic and scientific standpoint. The definitions of cultural landscape, cultural heritage and others such as urban landscape and urban image contribute to determine and define which elements of the landscape will be preserved, keeping in mind the importance and perception of that point to the city's organization.

This research had as a goal to find the main element of Itaguaçu's cultural landscape, placed on the countryside of Espírito Santo, by means of bibliographical research to find definitions that support that choice, iconographic research that prove the importance of said element in the history of the town, perception of its architectural style and elements of its architecture that reference its grandiosity.

KEYWORDS: Landscape, cultural, Itaguaçu.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo da paisagem, como um bem, está presente no Brasil, segundo Ribeiro (2007), desde 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e desde então o interesse nessa área vem aumentando. Existem dois tipos de paisagem, a paisagem natural, que ainda não foi alterada pelo homem e a paisagem cultural, aquela que já sofreu alterações pelo homem. A paisagem cultural pode ser vista como evidência da relação do homem com a natureza e revela o pensamento de um povo, as práticas de uma época e os costumes de uma geração, sendo assim, um testemunho da história (RIBEIRO, 2007).

Considerando o fato de que a paisagem muda com o tempo, e que as paisagens podem ser perdidas ou modificadas, se vê necessário a preservação das paisagens culturais, preservando assim, conseqüentemente, a história do lugar onde a mesma está inserida.

O município de Itaguaçu, situado no interior do Espírito Santo, começou sua história por volta de 1880, teve crescimento natural, e como todo lugar possui paisagens singulares e elementos importantes que fazem sua paisagem única.

Em consequência dessa mudança e dessa possível perda da singularidade das paisagens culturais do município de Itaguaçu, vê-se necessário encontrar métodos para definir o principal elemento da paisagem cultural na cidade de Itaguaçu para sua posterior preservação.

2 | PAISAGEM CULTURAL: EVOLUÇÃO DO CONCEITO

A paisagem cultural ganhou espaço, inicialmente, quando no início do século XX, Carl Sauer, em Geografia, criou o conceito de paisagem cultural, que se deu, quando conceituou paisagem como resultado da ação da cultura (GALVÃO, 2010).

Em nível mundial, a paisagem cultural foi discutida em duas importantes convenções: A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, em 1972, e a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), em 2000 (GALVÃO, 2010).

Segundo Ribeiro (2007), a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e aprovada na Reunião de Paris em 1972. Para essa

convenção existe uma carta patrimonial, “Recomendação Paris” de Novembro de 1972, que aborda a definição de Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural.

São considerados patrimônio cultural, segundo a Recomendação de Paris de 1972, os monumentos, que seriam obras arquitetônicas, cavernas, ou qualquer elemento que tenha um valor excepcional de acordo com a história, arte ou ciência. Os lugares notáveis, especificados como obras do homem e da natureza ou somente do homem, que tenham valor excepcional de acordo com a história, arte ou ciência. Por fim, os conjuntos, “[...] grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração com a paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (Recomendação de Paris, 1972, p. 2).

Por meio dessas definições e discussões, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, tornou-se o primeiro instrumento com intuito de proteger, conservar e identificar paisagens culturais com valor universal excepcional (GALVÃO, 2010).

Já a Convenção Europeia foi assinada por vários países Europeus em 2000, e define paisagem como “[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanos” (CEP, artº 1º, 2001).

Em 2007, na cidade de Bagé (RS), na “Semana do Patrimônio - Cultura e Memória na Fronteira”, foi produzida a carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, que define Paisagem cultural como:

Artigo 2 - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais; Artigo 2 [sic] - A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural. (BAGÉ, 2007).

De acordo com Silva et.al. (2007, p. 300), “[...] a paisagem cultural converge para a atual noção de patrimônio cultural, que prepondera sobre a expressão original de patrimônio histórico, isto é, a dimensão histórica se insere na cultura.”

Na Constituição Brasileira (2012), patrimônio cultural está definido na constituição desde a década de 1988, e é uma expressão muito irrestrita, pois abrange os bens materiais, naturais e imateriais, e é por definição:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2012, Artigo 216, p.

Outras Recomendações definem paisagem cultural, como a Recomendação Europeia de 1995, p. 3, onde classifica como paisagem cultural como:

[...] partes específicas, topograficamente delimitada da paisagem, formada por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores de reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças a presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias, ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.

Em outros documentos patrimoniais, podemos perceber a amplitude dos valores atribuídos à paisagem, essa aparece sob designações como, “vizinhança”, “entorno”, “ambiência”, desse modo a paisagem às vezes aparece como o objeto da preservação e ora, em outros documentos, como a envoltória que protege o bem preservado (SILVA et al., 2007).

Segundo o International Council of Monuments and Sites – ICOMOS (2011), a paisagem cultural é considerada um bem, pois ilustra uma trajetória histórica da sociedade humana e, como critérios de seleção, tem-se seu valor universal e sua capacidade de ilustrar elementos distintos de uma determinada região. São parte da nossa identidade coletiva.

A paisagem cultural pode ser dividida em três tipos:

- a) paisagem claramente definida;
- b) paisagem evoluída organicamente, que se subdivide em paisagem relíquia ou fóssil e paisagem contínua;
- c) paisagem cultural associativa (ICOMOS, 2011).

O principal elemento da paisagem cultural da cidade de Itaguaçu é a Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças e seu entorno. Essa paisagem se enquadra claramente na segunda categoria, paisagem evoluída organicamente, que segundo Domingues (2001, p. 64) são:

Paisagens que evoluíram organicamente, tendo como origem um imperativo social, econômico e/ou religioso. Hoje, essas paisagens podem constituir uma relíquia (ou fóssil) do passado, distinguindo-se e conservando-se materialmente através da presença de seus traços originais; ou podendo ainda deter um papel social ativo [...].

No Espírito Santo, a cidade de Vitória também possui uma carta da paisagem em vigor, “Carta de Vitória em Prol da Paisagem da Região Metropolitana da Grande Vitória” redigida por vários profissionais de diversas entidades em dezembro de 2011. A Carta de Vitória segue conceitos parecidos de paisagem e paisagem cultural encontrado na Carta de Bagé.

Segundo Ribeiro (2007), a categoria de Paisagem cultural foi criada no Brasil pelo IPHAN e entre os principais motivos que justificaram a admissão de Paisagem cultural como um bem patrimonial, está a expansão urbana e a globalização, que vem

tomando conta das cidades, e mudando as paisagens culturais demasiadamente.

Partindo da hipótese que a paisagem cultural é dinâmica, ou seja, seus elementos se modificam pela ação natural do tempo e pela ação do homem, é importante preservá-la para que as novas gerações as conheçam (SILVA et al., 2007).

3 | METÓDOS DE IDENTIFICAÇÃO

A percepção da paisagem é provocada por sensações, e as mesmas são extremamente íntimas, cada indivíduo recebe e digere de uma forma distinta essas sensações. Por esse motivo, indicar métodos de percepção da paisagem pode ser muito difícil, porém existem algumas definições e caminhos que podem ajudar a identificar elementos importantes da paisagem, como:

- A história, pois a história do lugar onde as paisagens estão inseridas diz muito sobre elas, o tempo e as alterações por elas sofridas também, pesquisas iconográficas mostram e confirmam a história e ajudam a perceber elementos que estão presentes na paisagem do local desde o seu início;
- O estudo de conceitos como imagem urbana e paisagem urbana, que pudessem auxiliar na identificação do elemento;
- E por fim a análise da arquitetura do elemento identificado, que também pode confirmar a sua imponência.

3.1 História Do Município De Itaguaçu

O município de Itaguaçu, situado no interior do Espírito Santo, possui aproximadamente 15 mil habitantes, com superfície de 530,39 Km², sendo que, deste total, 72% de área rural e apenas 28% de área urbana, segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Localizado na região Noroeste do Espírito Santo, o município está a 132 Km da capital Vitória (IBGE, 2016).

Seu desenvolvimento se deu de acordo com o crescimento populacional e elementos como a Igreja matriz, estão presentes na paisagem do município desde o início de sua colonização. De acordo com Loureiro (2016), “[...] a primeira capela, uma construção de taipa, recebeu a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus por volta de 1875 a 1880”.

O Centro foi o primeiro bairro da cidade, que começou a se formar a partir do surgimento da capela, substituída posteriormente, em 1955, pela Igreja Matriz Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, principal cartão postal da cidade desde a sua construção (Diocese de Colatina, 2016).

Segundo Gobbo (2015), a colonização da comunidade de Boa Família, atual Itaguaçu, teve início efetivo por volta dos anos de 1875 a 1880, com a expansão para a constituição de propriedades agrícolas, no vale do Santa Joana.

De acordo com Aurich (1958), José Theodoro de Andrade era dono da fazenda

Boa Sorte, localizada próxima ao Córrego Sobreiro, afluente do Rio Santa Joana. Ele foi responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Santa Joana, uma casinha e uma igrejinha, na qual introduziu uma imagem esculpida em madeira, representando Nossa Senhora do Menino Jesus, dando início assim ao povoado.

Mais tarde, outro pioneiro, Anselmo Frizzera, imigrante italiano, trouxe uma imagem de São José, constituindo assim a Sagrada Família, dando origem à denominação do vilarejo de Patrimônio de Nossa Senhora da Sagrada Família, com o tempo passou a ser chamado de Nossa Senhora da Boa Família e, por fim, Boa Família que pertencia ao atual município de Afonso Cláudio (AURICH, 1958).

Segundo Duque e Sbardelotti (1991), no dia 28 de novembro de 1914, o município de Boa Família foi criado. No entanto, somente no dia 17 de fevereiro de 1915 foi instalado oficialmente o município de Boa Família (IBGE, 2016).

No dia 30 de dezembro de 1921, o município de Boa Família passou a se denominar Itaguaçu (IBGE, 2010). De acordo com Roncon (1989), a origem do nome Itaguaçu deriva dos vocábulos Ita (pedra), Guaçu (grande), de origem tupi-guarani. “Itaguaçu” faz, portanto, referência a uma grande pedreira localizada próxima à sede do município.

Localizada no centro da cidade, a Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças pode ser considerada o mais significativo marco local, devido a seus atributos históricos, arquitetônicos e culturais que lhe fazem única. A Figura 1 traz uma sequência de fotos que mostra o crescimento da cidade de Itaguaçu, com destaque na Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, que influenciou junto com o rio Santa Joana consideravelmente no traçado da cidade.

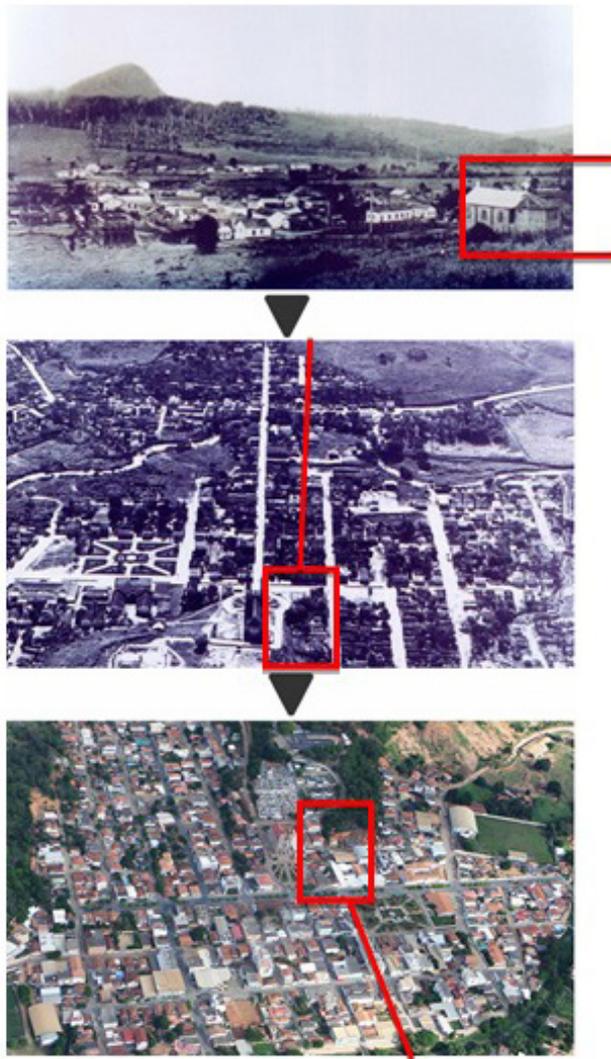


Figura 01 - Diagrama com crescimento da cidade de Itaguaçu.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O município engloba várias religiões, a Católica, Luterana, Presbiteriana, Batista e Espírita. Porém, a maior parte da população é Católica e Luterana, devido à grande imigração alemã que houve para o povoado no seu início (AURICH, 1958).

Segundo Aurich (1958), por muitos anos, o povoado ficou sem amparo religioso regular, devido às dificuldades de acesso. A primeira padroeira de Itaguaçu foi Nossa Senhora da Boa Família, devido à capelinha construída no início do povoado, que possuía uma imagem de Nossa Senhora. Posteriormente, com a chegada da imagem de São José, a Padroeira passou a ser a Sagrada Família. Por fim, em 1955, foi instalada a paróquia Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, com a Padroeira Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças (AURICH, 1958).

Contudo, foi no ano de 1951, no dia 16 de Julho, que o Bispo Dom Luiz Scortegagna lançava a pedra fundamental da Igreja, ao lado da antiga capela, que veio a ser demolida quando a nova matriz começou a ser construída. Essa data ficou eternizada no calendário religioso do município (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003).

No dia 31 de dezembro de 1955, celebrava-se a primeira missa dentro do novo

Santuário. A nova Matriz ainda se encontrava sem forro, com paredes no tijolo e chão de terra batida (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003).

Percebe-se que a Igreja Nossa senhora medianeira de Todas as Graças esta presente no município desde o seu surgimento, perante a história confirma-se a importância desse elemento para o município.

3.2 Conceitos de paisagem urbana e imagem urbana como identificadores da paisagem

As definições de paisagem urbana e imagem urbana contribuem para a escolha e definição da paisagem a ser conservada, levando em conta a importância e percepção deste ponto para a organização da cidade.

De acordo com Cullen (1983), a paisagem urbana é o ambiente coerente e organizado visualmente: ruas, edifícios e outros elementos que compõem o ambiente urbano. Esse conceito permite a percepção que esses elementos e organização dos mesmos provocam impactos emocionais.

Para organizar esse conceito, Cullen (1983, p. 10) afirma que “[...] a visão tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências, com todo o seu corolário de emoções”. A visão é usada, portanto, para definir aspectos, partindo da hipótese que o meio causa reações emocionais que não podem ser evitadas pelas pessoas.

O autor divide esses aspectos em: ótica, local e conteúdo. A ótica é basicamente a visão serial, formada por percepções sequenciais; o local representa reações em relação ao espaço, são sensações provocadas pela forma do espaço, aberto, fechado, alto, baixo e outros; e por fim, o conteúdo é caracterizado pela forma da cidade, texturas, cores, escalas e estilos (CULLEN, 1983).

A imagem urbana leva em conta vários elementos, e cada indivíduo tem uma imagem diferente. Os elementos da imagem urbana referem-se a elementos físicos, segundo Lynch (1982, p. 57), “[...] são passíveis de uma classificação conveniente em cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes”.

Ainda de acordo com Lynch (1982), esses elementos podem ser observados em diversas imagens urbanas. Para nosso estudo em questão, enfatiza-se o conceito de pontos marcantes, que são um tipo de referência, podem ser representados por um objeto físico como edifícios, sinal, loja, montanha entre outros, podem se situar dentro da cidade ou a uma distância e tem função de símbolo de direção, são normalmente usados como indicação de identidade.

A igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, na cidade de Itaguaçu, é considerada um ponto marcante na cidade, e possui funções similares às descritas acima para moradores e visitantes, funcionando assim, como um símbolo de direção e identidade da cidade. Fato que pode ser comprovado em um trecho do livro de Duque e Sbardelotti (1991, p. 248), “um dos mais belos e venerados templos do nosso Bispado”.

Cullen (1983, p. 28), também traz algumas definições que podem ajudar a entender a escolha da Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, como o principal elemento para a preservação da paisagem da cidade. Define ponto focal, como um ponto de convergência, um elemento geralmente marcado pela verticalidade, e que causa nas pessoas a ideia de estar no lugar certo, “pare”, “é aqui”.

De acordo com Cullen (1983), nossas reações emotivas têm relação direta com o espaço e deve ser considerada a questão dos níveis,

De modo geral, abaixo do nível médio do terreno, temos sensações de intimidade, inferioridade, encerramento ou claustrofobia enquanto que acima desse nível podemos ser tomados de grande euforia, ou por sensações de domínio ou superioridade [...] o ato de subir implica em ascender ao desconhecido (CULLEN, 1983, p. 40).

Como a Igreja está situada a um nível mais acentuado em relação ao resto do centro a cidade, a mesma proporciona as sensações descritas acima, além do seu destaque na malha urbana da cidade, podendo ser considerado um ponto focal na cidade.

Outra definição que contribuiu para a escolha da Igreja como principal elemento para a preservação, foi a definição de “perspectiva grandiosa”. Essa paisagem funde o primeiro plano ao longínquo, produzindo sensação de imensidão, “a ligação do primeiro plano com a paisagem longínqua induz uma sensação de domínio e de onipresença” (CULLEN, 1983, p. 43).

Podemos perceber como a igreja matriz de Itaguaçu, funciona diante da cidade, com as definições de ponto focal, elemento marcante, e as reações emotivas devido a sua grandiosidade arquitetônica.

3.3 A análise da arquitetura: igreja nossa senhora medianeira de todas as graças

A Matriz de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças é vista como ponto turístico do município e chama atenção pelas linhas arrojadas com grandes e riquíssimos vitrais (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003). Segundo Galli (2003), em 1959, os vitrais foram instalados na Igreja, dando uma impressão monumental. São compostos por doze vitrais que retratam a vida, morte e glória da Virgem Santíssima, quatro vitrais do coro Evangelistas e dois alusivos à Cantaria, Santa Cecília e os Anjos cantando (GALLI, 2003).

Externamente, destacam-se duas belíssimas torres de 48 metros de altura cada, os vitrais, alguns em forma de cruz, torrões que circundam a igreja e flores-de-lis. Possui 45 metros de extensão, sendo por esse motivo um dos maiores Templos Sacros do estado do Espírito Santo (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003).

O estilo arquitetônico do templo pode ser reconhecido pelos elementos da construção. De acordo com Cragoe (2014), as edificações góticas são mais altas e leves. A fachada característica do Gótico Francês do século XII (Figura 02), apresenta “[...] três portas encimadas por arcos ogivais e por uma rosácea, ladeada por altas

torres com flechas pontiagudas [...]” (CRAGOE, 2014, pag. 33).



Figura 02 - Foto da Igreja Matriz Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças.

Fonte: PMI, 2017.

Em relação aos materiais, Cragoe (2014) menciona as vantagens da pedra, e de como esse material quando empregado de forma correta permitiam a construção de grandes vãos. De acordo com Cragoe (2014), as construções das catedrais mais imponentes, com os enormes vitrais e abobadas altas, só foram possíveis devido ao aprofundamento das estruturas de pedra.

Segundo Cragoe (2014), os vitrais medievais, muito utilizados nos templos da época, eram compostos por pedaços de vidro colorido, unidos por fios de chumbo e uma estrutura de ferro. Essa estrutura fazia parte da composição da janela.

O mesmo autor também fala sobre os pisos de mosaico, que eram muito usados no início do Cristianismo pelos romanos, e traziam cenas e desenhos ilustrativos, como desenhos geométricos e florais rebuscados. O piso da Igreja Matriz de Itaguaçu é composto por um mosaico floral.

Cragoe (2014), fala também dos arcos góticos, que possuem uma multiplicidade de molduras, formados por uma sequência de volumes. Apesar de parecer que cada moldura foi feita isoladamente, na verdade, haviam sido entalhadas no mesmo bloco de pedra. Podemos perceber esses elementos citados acima pelo autor nos arcos da Igreja Matriz de Itaguaçu.

Outros elementos citados pelo autor, que podem ser identificados na Igreja Matriz, são as torres da fachada. De acordo com Cragoe (2014 p. 147), “o esquema de fachada de acesso com duas torres é característico da arquitetura das igrejas românticas e góticas”.

Cragoe (2014), também explana sobre os acessos comuns das igrejas góticas: o portal triplo é um elemento característico das catedrais góticas, dois para as naves

laterais e um para a nave central.

Por fim, o autor cita um elemento chamado rosácea com rendilhado, a rosácea, é uma grande abertura circular, elemento arquitetônico ornamental próprio das catedrais do estilo gótico. Era muito utilizada em Igreja do século XII e XIV, apresentando-se geralmente sobre o portal da fachada principal (CRAGOE, 2014).

Com isso, conclui-se que a arquitetura da Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças de Itaguaçu foi influenciada pela arquitetura gótica, e é uma das arquiteturas mais imponentes do município, além de ser uma construção muito antiga e vista de vários lugares da cidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os estudos apresentam, é possível perceber como a Igreja Matriz Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças se destaca dentro do município de Itaguaçu, pela sua presença desde na história, arquitetura grandiosa e nível elevado entre outros motivos apresentados anteriormente.

Na história podemos perceber a importância desse elemento, considerando que até o primeiro nome do município enquanto ainda era uma povoada, Boa Família, estava ligada a capela e as imagens existentes nela.

Também se destaca o valor sentimental do elemento, como pode ser observado, em Duque e Sbardelotti (1991, p. 248), “Construída pelo povo, através de leilões, infundáveis, eis que aparece a joia mais perfeita da Boa Família: sua Matriz, tendo ela por orago a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Um dos mais belos e venerados templos do nosso Bispado.”.

Outro ponto de destaque é que a igreja esteve presente significativamente no traçado da cidade, estando no centro e permitindo que o povoado crescesse a sua volta, como pode ser observado nos registros fotográficos exibidos no trabalho.

Por fim, conclui-se que o método utilizado para o trabalho, pode resultar na percepção de mais de um elemento, porém o trabalho destaca apenas a Igreja Matriz.

REFERÊNCIAS

AURICH, Carlos Henrique. **Introdução à história de Itaguaçu**. Itaguaçu: Gráfica N.a S.a de Fátima, 1958. 45 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª Ed. Brasília, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Carta de Bagé, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Anexos.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CRAGOE, Carol Davidson. **Como decifrar arquitetura: um guia visual completo dos estilos**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014. 256 p.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 202 p.

Diocese de Colatina. Disponível em: <<http://diocesedecolatina.org.br/paroquias/nossa-senhora-medianeira-de-todas-as-gracas/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

DOMINGUES, Álvaro. **A PAISAGEM REVISITADA**. Finisterra, Lisboa, v. 72, p.55-66, 2001. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/viewFile/1621/1316>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

DUQUE, Aristeu Ballia; SBARDELOTTI, Miró. **Buona Famiglia**. Vitória: Gráfica e Editora São José Ltda, 1991. 290 p.

EUROPA. Decreto n.º 4/2005. **Convenção Europeia da Paisagem**, Florença, UE, 20 out. 2001.

GALLI, Pedro Antônio. **Histórico da Matriz de Nossa Senhor Medianeira de Todas as Graças**. Itaguaçu, ES, Junho de 2003.

GALVÃO, Mário João. **A paisagem cultural do vale do rio côa**. In: 1º COLÓQUIO IBERO - AMERICANO, PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 2010. Anais... . Belo Horizonte, MG, 2010. CD-ROM.

GOBBO, Laís Bazilio. **PROJETO DE RESTAURO DO CASARÃO DA FAMÍLIA FRIZZERA CASA DO PATRIMÔNIO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM ITAGUAÇU - ES**. Vitória, ES, 2015. Disponibilizado através de correio eletrônico - laisbazilio03@gmail.com.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Itaguaçu**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320270>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ICOMOS – Internacional Council on Monuments and Sites. **World Heritage Cultural Landscapes**. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre. Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.icomos.org/centre_documentation/bib/2011_Cultural_landscapes_complete.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

LOUREIRO, Regina Menezes. **ITAGUAÇU: Primeiras fazendas - dias atuais**. Itaguaçu: Gm Gráfica e Editora, 2016. 209 p.

LYNCH, Kevin. **A IMAGEM DA CIDADE**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 193 p.

MITRA DIOCESANA DE COLATINA. Matriz de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. **Panfleto de Cinquentenário**. Itaguaçu, ES, Novembro de 2003.

Prefeitura Municipal de Itaguaçu. Disponível em: <<http://www.itaguacu.es.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Recomendação de Paris de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

Recomendação Europeia de 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

ROCON, Zila da Penha Lopes. **ITAGUAÇU EM REVISTA**. Itaguaçu, ES. Edição n° 09, Maio de 1989.

RIBEIRO, Rafael Winter. **PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007, p.151. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

SILVA, Aline de Figueirôa et al. Os valores patrimoniais da paisagem cultural: uma abordagem para o processo de intervenção. **Revista Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, v. 24, p.297-308, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/86434/89091>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: *BARRIO 17 DE OCTUBRE*

André Luis Rodrigues Bering

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, História

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Nara Helena Naumann Machado

Professora aposentada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Arquitetura e Urbanismo

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Raquel Rodrigues Lima

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Arquitetura e Urbanismo

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

RESUMO: Durante o século XIX a Argentina passa por um crescimento demográfico exponencial que não é acompanhado pelo número de habitações. Será no século XX que a política habitacional direcionada à população de baixa renda atingirá seu auge com a chegada de Juan Domingo de Perón ao poder, no ano de 1946. Com a necessidade de obter fidelidade dos setores populares, Perón irá fazer considerável reforma urbana, fornecendo moradias, seja via crédito bancário, seja entregando as chaves de casas ou apartamentos recém construídos. Buenos Aires se tornou verdadeiro canteiro de obras, onde diversas propostas, dos setores mais variados, deixaram o papel da teoria e passaram à prática. Serão construídos bairros

inteiros de casas e de blocos modernistas, estes últimos carregando forte inspiração nas soluções habitacionais europeias contemporâneas. O presente trabalho busca estudar alguns destes blocos modernistas que proporcionaram apreciável transformação no cenário sócio-cultural buenairense. Operários agora deixavam suas favelas improvisadas para ocuparem apartamentos com água encanada quente, um luxo para época. Através do *Barrio 17 de Octubre* (1948-1950) em Buenos Aires, tentaremos compreender os efeitos desta transformação na paisagem cultural da capital da Argentina e também expor como uma necessidade política de Perón resultou em modificações substanciais na vida de milhares de trabalhadores que viviam antes em condições insalubres em suas moradias improvisadas. A metodologia é basicamente bibliográfica e documental, sempre considerando que, através da presente investigação, são abordadas áreas distintas do conhecimento, tais como arquitetura, cidade e história em suas interconexões.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana; Política habitacional; Buenos Aires.

**BUENOS AIRES AND THE WORKER'S
DWELLING IN THE FIRST PERONISM:**

ABSTRACT: During the nineteenth century Argentina suffers an exponential demographic growth that creates a dwelling problem. It will be in the twentieth century that a housing policy directed to the low income population will reach its peak with the rise of Juan Domingo de Perón, in the year of 1946. With the necessity to obtain fidelity from the popular levels of society, Perón will make considerable urban changes, providing dwellings by bank credit, or by giving the keys of recently built dwellings. Buenos Aires was turned into a huge building site, where many proposals, from different sectors, left the theory field to become real. Entire neighborhoods of houses and modern blocks – these with huge influence of the contemporary European dwelling solutions - were build. The objective of this article is to study some of those modern blocks which are responsible for great changes on the sociocultural scenario of Argentina’s capital city. Many workers moved from shantytowns to new apartments with hot piped water, a luxury at the time. Through the neighborhood *17 de Octubre* (1948-1950) in Buenos Aires, we will try to understand the effects of these change on the cultural landscape and also expose how Peron’s political need resulted into substantial changes on the life of thousands of workers that lived in unhealthy conditions. The methodology is basically bibliographic and documental, always considering that, through the present investigation, distinct areas of the knowledge are addressed, such as architecture, city and history on its interconnections.

KEYWORDS: Urban landscape; Housing policy; Buenos Aires

1 | INTRODUÇÃO

Durante o governo de Juan Domingo Perón, na Argentina, entre 1946 e 1955, verificou-se um grande impulso à construção de moradias dedicadas aos setores de baixa renda, tanto multi (blocos habitacionais) como unifamiliares. O presente trabalho tem como objetivo específico estudar alguns conjuntos habitacionais então edificados em Buenos Aires, no âmbito do ideário modernista, bem como identificar alguns elementos das transformações que os mesmos introduziram na paisagem urbana da cidade.

Nosso trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo implementado pelos proponentes, relativo à comparação entre as políticas habitacionais efetivadas durante os períodos peronista e varguista. Debruçar-se sobre o passado buscando subsídios, diretrizes que possam ser resgatadas e adaptados para alimentar proposições atuais é a preocupação maior que alimenta nossa pesquisa. Como se sabe, a questão habitacional vem suscitando muitos estudos, reflexões, discussões e proposições. Nos debates em pauta, no geral a preocupação maior é com a qualidade das habitações que vêm sendo construídas uma vez que, não raro, a urgência da *quantidade* de habitações acaba secundarizando a questão da *qualidade* indispensável a qualquer tipo de moradia.

A metodologia empregada é basicamente bibliográfica e documental, sempre levando em conta que, através da presente investigação, são abordadas áreas distintas do conhecimento, tais como arquitetura, cidade e história em suas interconexões. Outrossim, temos presente que a questão da moradia não se esgota na habitação em si. Ao contrário. Na verdade, o acesso à moradia digna subentende – ou deveria naturalmente subentender – o pressuposto à infraestrutura urbana, isto é, o acesso à saúde, à educação, ao transporte, ao lazer, enfim, o direito à cidade em sua plenitude.

Inicialmente, expomos alguns elementos básicos sobre a ascensão de Perón e algumas características de seu governo; após, situamos brevemente a importância da questão habitacional durante o governo peronista assim como as principais opções adotadas. Finalmente, apresentamos um conjunto habitacional – o *Barrio 17 de Octubre* (1948-1950), localizado em Buenos Aires. Buscamos, através da singularidade do mesmo, identificar características comuns a outros conjuntos, levando em conta sua localização, infraestrutura, volumetria, valorizações arquitetônicas, entre outros aspectos, bem como identificar as alterações que introduziu no cenário sócio-cultural da cidade.

2 | ASCENSÃO E QUEDA DE PERÓN

Juan Domingo Perón talvez seja a figura mais controversa da política argentina do século XX. Sua herança, o Peronismo, é de difícil compreensão se manifestando tanto na esquerda, quanto na direita, nos movimentos civis e nos militares, apoiado pela Igreja e pelos anti-clericais (Falcoff, 1993, p. 387). Seu governo não foge às mais variadas interpretações. Algumas fontes declaram seu primeiro governo (1946-1955), como sendo uma ditadura (Paxton, 2007, p. 317), ou *quasi-dictatorship* [quase-ditadura, tradução própria] (Falcoff, 1993, p. 386) ou, até mesmo, alegam que “Perón jamais foi um ditador no sentido literal do termo” (Viana, 1992, p. 42). Sabe-se, também, que Perón admirava Benito Mussolini desde antes de seu encontro com o líder italiano em 1939 e que queria instaurar regime similar na Argentina, porém isto nunca aconteceu. Ao invés, Perón pôs em prática uma espécie de *New Deal* argentino (Falcoff, 1993, p. 386) ou então uma ditadura desenvolvimentista nacional-populista com emblemas fascistas (Paxton, 2007, p. 321). Apesar de tamanha complexidade e discordâncias sobre o tema, um ponto parece ser unânime: a capacidade de Perón de mobilizar as massas. Desde Hipólito Yrigoyen nenhum outro líder argentino foi capaz de tamanha grandeza.

Eleito em 1946, com forte apoio das massas e com receio por parte das elites, Perón sentiu necessidade de iniciar uma política de retorno imediato à seus eleitores, pois estes eram chave para sua permanência no poder. Sendo assim, no ano de 1949, uma nova constituição será elaborada, garantindo direitos igualitários aos argentinos, como o direito de voto às mulheres, igualdade de gênero, direitos trabalhistas, bem

como benefícios ao próprio Perón, agora com o direito garantido à reeleição ilimitada para presidente.

Havia, contudo, um sério problema oriundo do século XIX a ser resolvido, aquele do déficit habitacional. Somente entre os anos de 1880 e 1914 quatro milhões de europeus chegaram à Argentina. Destes cerca de 60% passaram a habitar Buenos Aires. (Aboy, 2007, p. 494). Este *boom* habitacional se intensificaria entre os anos de 1936 e 1947, quando a Argentina passava por um processo de industrialização, numa tentativa de se recuperar da Crise de 1929. (Ibid. p. 493-494). O mesmo fenômeno que fizera a população urbana crescer exponencialmente na Europa ocorria agora na América do Sul e milhões abandonavam o campo para trabalharem na cidade.

Governos pré-Perón tentaram solucionar este problema, bem como a Igreja, contudo, mais preocupados do que garantir moradia digna a todos, estes estavam interessados em garantir condições de higiene para a cidade (evitando assim epidemias) e em garantir que os ânimos da população não se exaltassem levando à greves ou até mesmo à uma revolução (Ibid. p.497-500). Quando Perón assume em 1946 o cenário argentino ainda é de um *déficit* de habitações e ele não tardará em tornar este problema uma das bases de seu governo.

Enquanto a Argentina passava por um novo período de prosperidade econômica, na década de 1940, abastecendo os mercados europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial, Perón pôde aprovar, de imediato, diversas medidas para a construção de novas casas. Foram promovidas muitas ações específicas, especialmente entre 1945 e 1955, quando foram construídas moradias destinadas aos grupos sociais de baixa renda, como parte de sua política assistencialista. Foi a partir de 1947, dentro dos Planos Quinquenais, que se estabeleceram os primeiros planos e programas habitacionais, principalmente, através das políticas sociais criadas por Eva Perón. O Banco Hipotecário programou o *Plan Eva Perón*, primeiramente incentivando um modelo de moradia na forma de casas unifamiliares, tendo como referência o *chalet californiano*. Entretanto, as ações diretas do governo, por meio do referido Banco, foram sobretudo as produções de moradia utilizando a tipologia do monobloco.

Este período de sucesso econômico seria, mais tarde, lembrado pelos argentinos com certa nostalgia, abrindo caminho para o retorno de Perón na década de 1970, muitas vezes se esquecendo dos fracassos político-econômicos que viriam a assolar o país na década de 1950, durante o segundo mandato (Falcoff, 1993, p. 387). Apesar de ter sido reeleito em 1952, o governo de Perón já vinha enfrentando algumas revoltas populares que eram abafadas com o uso cada vez maior da força policial. Neste mesmo ano, a morte de Eva Perón abalou mais ainda a já frágil relação de Perón com o povo.

Com a crise econômica se alastrando, as consequências não tardaram a se manifestar: desemprego, queda nas importações, estagnação na indústria e insatisfação popular (Viana, 1993, p. 62). Enfraquecido, Perón passa a adotar diversas medidas autoritárias para se preservar no poder. Os problemas se agravaram, incluindo,

inclusive, problemas crescentes de Perón com a Igreja, anteriormente aliada.

Já as tensões com os militares vinham ocorrendo desde sua junção com Eva. A presença feminina no poder era inadmissível e Perón não fazia questão de esconder que ela participava de suas decisões. Chegou-se a cogitar que Eva fosse a vice de Perón nas eleições de 1952. Como se não bastasse, Perón não investiu em uma modernização do exército e Eva, ciente de que o exército poderia tentar remover seu marido do poder, tentou convencê-lo de criar milícias operárias que lutariam ao seu lado em caso de um golpe (Viana, 1993, p. 65-66).

A tentativa de golpe militar em junho de 1955 mergulhou o país em clima de guerra civil quando peronistas e anti-peronistas tomam as ruas em conflitos armados. O golpe fracassou, mas não sem abalar irreversivelmente o governo de Perón. Finalmente, para evitar uma guerra civil, em setembro de 1955, Perón entrou na embaixada do Paraguai para solicitar asilo político. O primeiro governo de Perón termina com o início de seu exílio.

3 | DA TEORIA À PRÁTICA: A PRODUÇÃO CONCRETA DE MORADIAS

Incorporado à Constituição em 1949, o direito à moradia (“derecho à vivienda”) fazia parte das preocupações peronistas desde os primeiros anos de governo de Perón quando “o estado iniciou a construção massiva de moradias e a grandeza dos planos [...] empreendidos – tanto em ações diretas (construção de unidades) como indiretas (designação de créditos) – não tinha, no país, antecedentes similares” (Ballent, 1997, v. 1, p. 84). Muitas propostas não foram realizadas. Mas, aquelas efetivadas implicaram, no geral, na intensificação do processo de suburbanização da capital em direção à periferia, (Ballent, 1997, v. 1, p.60; p. 63).

Buenos Aires se tornou um verdadeiro canteiro de obras, onde diversas propostas deixaram o papel da teoria e passaram à prática: entre os anos de 1946 e 1954 serão projetados e construídos bairros inteiros de casas ou de monoblocos destinados à população de baixa renda, nos marcos da divisa peronista “Um lar para cada família; cada família em seu lar.” (Perón, março de 1948, cit. por Ballent, 1997, v.1, p. 131). Segundo esta autora, “a visibilidade da obra do governo era essencial para uma gestão que tinha proposto sua legitimação através de realizações” (Ballent, 1997, v.1, p. 140).

Além do término ou ampliação de algumas obras implementadas em gestões anteriores, deste período podem ser citados, entre outras: o *Barrio 1º de Marzo* (Roque Sáenz Peña), no bairro Saavedra, o *Barrio Juan Perón* (hoje Cornelio Saavedra ou Parque Cornelio Saavedra ou ainda Sarmiento), o *Barrio 1º de noviembre de 1948* (hoje *Barrio Presidente Roque Sáenz Peña*), o *Barrio Los Perales* (hoje *Barrio Manuel Dorrego*), o *Barrio 17 de Octubre* (San Martín o Grafa), o *Barrio 17 de octubre-Albarellos* e o *Barrio Balbastro*, todos em Buenos Aires.

Com distinções, apresentam uma tipologia que privilegia a opção pela vida comunitária, nos moldes da cidade-jardim, com baixa densidade, com a adaptação dos princípios propostos por E. Howard para subúrbios-jardim ou bairros-jardim. Ainda, com o mesmo escopo e, talvez mais precisamente e derivado do anterior, pode ser lembrado o conceito das unidades de vizinhança, retomado e adaptado pelo arquiteto argentino José Pastor (e outros), nos anos quarenta, para referenciar “[...] cinco funções que formavam um todo integral: *caminhar*, [função] materializada pela separação entre pedestres e tráfego; *recrear*, através do centro esportivo; *mercar* e *comerciar*, com o centro de lojas e locais de comércios que davam caráter à vida coletiva [...]; *socializar*, através do centro cívico, com áreas sociais e culturais; e *estudar*, com os jardins de infância, escolas primárias, secundárias e técnicas.” (cit por Pino, 2011-A, p. 114; ver também Ballent, 1997, v. 1, p. 290-292; v. 2, p. 466).

Na prática, portanto, os conjuntos buenaienses realizados abrigaram, de maneira diferenciada, espaços verdes interconectando os prédios habitacionais assim como equipamentos variados, como escola, igreja (ou capela), pequeno comércio, lazer (canchas esportivas). Em alguns, podiam ser encontrados cinema ou biblioteca pública, equipamentos que, em alguns casos, não existem mais.

Frequentemente, as casas individuais conformaram a opção escolhida. Noutros, é a tipologia do monobloco, com o habitar coletivo, que foi privilegiada (com edificações abrigando dois ou três andares ou, até mais altas). Ocasionalmente, a diversidade de tipologias de moradias também pode ser encontrada, como no *Barrio Juan Perón* (casas unifamiliares e blocos baixos, multifamiliares).

A pluralidade estética esteve presente, envolvendo um amplo leque de possibilidades, desde o californiano, o neocolonial ou colonial espanhol até opções pelas valorizações modernas, mais tênues ou mais arrojadas. Não se tratou, portanto, de criação de formas inéditas. Ao contrário. De acordo com Ballent, “as formas utilizadas pela produção estatal do peronismo já tinham uma ampla difusão na década de 30: nem os chalets californianos nem os monoblocos – protagonistas centrais das políticas habitacionais do período – não foram ‘criações’ do peronismo, senão novas aplicações de formas existentes.” (Ballent, 1997, v. 1, p. 14). E, enquanto na maioria das províncias, as valorizações modernistas eram preferenciadas, em Buenos Aires “conviv[ia]m diferentes estéticas durante quase todo o período” (Cirvini, 2012, p. 121). Assim, por exemplo, entre os conjuntos habitacionais citados supra, o *Barrio 1º de Marzo* e o *Barrio Juan Perón* abrigam residências em estilo californiano bem como o *Barrio 17 de octubre-Albarellos* (não confundir com o *Barrio 17 de Octubre Grafa*). Já nos demais, foi adotada uma estética de cunho modernista, com forte inspiração nas soluções habitacionais europeias que se desenvolveram a partir do primeiro pós-guerra.

Cabe destacar que as opções por chalets californianos (ou variantes) não foram secundárias. Inclusive os mesmos passaram a ser identificados como o *chalecito peronista*, na tentativa de politizar a utilização de uma linguagem arquitetônica até

então quase restrita aos setores médios e altos da população (Ballent, 1997, v. 1, p. 186).

Contudo, a modernização da moradia esteve presente, independente da opção estética escolhida (chalet individual do tipo californiano e variantes, ou apartamento em monobloco coletivo de cunho modernista), incorporando não poucos avanços tecnológicos (água corrente, eletricidade, rede de esgoto e pluvial), até então inacessíveis para os setores populares e resultando em modificações substanciais na vida de milhares de trabalhadores que viviam antes em condições insalubres.

No presente trabalho, optamos por estudar mais detidamente o *Barrio 17 de Octubre* (1948-1950), em Buenos Aires, vinculado a uma estética modernista, com a utilização de monoblocos. Aqui abrimos um parêntese: a palavra *barrio* remete, na Argentina, tanto aos *bairros oficiais* (em Buenos Aires, em número de 48) como aos não oficiais (como assentamentos informais, bairros planejados, complexos habitacionais, entre outros) que se encontram inseridos em *barríos* oficiais, ou seja, pertencem formalmente aos mesmos.

Ainda, é importante referir que, em território europeu, após a Primeira Guerra Mundial, buscando responder as exigências relacionadas ao problema habitacional (oriundas da guerra ou aguçadas por ela), ampliaram-se os estudos e propostas sobre a habitação popular, algumas vezes com resultados altamente qualificados, no âmbito da busca de uma nova arquitetura, de cunho racionalista. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), a partir de 1928, inseriram-se nesta perspectiva, podendo ser citado o segundo CIAM, em outubro de 1929, em Frankfurt (Alemanha), cujo tema foi “A Habitação para o Mínimo Nível de Vida” (“Die Wohnung für das Existenzminimum”). Nos debates em pauta, tratava-se, no geral, da defesa de habitações mínimas para cobrir os *déficits* habitacionais existentes sem, contudo, abrir mão da qualificação do espaço proposto. (Kopp, 1990, p. 53 e segs). F o r a m muitos os conjuntos habitacionais então empreendidos, com destaque para os *Siedlungen*, na República de Weimar, para as realizações holandesas dos primeiros trinta anos do século passado (sobretudo, aquelas efetuadas por J. J. Oud) e para as *hoff* vienenses, em especial o expressivo conjunto *Karl-Marx-Hoff*, projetado por Karl Ehn, em 1927. Ainda, podem ser lembradas algumas realizações dos construtivistas na antiga URSS, com realce para o conjunto habitacional Narkomfin (1928-1930), em Moscou.

As propostas que imperaram em parte dos conjuntos habitacionais no período peronista – blocos residenciais, com a valorização crescente do apartamento como forma de moradia, com a racionalização e simplificação das plantas-baixas e fachadas, conjugados com espaços verdes e com a presença de distintos equipamentos – foram subsidiárias, certamente com adaptações, em grau maior ou menor, de realizações em solo europeu.

4 | BARRIO 17 DE OCTUBRE

Financiado pelo Banco Hipotecário Nacional e vinculado à *Dirección Municipal de la Vivienda* (criada em 1946), o conjunto habitacional *17 de Octubre* foi construído entre os anos 1948-1950 (e ampliado em 1952), na Villa Pueyrredón, na periferia norte de Buenos Aires. Encontra-se localizado entre as Avenidas de Los Constituyentes e General Paz e as ruas Manuel Álvarez Prado, Bolivia e Ezeiza.

A localização (Figura 1) junto a uma fábrica têxtil, então existente, denominada de Grafa S.A., possibilitou que o conjunto habitacional também fosse e ainda seja conhecido como *Barrio Grafa*. Demolida nos anos noventa do século passado, a fábrica foi substituída por um supermercado, mas o nome permaneceu até hoje. Por ocasião do golpe militar que derrubou Perón, em 1955, o nome oficial do complexo passou a *General José de San Martín*.

O conjunto habitacional abriga 34 edifícios de apartamentos para baixa renda (inicialmente eram 27 edifícios). Cada bloco apresenta térreo mais três andares. Ao total são 959 unidades de habitação, agrupadas em dois tipos de edificação. Um tipo agrega os apartamentos de dois dormitórios (cada um com 69 m²), num sub-total de 783 unidades. O outro tipo agrega os apartamentos de três dormitórios, (cada um com 82,50 m²), num total de 176 unidades. Ainda, cada bloco abriga 40 apartamentos. São dez apartamentos por andar, incluindo o térreo.



Figura 1: Barrio 17 de Octubre, vista aérea.

Fonte: <https://www.taringa.net/posts/imagenes/12459100/Barrios-Peronistas-1-2.html>.

Em termos de acessos, têm-se cinco escadas por bloco (uma escada para cada oito apartamentos). Não há elevador. A estrutura é de concreto armado e as paredes são em alvenaria. O conjunto foi projetado para 3650 habitantes. Mas, a população que ocupa o complexo é estimada, atualmente, em cerca de 5 mil pessoas (de acordo com notícia publicada no jornal *El Clarin*, 11/02/2017, <https://www.clarin.com/ciudades/>

pabellones-pueyrredon-minibarrío).

Os blocos encontram-se dispostos em um terreno poligonal irregular de 11 ha (algumas fontes colocam 13,5 ha). Estão distribuídos em faixas e são paralelos entre si. Entre eles, encontram-se amplos espaços verdes.

Pode ser lembrado como conceito norteador do projeto aquele da cidade-jardim ou de sua derivação, a unidade de vizinhança. Pois, não é secundária a conformação, no âmbito do conjunto, de pátios-jardins, interconectando os blocos, através dos quais são configurados espaços coletivos, de sociabilidade. No centro, encontra-se uma praça central enquanto núcleo estruturador do complexo.

Em termos de equipamentos, além da praça, foram previstos uma escola, biblioteca, local para primeiros socorros, um pequeno centro comercial, uma igreja (a Parroquia Corazón de Jesus, próxima à av. Gral. Paz, edificada posteriormente), área para esportes, *play-ground* e um centro cívico (nunca construído). Uma torre de água se destaca quase simbolicamente no conjunto, tendo em sua base o texto: *Por la libre voluntad del Pueblo como expressão de Soberania*, ” que remete, sem dúvida, à valorização do ideário peronista.

No tocante aos serviços externos e comércio mais intenso, será sobretudo a av. Constituyentes que terá esta função (a respeito deste conjunto habitacional, ver, entre outros, o site do *Programa Moderna Buenos Aires*, organizado pela Comissão de Arquitetura do CPAU (Conselho Profissional de Arquitetura e Urbanismo); Ballent, 1997, v. 3, p. 693 e segs; Pino, 2011-B, p. 151-152).



Figura 2: *Barrio 17 de Octubre*, Fotos de Albano Garcia.

Fonte: *Programa Moderna Buenos Aires*, vinculado ao *Consejo Profesional de Arquitectura y Urbanismo/ CPAU*.
<https://www.modernabuenosaires.org>

Se tivermos em mente a relação do complexo habitacional com a paisagem circundante no momento de sua construção (Figura 2), é importante considerar que o bairro no qual o *Barrio 17 de Octubre* encontra-se inserido, a Villa Pueyrredón, desde suas origens se integrava à malha hipodâmica buenairense (que, recorde-se, a partir do final do século XIX e inícios do século XX, foi objeto de várias propostas de planos urbanos de embelezamento da cidade, tendo sido, na prática, gradativamente rompida pela inserção de amplas avenidas e diagonais). Um dos limites da Villa Pueyrredón acabou sendo, posteriormente uma dessas diagonais, a extensa avenida-parque Gral.

Paz, iniciada em 1937 e inaugurada em 1941. E um dos lados do terreno que abriga o conjunto habitacional *17 de Octubre* (aquele mais extenso) vincula-se diretamente com a avenida Gral. Paz. E, certamente, mesmo que não tão perceptível, a inserção de um terreno poligonal irregular no tecido parcialmente regular da Villa Pueyrredón, constituiu algo diferenciado do entorno. Ainda, os grandes blocos do complexo, assim como as grandes áreas verdes, destoavam das habitações unifamiliares das adjacências.

Ainda, é impossível pensar na paisagem urbana tal como foi constituída com a construção do conjunto habitacional sem levar em conta que, no momento inicial e mesmo nos anos posteriores, o volume da importante fábrica têxtil referida supra fazia parte do bairro e mais, era marcante no mesmo.

O projeto arquitetônico foi do arquiteto Carlos Coire, assim como dos arquitetos Carlos Giannoni e Miguel Bianchi.

5 | ALGUNS ELEMENTOS DE CONCLUSÃO

A importância da questão habitacional durante o governo peronista, bem como as principais opções adotadas, nos remete a algumas reflexões, mesmo que ainda em consolidação. Por meio da apresentação do conjunto *Barrio 17 de Octubre* (1948-1950), em Buenos Aires, foi possível identificar características inerentes ao mesmo, comuns a outros conjuntos habitacionais do período bem como as alterações que introduziu no cenário sócio-cultural da cidade.

Se tomarmos como referência a sua localização, infraestrutura, volumetria, valorizações arquitetônicas, entre outros aspectos, é possível identificar modificações na paisagem urbana, tais como o aumento da densidade na região da cidade, expresso por meio das sociabilidades entre moradores e vizinhos. Entretanto, com relação à morfologia urbana, identifica-se, no mesmo, a desconstrução da quadra. O que, aliás, ocorre, de maneira diferenciada, em outros conjuntos. A inserção do *Barrio 17 de Octubre* na malha urbana se dá por meio da ocupação de terrenos que servem como costura entre a malha urbana tradicional e uma grande via estruturadora da cidade. De qualquer forma, a semelhança nos blocos implantados em um tipo de parque, em um terreno arborizado, nos leva a crer na qualidade do ambiente, harmonizando homem e o meio-ambiente natural.

Dentro da perspectiva de leituras que compreendem intercâmbios entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial, o conjunto apresentado neste artigo é um rico exemplo de paisagem no campo da preservação histórica e arquitetônica, e que pode servir para ampliar os olhares sobre como se apresentam as cidades nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ABOY, Rosa. La vivienda social em Buenos Aires em la segunda posguerra (1946-1955). **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, vol. VII, núm. 146 (031), agosto de 2003.
- ABOY, Rosa. The right to a home. **Journal of urban history**, Vol. 33, No. 3, March 2007, (p. 493-518).
- ABOY, Rosa. “Ellos y nosotros”. Fronteras sociales en los años del primer peronismo. **Nuevo mundo. Mundos nuevos**. Paris, 04.03.2008.
- BALLENT, Anahí. **Las huellas de la política. Arquitectura, vivienda y ciudad en las propuestas del Peronismo. Buenos Aires, 1945-1955**. Tesis de doctorado en Historia. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997. 3 vol.
- CIRVINI, Silvia Augusta. El ejercicio profesional de la arquitectura en el primer peronismo (1943–1955). Una relación comprometida entre el conflicto y la negociación. **E.I.A.L.**, vol. 23, N° 1, 2012.
- COLLADO, Adriana La arquitectura moderna como patrimonio cultural . In: GUTIERREZ, Ramón (Org.). **La habitación popular bonaerense, 1943-1955: aprendendo en la historia**. Buenos Aires: CEDODAL, 2011. p. 137- 142.
- FALCOFF, Mark. Orange juice with Perón. **The American Scholar**, Vol. 62, No. 3, 1993 (p. 383-402).
- GAETE, Arnoldo. **El proyecto de la vivienda econômica**. Buenos Aires: Nobuko, 2006.
- GROPPO, Alejandro. La construcción de la identidad política en los orígenes del peronismo en Argentina y del varguismo en Brasil. **Pap. Polít.** Bogotá (Colombia), Vol. 14, No. 1, (p. 55-80), enero-junio, 2009.
- KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. Trad. de Edi G. de Oliveira. 1ª ed., São Paulo, Nobel, 1990.
- KIERNAN, Sergio. El Dorrego espera. **Página 12**. Buenos Aires, 11 de septiembre de 2010. <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/m2/10-1925-2010-09-11.html>.
- MARSHALL, Annelise N.. **Perón: the ascent and decline to power**. Honors Senior Theses, 17, 2014.
- PAXTON, Robert O.. **A anatomia do fascismo**. Santa Ifigênia: Paz e Terra, 2007.
- PINO, Ana Patricia Montoya. La vivienda comunitária: uma opção del Estado. In: GUTIERREZ, Ramón (Org.). **La habitación popular bonaerense, 1943-1955: aprendendo en la historia**. Buenos Aires: CEDODAL, 2011-A. p. 113- 121.
- PINO, Ana Patricia Montoya. *Vivienda popular*. Fichas de lós Barrios construídos. In: GUTIERREZ, Ramón (Org.). **La habitación popular bonaerense, 1943-1955: aprendendo en la historia**. Buenos Aires: CEDODAL, 2011-B. p. 146-156.
- SCHEMES, Cláudia. **A relação líder/massas nos governos Vargas e Perón**. História Revista. 3(1/2): (p. 27-36). jan./dez..1998.
- VIANA, Francisco. **Argentina. Civilização e barbárie**. São Paulo: Autal Editora LTDA, 1992.
- Blog de la Teja (catálogo dos bairros operários construídos em Buenos Aires) <https://lateja2.wordpress.com/>, acesso em 23.07.2018.

Blog da Prop/AMBA - Propuesta para el Area Metropolitana de Buenos Aires <https://propamba.wordpress.com/propamba/>, acesso em 14.08.2018.

Moderna Buenos Aires: MEMORIA <https://www.modernabuenosaires.org/proyectosurbanos/barrio-17-de-octubre-grafa>, acesso em 23.07.2018.

PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Claudio Antonio Santos Lima Carlos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRR), Departamento de Arquitetura e
Urbanismo (DAU)
Seropédica – Rio de Janeiro

RESUMO: São discutidas algumas questões relacionadas ao reconhecimento, pela UNESCO, em 2012, de parte do seu sítio como Paisagem Cultural da Humanidade, sob o contexto político-administrativo do Rio de Janeiro. A distinção internacional se deu sob alterações na governança da cidade que foram caracterizadas pela adoção do empreendedorismo urbano, destacado pelo texto dos sucessivos Planos Estratégicos, eleitos como principal instrumento de planejamento urbano da cidade, a partir de 1996. O fenômeno conduziu à consagração de uma agenda neoliberal calcada na ênfase do papel da prefeitura como elemento gerador de oportunidades de negócios, em substituição ao atendimento das funções sociais da cidade, preconizado pelo Plano Diretor Decenal da Cidade, elaborado democraticamente, em 1992. Nesse contexto, ocorreu a criação de um novo órgão de patrimônio cultural da cidade – o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), além de outros aspectos que passaram a priorizar a salvaguarda do sítio destacado como Paisagem Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem cultural; patrimônio cultural; proteção urbana.

ABSTRACT: Some issues concerning the recognition by UNESCO, in 2012, of part of its site as Cultural Landscape are discussed under the political management context of Rio de Janeiro. This international distinction happened underneath changes in the city's governance, which were identified by the adoption of urban entrepreneurship in the Strategic Plans. These Plans have been the most important instrument for urban planning of the city since 1996. The mentioned event conducted a neoliberal agenda focused on the municipal government as a generator of business opportunities, instead of fulfilling the city's social functions, which have been advocated by the ten-year city's Master Plan, democratically elaborated in 1992. In this context, a new public agency concerning the city's cultural heritage – Rio World Heritage Institute (IRPH, in Portuguese) – was created, as well as other aspects highlighting the protection of the site as a Cultural Landscape.

KEYWORDS: Cultural Landscape; Cultural Heritage; Urban Protection.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir, sob o recente contexto político-

administrativo da cidade do Rio de Janeiro, algumas questões relacionadas ao reconhecimento como Patrimônio Mundial, pela UNESCO, em 2012, de parte do seu sítio como a primeira Paisagem Cultural urbana. A classificação foi criada em 1992 e tentou associar natureza e cultura, quebrando com isso, uma antiga dicotomia entre bens naturais e culturais. (RIBEIRO, 2010, p.30)

A citada distinção internacional se deu sob um contexto caracterizado por sucessivas e significativas alterações na governança da cidade, observado a partir dos anos 1990, após a promulgação do Plano Diretor Decenal da Cidade (PDD - 1992) que estabeleceu, com a participação da sociedade civil organizada, uma política de conservação ambiental composta, dentre outros, por Unidades de Conservação Ambiental (UCA) que contemplavam às demandas de proteção provenientes da multiplicidade de ambientes cultural e socialmente relevantes, existentes no sítio da cidade. Importante observar que o PDD entrou em vigor em 1992, mesmo ano da criação, pela Unesco, da categoria “paisagem cultural” para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

Por outro lado, cabe destacar que a distinção internacional como Paisagem Cultural da Humanidade, conforme destacado pela Unesco, tem por objetivo influenciar, direta ou indiretamente, a construção de mecanismos de proteção nas escalas nacionais e locais. (RIBEIRO, 2010, p.30) Ocorre que no caso do Rio de Janeiro, já existia uma clara política estabelecida pelo PDD - 1992, que registrava alguns significativos avanços referentes à conservação ambiental, alcançados ao longo do debate desenvolvido ao longo do século XX, traduzidos pela ampliação do conceito de patrimônio cultural. Mesmo assim, a distinção como Paisagem Cultural, bem como a inclusão da cidade no calendário de eventos mundiais foram encarados como prioridades estratégicas para geração de oportunidades e negócios, sendo por isso, perseguidas pelas sucessivas gestões municipais que, gradativamente, deram ênfase aos Planos Estratégicos como principais instrumentos de planejamento.

Em face do título alcançado, além da chancela do governo federal, dada por intermédio das ações do IPHAN, ocorreu, no âmbito municipal, a publicação de legislação específica que estabeleceu diversas medidas relacionadas à salvaguarda do sítio estabelecido como Paisagem Cultural da Humanidade, dentre as quais, a criação de um novo órgão municipal especializado no assunto, cujo nome e atribuições destacaram o novo status da cidade: o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

Em função do quadro descrito e os objetivos estabelecidos, o presente artigo foi estruturado em duas partes, sendo a primeira, dedicada, brevemente à abordagem dos principais aspectos que caracterizam o patrimônio cultural urbano e o conceito de paisagem cultural. Em seguida, são abordados alguns pontos da política urbana e de patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para os Planos Diretores de 1992 e 2011; e o Decreto Municipal N°. 35.879/2012, originado a partir da distinção de parte do sítio da cidade como paisagem cultural da humanidade, pela Unesco.

2 | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

O conceito de patrimônio cultural, desde os debates desenvolvidos ao longo do século XIX a partir das teses de Violet Le Duc e John Ruskin, acerca da conservação de monumentos, registrou um processo de expansão contínua da sua percepção, que se tornou cada vez mais abrangente e complexa. Ao longo do século XX, os debates internacionais sobre o tema ocasionaram além da citada expansão conceitual, que passou a considerar como patrimônio cultural não apenas o monumento, mas as obras modestas, os sítios históricos e suas respectivas populações tradicionais, a fundação de organizações internacionais, sediadas na Europa, a partir do período que sucedeu as destruições causadas pelas duas grandes guerras mundiais. Estas organizações lideraram o movimento preservacionista mundial, promovendo encontros internacionais, cujas principais conclusões se consolidaram em cartas e recomendações aceitas internacionalmente que contém a essência da teoria da conservação.

Sob o contexto do pós Segunda Guerra, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 24 de outubro de 1945, que no mês seguinte, passou a abrigar, a agência especializada para os assuntos ligados à Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação, a Unesco. A reboque, outros organismos internacionais foram criados, dentre eles o Conselho Internacional dos Museus – ICOM (1946), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais – ICCROM (1956), *International Council of Monuments and Sites – Icomos* (1964-1965), que registraram a evolução do conceito de patrimônio cultural, por intermédio de cartas e recomendações internacionais e nacionais. É importante observar que a partir de 1975, a “cena internacional” já estabelecia como fundamental a questão da integração dos conjuntos históricos ao cotidiano das dinâmicas urbanas contemporâneas, afastando o papel museal atribuído por alguns urbanistas. (CHOAY, 2001, p. 223) Nesse sentido, as Recomendações de Nairóbi – Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na vida contemporânea (Unesco, 1976) – orientaram, dentre outros aspectos, para a necessidade de considerar os elementos naturais justapostos aos culturais, construídos, nas estratégias de proteção e de conservação. O conceito de “ambiência” do bem cultural, estabelecido pelo citado documento foi definido como sendo: “(...) o meio envolvente, natural ou construído, que influencia a percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou que a eles se associa, por relações espaciais diretas ou por laços sociais, econômicos ou culturais.” A leitura do conceito de ambiência não deixa dúvidas de que a teoria da conservação urbana já caminhava, desde 1976, para a integração entre o cultural e o natural.

Mesmo assim, em 1992, estabeleceu-se o conceito de “paisagem cultural” que passou a integrar a Lista do Patrimônio Mundial da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Unesco, 1972), a partir de discussões

empreendidas por grupo de especialistas de formações diversas que, segundo Ribeiro (2010, p. 36), veio a “consolidar uma discussão que já vinha sendo travada havia algum tempo em organismos internacionais”. Buscou-se, nesse sentido, conforme já dito, quebrar a dicotomia entre natural e cultural, reafirmando a tendência de eliminação de uma antiga dicotomia. (RIBEIRO, 2010, p.30)

Em 1999, a UNESCO definiu “paisagem cultural” no documento intitulado “Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial” como “(...) o trabalho combinado da natureza e do homem”, que ilustram a “evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais (...)”. Cabe ressaltar que a união entre natural e cultural, no âmbito da América Latina, já havia sido reconhecida em 1967, por intermédio das Recomendações de Quito, documento conclusivo da Reunião sobre Conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Seu texto destacou que “a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra”.

A Carta de Burra (Icomos, Austrália), em sua versão de 1999, estabeleceu a necessidade de uma ampla interpretação do conceito de sítio que deve ser sinônimo de “lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras, e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas”. Em 2005, a Declaração de Xi’An sobre a Conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural (Icomos, 2005) confirmou essa tendência que destacou em seu texto o reconhecimento do “significado e caráter peculiar” do patrimônio cultural, além dos aspectos físicos e visuais, relacionados ao seu entorno que incluem a interação com o “ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço”.

A amplitude do entendimento sobre patrimônio cultural chega aos nossos dias incorporando, além da sua materialidade cultural e/ou natural, a imaterialidade presente nos sítios, por intermédio dos conceitos de lugar e espírito do lugar (Carta de Quebec, Icomos, 2008) que tentam abranger todos os elementos culturais passíveis de apropriação, fruição e relevantes para comunidades residentes. Apesar do avanço teórico que impôs uma maior abrangência e complexidade à questão da conservação do patrimônio cultural, que apontou para a valorização social dos conjuntos e sítios, já destacados pelas teorias de Giovannoni, desde os anos 1930, este fenômeno, segundo Choay (2001, p.223) foi “avaliado a luz de interesses imobiliários e turísticos”, cujo desenvolvimento “Giovannoni mal poderia imaginar”. A transformação do patrimônio cultural em *commoditie* da indústria turística, voltada aos consumidores de momento, relegando, cada vez mais, ao segundo plano, as populações locais tornou-se muitas vezes evidente em operações de conservação de sítios históricos.

2.1 Crítica ao processo de mundialização do patrimônio cultural

Em face da expansão da compreensão da complexidade do que é patrimônio cultural, combinada ao seu processo de mundialização, consagrado pela Convenção da Unesco (1972), observou-se um fenômeno classificado por Françoise Choay (2001, p.207, 2008), como “mundialização dos valores e das referências ocidentais” que contribuiu para a “expansão ecumênica das práticas patrimoniais” que rapidamente se estenderam também ao oriente. A autora conclui que: “estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema.” Sempre vislumbrando resultados positivos no tocante à cooperação mundial para a sua salvaguarda, monumentos históricos passaram a ter uma definição mundial de “valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência”.

Por outro lado, a pretensa estruturação dos estados dispostos a reconhecer a validade da internacionalização, materializadas em ações voltadas à compatível conservação dos respectivos sítios, em grande parte, não ocorreram de forma satisfatória. Choay (2001, p. 211), em face do processo de expansão conceitual e mundialização do patrimônio cultural, conclui que o mesmo, passou a incorporar uma dupla função: a de “obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; e também produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”. A autora cita o discurso do Ministro de Turismo francês, de 9/9/1986, que destaca que: “Nosso patrimônio deve ser vendido e promovido com os mesmos argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões”.

Segundo Lynn Meskell (2018), a fundação da Unesco capitalizou um impulso já existente para implementação de um projeto de produção mundial dedicado ao patrimônio da humanidade. O que se deu a seguir foi uma evolução inevitável de esforços no sentido da conservação e restauração dos patrimônios culturais das nações atingidas, tendo em vista a destruição causada por duas guerras mundiais, visando um projeto mais duradouro de reabilitação e recuperação. A autora destaca que muitas análises feitas por críticos especializados dão conta de que a Unesco hoje, é uma organização imperfeita. Passado o otimismo do meio do século XX, transformou seu perfil, de uma organização globalmente orientada, para uma agência intergovernamental, uma mera sombra das antigas ambições de construção de uma percepção de paz mundial e cooperação entre povos. Desta forma, observa-se atualmente, dentre outros problemas, que o reconhecimento mundial de patrimônios da humanidade não alcançou os resultados projetados originalmente, pela Unesco. Muitos estados detentores desses patrimônios não organizaram políticas eficazes de conservação do que foi listado como Patrimônio Mundial, mobilizando-se prioritariamente pela obtenção da distinção mundial, apenas para serem inseridos no roteiro turístico internacional, por intermédio de estratégias de *city marketing*. Meskell (2018), nesse sentido, observa, com base em críticas já realizadas por diversos autores, que a Unesco tornou-se uma “agência de branding” ao criar uma lista de sítios do

Patrimônio Mundial, fato que provocou a competição entre os países que disputam o prestígio de ter um sítio inscrito. A autora define atualmente a Unesco como um órgão demasiadamente burocrata, imerso em “manuais, diretrizes e outros documentos em vários idiomas”. Segundo ela, os países candidatos ao título de Patrimônio Mundial se veem obrigados a apoiar seus pedidos de inscrição em milhares de páginas de documentos formatados em dossiês.

3 | PLANEJAMENTO, POLÍTICA DE PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL

Em 1992, mesmo ano da incorporação, pela Unesco, da categoria de Paisagem Cultural no rol de patrimônios culturais da humanidade, a Lei Complementar 16, que estabeleceu o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (PDD), foi promulgada após debates realizados entre poder público municipal e a sociedade civil organizada carioca, desde 1990. O PDD foi o primeiro da história da cidade a considerar objetivamente em seu texto, diretrizes claras de uma política preocupada com a proteção ambiental, isto é, áreas urbanas e naturais, isoladamente ou combinadas, viabilizadas através do uso de oito instrumentos denominados Unidades de Conservação Ambiental (UCA) que demonstraram esforço em perceber a diversidade e a complexidade das demandas paisagísticas do sítio da cidade do Rio de Janeiro. Especialmente os instrumentos de proteção denominados como: *Área de Proteção Ambiental - APA* (aplicável em áreas com características ecológicas e paisagísticas notáveis, cuja utilização deve ser compatível com sua conservação ou com a melhoria das suas condições ecológicas); *Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)* – instrumento aplicável em áreas que apresentem relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis, cuja ocupação deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos - e *Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU)* – instrumento aplicável em regiões que dependam de ações do Poder Público para a regulação do uso e ocupação do solo e restauração de suas condições ecológicas e urbanas -; já ensejavam um olhar administrativo que buscava em termos legislativos, superar as barreiras entre patrimônio cultural e natural, assim como suas modalidades de apropriação por comunidades urbanas. Cabe ressaltar que a APAC teve sua origem conceitual e metodológica nas legislações de proteção dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro (Sagas), ocorrida no período 1985-1988. A iniciativa se deu graças à mobilização das comunidades residentes nos citados bairros, configurando, em essência, a primeira APAC carioca.

Por outro lado, é importante também observar que em 2000, foi publicada, pelo governo federal, a Lei No 9.985, que regulamentou o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

da Natureza (SNUC), integrado pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, dando outras providências. Um dos objetivos da lei, segundo seu artigo 4º, inciso VII foi proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural. O SNUC ainda definiu zonas de amortecimento, como sendo “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” objeto de proteção.

Ocorre que a revisão decenal integral do PDD (1992), prevista para ocorrer em 2002, com a oitava da sociedade civil organizada, não foi realizada, já poderia atualizar seu texto, inserindo as novas terminologias do SNUC. Esta revisão integral, assim como a revisão parcial, aos cinco anos, não foram realizadas em função de vários contextos político-administrativos adversos, recorrentes na cidade, com destaque para a adoção dos planos estratégicos como principais instrumentos de planejamento. Certamente, o debate para atingir o objetivo principal e o aperfeiçoamento da utilização de alguns instrumentos de proteção seria fundamental, especialmente a APAC, que no período 2001-2006, despertou grande polêmica e questionamento na opinião pública, ao ser aplicado em vários bairros da zona sul, priorizando o controle urbano, a partir do bairro do Leblon. No citado período, foram estabelecidas na cidade dez APACs, sendo oito na zona sul, apenas com o objetivo de controle da ocupação urbana. (LIMA CARLOS, 2011)

Conforme já dito, a opção das sucessivas gestões municipais pela lógica neoliberal traduzida pelos textos dos planos estratégicos produzidos para a cidade, a partir de 1996, relegou ao segundo plano, a continuidade dos debates comunitários acerca do Plano Diretor. Nesse sentido, SOUZA e NERY (2018, p. 96) observam no país e, especialmente, na cidade, uma crescente participação do setor privado em “oportunidades de negócios lucrativos” que impulsionaram uma “complexa mudança conceitual do patrimônio e da paisagem cultural, adaptando-os as novas estratégias de mercado”, transformando o “simbólico” em ‘produto cultural’.” As obras de conservação do bairro do Pelourinho, em Salvador, finalizada em fins dos anos 1990, representa bem essa tendência no país. A intervenção realizada em parte do bairro baiano, impôs a gentrificação, bem como estabeleceu a especialização de usos turísticos, hotéis, restaurantes, lojas etc.

Com relação ao Rio de Janeiro, Vainer (2013) observa, em face da mudança de rumos do planejamento urbano carioca, que “as formas de poder na cidade” foram redefinidas e conduzidas à instauração da “cidade de exceção, que não seria senão a afirmação, sem mediações, da democracia direta do capital.” Nuno Portas chama o fenômeno de “planejamento negocial” (“adaptativo” ou “gerenciamento negocial”) que se baseia na flexibilização de regras e normas legais pré-estabelecidas, no caso do Rio de Janeiro, pelo Plano Diretor, instrumento considerado rígido demais para acompanhar a “fluidez de todo o sistema”. (BIENENSTEIN, 2001, p.17) Dessa forma,

a sua revisão só veio a ocorrer efetivamente no período 2009-2010, de maneira açodada e sem a desejada participação da sociedade. O vereador Eliomar Coelho assim definiu o processo de revisão do Plano Diretor da Cidade: “(...) o processo de revisão transcorreu sem um mapeamento prévio da cidade, sem a confrontação de dados técnicos com a realidade e sem a participação popular.” (<http://www.eliomar.com.br/plano-diretor-3/>, acessado em 30/07/2018) Andrea Redondo (2011), destacou que o novo Plano Diretor ao ser revisto a cada cinco anos, se necessário, “poderia ser objeto de inovações e adaptações conforme a dinâmica da cidade assim o exigisse.” Observa que caberia acrescentar ao PDD – 1992, poucos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade (2001), que ainda não haviam sido contemplados.

O texto do novo Plano Diretor inseriu terminologias previstas no SNUC (2000), com atraso de onze anos, destacando, dentre outros, a “paisagem da cidade do Rio de Janeiro como o mais valioso bem da Cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda”. Fica clara a opção administrativa pelo *city marketing* ao destacar os atributos paisagísticos naturais da cidade como principal insumo da indústria turística apontada como suficiente e capaz de gerar oportunidades e empregos na cidade, tornando-a competitiva em termos mundiais. O texto do novo PD definiu as Zonas de Amortecimento, como entidades de natureza ambiental, paisagística, histórica, cultural e/ou funcional. Destacou que podem ser criadas com o “objetivo de minimizar os impactos negativos e ampliar os impactos positivos sobre a área protegida, submetendo os usos e atividades a normas e restrições, a serem definidas em legislação específica”. Por outro lado, é importante observar que os debates e a aplicação do instrumento de proteção urbana APAC, experimentou um hiato de oito anos (2006-2014), a partir do período polêmico da sua aplicação, de 2001 a 2006, sendo quebrado pelo estabelecimento das APACs de Marechal Hermes (por ocasião da comemoração do centenário do bairro da zona oeste) e do bairro do Grajaú, localizada na área de amortecimento do sítio delimitado como paisagem cultural da humanidade, em 2012.

A utilização da APAC em zonas de amortecimento, conforme destacado no Decreto Nº 39.102/2014 (APAC-Grajaú), apontou em primeiro plano, como justificativa, a proximidade com a Área de Especial Interesse Ambiental, criada pelo nº 38.313/2014, bem como a localização do Grajaú, junto aos contrafortes do Maciço da Tijuca, que pertencem à Zona de Amortecimento do sítio declarado como Paisagem Cultural pela Unesco. A proteção do bairro resgatou o instrumento APAC após sete anos sem, no entanto, registrar, ao longo do período, qualquer tipo de debate com a sociedade civil organizada, visando seu aperfeiçoamento, tendo em vista toda a polêmica trajetória referente à sua aplicação na cidade, no período 2001-2006. É verdade que o ato de proteção foi precedido de algumas audiências públicas que revelaram a preocupação da maior parte da comunidade, com a descaracterização da paisagem urbana tradicional do bairro e também com os altos custos das obras de conservação das

edificações protegidas, características dos anos 1920 e 1930. Cabe destacar que o bairro já possuía legislação de uso e ocupação do solo específica, elaborada com a participação comunitária e consolidada pelo Decreto 6.996, que estabeleceu o Projeto de Estruturação Urbana do Grajau (PEU), em 1987. Durante a sua elaboração não houve, por parte da comunidade do bairro, o desejo da proteção urbana.

Mais uma vez, a APAC, como instrumento de proteção da memória urbana carioca, a exemplo do que ocorreu no citado período de 2001-2006, teve sua aplicação destacadamente associada às conseqüências restritivas de uso e ocupação do solo, decorrentes diretamente da proteção legal de conjuntos arquitetônicos, servindo aos objetivos “de minimizar os impactos negativos e ampliar os impactos positivos sobre a área protegida, submetendo os usos e atividades a normas e restrições”, conforme anteriormente destacado. Constata-se que o principal instrumento da política de proteção do patrimônio cultural urbano carioca (já são 33 APACs estabelecidas na cidade), atualmente, transformou-se em acessório no controle e valorização das zonas de amortecimento do sítio destacado como paisagem cultural da humanidade. O fato merece reflexão, assim como o contexto político-administrativo do período 2001-2012, bem como o surgimento e o campo de ação do novo órgão de patrimônio cultural da cidade, que serão brevemente analisados a seguir.

4 | O PERÍODO 2001-2012

As sucessivas administrações municipais, a partir de 2001, passaram claramente a priorizar a estratégia de promoção da marca Rio de Janeiro, mundialmente. A candidatura da cidade ao título de paisagem cultural, junto à Unesco, foi um dos primeiros passos que encontrou alguns problemas. O primeiro dossiê não obteve, de imediato, a aceitação da Unesco, em função de aspectos ambientais e sociais desfavoráveis, detectados por seus especialistas, no sítio proposto como paisagem cultural. Véronique Zamant (2015, p. 144), observa que a narrativa adotada “foi estruturada a partir da dimensão cultural de uma paisagem caracterizada por uma forte imbricação entre cidade e natureza.” No entanto, a existência de “numerosos problemas ambientais (como a poluição da lagoa Rodrigo de Freitas) e sociais (como a urbanização sem controle nas ladeiras da floresta da Tijuca), detectados no dossiê apresentado na categoria ‘sítio misto’, impediram a inclusão de alguns territórios” ocasionando o adiamento da decisão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco durante a 27ª sessão em Paris em 2003.

Por outro lado, outras alternativas de internacionalização da imagem da cidade foram vislumbradas pelas administrações municipais que se sucederam. Em 24/10/2002, em eleição ocorrida em Santo Domingo, o Rio ganhou o direito de sediar os Jogos Panamericanos, de 2007. Em 30/10/2007, a cidade foi eleita sede da Copa Fifa, de 2014; e no período 2007-2009, os Jogos Olímpicos, de 2016. Talvez esse

contexto de mundialização da marca Rio de Janeiro tenha pesado na mudança de posição da Unesco que, em 2012, concedeu o título de Paisagem Cultural à cidade. Apesar dos esforços envidados para a obtenção do reconhecimento internacional das paisagens cariocas, ainda não foram observados reflexos positivos diretos, tanto na cidade, tampouco em sua população, apesar da mídia local ter se empenhado na divulgação massiva da tão almejada inscrição, por meio de uma profusão de anúncios publicitários que divulgaram imagens atraentes e convincentes da importância do título. (ZAMANT, 2015, 149-150) No entanto, passada a euforia midiática do título e dos grandes eventos, a cidade, assim como o Estado e o país, passaram a vivenciar um período de crise político-administrativa e econômica, que destacou, novamente os antigos problemas estruturais e sociais.

4.1 O Instituto Rio Patrimônio Da Humanidade - IRPH

O sítio destacado como “Paisagem Cultural” abrange a proteção de quatro componentes localizados desde a zona sul até a porção oeste da cidade de Niterói. São eles: os Setores Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca do Parque Nacional da Tijuca; o Setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea do Parque Nacional da Tijuca; o Setor Serra da Carioca do Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e a Entrada da Baía de Guanabara e suas bordas d’água desenhadas: Passeio Público, Parque do Flamengo, Fortes Históricos de Niterói e Rio de Janeiro, Pão de Açúcar e Praia de Copacabana.

Em 2012, foi publicado pela prefeitura carioca o Decreto nº. 35.879 que criou o IRPH, novo órgão executivo de patrimônio cultural da cidade, em substituição à Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, que por sua vez havia substituído a Secrepahc (Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro) que se originou a partir do Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC, 1986-2006). O decreto que criou o IRPH, em seu artigo 1º, destacou, dentre as competências do novo órgão, a gestão do sítio reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial, além de ter resgatado o fundo de conservação do patrimônio cultural proposto originalmente pelo PDD (1992). O novo fundo que ainda não foi regulamentado, segundo o texto do citado decreto, destaca o objetivo de “proporcionar recursos ao planejamento e à execução dos programas e projetos relativos à política de Patrimônio Cultural da Cidade”, sem maiores detalhes sobre quais seriam as prioridades de aplicação aplicados dos seus recursos. Ele ainda estabeleceu outras medidas, dentre as quais, a prioridade de criação de novas APACs nos bairros do Alto da Boavista, Tijuca e Grajaú, zonas de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca uma das paisagens destacadas pela Unesco (2012). Sob esse contexto, conforme já dito, em 2014, a APAC do bairro do Grajaú (zona norte da cidade) foi criada pelo Decreto nº 39.102/2014, que foi precedido pelo Decreto nº 38.313/2014, que criou a Área de Especial Interesse Ambiental do Bairro do Grajaú, que contém

uma reserva florestal. O texto do citado decreto, assim como o novo nome do órgão de patrimônio cultural carioca, deixa claro que a prioridade da atual política de patrimônio cultural da cidade é a proteção e a conservação do sítio estabelecido como paisagem cultural e suas zonas de amortecimento, que não abrangem a totalidade do sítio da cidade e seus patrimônios, confirmando o texto do PD (2011), já citado, que destaca a importância estratégica da paisagem da cidade para a empresa turística.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento das gestões municipais que se sucederam à aprovação do Plano, impuseram o empreendedorismo à governança da cidade, alinhando seus objetivos às políticas neoliberais, preocupadas com o *city marketing*. A competição entre cidades mundiais estabelecida pela disputa por grandes eventos, distinções internacionais e, conseqüentemente, a divulgação da marca Rio de Janeiro pautaram a prioridade das agendas de sucessivas gestões, que materializaram seus objetivos em diversos Planos Estratégicos, voltados ao atendimento desses objetivos, sem uma satisfatória participação popular. Em função disso, o PDD – 1992 não foi revisado a contento, tampouco aperfeiçoado em suas diretrizes. Apenas em 2011, com cerca de quase dez anos de atraso, o PDD - 1992 recebeu uma revisão, já sob a aura empreendedorista predominante na cidade. Toda a política ambiental estabelecida pelo PDD – 1992, baseada em UCA e instrumentos de controle urbano, que não constituíam uma hierarquia, foi desmontada, passando a gravitar em torno do novo instrumento “paisagem cultural”. O título concedido pela Unesco foi finalmente obtido, o que justificou a criação do IRPH, órgão específico para a sua conservação, o que na prática, não ocorreu, felizmente.

Cabe refletir sobre um dos objetivos da Unesco ao conceder o título de paisagem cultural, relacionado à construção de mecanismos de proteção nas escalas nacionais e locais, em face do PDD – 1992, que apresentava instrumentos de planejamento diversos que buscavam abranger a complexidade da paisagem carioca, bem como o controle urbano, que seriam consagrados pelo Estatuto da Cidade, em 2001, como por exemplo, o IPTU progressivo. É verdade que o novo Plano Diretor, promoveu o necessário alinhamento à política e às terminologias da legislação federal (SNUC). No entanto, seu texto transferiu à APAC o papel de mero acessório à conservação do sítio destacado como paisagem cultural (que é apenas parte do sítio da cidade), contribuindo para o controle da ocupação das suas áreas de amortecimento, obtido pelas restrições conseqüentes da proteção. A ênfase no atual uso contraria os princípios originais do instrumento de proteção urbana que são fundamentados na participação comunitária voltada à preservação da memória e diversidade ambiental, possibilitando o fortalecimento de identidades locais, de todas as partes do sítio da cidade. Finalmente, tendo em vista a própria definição de paisagem cultural, cabe

também questionar por que o sítio estabelecido não englobou nenhuma das 33 APACs existentes na cidade, já que representam muito bem os “acréscimos e transformações” agenciados pelo homem, à base material natural.

REFERÊNCIAS

BIENENSTEIN, Glauco, **Globalização e MetrÓpole – A relação entre as escalas global e local: O Rio de Janeiro**, in IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: 2001, 22pp.

LIMA CARLOS, Claudio Antonio S. Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): a conservação de bairros cariocas, de 1979 a 2006. São Paulo: Ed. Blucher, 2011.

MESKELL, Lynn. *A Future in Ruins*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

PORTAS, Nuno. Do vazio ao cheio, disponível em www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc, acessado em 07/08/2018.

REDONDO, Andréa Albuquerque Garcia. Silêncio sobre o Plano Diretor. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 11, n. 128.04, Vitruvius, mar. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.128/3794>>.

RIBEIRO, Rafael Winter, Um conceito, várias visões: paisagem cultural e a Unesco in *Anais do 1º Colóquio Ibero-americano paisagem cultural, patrimônio e projeto*, Belo Horizonte, volume 1, p. 29 a 49, disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf, acessado em 20/07/2018. ISBN : 978-85-7334-310-6

SOUZA, Eder Cláudio Malta e NERY, Matheus Batalha Moreira, Rio de Janeiro’s Cultural Landscape: New Conceptual Image, Old Social Problems, in *LABOR et EDUCATIO*, nr 6/2018, p.95 a 115.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011.

ZAMANT, Véronique, Rio de Janeiro e suas Paisagens – Entre Perspectiva Histórica e Usos Contemporâneos, Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 5, N.2, p. 143-164, 2015 - ISSN 2237-3071

A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO

Adriana Cristina Gonçalves Sousa

Universidade Uberaba – Uniube, Arquitetura e
Urbanismo
Uberaba – MG

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o eixo ferroviário da antiga estação Mogiana na cidade de Uberaba-MG, compreender a memória da paisagem exercida por meio dos caminhos da ferrovia, contribuindo na construção do espaço, do lugar, do percurso, com preocupação nas constantes transformações ocorridas em todo o perímetro urbano a partir da chegada do transporte ferroviário. A ferrovia é um elemento que se estrutura por seu próprio eixo, criando percursos, paisagens que se fundem e complementam a memória dos seus usuários, assim se tornou um marco na história para o desenvolvimento econômico e socioespacial. Essas mudanças na estruturação dos percursos criam setores de urbanização identificando conjunto de relações de diversos elementos formadores de tipologias através do tempo, no qual se encontram o passado e o presente, fazendo uma releitura da consolidação e formação urbana, o fruto do movimento social e econômico no desbravamento territorial, formando um intercâmbio das economias, de pessoas e transportes de mercadorias. A pesquisa e o diagnóstico consideram os

preceitos metodológicos utilizados por diversos autores como Segawa (2002), Del Rio (1990), Lynch (2011), Cullen (2002), entre outros. A partir deste trabalho espera-se alcançar o entendimento dos processos necessários para preservar as características culturais da arquitetura urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Ferrovia; paisagem; patrimônio; urbano.

THE RAILROAD AND ITS ROADS IN URBAN DEVELOPMENT

ABSTRACT: This article aims to analyze the railway axis of the old Mogiana station in the city of Uberaba-MG in order to understand the memory of the landscape exercised through the railroad tracks, contributing to the construction of space, place and route, with concern of the constant changes occurring throughout the urban perimeter since the arrival of rail transport. The railroad is an element that is structured by its own axis, creating routes and landscapes that merge and complement the memory of its users, thus becoming a landmark in history for economic and socio-spatial development. These changes in the structure of the paths create urbanization sectors, identifying a set of relationships between different typological elements through time, in which the past and the present are found, re-reading the consolidation

and urban formation, the fruit of the social and economic movement in the territorial unfolding, forming an interchange of economies, people and transports of goods. The research and the diagnosis consider the methodological precepts used by several authors such as Segawa (2002), Del Rio (1990), Lynch (2011), Cullen (2002), among others. From this work on, it's expected to reach the understanding of the processes which are necessary to preserve the cultural features of the urban architecture.

KEYWORDS: Railroad; Landscape; Heritage; Urban.

1 | A EVOLUÇÃO DAS CIDADES ATRAVÉS DAS FERROVIAS

1.1 Evolução das cidades

As cidades são formadas por ações de grupos que geram as atividades dos homens. Elas se formam na busca por condições de sobrevivência. Desde a antiguidade, as cidades eram formadas por um único centro comercial, para o qual as pessoas levavam os seus cultivos e artefatos para a troca de mercadorias. E nesses centros aconteciam todos os eventos e festas do município, e serviam também como lugares de encontros e atividades de lazer. Com a promessa de desenvolvimento, o progresso prevalecia e a cidade crescia cada vez mais. Um único centro passou a ter suporte de subcentros em áreas estratégicas, onde o comércio ganhava força no setor econômico e o inchamento populacional urbano se tornava cada vez mais presente nos municípios.

Assim, podemos dizer que a cidade é um núcleo formador de diversas e constantes transformações, principalmente devido ao aumento populacional, e, dessa forma, torna-se fundamental que os planejadores urbanos passem a compreender, descobrir e entender novas formas e conceitos para soluções que possam melhorar os problemas decorrentes do inchamento das áreas urbanas.

No entanto, pensar na melhor qualidade de vida dos habitantes, não depende apenas de práticas na questão morfológica do espaço urbano, mas de sua dinâmica socioeconômica, em um planejamento para o melhor desempenho da apropriação territorial (urbano). Isso porque, devido ao desenvolvimento setorial nas áreas de economia, social e de lazer, o interesse por espaços cada vez mais dinâmicos em diversificação setorial acaba gerando áreas que muitas vezes levam a novas ideias tipológicas. Essa perspectiva termina produzindo desinteresse pelo passado e entusiasmo pelo novo, uma ação prejudicial para espaços que muito atuaram no desenvolvimento urbano. E áreas que antes tinham vida ativa passam a se tornar problemas sociais públicos, levando a grandes descasos com a memória local.

Os vários processos de degradação das áreas centrais das cidades levaram os urbanistas a criarem diversos modelos e propostas para revitalização desses espaços. No entanto, geraram outras distorções que fazem repensar a eficiência de tais processos, mesmo que não os descartem completamente. Isso pode ser melhor

compreendido nas palavras de Del Rio,

“Se por outro lado, o modelo de revitalização urbana do urbanismo contemporâneo rompe com as práticas precedentes e distancia-se tanto dos projetos traumáticos de renovação quanto das atitudes exageradamente conservacionistas, ao mesmo tempo em que os incorpora e excede um prol do renascimento econômico, social e cultural das áreas centrais. Pelo outro, ele permite a gestão da cidade seguindo uma lógica neoliberal, cuja prática urbanística passa a serem fragmentada e dispersa, de acordo com as oportunidades, as vantagens competitivas e as respostas de um mercado consumidor cada vez mais globalizado, embora de expressões localizadas como, por exemplo, na instituição de especialidades propícias para novos polos financeiros e imobiliários transnacionais ou intenso turismo cultural recreativo.” (DEL RIO, 1991, p.2)

Assim, não podemos esquecer que é fundamental pensar nessas áreas como partes principais da cidade na qual irá acontecer de forma objetiva uma boa parte da economia urbanizada. Entretanto, outras áreas da cidade também podem passar por processos de degradação e abandono comuns em áreas centrais que tiveram participação primordial no desenvolvimento econômico e social, não só no município, mas também, de modo geral, territorial, como por exemplo, as estações ferroviárias.

Essas mesmas áreas podem ser consideradas um sistema que serve como cenário para a vida humana, em que o principal espectador é o habitante, que também é seu criador e compete a ele suas formas de organização. Assim, para reestruturar o espaço urbano é necessário entender as relações da morfologia urbana, os caminhos que levaram a sua formação durante o tempo, o que compete à relação das perspectivas dos seus usuários, tendo por objetivo a aproximação da problemática do lugar. Esses processos podem ocorrer por meio de estudos e levantamentos dos aspectos físicos, formal e sociopsicológico.

A evolução urbana pressupõe sempre a existência de espaços mais antigos e espaços construídos mais recentemente, que, dessa forma, são apropriados de forma diferente por seus usuários, e que, na maioria das vezes, entram em processo de abandono. De acordo com ZANCHETI e LACERDA (1998),

“As antigas áreas urbanas assumem um papel importante na construção de políticas locais de desenvolvimento voltadas, em geral, para a revitalização de áreas urbanas deprimidas, subutilizadas ou abandonadas, que perderam vitalidade econômica”. ZANCHETI e LACERDA (1998, p. 21),

E, assim, podemos ter a leitura da cidade de formas diferentes e constituindo unidades específicas com suas próprias características, permitindo pensar e conhecer suas potencialidades e o modo de viver de seus habitantes sem, no entanto, desconsiderar a cidade como um todo.

O tratamento de partes específicas de uma cidade deve sempre se ater à ideia do conjunto e não do espaço fragmentado. Dessa forma, é importante saber que a cidade se constitui em uma unidade com características próprias, e que devemos nos lembrar que um dos processos de planejamento e desenho urbano é um importante aliado na busca pela qualidade espacial. Del Rio (1990, p. 57) afirmou que “[...] as cidades

sempre lidam com o Desenho Urbano em seus processos de planejamento, mesmo que inconscientemente, pois todas as decisões terminarão por afetar a qualidade do meio ambiente.”

No ponto de vista de Calvino,

“[...] nas cidades, o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso e, enquanto você repetir o discurso e, enquanto você acredita visando Tâmará, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.» (CALVINO, 2002, p.18)

Portanto, entender a cidade é saber manter os olhares sobre a percepção das particularidades dos lugares e compreender a importância da aproximação do homem com as mudanças que vão acontecendo com o passar do tempo, e, claro, obter um olhar através do tempo, o que o aproximará do estado atual, tendo como resposta um melhor desempenho que se relacione à memória.

Para os planejadores, é importante que essas mudanças não ocorram de forma aleatória, o que seria fatal para tudo o que se conhecia do local mantendo então sua própria identidade. Essas mudanças devem acontecer de maneira a acrescentar e melhorar a vitalidade espacial, resgatando a vida do lugar e mantendo a identidade do homem com o espaço em que está inserido.

Essas mudanças devem ser acompanhadas e guiadas por planejamento, por estudos e levantamentos permanentes, sempre tentando compreender as próprias dinâmicas urbanas. Além disso, a ação constante de planejamento urbano visa organizar o espaço de forma adequada a fim de garantir uma melhor qualidade de vida para a população a partir do estabelecimento da vitalidade do território urbano.

Com o advento da revolução industrial, em meados do século XVII, as cidades sofreram grandes alterações, sejam do ponto de vista econômico, social ou espacial. Grandes fluxos de pessoas chegaram aos centros urbanos de maior importância gerando grandes demandas de moradias e infraestrutura, nem sempre fornecidos. Essa situação gerou uma cidade caótica e desorganizada, carente de serviços e moradias para uma grande população.

Nesse período, o urbanismo se destacou como uma prática para a obtenção de cidades melhores. Vários nomes surgiram, como propostas diferenciadas. Alguns urbanistas defendiam o embelezamento das cidades, enquanto outros já vislumbravam que as modificações deveriam passar também pelos aspectos sociais e culturais.

Uma importante intervenção que data esse período é a tão conhecida reforma de Paris, conduzida pelo seu então prefeito, o Barão de Haussman. As ideias de Haussman para a cidade de Paris (uma cidade com características medievais e sempre marcadas por conflitos sociais) previam a busca do embelezamento e melhorias no sistema viário que agradassem a uma burguesia ascendente e ávida por uma cidade elitista.

A sucessiva perda de centralidade, precariedade da infraestrutura e falta de serviços públicos contribuíram em muito para que algumas áreas urbanas entrassem

em processo de decadência e levassem à necessidade de sua requalificação. Muitas vezes a preocupação em requalificar áreas teve suas medidas questionadas por muitos devido ao histórico de medidas pouco efetivas socialmente.

Muitos foram os exemplos de projetos de revitalização que contribuíram para o desalojamento de antigos moradores dando lugar a novos parques ou áreas centrais totalmente revitalizadas, favorecendo o capital especulativo.

A partir da década de 1970, os questionamentos sobre os processos de revitalização urbana apontaram para uma nova forma de se realizar intervenções urbanas. A revalorização dos espaços públicos trouxe também a valorização e preservação do patrimônio histórico, a preocupação do desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo e lazer e a discussão sobre a questão social envolvida. Alguns projetos, a partir de 1970, cumpriram a função de devolver a vitalidade de áreas degradadas com melhor funcionamento da vida econômica do lugar, a melhoria na questão social e ambiental.

Os processos de revitalização dos centros históricos e a recuperação de áreas urbanas degradadas cresceram muito e se tornaram, em muitos países, um grande atrativo para o setor turístico, que utiliza esse artifício para atrair demandas socioculturais para as cidades.

Com o crescimento das cidades, algumas áreas no espaço urbano vêm passando por grandes mudanças. Esses fenômenos passaram a serem vistos mais frequentemente após o advento da industrialização que levou a novas dinâmicas do contexto econômico urbano. No entanto, essas mudanças constantes da cidade acabaram gerando inúmeros problemas no espaço urbano, incluindo a deterioração de espaços antes dinâmicos e vivos nas imagens guardadas, ou, também, na memória.

Algumas dessas áreas fazem parte de importantes períodos na história urbana e no seu desenvolvimento socioeconômico e espacial. Um exemplo está em áreas de terminais, sejam eles aquaviários, rodoviários ou ferroviários. Tais áreas acabam sofrendo grandemente com o abandono devido às mudanças tecnológicas, ao crescimento das cidades que as englobam, ou até mesmo pela falta de prioridade dos governos em torná-las mais atrativas.

Os processos de requalificação de algumas destas áreas, particularmente quando se localizam nos centros das cidades (normalmente os mais atingidos) primam por constantes remodelações com intenção de readequação de usos, favorecendo interesses sociais e econômicos com o intuito de favorecer o desenvolvimento do município, e que, em alguns casos, se tornam alvo de especulação do setor imobiliário, esquecendo-se da necessidade populacional.

1.2 As ferrovias e a evolução das cidades

Os transportes sempre fizeram parte do surgimento das cidades desde as trilhas bárbaras que originaram vilas às estradas pavimentadas do Império Romano,

passando pelas estradas de ferro dos séculos XIX e XX até chegar às modernas ferrovias, rodovias e aquavias.

A construção da memória dos habitantes da cidade passa de forma importante pela presença dos transportes, suas vias e seus terminais. A forma da urbanização teve grande influência através das modalidades de transportes.

O sistema ferroviário estruturou cidades em sua maioria de forma linear, enquanto o advento do automóvel levou as cidades a formas radializadas, em função da flexibilidade permitida por este modal.

A mobilidade tem um papel fundamental na construção do espaço, uma vez que dela precisamos para realizar nossas atividades diárias. Ao longo dos anos, o homem tem buscado meios de transportes melhores para consolidação de suas atividades e, dessa forma, acaba por impactar não só os aspectos políticos e econômicos, mas também sociais, espaciais, culturais e de lazer.

Essa busca do homem por um meio de transporte mais rápido se inicia com o surgimento da máquina a vapor no fim do século XVIII. A Inglaterra foi o país pioneiro na utilização da ferrovia e logo todo o território inglês estava cortado por essa modalidade. A construção de ferrovia também alcançou outros países europeus consolidando ainda mais a economia do continente, formando uma rede de cidades ligadas por via ferroviária. Por volta de 1970, toda a espinha dorsal da ferrovia europeia já havia sido construída consolidando a economia e o comércio. O grande desenvolvimento do transporte sobre trilhos consolidou ainda mais o desempenho das cidades, tanto na economia e política quanto na questão social e cultural. Isso gerou melhorias no setor de importação e exportação de mercadorias, oferecendo também viabilidade no deslocamento de passageiros: um marco na história no quesito mobilidade urbana.

No Brasil, o sistema ferroviário não tardou a chegar. No entanto, a malha desse transporte cresceu lentamente devido a vários problemas de planejamento e opções equivocadas de governantes. A implantação da malha ferroviária brasileira se deu em função das exportações, principalmente do café, a partir da década de 1850. As exportações traziam sempre muitos riscos aos investidores das ferrovias e, muitas vezes, necessitavam das intervenções do Estado.

Os primeiros traçados das ferrovias brasileiras ligavam o litoral e o interior circuncidando então as regiões e Estados brasileiros. Entre várias crises sofridas pelo setor ferroviário, evidencia-se aquela enfrentada em meados de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Cunha (2002) nos mostra que,

“[...] a estrutura geográfica, as dificuldades financeiras e as discordâncias técnicas - as interferências da política partidária na construção e administração de estradas de ferro, federais e estaduais terão uma realidade duríssima das circunstâncias em que se desenvolveu o nosso sistema ferroviário. Uma vez que as economias brasileiras dependiam muito das ferrovias e vice-versa, elas sofreram, direta ou indiretamente, forte intervenção. [...]”. (CUNHA, 2002, P. 10).

Diante das dificuldades e da crise política que reinava no período tornou-se necessário recorrer a um empréstimo exterior, o que acabou agravando ainda mais a

situação do sistema e comprometendo também o setor ferroviário.

A crise no sistema ferroviário acabou gerando um déficit de difícil reabilitação, o que levou a uma progressiva obsolescência e perda de competitividade do setor, abrindo caminho para modais mais modernos, como o automóvel: a promessa do progresso na época.

A ascensão de um novo meio de transporte e a inovação do motor de combustão abriu, então, um novo rumo nos meios de transportes, culminando, em 1957, com a implantação da indústria automobilística no país, e com a priorização da construção de estradas de rodagem e a decadência do setor ferroviário.

Ao longo do século XX, várias cidades tiveram rodovias adentrando seu espaço urbano, ou mesmo surgindo a partir de terminais ferroviários. No entanto, a evolução urbana muitas vezes englobou as vias ferroviárias e os terminais. A partir daí se estabeleceram vários conflitos decorrentes da poluição sonora, dos acidentes de trajeto, da obstrução por várias horas de parte da cidade devido à parada de trens, entre outros.

Em várias cidades, os trilhos e os terminais foram removidos para fora do perímetro urbano, dando lugar a novos edifícios construídos e, muitas vezes, os antigos foram demolidos. No entanto, a memória dos habitantes da cidade é sempre marcada pela presença desse modo de transporte.

A perda de competitividade da ferrovia levou ao declínio e desativação de várias delas ou de vários trechos, comprometendo o desenvolvimento de núcleos urbanos e condenando várias cidades ao declínio.

Minas Gerais teve várias ferrovias desativadas e grande número de cidades perdeu seu maior estruturador de desenvolvimento. E, a partir da década de 1990, com o advento da privatização ferroviária, houve um aumento de competitividade das ferrovias, contudo as concessionárias pouco fizeram para uma modernização mais rápida do setor. Por isso, reduziram ou acabaram com a opção dos trens regulares de passageiros, e até de trens turísticos.

Um fato notável é o descaso com que tratam o patrimônio edificado do setor que um dia foi a promessa para a expansão territorial no país.

2 | UBERABA E SUA EVOLUÇÃO A PARTIR DA FERROVIA

2.1 A Cidade E A Ferrovia

A ocupação do Triângulo Mineiro teve início com a procura dos paulistanos pelas tão sonhadas pedras preciosas e os metais encontrados posteriormente em Goiás, e na captura de índios para o mercado de escravos. O aumento da importância econômica fez com que o arraial de Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba, que foi fundado nos anos de 1808 tomasse notabilidade crescente para o trânsito entre

São Paulo e Goiás. O arraial de Uberaba foi implantado às margens do Córrego das Lages escolhido por possuir grande quantidade de córregos cujas nascentes estavam nas colinas. As seis colinas (Boa Vista, Estados Unidos, da Matriz, Cuiabá, Barro Preto e a colina da Misericórdia) ladeavam o córrego das Lages e era de fácil visibilidade. Esse lugar era rota para os bandeirantes vindos de São Paulo.

A vila de Uberaba foi elevada à categoria de município em dois de maio de 1856 e, a partir de 1889, o município recebia a tão cobiçada Ferrovia da Mogiana, o que marcava uma época de progresso e crescimento na agricultura e economia na urbanização comercial e socioespacial. Uberaba consolidou-se, a partir daí como um centro de polarização na região do triângulo Mineiro, uma vez que, além da ferrovia, contava com várias estradas vicinais que a ligavam ao sudoeste goiano e a Mato Grosso.

A ferrovia Mogiana foi pioneira junto com outras no transporte de café e outros bens para exportação. A implantação desta ferrovia foi responsável pela estruturação de várias cidades no percurso dos trilhos ligando Campinas-SP a Catalão em Goiás.

“A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi criada em 1872 e sua sede estava localizada na cidade de Campinas com prolongamento até Mogi Mirim, com um ramal para Amparo e seguimento até as margens do Rio Grande. Posteriormente a Mogiana partiu para a construção do trecho que levaria seus trilhos ao Triângulo Mineiro e Sul de Minas Gerais, no sentido de atrair para a economia paulista esta vasta região. O Rio Grande foi atingido em 1888, o ramal de Poços de Caldas foi concluído em 1886 e o de Franca em 1889. Nessa época a empresa recebeu o nome de Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação.” SANTOS JÚNIOR e FERREIRA, 2005, P.1).

A primeira estação ferroviária construída em Uberaba situava-se na rua Menelick de Carvalho, no centro da cidade. O percurso da linha férrea naquela época passava pela rua do Comércio, que hoje é conhecida por Artur Machado. Com o crescimento de Uberaba, a estação férrea, localizada no final da rua Artur Machado, foi transferida em 1946 para a praça Dr. José Ferreira Rebouças. Atualmente a Estação Ferroviária ainda está nesse local e é administrada pela Ferrovia Centro Atlântica desde 1997, época da sua privatização.

A segunda estação operou até a década de 1960, quando foi substituída por um novo edifício projetado por Oswaldo Bratke numa tentativa de modernização, levada a cabo na época pela companhia Mogiana. A segunda estação passou por sérios problemas com o abandono e a deterioração, o que chegou a causar várias patologias ao edifício. Segawa (2003) assim viu a inserção de Oswaldo Bratke no cenário da arquitetura das estações da Mogiana:

“[...] Integrando planos de expansão e modernização de suas instalações e serviços - considerando a perspectiva de servir à nova capital, Brasília -, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro promoveu a construção de novas estações na primeira metade dos anos 1960. Nesse processo, Oswaldo Bratke foi encarregado de projetar os terminais de Ribeirão Preto e Uberlândia, além da reforma de algumas estações. A conceituação arquitetônica desses edifícios nasceu de pressupostos urbanísticos: estações ferroviárias são importantes referências urbanas, indutoras

de crescimento e desenvolvimento material nas áreas aos seus redores, sejam elas consolidadas anteriormente, ou originadas a partir da presença desses equipamentos. Cria-se, nesse sentido, uma interação proveitosa entre a estação ferroviária como equipamento de uso público e o setor da cidade no qual está implantada, caracterizando uma vida urbana peculiar. É tradição o surgimento de um vivo aglomerado de comércio e de prestação de serviços na vizinhança das estações. No padrão brasileiro, essas atividades ocorriam fora e próximas à estação - nunca dentro delas. A estação ferroviária abrigava exclusivamente os serviços relacionados ao transporte e serviços de apoio e conforto aos passageiros. [...]” (SEGAWA, 2002, p. 213-216)

A importância histórica de Uberaba no contexto regional pode ser evidenciada já nas primeiras décadas do século XX, com uma boa rede de transportes já instalada (ferrovias e estradas vicinais). De acordo com SANTOS JÚNIOR e FERREIRA (2005),

“A cidade de Uberaba ficou então sendo o entreposto comercial entre São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com isso seu crescimento demográfico corria rapidamente, pois a ferrovia trouxe consigo desenvolvimento e os imigrantes com a mão-de-obra, para trabalhar com a cultura do café que se expandirá pela região, assim como outros tipos de culturas, chega os diversos produtos do litoral e acontece à integração social de quem vive as margens das ferrovias.” (SANTOS JÚNIOR e FERREIRA, 2005, p.7).

Dessa forma, a ferrovia teve e tem um papel muito importante na estruturação econômica e sócio espacial na cidade de Uberaba. Requalificar o espaço dos terminais da Mogiana vem ao encontro, não somente às aspirações da comunidade lindeira, mas também de todo o município.

A precariedade em que se encontram as atuais instalações dos terminais da ferrovia clama por intervenções que possam lograr algum êxito na requalificação da área. O pátio ferroviário atua como um corte no tecido do bairro onde se insere. Sem sua utilização os edifícios se degradam e apresentam riscos sanitários à população, além de contribuir para a insegurança do local. Além disso, a dimensão da área requer uma intervenção de grande porte, capaz de fazer com que a ferrovia cumpra uma função social e espacial, além da econômica preconizada pela empresa que a gerencia.

Em 2011, a Prefeitura de Uberaba elaborou um projeto que visa à restauração do prédio antigo da segunda estação, que é tombado pelo CONPHAU, convertendo-o para um novo uso, tornando-o sede do Arquivo Público da Cidade. O arquiteto convidado para o projeto de restauração foi Eduardo Rezende, que conta também com o apoio do escritório de engenharia e arquitetura ETHEC de Uberaba.

Embora seja um primeiro passo na longa caminhada para a requalificação da área, o projeto ainda necessita agregar conscientização da população local e tratar vários impactos causados pela existência do modal, sem esquecer-se da sua participação no desenvolvimento do município.

3 | DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ANÁLISE

3.1 A Área De Estudo

O trecho ferroviário está localizado na região norte da cidade de Uberaba entre os bairros Boa Vista e Estados Unidos, sua área totaliza 827.000m², que, situada em um ponto alto da cidade, possui uma topografia com vários aspectos, que variam de áreas com platôs até áreas com desníveis superiores a 12m. É administrada pelo complexo da FCA - Ferrovia Centro Atlântica, remanescente da antiga Companhia Mogiana.

Para elaboração do diagnóstico, além da área de projeto, foi delimitada uma área de estudo que compreende um raio de 200 metros com limite entre as Avenidas e ruas: Avenida Doutor Tomaz Bawdem, Rua Doutor José Maria dos Reis, Av. Doutor Abel Reis, Rua Antônia Tavares, Rua Sebastião da Costa e Rua João Pinheiro.

O Complexo ferroviário de Uberaba é formado pelos trilhos da ferrovia e os edifícios que compõem a estrutura de serviços prestados. Alguns dos edifícios foram tombados pelo CONPHAU e outros, infelizmente, estão em processo de degradação.

A antiga estação passou em 2012 por um processo de restauro para sediar o novo arquivo público da cidade. A terceira estação, conhecida por Estação Nova foi tombada e é usada para sede administrativa da FCA.

Outro bem tombado pelo CONPHAU, como um artefato, é a Maria Fumaça, que atualmente está inserida no canteiro central da praça e, para evitar danos, está protegida por um gradil. É evidente que o tombamento desses elementos foi e é um passo importante para o Complexo no propósito de resguardar a história como parte de preservação da memória do lugar.

Quando a ferrovia foi transferida para o bairro Boa Vista foram criados alguns edifícios, destinados a residências dos ferroviários. Essas edificações não são tombadas, mas, provavelmente por fazer parte do Complexo, é parte da arquitetura, e deveriam fazer parte do conjunto, pois essas famílias com certeza carregam lembranças da época que o trem soava o apito dia e noite.

Para conhecer e perceber a paisagem físico-espacial da área foram realizados pesquisas e estudos com o objetivo de compreender a rotina do lugar, o comportamento dos usuários e entender as necessidades para melhorar sua qualidade espacial. Dessa forma, será proposto um plano de intervenção coerente com as características existentes no lugar e seu entorno.

O método proposto por Lynch (1999) é importante a princípio, na releitura a partir dos pontos de referências ou da percepção da paisagem. Para a compreensão da tipologia é importante a avaliação do aspecto formal, o crescimento e o desenvolvimento do lugar e das edificações, a propriedade de associação dos elementos e a hierarquia dos elementos estruturadores. Nesta percepção, é possível ver a necessidade de replanejamento na questão mobilidade, pois existe um elemento divisor no tecido

urbano que limita a circulação da população, uma vez que os trilhos da ferrovia se encontram em uma cidade aglutinada por seu desenvolvimento que, por alguma razão, obteve dificuldade na relação de planejamento morfológico, ou até mesmo por questão especulativa no local. Contudo, a afirmação é a necessidade de consciência principalmente da população para que haja um sentimento referencial. Isso leva a percepções não apenas no presente, mas também no futuro do espaço em que vivemos e que queremos para o amanhã.

Analisar a forma não construída e a oposição da forma construída que inclui todos os espaços externos às edificações, sejam eles público ou privado. Nesse estudo é notório o interesse da população em relação ao uso do lugar porque se trata de um lugar muito visitado nos finais de semana.

A percepção da paisagem do trecho ferroviário da cidade de Uberaba compreende os processos sofridos através do tempo e entende a necessidade de reforçar a qualidade do lugar através da imagem e dos seus percursos no espaço urbano, oferecendo funcionalidade para uso adequado da população. Por isso, a necessidade de tratar a paisagem urbana através do tempo.

3.2 A Proposta De Intervenção

A proposta de intervenção no Complexo Ferroviário de Uberaba surgiu com o intuito de transformar e melhorar o desempenho local, com o objetivo de atender as necessidades da população, sem, porém, descaracterizar o lugar e os sinais históricos, reforçando a imagem do lugar, integrando atividades econômicas e culturais, a fim de gerar um espaço de excelência, qualificado, agradável, limpo e seguro.

A proposta prevê a reabilitação e a reintegração do transporte de passageiros, reestruturação do setor comercial e prestação de serviços no local, resgatando a cultura e o lazer, devolvendo a função originária do eixo ferroviário e conservando a memória exercida na cidade de Uberaba. Assim, entronizando a memória com o presente e reforçando o papel do acervo histórico arquitetônico e urbanístico no município no ponto vista sociocultural. As intervenções para a área do projeto se baseiam nos diagnósticos elaborados e nas premissas de recuperação espacial do lugar.

O objetivo específico para a intervenção está no aproveitamento dos espaços públicos e privados, assim como atividades sociais, econômicas e culturais, resguardando parte da história territorial. Para obtenção de um bom desenvolvimento é preciso pensar em intervenções a fim de respeitar o sistema ferroviário como um todo, devolvendo vitalidade em áreas com grande potencial, sejam elas econômica, cultural ou até mesmo de lazer, devolvendo funções inovadoras e tecnológicas a fim de potencializar e reforçar o valor local.

REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

CASTILHO, Ana Luísa Howard; VARGAS, Helena Camilo. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados.** Barueri: Editora Manole, 2009. p. 1-48.

CULLEN, Gordon. **A Paisagem Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CUNHA, Vítor Almeida. Estação Ferroviária Mogiana de Uberaba: Uma Proposta para a Sobrevivência. Novembro/2002. 42p. Universidade de Uberaba. Uniube. Uberaba, 2002

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Pini, 1990. 170 p.

_____. **Introdução ao Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro: A Contribuição do Estudo da Percepção Ambiental.** 1991. 518p. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo, 1991.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **As Idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis. 2002.

MESQUITA, Adailson Pinheiro. **As Linhas do Tecido Urbano: O Sistema de Transportes e a Evolução Urbana de Uberlândia-MG/Adailson Pinheiro Mesquita, Hermiton Quirino da Silva.** Uberlândia: Roma, 2006.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Intervenções Urbanas: Arte/Cidade.** São Paulo: Ed. Abril, 2010. 300 p.

SANTOS JÚNIOR, Luiz Carlos dos; FERREIRA, William Rodrigues. **A ferrovia e o desenvolvimento territorial do triângulo mineiro – MG.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente. 2005.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990.** São Paulo: Edusp, 2002.

ZANCHETI, Silvio Mendes; LACERDA Norma. **Revitalização do Bairro do Recife: Plano, regulação e avaliação.** Recife: Ed. Universidade da UFPE, 1998

A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Marcelo Cachioni

Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - Ipplap; Faculdades Integradas Einstein de Limeira - Fiel; Programa de Pós-doutorado FAU USP.
Piracicaba - SP

RESUMO: O Engenho Central de Piracicaba, fundado em 1881, a partir da aquisição e instalação de maquinário francês da indústria mecânica ‘Brissonneau e Frères’, foi montado pelos engenheiros André Patureau e Fernando Dumoulin com a tecnologia mais avançada no período. Entrou em funcionamento com 50 trabalhadores no ano seguinte, processando cana-de-açúcar de pequenos e grandes fornecedores. Após duas vendas consecutivas, foi adquirido por empresários franceses, com a denominação ‘Sucrerie de Piracicaba’, os quais investiram em infraestrutura, ampliação de planta fabril e área agrícola. Em 1907 foi incorporada à ‘Société de Sucrierie Brésilliennes’ - SSB, compreendendo seis usinas, e até o final dos anos 1920 foi a maior e mais importante indústria da região. No final da década de 1960, a SSB foi nacionalizada, tornando-se ‘Usinas Brasileiras de Açúcar SA’, funcionando até 1973. Sua planta fabril, conforme o crescimento industrial, recebeu anexos e novas construções, mas apesar de não ser original, o conjunto fabril

é representativo histórica e paisagisticamente. Em 1989, sua área remanescente, incluindo a mata, foi desapropriada e tombada pelo município para ser utilizada como um parque público para atividades culturais e de lazer. Com base na identificação e análise dos elementos por meio de fontes iconográficas e edificações remanescentes, percebe-se que a paisagem cultural formada a partir de um sistema produtivo constitui-se um dos elementos mais marcantes na ambiência urbana, já consolidada e considerada um ícone piracicabano turístico e cultural, pois alia a paisagem natural formada pelo Salto do Rio Piracicaba e a paisagem edificada de remanescente fabril.

PALAVRAS-CHAVE: Piracicaba; Engenho Central; Paisagem Cultural.

ABSTRACT: The Central Mill of Piracicaba, founded in 1881, from the acquisition and installation of French mechanical machinery ‘Brissonneau and Frères’, was assembled by the engineers André Patureau and Fernando Dumoulin with the most advanced technology in the period. It went into operation with 50 workers the following year, processing sugarcane from small and large suppliers. After two consecutive sales, the mill was acquired by French businessmen, with the name ‘Sucrerie de Piracicaba’, which invested in infrastructure, expansion of factory plant and agricultural

area. In 1907 it was incorporated into the Société de Sucrerie Brésilliennes - SSB, comprising six mills, and by the end of the 1920s was the largest and most important industry in the region. In the late 1960s, SSB was nationalized, becoming 'Usinas Brasileiras de Açúcar S.A.', operating until 1973. Its manufacturing plant, according to industrial growth, received annexes and new constructions, but although not original, the manufacturing complex is representative historically and landscape. In 1989, its remaining area, including the forest, was expropriated and registered by the municipality to be used as a public park for cultural and leisure activities. Based on the identification and analysis of the elements through iconographic sources and remaining buildings, we can see that the cultural landscape formed from a productive system is one of the most striking elements in the urban environment, already consolidated and considered a 'piracicaban' icon tourist and cultural, as it combines the natural landscape formed by the Piracicaba River Waterfall and the built environment of factory remnant.

KEYWORDS: Piracicaba; Central Mill; Paisagem Cultural.

O ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA

A partir da década de 1870, os complexos produtivos paulistas passaram a ser constituídos conforme os incentivos da política imperial de modernização da produção açucareira no Brasil, dentre eles, o Engenho Central de Piracicaba, terceiro estabelecimento industrial da cidade. Em 19 de janeiro de 1881, Estevão Ribeiro de Souza Rezende (advogado e empresário, futuro Barão de Rezende), e os agricultores Antonio Corrêa Pacheco e Joaquim Eugenio do Amaral Pinto, entre outros associados, abriram a Empresa do Engenho Central, com maquinário produzido na indústria mecânica 'Brissonneau Frères', da cidade francesa de Nantes, no Pays de la Loire. Em 3 de maio daquele ano, o sócio e gerente da empresa, Estevam de Rezende, cedeu parte de suas terras na Fazenda São Pedro, para a instalação do engenho. Quatro dias depois, em 7 de maio de 1881, o imperador D. Pedro II assinou o Decreto Imperial nº 8.089, concedendo a autorização para o funcionamento (CAMARGO, 1899; GUERRINI, 2009).

Ainda em 1881, no dia 18 de novembro, chegou da França a primeira remessa de maquinaria, tendo início a sua montagem sob a direção do engenheiro industrial André Patureau e do engenheiro Fernando Dumoulin. Meira (2007) afirma que, talvez pela preocupação em montar o engenho com a tecnologia mais avançada no período, as obras demoraram a serem concluídas, sendo que a companhia despendeu na montagem uma quantia maior que o capital garantido. Apenas em outubro de 1882 as máquinas do Engenho Central foram acionadas, pondo em funcionamento o complexo agroindustrial (CAMARGO, 1899; GUERRINI, 2009; MEIRA, 2007).

Para Meira (2007), a atuação das empresas estrangeiras, principalmente francesas, foi decisiva na montagem dos engenhos centrais, uma vez que o Brasil não possuía capital nem tecnologia para instalação das fábricas, criando vínculo com o

capital externo, o qual atuou tanto no fornecimento dos novos maquinários, quanto na própria montagem de engenhos centrais por companhias estrangeiras.

A experiência pioneira do Engenho Central de Porto Feliz, inaugurado em 1878, incentivou a abertura dos engenhos centrais em 1881, nas cidades de Lorena e em Capivari, além do Engenho Central de Piracicaba. Segundo Melo (2006), as novas fábricas possibilitaram a São Paulo um novo padrão técnico mecanizado, produzindo em grande escala e maior produção em relação aos engenhos tradicionais. Além disso, “os municípios onde estavam localizados transformaram-se nos maiores produtores provinciais e suas fábricas eram exemplos nacionais de modernização do setor no Império” (MELO, 2006).

São Paulo, a partir do crescimento econômico e demográfico da segunda metade do século XIX, com a instalação de ferrovias e a política de imigração, assumiu o protagonismo econômico no país, tornando-se o principal mercado consumidor brasileiro de derivados de cana (MELO, 2006).

Apesar do crescimento do volume de produção estadual, nos primeiros anos da década de 1880, o Engenho Central de Piracicaba enfrentava dificuldades financeiras, agravadas pelo decreto nº. 9.253, de 2 de agosto de 1884, que declarava a concessão caduca pelo governo, perdendo, desta forma, o direito de garantia de juros (MEIRA, 2007).

Segundo Terzi e Peres (2010), o decreto 8.089 de 07/05/1881 do governo imperial que autorizava o funcionamento da Cia. do Engenho Central de Piracicaba garantia empréstimo por 20 anos, para uma capacidade diária de 240 toneladas com produção mínima de 16.000 sacos de 60 quilos. Entretanto, era difícil cumprir essa produção mínima, considerando que a viabilidade dos engenhos centrais residia na garantia do suprimento de cana suficiente por agricultores proprietários, senão, organizava-se uma imensa estrutura fabril para os padrões vigentes, com enorme capital permanente, com capacidade ociosa insustentável (TERZI e PERES, 2010).

Apesar do mercado paulista promissor, o Engenho Central de Piracicaba estagnou, entre outros motivos, pela insuficiência de matéria-prima, entrando em concordata em 29 de abril de 1887, sob a responsabilidade dos sócios Rezende e Castro. Mediante a impossibilidade de saldar os compromissos da empresa quanto ao pagamento dos juros da dívida adquirida junto ao governo, com o lucro da safra daquele ano, os sócios proprietários decidiram anunciar a venda da companhia. No mês seguinte, em 17 de março de 1888, o Barão de Rezende comprou as ações de seus sócios, tornando-se proprietário exclusivo (GUERRINI, 2009; TERZI e PERES, 2010).

O decisivo momento histórico brasileiro, de transição do regime imperial para o republicano, segundo Terzi e Peres (2010), foi marcado por grandes transformações com o fim da escravidão e a instituição da República, além do ciclo virtuoso da produção agroexportadora cafeeira (TERZI e PERES, 2010). Neste sentido, a Primeira República incentivou o setor açucareiro de maneira mais bem mais acertada do ponto de vista econômico que o regime imperial, quando o princípio da divisão entre indústria

e lavoura se esgotou, representando o fim do ciclo dos engenhos centrais e a origem das usinas (PERRUCCI, 1978; MEIRA, 2007).

Em vista das dificuldades de resolver os problemas de falta de matéria prima, além das novas condições impostas pelo novo regime político, aliado às constantes oscilações do mercado e, da necessidade de se adaptar ao novo regime usineiro, em 22 de junho de 1891, a Empresa do Engenho Central foi alienada pelo Barão de Rezende à recém-criada 'Companhia de Cultura de Cana, Fabricação e Refinação de Assucar, Alcool, Cal, etc. - Niagara Paulista', cuja diretoria era composta pelo cel. João Carlos Leite Penteado (presidente), Victor Nothmann e o com. Cícero Bastos, com nova injeção de capital (GAZETA DE PIRACICABA, 10/08/1893).

A introdução de máquinas aperfeiçoadas nos engenhos de açúcar já implicava em endividamento progressivo desde a segunda metade do século XIX. Neste sentido, os engenhos centrais de Porto Feliz, Rafard, Lorena e Piracicaba, instalados entre 1878 e 1884, sofreram várias crises financeiras e acabaram vendidos para investidores franceses, no final do século XIX, os quais passaram a controlar as maiores unidades de produção de açúcar, aguardente e álcool de São Paulo. Segundo Melo (2006), antes da reorganização dos franceses, essas unidades já haviam evoluído para a estrutura usineira, 'integrando a produção agrícola e fabril, sem deixar de manter, pelo menos em parte, o fornecimento de cana de terceiros' (PERRUCCI, 1978; MELO, 2006).

Em 31 de março de 1899 foi lavrada a Escritura de compra do Engenho Central em cartório parisiense, contendo os estatutos da 'Societè de la Sucrerie de Piracicaba', da qual foi fundador o industrial Fernand Doré. Dois dias depois, em 2 de abril, na assembleia geral de acionistas, foi decidida a organização definitiva da citada sociedade, conforme registrado em Ata. Por sua vez, a assembleia geral dos acionistas da Cia. Niágara Paulista, realizada em 17 de abril de 1899, decidiu pela dissolução da companhia (GUERRINI, 2009).

No dia 29 de abril de 1899, a 'Societè de la Sucrerie de Piracicaba' adquiriu a Cia. Niágara Paulista, então presidida pelo com. Cícero Bastos. A nova sociedade era representada pelo industrial Fernand Doré, o engenheiro de artes e manufaturas Paul Henry Durocher e o empresário Maurice Allain (GAZETA DE PIRACICABA, 11/05/1899).

Na nova fase, com injeção de capital francês, verificam-se ainda no ano de 1899 investimentos em infraestrutura, ampliação de planta fabril e aquisição de área de produção agrícola. Em 04 de outubro de 1899 foi inaugurada uma moenda de pressão e repressão e duas caldeiras multitubulares, alimentadas pelo bagaço da cana, capacitadas para produzir duas mil arrobas de açúcar por dia, na safra (GUERRINI, 2009).

A indústria do açúcar paulista mostrava-se, neste período, tão vantajosa economicamente, que atraiu mais capital estrangeiro. Em 24 de outubro de 1907, por meio do decreto nº. 6.699, foi fundada em Paris, a sociedade anônima 'Societé de Sucrerie Brèsilienne - SSB' com a presidência de Maurice Allain, reunindo os

sócios Fernand Doré, Lucien Mellier, Edmond Steinheil e o Conde Léon de Bertier de Sauvigny. Segundo Phillipe Allain (2014), a sociedade foi constituída para funcionar por 30 anos, com o aporte das usinas: de Rafard e Porto Feliz, herdadas pela esposa de Maurice Allain, Ida Wagner, de seu pai, Alexandre Wagner; com a aquisição da usina de Lorena, de seu cunhado Théodore Duvivier; e das usinas de Cupim e Paraíso-Tocos, situadas em Campos no Rio de Janeiro; além da usina de Piracicaba, da qual já era sócio, e adquiriu seu controle acionário. “Além desses ativos, havia uma usina de bebidas alcoólicas em Piracicaba e dois escritórios (a sede em São Paulo e uma filial no Rio de Janeiro)” (ALLAIN, 2014). Desta forma, com os franceses, a usina de Piracicaba passou a ser a maior empresa do Estado em produção e a mais importante do país, com fabricação anual de 100 mil sacas de açúcar e três milhões de litros de álcool.

O Engenho Central de Piracicaba foi até o final da década de 1920, a maior e mais importante indústria da região. Até que no final do período da República Velha, uma praga conhecida como Mosaico devastou os canaviais paulistas, entretanto, acabou por motivar o posterior incremento da produção açucareira no Estado (MEIRA, 2007). Para resolver o grave problema da praga, a Estação Experimental de Piracicaba desenvolveu estudos fundamentais para sua erradicação, defendendo a renovação dos canaviais, com canas javanesas resistentes ao mosaico (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 287 in MEIRA, 2007).

Assim, a SSB alcançou lucros crescentes desde a sua fundação até o período da crise do Mosaico. Tal processo foi acentuado depois da crise de mercado em 1929/30, que reforçou a tendência de intervenção governamental no mercado açucareiro, com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA em 1933, no governo Vargas objetivando equilibrar a produção e o consumo internos, ficando o governo com a responsabilidade sobre os excessos (RAMOS, 1999; MEIRA, 2007; SAMPAIO, 2011; GUIMARÃES, 2012).

Com os incentivos, na década de 1950 e na primeira metade dos anos de 1960 os usineiros conseguiram prosperidade, sendo que foram poucas e pontuais as quebras e falências (SAMPALIO, 2011).

Entre os anos de 1967 e 1968, a alta cúpula da SSB determinou, por intermédio do representante geral no Brasil, a nacionalização e a respectiva mudança na razão social da antiga ‘Société de Sucreries Brésiliennes’, a qual passou a ser denominada como ‘Usinas Brasileiras de Açúcar S.A.’ - Ubasa, abrangendo apenas as usinas e sua sede brasileira em São Paulo. Em 1968, depois da nacionalização da empresa, a Ubasa vendeu seu controle acionário para o Grupo Deltec, após 85 anos de atividades industriais. Stipp Netto (2009) informa que o grupo internacional, entre suas diversas empresas mantinha a Swift, a qual passou a administrar as usinas de Piracicaba, Rafard e Porto Feliz (STIPP NETTO, 2009).

Em 1969 o Grupo Silva Gordo adquiriu da Deltec o controle acionário da Ubasa. O grupo empresarial pertencia ao Banco Português do Brasil S.A., e era controlado pelo

banqueiro José Adolpho da Silva Gordo. Na ocasião, José Adolpho já havia também adquirido a Refinadora Paulista S.A., que além da Usina e da Fábrica de Papel e Celulose de Monte Alegre em Piracicaba, mantinha a Usina Tamoio em Araraquara, e a Fazenda Guatapará, em Américo Brasiliense - SP (STIPP NETTO, 2009).

Do decorrer de 1969 ao primeiro semestre de 1970, a nova administração promoveu alterações estruturais e organizacionais em todas as suas empresas e unidades industriais. Apesar da reorganização administrativa, o Grupo Silva Gordo, motivado pelo crescimento urbano e a valorização imobiliária da região ao redor da usina e das fazendas de cultivo de cana, decidiu encerrar as atividades das usinas em 1972. Em consequência da venda do controle acionário das Empresas do Grupo Silva Gordo, concretizada possivelmente em novembro de 1972, as usinas oriundas da antiga Ubasa foram transferidas para um novo grupo empresarial imobiliário (STIPP NETTO, 2009).

O Engenho Central realizou sua última safra entre os anos de 1972 e 1973, com sua produção de açúcar estabelecendo um recorde, tendo sido a mais volumosa de sua existência quase centenária, com 742.186 sacas de açúcar de 60 quilos. Segundo Stipp Netto (2009): “Justamente nos últimos anos, quando a parte industrial deixou de ser provida por investimentos, manutenções e reformas necessárias, sucateado e enfermo, o ‘Engenho Central’ deu mostra de sua bravura, deixando um grande legado a todos nós, alcançando essa marca histórica” (STIPP NETTO, 2009).

Com o fim definitivo do caráter industrial da empresa, foi iniciado o empreendimento imobiliário Terras do Engenho promovido pela Companhia City com o loteamento de antigas fazendas de produção de cana, que se configuraram nos atuais bairros de Nova Piracicaba, Santa Rosa, entre outros. Com isso, todo o maquinário da usina foi vendido como sucata, restando apenas os edifícios parcialmente arruinados pelo processo de desmontagem.

Depois de anos de abandono do sítio industrial, em 1989, a Prefeitura de Piracicaba desapropriou a área que atualmente configura o Parque do Engenho Central, a qual já havia sido destacada dos loteamentos promovidos na década anterior. No mesmo ano, em 11 de agosto, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - Codepac tombou o conjunto remanescente, incluindo todos os edifícios e também a mata nativa. Em 26 de agosto de 2014, o Condephaat decidiu pelo tombamento de toda a extensão do parque, especificando níveis de tombamento distintos para as edificações.

AS INSTALAÇÕES FABRIS DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA

O pátio industrial do Engenho Central de Piracicaba foi configurado no decorrer dos seus anos de funcionamento, de acordo com as necessidades do sistema de produção, sendo que além da edificação de diversos equipamentos industriais, também promoveu modificações paisagísticas na área da antiga fazenda São Pedro, incluindo

aterro e construção de muros de contenção no Rio Piracicaba e o desmatamento do local, cujas madeiras foram utilizadas nas edificações e também serviram como lenha para as fornalhas.



Fig. 1: Engenho Central de Piracicaba no início do século XX.

Fonte: Arquivo DPH Ipplap. Foto: José Bidschovsky.

Dentre os primeiros edifícios construídos, destaca-se o da fábrica de açúcar instalada em 1882 (fig. 1), o qual era estruturado por um arcabouço interno de ferro pré-fabricado, importado da França e coberto por uma cúpula metálica em quatro águas com um lanternim, arrematada por um coruchéu com um para-raios. A entrada principal da fábrica era marcada por uma portada classicista, composta com pilastras, entablamento e um frontão em arco abatido que ostentava um relógio, constituído por volutas coroando o conjunto. As janelas deste edifício eram vidraças aximezes em arco abatido e suas portas também foram executadas com o mesmo modelo de arco, com bandeiras envidraçadas. O único registro documental sobre este recinto fabril é uma filigrana estampada nos papéis das ações da empresa, que apesar de ilustrativa, permite a análise e a compreensão de sua configuração original, livre dos demais edifícios anexados posteriormente. Em 1905, já em posse da SSB, o edifício (fig. 1 e 2) havia passado por ampliações na lateral esquerda, com anexos ligados ao bloco da moenda, que também exhibe a destilaria, as duas chaminés originais, um grande armazém, o antigo escritório e outras instalações de pequeno porte, não identificadas. Com a necessidade de ampliação da planta fabril da usina, a fábrica de açúcar foi ampliada, com a inserção de dois blocos laterais com cobertura em lanternim (fig. 3), e conseqüente nova fachada principal em alvenaria aparente, entretanto, preservando o interior original montado com a estrutura de ferro pré-fabricada, incluindo a cúpula original. Com a nova configuração, o edifício da moenda também foi ampliado e totalmente anexado à fábrica de açúcar.



Fig. 2: Usina (Engenho Central) da SSB no início do século XX.

Fonte: Arquivo Arquivo pessoal.

Após diversas reformas de ampliação para adequação das atividades fabris, a antiga fábrica de açúcar foi demolida para ceder lugar a um edifício de maiores proporções na década de 1950. Dividido em duas partes para servir como fábrica e refinaria, o novo prédio foi denominado como 7A e 7B (também conhecido como edifícios ‘gêmeos’) e tem características do estilo Art-déco nas platibandas (fig. 4), combinadas com elementos tradicionais do repertório eclético, costumeiramente empregados nos edifícios fabris de alvenaria aparente como os arcos abatidos, as cimalthas, os frisos e molduras.

Outro destaque para o conjunto primitivo do Engenho Central era o bloco industrial para armazenamento de sacas de açúcar, dividido em quatro empenas, com um óculo oval em cada ‘frontão’ (fig. 3).

Além dos edifícios de caráter industrial, também foram construídas edificações com características tradicionais de residências, como a sede administrativa datada de 1898, o único remanescente integral da fase da Cia. Niágara, atualmente ocupada pelo Departamento de Patrimônio Histórico do Ipplap. A casa foi construída seguindo a tradição luso-brasileira, com telhado em beiral e janelas de guilhotina com folhas de escuro, entretanto, já apresenta elementos característicos do final do século XX. Na década de 1920, passou por uma reforma na fachada, com a inserção de elementos decorativos Ecléticos. Pelas características dos elementos decorativos nas molduras das janelas frontais, é possível que a obra tenha sido executada pelo engenheiro dinamarquês Dr. Holger Jensen Kok, o qual utilizou o mesmo repertório em outras obras.

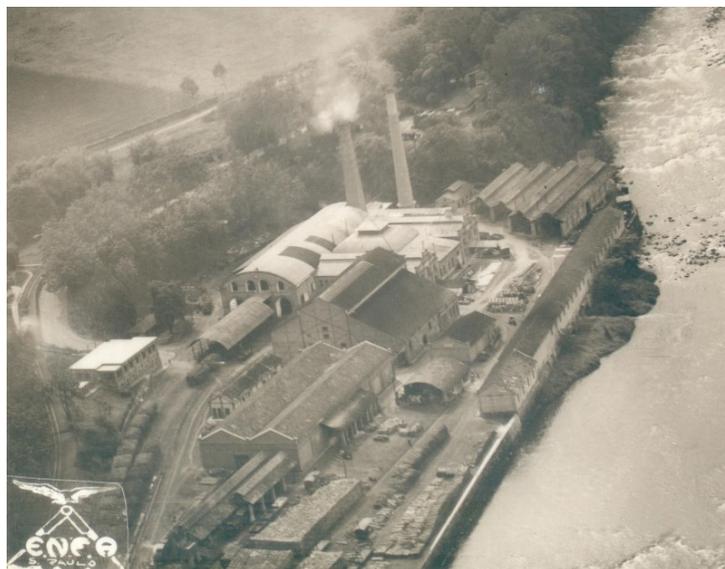


Fig. 3: Engenho Central em meados do Século XX.

Fonte: Arquivo IHGP.

Além do Dr. Kok, que dirigiu a empresa entre 1911 e 1920, muitos profissionais trabalharam em distintas construções no complexo fabril, como o (provavelmente) alemão Daniel Rinn, que construiu o edifício da destilaria (Edifício 6) em 1916, e o prédio dos escritórios em 1937 (Prédio 4); o francês Jean Baulbaud engenheiro químico, que substituiu o engenheiro Rinn na década de 1930, construiu o prédio da moenda (Edifício 5) e chaminés; e o francês Marc Mourras, projetou o portal de entrada. Apesar do registro de engenheiros como autores dos projetos dos edifícios, ainda não foram identificadas referências sobre a presença de arquitetos como autores das obras, sendo possível que tenham sido realmente projetados por engenheiros, relacionados ao caráter industrial de suas funções, já que vários destes edifícios foram construídos em volta do maquinário já montado no local.

A SSB substituiu no decorrer do tempo e dependendo das necessidades fabris, os antigos edifícios por outros, sempre em alvenaria aparente (interior e exterior), sendo alguns mais elaboradas que outros, assim como o sistema metálico pré-fabricado, o qual também foi empregado nos demais edifícios, tanto em sistemas estruturais, quanto nas tesouras das coberturas.

Dos edifícios construídos no século XIX, restam poucos, apesar de alguns remanescentes terem sido construídos aproveitando arcabouços existentes anteriormente, como no caso do Edifício 5, antiga moenda, o qual foi ampliado, ganhando nova fachada, provavelmente com projeto de Baulbaud.



Fig. 4: Usina (Engenho Central) da Ubasá no final da década de 1960.

Fonte: Arquivo CMP.

Das construções promovidas pelos franceses cabe destaque o prédio da antiga Destilaria (Edifício 6) e o edifício do Escritório (Prédio 4), atribuídos ao engenheiro Daniel Rinn, que revelam habilidade construtiva. Substituindo um prédio de 1900, a construção desta destilaria data de 1916, cuja inscrição está forjada na bandeira da entrada principal, no entanto o prédio foi ampliado em 1934, quando o corpo central ganhou mais dois blocos. Foi edificado com paredes de alvenaria aparente, estruturadas por vigas, pilares e peças intertravadas cruzadas, todos metálicos. Inclusive, este sistema estrutural, que é modulado, possibilitou as ampliações de pavimentos, pois as peças estruturais puderam ser reproduzidas e encaixadas. O edifício reúne vários tipos de envasaduras, desde os vãos em arco pleno até janelas envidraçadas de guilhotina, sendo que todas as quatro fachadas diferem entre si.

Já o prédio do Escritório foi construído seguindo um padrão muito próximo ao residencial, com arcabouço em alvenaria de pedra, janelas de guilhotina e venezianas e uma varanda cujos acessos se davam para o gabinete do administrador e também para as salas de trabalho. O destaque deste edifício é para a ornamentação construída caprichosamente com tijolos em relevo.

Da presença dos franceses, ressalta o paisagismo aplicado entre a antiga residência do administrador (também construída em alvenaria aparente, com detalhes e ornamentação em tijolos), e a antiga casa administrativa. Desde a residência, um chafariz cercado por um caramanchão, em frente ao prédio, faz ligação através de escadaria, com a área do escritório, cujo acesso para os dois se dá por uma escadaria em leque.

Outras edificações (fig. 4) foram acrescentadas ou eliminadas conforme a necessidade de produção ou armazenamento, especialmente os edifícios que se situam após o antigo pátio ferroviário, à esquerda, no complexo. Os armazéns (edifícios 14, 14A, 14B e 14C), seguiram programas semelhantes modulados de acordo com o tamanho

necessário.

A PAISAGEM CULTURAL CONSTITUÍDA

Ribeiro (2007, p. 3) afirma que “a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade”. Neste sentido, Weissheimer (2009, p. 14) expõe que “o conceito de paisagem cultural já é utilizado em outras partes do mundo - como na Espanha, na França e no México, por exemplo - e viabiliza a qualidade de vida da população e a motivação responsável pela preservação desse patrimônio”.

Segundo conceitos de Mascaró (2008, p. 15), a paisagem cultural do Parque do Engenho Central de Piracicaba pode ser definida como “uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural (se considerada antes de qualquer intervenção humana), na qual se inscrevem os elementos e as estruturas construídas pelos homens, com determinada cultura (...)”. Desta forma, a paisagem passa a ser entendida como produto do processo de humanização que modificou meandros naturais do rio, incorporando a ela atividades urbano-industriais, agrárias, econômicas, sociais e culturais, que formaram as diferentes percepções visuais que estão materializadas no cenário da cidade, com inúmeras camadas de atividades socioeconômicas e culturais que devem ser ali preservadas e revalorizadas.

A paisagem cultural do Engenho Central teve sua formação constituída pela ação antrópica na natureza por razões econômicas, na instalação de equipamentos fabris, cuja presença da água foi fator determinante como força motriz. Ao longo do século XX e até a atualidade, as edificações que caracterizaram a paisagem cultural do engenho Central perderam gradativamente suas funções originais, configurando um processo razoavelmente sutil de desconstrução da paisagem cultural ali estabelecida.

Da mesma forma que a construção desta paisagem, sua desconstrução apresenta motivação tanto econômica, quanto social: com base na iconografia produzida por meio de cartões postais e fotografias do arquivo da empresa, e também de antigos funcionários, é possível reconhecer a conformação primitiva e as transformações da planta fabril do Engenho Central na paisagem cultural de Piracicaba, formada pela presença do rio Piracicaba e seu de Salto, elementos exuberantes da natureza, que se compõem com o conjunto edificado que agregou ou eliminou elementos ao longo dos anos, até sua versão atual (CACHIONI, 2012).

Ao se apropriarem do território, os empresários que construíram o Engenho Central de Piracicaba, criaram um movimento que envolveu as atividades econômicas, sociais e culturais ao longo de seu percurso histórico, como também precisaram resolver as limitações físicas de transposição do rio e a ocupação de suas margens, canalização de águas, trazendo transformações urbanísticas que distribuíram todos estes elementos numa lógica própria e peculiar. O processo de organização espacial

do Engenho Central de Piracicaba é único e contribuiu para que esta área se tornasse um conjunto histórico-cultural de considerável valor patrimonial, tombado nos níveis municipal e estadual (CACHIONI, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do território por meio de sua história faz compreender a importância na manutenção dos espaços e na contínua conformação e desenvolvimento da cidade. No caso do Engenho Central de Piracicaba, desde sua formação original, houve inúmeras mudanças na planta fabril, com a inserção ou a supressão de edifícios e montagens industriais, que modificaram a paisagem ali constituída. Entretanto, o impacto causado pelas mudanças variou conforme a escala das intervenções, tendo sido a maior delas a demolição da fábrica original e sua substituição pelo novo edifício que compreendia a fábrica e a refinaria. Algumas das substituições foram pontuais e não trouxeram maior impacto visual na paisagem, e assim, não alteraram a percepção do conjunto histórico de maneira significativa.

A paisagem cultural da região constituída pelo conjunto ribeirinho da Rua do Porto e pelo Parque do Engenho Central de Piracicaba constitui-se um espaço natural no qual foram inscritos elementos e estruturas construídas. Assim, a apropriação daquele território configura-se a partir do processo de humanização que formaram as diferentes percepções visuais que atualmente estão materializadas no cenário da cidade.

Ainda que alterada no decorrer dos anos por construções e reconstruções, como paisagem cultural, a versão industrial remanescente e definitiva, combinada com a natureza constituída pelo Salto do Rio Piracicaba e a mata nativa, se configura indissociável do imaginário piracicabano, com fortíssimo apelo identitário, sendo considerado um dos principais signos da cidade e reconhecida por toda a sua população.

REFERÊNCIAS

ALLAIN, Philippe. **Memórias**. São Paulo: Riemma Editora, 2014.

CACHIONI, Marcelo. Construindo e desconstruindo a paisagem cultural da Rua do Porto em Piracicaba. In: **Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Porto Alegre, 2012.

CAMARGO, Manoel de A. **Almanak de Piracicaba para 1900**. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1899.

GAZETA DE PIRACICABA. Piracicaba, 10/08/1893.

GAZETA DE PIRACICABA. Piracicaba, 11/05/1899.

GUERRINI, Leandro. **História de Piracicaba em Quadrinhos**. 2 volumes. Piracicaba: IHGP, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A indústria álcool-motora no Primeiro Governo Vargas (1920-1945)**. Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 1991, p.59.

MASCARÓ, Juan Luis. **Infraestrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia, açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. Programa de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo: USP, 2007.

MELO, José Evandro Vieira de. Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX. In: **Saeculum Revista de História**. [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. O longo processo histórico de consolidação da “Macro-Região Canavieira Paulista”. In: **Tamoios**. Ano VII. Nº 2. Cidade, 2011.

SZMRECSÁNYI, Tamás. 1914-1939: Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, junho, 1988, p. 50-51.

STIPP NETTO, José. Indústrias Anexas. In: **Revista IHGP**. Nº 16. Piracicaba: IHGP, 2009.

TERCI, Eliana e PERES, Teresa M. Ascensão da agroindústria canavieira paulista: o caso de Piracicaba no início do Século XX. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 3, p. 445-456, 2010.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem Cultural**. Brasília: Iphan, 2012.

Arquivos consultados:

Câmara Municipal de Piracicaba - CMP.

Departamento de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba - DPH Ipplap.

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba - IHGP.

Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo - Semactur.

INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)

Luana Marques Vieira

Universidade Federal do Amapá. Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
Macapá - AP

Guilherme Pantoja Alfaia

Universidade Federal do Amapá. Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
Macapá - AP

Victor Guilherme C Salgado

Universidade Federal do Amapá. Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
Macapá - AP

RESUMO: Localizada em Santana (AP), às margens do rio Amazonas, a Vila Elesbão se destaca pela paisagem cultural, onde é possível vivenciar uma experiência urbana e ribeirinha. Em um cenário de ocupação consolidada, sem auxílio do poder público, onde a população, de origem das ilhas do Pará e de outras localidades do estado do Amapá, transformou as dificuldades em conquistas. Neste sentido, o conhecimento prático dos construtores, produziu as construções nitidamente vinculadas ao saber vernáculo da Amazônia. O evidente (pode ser suprimido?) elo com passado em território urbano estabeleceu o forte interesse de investigação, e através de projeto de extensão “Planejando com a Comunidade”, foi possível executar a metodologia qualitativa e

quantitativa da pesquisa de suporte ao artigo em elaboração. Decorrente dos objetivos do projeto de extensão, após as análises e diagnóstico, foram elaboradas estratégias de intervenção na localidade, cinco propostas orientadas pela premissa de impacto mínimo ao modo de vida local. Contudo, a busca pela aproximação entre os saberes científicos e saberes tradicionais contribui à conciliação ambiental e tecnológica e prol de soluções próprias a cultura ribeirinha, e sendo assim a paisagem cultural da Vila Elesbão.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural; Espaços Públicos; Amazônia; Comunidades Ribeirinhas; Vila Elesbão.

URBAN INTERVENTIONS: THE PUBLIC SPACES IN THE CULTURAL RIVERSIDE LANDSCAPE OF VILA ELESBÃO (AP)

ABSTRACT: Located in Santana (AP), on the banks of the Amazon River, Vila Elesbão presents itself through the cultural landscape, where it is possible to engage an urban and riverside experience. In a scenario of consolidated occupation, without the aid of the public power, the population, originary of the islands of Pará and other localities of the state of Amapá, turned difficulties in conquests. In this sense, the practical knowledge of the builders,

produced such properties clearly linked to the vernacular knowledge of the Amazon. The evident link with past in urban territory established the strong interest of investigation, and through the project “Planning with the Community”, it was possible to carry out a quantitative and qualitative research methodology in support of the article under development. Following the objectives of the extension project, after analysis and diagnosis, strategies were developed for intervention in the locality, five proposals guided by the premise of minimum impact on the local way of life. However, the search for the approximation between scientific knowledge and traditional knowledge contributes to the environmental and technological conciliation and the development of own solutions to the riverside culture, and thus being the cultural landscape of Vila Elesbão.

KEYWORDS: Cultural Landscape; Public spaces; Amazônia; Riverside Communities; Vila Elesbão.

1 | INTRODUÇÃO

Apesar da Amazônia concentrar grande reserva de recursos naturais, sendo o maior conjunto de florestas tropicais do planeta, existem cenários de pobreza e exclusão na paisagem das grandes cidades. Particular ao caso da cidade de Santana (AP), o acesso direto ao Oceano Atlântico por meio da foz do rio Amazonas viabilizou a instalação do Complexo Portuário de Santana, para dar suporte à atividade de mineração que acontecia no interior do estado a partir da década de 1980.

Doze anos mais tarde, em 1992 a inauguração da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana potencializou o contexto migratório de transferências de populações em busca de oportunidades. As populações fixaram residência próximo a tal eixo industrial, isto é, na Zona Portuária de Santana, onde fica a Vila Elesbão (ver Figura 01), em circunstância de ocupação irregular. O presente artigo se debruça sobre esse território, apresentando parte dos resultados obtidos na execução da pesquisa elaborada no âmbito das atividades do projeto de extensão “Planejando com a Comunidade” (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP).



Figura 01: Localização da Vila Elesbão

Base cartográfica: Google Earth, 2018. Elaboração: SALGADO, V., SILVA, V., YOSHIDA, S., 2018.

2 | VILA ELESBÃO

É contado pelos moradores mais antigos que o primeiro morador da comunidade tinha o sobrenome Elesbão, e dele o igarapé herdou o nome de origem. Esta história é contada há mais de 60 anos, estimando o tempo de ocupação da vila, resguardando a memória ribeirinha que faz desta comunidade relevante à cultura e expressão da típica paisagem às margens de rios na Amazônia (AMOBEL, 2016, p.06).

Segundo o IPHAN (2011, p. 12), entre o fim da década de 1940 e início da década de 1950 as primeiras famílias chegaram, atraídas pelas propostas de povoamento e integração nacional dos antigos Territórios Federais, como foi o caso do Amapá (1943-1988). Naquele momento despontava um dos períodos de maior fluxo migratório da região de Macapá e Santana, por conta da exploração de minério e da ideia de modernização.

Mesmo que a indústria construísse moradias apenas para seus operários, ali ao lado da estrutura portuária e estrada de ferro, consolidava-se a Vila Elesbão (ver Figura 02) como uma comunidade às margens do rio Amazonas e do desenvolvimento econômico e industrial da época (IPHAN, 2011, p 05). A formação da vila situava-se em uma posição geograficamente privilegiada, as primeiras ocupações ocorreram a oeste, às margens do igarapé Elesbão, que parcelaram o solo para uso próprio, em especial para uso agroextrativista: extração de argila para produtos cerâmicos (TAKAMATSU, 2014, p. 46).

A ocorrência de construções palafíticas em madeira, autoconstruídas, delineava uma nova silhueta para aquela orla de Santana, as passarelas suspensas por pilotis interligam as habitações a terra firme e levam aos pequenos portos: atracadouros e píeres que alcançam as embarcações.

A criação do Estado do Amapá junto a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o município de Santana e conseqüentemente reconfigurou o território, permitindo a formalização dos limites do bairro Elesbão. o Plano Diretor Participativo de Santana (Lei Complementar nº002), que cumpriu as exigências do Estatuto da Cidade (2002) como ferramenta de cooperação de gestores e comunidades, determinou o zoneamento do perímetro urbano da cidade, o qual insere o bairro na Zona de Interesse Portuário 1 (ZIP-1).

Recentemente a Vila Elesbão formou a Associação de Moradores do Bairro Elesbão (AMOBEL) em função do desenvolvimento de atividades de mobilização e intervenção coletiva para resolver problemas comuns aos habitantes. Esta iniciativa liderada atualmente por Raimundo de Moraes Santos, procura oportunidades que revertam as vulnerabilidades e violência urbana com ajuda das autoridades de segurança pública do município de Santana, e o resgate dos jovens do bairro, incentivando o ingresso na educação de ensino superior ou mesmo nos ofícios da carpintaria naval, como forma de trabalho.



Figura 02: Paisagem urbana da Vila Elesbão

Legenda: (A) Habitação palafíticas com embarcação; (B) Vista aérea da Vila Elesbão. Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. 2018.

2.1 Paisagem cultural ribeirinha

Inicialmente, para introduzir as discussões de conceitos e métodos em relação à paisagem cultural, utiliza-se os trabalhos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre elaborações de normatizações que visam entender atuação do patrimônio cultural por meio de políticas públicas, considerando os debates em âmbito internacional e a produção acadêmica.

No que se refere à proteção da paisagem, o IPHAN utiliza da Chancela da Paisagem Cultural como instrumento de proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio da regulamentação estabelecida pela Portaria nº 127/2009. A chancela equivale a um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, gerando uma gestão compartilhada de determinado território. (IPHAN, 2009).

Importante citar o estudo sobre a paisagem cultural Vila de Elesbão, no Amapá,

que integra a produção dos primeiros estudos que o IPHAN realizou em relação a chancela de paisagem cultural. Segundo o IPHAN (2011, p. 13), a paisagem cultural é conceituada como uma porção do espaço que resulta das relações que os grupos sociais estabelecem com o ambiente; tais relações podem ser materializadas sob formas de marcas, e/ou através de valores que são atribuídos social e simbolicamente.

Sobre a paisagem da Vila de Elesbão (AP), o que se destaca não são suas implantações assentadas sob palafitas - comuns na região amazônica -, e sim, sua alta concentração de estaleiros navais na comunidade. A construção de barcos representa uma fração significativa da economia do próprio bairro, recebendo grande influência das atividades ocorridas na foz do Rio Amazonas. Grande parcela das embarcações de madeira, seja de transporte de carga ou de passageiros, são oriundas dos estaleiros da Vila de Elesbão. Deste modo, ela recebe estímulos por sua localização à beira-rio e por sua proximidade com dinâmica urbana da cidade de Santana. (IPHAN, 2011, p. 05).

A comunidade caracteriza-se morfologicamente, em sua maioria, por edificações palafíticas em madeira, que alcançam até três pavimentos, ligadas entre si através de passarelas de madeira. A conexão com o rio e do acesso simples aos recursos naturais é um dos exemplos de boa convivência com as condições naturais daquele local.

Ao analisar a identidade local, constata-se a forte relação dos moradores com a corpo hídrico do bairro, formado por rio e afluentes. É comum as crianças tomando banho no rio em qualquer horário do dia. Desse modo, é possível perceber o profundo apego, identidade e sentimento de pertencimento que os moradores carregam consigo. A relação de pertencimento é fortalecida através do (re)conhecimento mútuo percebida na relação de parentesco e entre os próprios moradores.

Ao observar detalhes na vida da comunidade e até mesmo na própria arquitetura local, identifica-se características análogas à dinâmica da carpintaria naval, das técnicas construtivas e dos barcos, materializados através da relação íntima do bairro em conjunto com a natureza, encontradas na paisagem ribeirinha da Vila de Elesbão.

De acordo com Nascimento e Scifoni (2010, p. 31 apud RIBEIRO, 2007) o que torna tal espaço relevante é sua característica de ser único e próprio de algum lugar - relevante no sentido que tais características se identifiquem num contexto espacial mais amplo. Características que lhe conferem uma identidade, inicialmente, representadas através de transformações que podem ser reconhecíveis e delimitáveis.

As transformações espaciais, no que se refere à morfologia da paisagem, podem significar e traduzir diferentes tempos. Tais transformações eternizam o modo de produção, o “saber-fazer” de determinada época. Assim, caracterizar uma paisagem como paisagem cultural requer métodos de identificação. Os estudos de identificação são imprescindíveis de noção de escala, da cartografia da paisagem, além das questões que envolvem a classificação da paisagem (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 33).

Através da chancela da paisagem estabelecida pelo IPHAN, um instrumento que reconhece o valor cultural de determinado lugar, evidencia sua relevância e o modo de vida local, através de variadas faces de sua função social, resultando no fomento da cultura da região. Por mais que a chancela tenha participação de atores, como o estado e o setor privado, as possibilidades de sucesso da chancela aumentam com a participação efetiva da própria comunidade organizada.

2.2 Espaços públicos na paisagem urbana

Os lugares conhecidos como espaços públicos na cidade recebem diferentes conceitos, mas eles sempre dizem respeito a algo coletivo. Neste sentido, é possível afirmar que estes são espaços de uso comum, apropriados livremente pelo conjunto de pessoas que vivem numa cidade (ALBUQUERQUE, 2006, p.40). Uma vez que a urbe é o ambiente no qual estão inseridos estes espaços, pode-se dizer que os espaços públicos são um dos elementos que compõem a paisagem urbana das cidades, de acordo com os conceitos de Gordon Cullen (1990, p. 15).

Na presente discussão, também é considerado o conceito de Angelo Serpa (2007, p. 9), onde o espaço público seria o espaço da ação política ou ao menos da possibilidade dela, o espaço da reprodução de diferentes ideias de cultura por parte dos diversos grupos que o ocupam, onde haveria o relacionamento entre diferentes sujeitos e percepções. Também seria o espaço simbólico, de reprodução das diferentes ideias de cultura da “intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção dos espaços cotidianos”.

Segundo OLIVEIRA (2006, p. 27), a vida nas cidades amazônicas está ligada ao rio e a floresta, ou seja, à sua paisagem natural, que em comunidades como a do Elesbão também integram a paisagem cultural. A apropriação do rio pelos moradores, caracteriza uma dinâmica ribeirinha intensa, onde a relação com a paisagem vai além da contemplação e perpassa esferas mais íntimas e cotidianas, como pescar e banhar-se.

Para entender o espaço público – assim como interferir nele –, segundo LEITE (2004) apud CERQUEIRA (2004, p. 25), é preciso entender a relação entre dois processos interdependentes e simultâneos: a construção social do espaço, enquanto produtor e produto de práticas sociais. Sendo assim, compreender a dinâmica social da Vila Elesbão é um fator importante para a análise do espaço público.

A paisagem local – apesar de estar dentro contexto urbano – comporta tanto natureza quanto edificações, necessidades humanas e cultura, precisando para isso intervenções que visem o desenvolvimento da população e não somente a exploração econômica. É preciso trabalhar diretamente com a população, entender sua dinâmica social e cultural e, da mesma forma, as dinâmicas da natureza, a fim de criar espaços para a vida pública em toda sua dimensão e resgatar aspectos da cidadania com condições dignas de vivência (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Esta experiência paisagística corresponde a uma parcela do território urbano de

Santana, segregada de diversos equipamentos urbanos, mas também compreendida como o local onde é possível se aproximar do legado das primeiras ocupações urbanas do estado. Ali, os espaços públicos não se configuram como praças, largos ou bosques. Percebe-se a vida urbana ocorrendo em público, de casas sem quintais privados ou muros opacos. O rio Amazonas conduz a rotina dos moradores, ou seja, a beira-rio é o espaço de apropriação, um bem público, onde são desenvolvidas várias atividades do cotidiano.

Os espaços construídos pelos moradores na beira-rio atendem às demandas básicas de circulação, acesso e ocupação, mesmo sobre as águas. Utilizando a tecnologia de pilotis de madeira para composição de estruturas palafíticas, foram erguidas pontes, passarelas e edificações distantes de qualquer metodologia projetual, que envolvesse um programa de necessidades elaborado para instalação de espaços públicos de coesão social.

A análise das condições de vivência pública da Vila Elesbão se deu a partir da premissa de que os seres humanos precisam manter uma certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis. Portanto, são necessários lugares específicos e que tenham como propósito reunir pessoas no ambiente público, para que a socialização aconteça de forma mais democrática. (SENNET, 1988, p. 29)

Contudo, vale ressaltar que nesta pesquisa permitiu-se malear conceitos cabíveis a novas possibilidades de interpretação dos fenômenos identificados na Vila Elesbão. Pois a realidade a qual esta comunidade está inserida na Amazônia precisa ser reconhecida como legado genuíno das tradições ribeirinhas. Expõe-se a necessidade de continuidade de estudos e novos trabalhos que possam contribuir para valorização deste lugar de imensurável riqueza, bem como de incontáveis demandas.

Levando em consideração que os espaços públicos na Vila Elesbão são compreendidos pelas passarelas de acesso (em estado precário) e ao rio Amazonas – articulador e atrativo dentro da paisagem cultural e natural da vila para atividades de lazer -, é coerente afirmar que o espaço para ação política e trocas culturais dentro da comunidade está muito comprometido, fato que reverbera na baixa articulação social e política dentro da comunidade.

Carvalho (2015, p. 231), afirma que o Estatuto da Cidade foi um importante instrumento para pautar legislativamente a questão dos espaços públicos dentro da discussão de democratização da cidade. A partir disso, foi estabelecido normas de interesse social que regem a propriedade urbana a favor do bem coletivo, segurança, bem-estar e equilíbrio ambiental – pontos que foram cruciais para a elaboração tanto da presente análise dos espaços da Vila quanto para a proposta elaborada pelos autores.

Segundo Oliveira (2006, p. 29), as novas ações a serem implementadas na Amazônia, enfatizando as pequenas cidades – que é o caso de Santana – deveriam contribuir para superar a visão caricatural de que a região é apenas fonte de recursos. É necessário levar condições de urbanidade, articulando políticas públicas que realizem

intervenções nos espaços a fim de torna-los de fato um lugar de pessoas, lugares onde a interação social possa se desenvolver de forma plena, conferindo coletividade e pertencimento e não sendo apenas área de circulação.

3 | PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos na execução da pesquisa elaborada no âmbito das atividades do projeto de extensão Planejando com a Comunidade (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP), durante o período de outubro, novembro e dezembro de 2017 até janeiro de 2018 na Vila Elesbão, projeto o qual os autores deste artigo atuaram como pesquisadores. Este projeto objetiva investigar as áreas de ocupações populares de Macapá e Santana, a fim de criar possibilidades de novos estudos acadêmicos nestes municípios.

3.1 Execução da pesquisa

A coleta de dados utilizou o procedimento de entrevista com aplicação da “Enquete sobre uso e satisfação em espaços públicos e hábitos de vida relacionados a alimentação no Elesbão – Santana”. As 52 questões elaboradas estavam categorizadas em: perfil dos residentes, tempo de ocupação do morador, características físicas e usos da habitação, características das vias públicas, características físicas e usos do terreno da habitação, usos dos espaços públicos e suas relações sociais e de lazer, e hábitos de vida relacionados à alimentação.

A aplicação das entrevistas foi realizada por 26 estudantes de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP participantes do projeto, junto ao Presidente da associação de moradores e jovens moradores do bairro, sendo 15 voluntários. A equipe total somava 47 integrantes, entre estudantes, moradores, a professora orientadora e um funcionário do Ministério Público Estadual. Uma das dificuldades na aplicação de entrevistas em ocupações populares acontece por atividades desse tipo requererem grande capacidade de organização e negociação com os moradores, contudo a comunidade em questão estava preparada para atender aos pesquisadores, o que foi um ponto chave para o êxito da coleta de dados.

3.2 Resultados

Dentre os mais de 50 gráficos elaborados, foram escolhidas sete perguntas de significativo impacto às intenções projetuais para comentários neste artigo. Foi possível comprovar e evidenciar, de acordo com os resultados que naquela região da orla de Santana é habitada há mais de 30 anos (50%), e a maioria da população entrevistada corresponde a esse contingente. Em seguida mais de 20 anos (17%), mais de 10 anos (9%), menos de 10 anos (9%), menos de 05 anos (9%) e menos de 01 anos (6%). Percebe-se o declínio de perspectivas de expansão da comunidade

demograficamente.

A demanda de pessoas portadoras de deficiência admite a necessidade de suporte para mobilidade, logo, a qualidade dos espaços de circulação é um fator preponderante, embora as passarelas nem se quer apresentem guarda-corpo. Apesar de 7 famílias terem pessoas com deficiência em casa, apenas 4 famílias (13%) viabilizam o acompanhamento especializado.

Falando em mobilidade, a forma de transporte predominantemente utilizada pelas famílias (34%) é a bicicleta, apesar de não haver ciclovias dentro do bairro ou em seu ramal de acesso. Em seguida as motocicletas com 22% de utilização, e devido a expressiva relevância da carpintaria naval na vila, 15% das famílias utiliza embarcações para navegação. Os carros apresentaram 17% de utilização e os ônibus coletivos com 11%, devido à dificuldade de acesso às paradas.

Os dados referentes aos tipos de casas identificadas na Vila estabeleceram forte elo com as relações do programa de necessidades do projeto, tal qual para o partido arquitetônico desempenhado. As construções em madeira ou alvenaria ou de caráter misto e o tipo de ambiente onde a habitação está inserida, este dado revelou as condições do habitat de permanência das famílias. Predominantemente a paisagem é composta por casa construídas em madeira e em área alagada, 65% dos casos (35 famílias). Continuando em áreas alagadas, 5% (3 casos) construíram em alvenaria e 17% escolheu mesclar os materiais (9 casos).

As variedades de acessos as casas ou terrenos estabeleceram um comparativo relevante com os hábitos de outras regiões da mesma cidade, onde não é o rio uma das vias. Em 65% dos casos o acesso às casas ocorre por pontes palafíticas em madeira, sendo assim, é necessário prestar acessibilidade a essas estruturas tanto para cadeirantes quanto ciclistas. Em seguida 11% dos casos tem acesso por via alagada sem pontes, 9% dos casos por via seca, outros 9% por via pavimentada e 7% declarou outro acesso, que seria o realizado através de píeres ou atracadouros.

O grau de satisfação com o bairro foi surpreendentemente alto (66%). A interpretação e relatos dos moradores descreve a relação com a natureza e realidade pacata da vila como os principais fatores de escolha desta variável. Os outros 29% declararam insatisfação com o bairro, 3% muito satisfeitos e demais 2% são indiferentes. Vinculado a este dado, a percepção sobre a paisagem urbana do bairro, como uma questão da enquete nas entrevistas, obteve-se 80% de agrado com a paisagem urbana da Vila. Este dado qualitativo reafirma a preferência dos moradores em permanecer na vila, uma vez que apesar das dificuldades de acesso a equipamentos urbanos, existe pertencimento. Cerca de 16% dos entrevistados analisou a paisagem como ruim, por razões de infraestrutura e coleta de lixo, os outros 4% não souberam responder.

4 | PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA ORLA RIBEIRINHA

Foram propostas ao todo 5 tipos de estratégias de intervenções nos limites da orla da Vila Elesbão (ver Figura 03). As propostas previam o mínimo de impacto, tanto para o ambiente natural, quanto para a dinâmica das pessoas com o lugar. Focaremos nas propostas de intervenção relativo aos espaços de sociabilidade no bairro. As análises realizadas durante o período de investigação sobre o Elesbão proporcionaram a ampliação das percepções e imagens de um espaço cuja suas feições apresentaram traços de uma paisagem cultural ribeirinha, que recebe influências da dinâmica urbana que advém do restante da cidade de Santana. Porém, com escassos espaços para socialização de uma diversidade ampla de atores.

Assim, pensar em estratégias de fortalecimento da relação dos moradores com a paisagem local, juntamente, pensar o revigoramento da própria relação intersocial da comunidade, promoveram reflexões acerca da vitalidade do lugar. Tais reflexões resultaram em estudos, produções projetuais, com o intuito de promover a viabilização de equipamentos e serviços para o local, colaborando, dessa forma, para a manutenção da vida em comunidade (ver Figura 03).



Figura 03: Localização das intervenções do projeto na Vila Elesbão

Base cartográfica: Google Earth, 2018. Elaboração: ALFAIA, G., SALGADO, V., SILVA, V., VIEIRA, L., YOSHIDA, S., 2018.

Foram propostas para paisagem da Vila de Elesbão, estruturas como um

atracadouro, varandas coletivas e hortas comunitárias para priorizar as relações em comunidade, em relação as pontes e travessias - que também não deixam de ser áreas de vivências e que são usadas pelos moradores como tal - foram planejadas algumas adequações acerca da acessibilidade, conciliando de forma funcional com o abastecimento público. Onde as pontes e travessias iriam conduzir as estruturas de distribuição dos serviços para as residências, além da inclusão de iluminação pública eficiente.

4.1 Pontes e travessias

As pontes se apresentam como as primeiras formas de acesso às edificações. Também é onde usualmente acontece a vivência, a passagem e servindo também como espaço público, precisando ser reestruturado. Pensou-se para o projeto, numa estrutura mista composta por uma estrutura de concreto e ferro e seu forramento de madeira, assim, aumentando sua durabilidade, além de ter novas e maiores dimensões.

4.2 Atracadouro

No que diz respeito à orla da Vila Elesbão, composta em sua maioria por residências e estaleiros. O acesso para essas edificações, além das pontes, acontece através do rio, por meio de píeres, instalado junto às edificações. Os píeres instalados apresentam um caráter privativo, conseqüentemente ocorre uma ausência de acessos público do rio para o próprio bairro, seja por um píer ou mesmo um espaço para passageiros.

Relacionou-se a falta de um espaço público para receber embarcações com a paisagem de orla marítima. Por conseguinte, propõe-se um espaço que promovesse dar continuidade ao fluxo interno através de um atracadouro, que resultaria na interligação ao sistema de mobilidade, composto pela oferta de serviço de aluguel de bicicleta. Além, por consequência, virar um espaço de permanência e/ou passagem ampliando o acesso aos serviços do bairro.

4.3 Varandas coletivas

Com a ausência de espaços de sociabilidade dentro do bairro, apesar de que na maioria das casas a presença de varandas se torna uma característica que deve ser destacado. Porém não é suficiente, então a criação de áreas verdes ou áreas de lazer se tornou um ponto indispensável dentro dos estudos feitos. Totalmente adaptado ao ambiente natural, as áreas de lazer estrategicamente implantado para descanso e contemplação, tornando-se um importante lugar de reuniões e fomento de sociabilidade.

4.4 Hortas comunitárias

No Elesbão, existe uma notável produção agroextrativista, ao mesmo tempo que funciona como agricultura de subsistência, a produção realizada no bairro estimula

a economia local, tanto do bairro quanto da cidade de Santana. Como estratégia de desenvolvimento e estímulo para a socialização na comunidade, foi proposto a criação de hortas comunitárias espalhadas pelo bairro. Cada horta recebe um número determinado de pessoas que cuidam de uma variedade de produtos que são produzidos. Ressalta-se o envolvendo de muitas famílias neste trabalho.

5 | CONCLUSÃO

A amazônia brasileira, além de ser conhecida mundialmente por suas riquezas naturais, é um território cada vez mais urbano e denso, repleto de complexidades que vão além do mito de uma floresta intocada. A segunda maior cidade do estado Amapá, Santana, enfrenta problemas urbanos de profunda ligação com contexto socioeconômico da maior parcela da população.

Ao contrário das outras ocupações palafíticas encontradas em áreas úmidas ou orla fluvial de Santana, a comunidade ribeirinha que habita a Vila Elesbão manifestou elevado grau de satisfação com o bairro (69%) e não pretende abandoná-lo, o que é validado pelo fato de 50% dos entrevistados habitarem há mais de 30 anos no local. Apesar destes resultados, a população anseia por melhores condições de infraestrutura urbana. Foi apontado alto grau de precariedade das vias palafíticas, sendo que este é o principal modo de acesso e circulação no bairro (64%), situação agravante quando percebido o quantitativo de portadores de deficiência por família.

Prevendo causar o mínimo de impacto às dinâmicas do bairro, as cinco estratégias de intervenção urbana elaboradas foram apresentadas à comunidade da Vila Elesbão. Este exercício de confronto de perspectivas provocou a abertura de novos olhares para as expectativas da comunidade com o bairro. A principal reflexão resumiu-se ao temor por apropriação de pessoas externas dos espaços da comunidade, ao pôr em questão a possibilidade fixação de estruturas de interesse turístico, uma vez que a principal forma de ocupação é habitacional e os moradores prezam pelo sossego e tranquilidade alheios aos ruídos desconfortáveis da cidade.

Embora a intenção também seja fazer deste estudo uma ferramenta de suporte para os moradores, é necessário avançar rumo à conciliação urbanística, ambiental e tecnológica, que envolve dificuldades intrínsecas às propostas de melhoria de qualidade de vida urbana, tratando-se da busca por compatibilização e integração de rios e cidades. Vale ressaltar agradecimentos à todos envolvidos com o projeto de extensão, e declarar a continuidade da busca por aproximação entre os saberes científicos e os saberes tradicionais da comunidade em prol soluções próprias à cultura ribeirinha.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Z. A. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana: memórias, rugosidades e metamorfose: estudos dos parques urbanos** 13 de Maio, Recife – Brasil e do Tiergarten, Berlim – Alemanha. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2006.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ELESBÃO – AMOBEL. **História e Memória da Formação do Bairro do Elesbão em Santana-AP**. Santana, AP. 2016.
- CULLEN, Gordon; DE MACEDO, Carlos Lemonde; CORREIA, Isabel. **Paisagem urbana**. Edição 70. Lisboa, 1990 (Original publicado em 1983).
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Instrução técnica com vistas à chancela da Paisagem Cultural da Vila do Elesbão/Carpintaria Naval**. Macapá, AP. 2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Portaria no 127 de 30/04/2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Rio Grande de Sul, 18/08/2007.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Reflexões Sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília, 08/2011.
- NASCIMENTO, Flavia; SCIFONI, Simone. **A Paisagem Cultural como Novo Paradigma para a Proteção: A Experiência do Vale Ribeiro-SP**. Revista CPC, n. 10, p. 29-48. São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, José A. D. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia**. Ciência e Cultura, 58(3), 27-29. 2006
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA. **Lei complementar nº002 – Plano Diretor Participativo de Santana**. Santana, AP. 2006.
- RAMALHO, António L. **Urbanismo – Retratos Urbanos**. 1 ed. Póvoa do Varzim: Caleidoscópio, 2004.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público: As tiranias da intimidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo, Editora Contexto, 2007.
- TAKAMATSU, Patrícia H. T. **Arquitetura vernacular: estudo de caso Vila do Elesbão-Santana-AP: análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação**. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2014.

A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL

Jania Maria de Paula

Instituto Federal de Educação de Rondônia –
campus Ji-Paraná
Ji-Paraná/RO

RESUMO: Do ponto de vista sociocultural, o Estado de Rondônia pode ser concebido como “colcha de retalhos”, resultante de ações individuais do ato de migrar, mas determinadas pelas ações institucionalizadas do Estado em garantia aos interesses do capital. Em diferentes temporalidades históricas as populações locais foram colocadas em contato com as populações migrantes. Contudo, o movimento migratório dirigido a Rondônia intensificou-se a partir de 1970, quando a região foi “tomada” por levas migratórias oriundas principalmente do estado de Paraná. A abertura da rodovia BR-364 no início dos anos de 1980, intensificou a entrada desses migrantes que a partir dessa via tiveram acesso à região da Zona da Mata Rondoniense. Muitos desses migrantes são paranaenses de origem eslava, principalmente os descendentes de poloneses e de ucranianos. Trata-se de um grupo de origem camponesa que tem na relação com a terra e nas migrações os componentes de sua trajetória de vida, carregam um histórico de diásporas iniciado por seus antepassados vindos ao Brasil no final do século XIX. Na construção da paisagem geográfica reproduzem

a organização do espaço embasados nos antigos padrões culturais trazidos de suas regiões de origens. Neste sentido, a paisagem arquitetônica da região traz concretas evidências da presença eslava em sua construção, como as “casas de polaco”, as construções em madeira, ou os lambrequins como elemento de decoração, entre outras características. Da mesma forma, nas propriedades rurais é possível ainda observar o emprego de técnicas eslavas, evidenciando como os elementos culturais são norteadores para a produção de uma paisagem geográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Eslavos; *Habitus*. Paisagem cultural.

THE ESLAVA PRESENCE IN THE CONSTRUCTION OF THE ARCHITECTURAL LANDSCAPE OF THE ZONA DA MATA RONDONIENSE - BRAZIL

ABSTRACT: From the sociocultural point of view, the State of Rondônia is like a “patchwork quilt”, resulting from individual actions of the act of migrating, but determined by the institutionalized actions of the State in guarantee to the interests of capital. At different historical times, local populations were brought into contact with migrant populations. However, migratory movements directed to Rondônia intensified

from 1970, when the region was “taken” by migratory waves coming mainly from the state of Paraná. The opening of the BR-364 highway in the early 1980s intensified the entry of those migrants who from this route had access to the region of Zona da Mata Rondoniense. Many of these migrants are from Paraná, mainly descendants of Poles and Ukrainians. It is a group of peasant origin that has in the relation with the land and in the migrations the components of its life trajectory; carry a history of diasporas initiated by its ancestors coming to Brazil in the end of century XIX. In the construction of the geographical landscape, they reproduce the organization of space based on the old cultural standards brought from their regions of origin. In this sense, the architectural landscape of the region brings concrete evidences of the Slavic presence in its construction, as the “polish houses”, the constructions in wood, or the woodcuttings like element of decoration, among other characteristics. In the same way, in the rural properties it is still possible to observe the use of Slavic techniques, evidencing how the cultural elements are guiding for the production of a geographical landscape.

KEYWORDS: Slavs; Habitus. Cultural landscape.

1 | INTRODUÇÃO

Em fins do século XIX, as populações de origem camponesa das atuais Polônia e Ucrânia envolveram-se em um intenso movimento diaspórico dirigido ao continente americano. Para cada família atingida pela diáspora, a viagem seria sem retorno, empreendida inicialmente a pé ou em carroções, depois em trens que cruzavam longitudinalmente a Europa e por fim o embarque em imensas máquinas a vapor que atravessavam o Atlântico entre anos finais do século XIX e início do XX. O que levaria pessoas, famílias, ou mesmo aldeias inteiras a lançarem-se em tamanha aventura até desembarcarem em portos brasileiros?

Na Europa os avanços técnicos provocados pela Revolução Industrial, atrelados à ideia de progresso suscitaram mudanças substanciais no campo, como a expropriação da terra, que colocavam em xeque o modelo tradicional camponês (WOLF, 1976; KAUSTKY, 1996; GUZMÁN e MOLINA, 2013).

No Brasil, a conjuntura política e econômica do século XIX não sustentava mais o velho modelo de exploração colonial, marcando o declínio da produção do açúcar, do algodão e da mineração com a liberalização da mão de obra escrava e que em tese representava a inserção do país na “era da modernidade”.

Os picos de imigração se deram no momento histórico da troca do trabalho escravo pela mão de obra livre, que juntamente com o desenvolvimento de políticas para o “branqueamento da população” e a formação de uma classe média de pequenos agricultores, também seriam responsáveis pela proteção das fronteiras no sul do Brasil. Além do papel político e estratégico, a imigração europeia deveria contribuir ainda para a produção de mercadorias, para a formação de um mercado consumidor, inclusive de importados, para a valorização da terra enquanto mercadoria e para definir as novas

relações de produção na economia regional (SAQUET, 2010).

Nesta conjuntura, os imigrantes eslavos foram atraídos para a Província do Paraná. Sua vinda foi fomentada pelo governo local com o objetivo de desenvolver ali uma divisão cultural do trabalho, não reconhecida pelas autoridades junto à população nativa.

No decurso do tempo, as populações migradas imprimiram no Paraná uma identidade eslava facilmente percebida na construção do espaço geográfico local onde se faz presente o *habitus* camponês eslavo (BOURDIEU, 2012). As características identitárias continuam sendo manifestadas pelos seus descendentes, quer nas relações sociais mais reservadas, quer na organização da paisagem arquitetônica, dentre outras.

A modernização agrícola do espaço geográfico paranaense, na segunda metade do século XX, atingiu uma significativa parcela dessa população de descendentes de eslavos, que envolvidos em conflitos agrários semelhantes aos seus antepassados na Polônia e Ucrânia, vivenciaram a condição de expropriados da terra e de sua força trabalho. Para tentar subsistir em seu modo de vida camponês, a opção mais viável seria a migração, parte desse grupo escolheu Rondônia para construir seu novo território.

Em seu imaginário, o recém-criado estado de Rondônia acenava com a possibilidade de concretizar o desejo de retorno à terra, ou em adquirir maior quantidade dela e afastar, dessa forma, a chance de possíveis dificuldades financeiras futuras.

Ao seu tempo, as políticas governamentais para a ocupação de Rondônia, novamente adotaram o comportamento ideológico do Estado sobre o modelo de migrante ideal para ocupar as novas áreas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, passou a incentivar a vinda de camponeses paranaenses para ocupar as terras dos projetos de colonização, imprimindo assim, na Amazônia Meridional, a concepção de produção do espaço geográfico e da paisagem arquitetônica semelhante aos padrões dos estados do Sul.

Este texto apresenta um recorte da tese de doutoramento *Nossa terra em outras terras: os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense*, teve como recorte geográfico, os municípios de Rolim de Moura, Nova Brasilândia do Oeste e Novo Horizonte do Oeste, que juntamente com outros quatro municípios compõem a região administrativa Zona da Mata Rondoniense. A área escolhida para a pesquisa conta com significativa presença de descendentes de poloneses e ucranianos que vivem na região, embora não formem comunidades organizadas do ponto de vista étnico.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optamos por uma abordagem socioantropológica capaz de compreender o significado do cotidiano vivido, a visão de mundo daquele grupo social, bem como as normas que dominam seu meio.

Utilizamos a história oral, enquanto técnica, pautada nos conceitos de Meihy (2005) associada a aplicação de formulário semiaberto. A união de técnicas permitiu-nos o acesso às informações sobre o modo de vida dos interlocutores da pesquisa,

respeitando suas falas e visões de mundo com a verificação do contexto de vida do grupo analisado.

A pesquisa envolveu um universo de 56 entrevistas em formulário semiaberto aplicados junto aos descendentes de poloneses e ucranianos moradores das zonas rural e urbana dos três municípios que abrigaram a pesquisa. Para as entrevistas obtidas através da técnica da história oral foram convidados a participar somente seis colaboradores, quando foram considerados potenciais narradores com conhecimentos sobre todos os processos migratórios que envolveram suas famílias.

2 | A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE

[...] surge tanto na zona urbana como na rural uma produção de edifícios de madeira, perfeitamente adaptados às condições locais, que conseguiram resolver, apesar das adaptações, as necessidades de moradia e os mais diversos programas, que sob o imperativo da necessidade, buscava soluções mais simples e objetivas, às vezes, subordinadas a algumas regras construtivas que cada migrante ou imigrante trazia de seu antigo território. Aproveitando os recursos materiais locais, de modo a obter rapidez e facilidade construtiva, conseguiram criar, com a produção desta arquitetura uma linguagem própria capaz de expressar uma cultura arquitetônica local, dominando a técnica de trabalhar com madeira e criando um repertório arquitetônico rico e singular (ZANI, 2013: 7-8).

Para o leitor que conhece a paisagem e o histórico de ocupação recente da Zona da Mata Rondoniense, a citação de Zani (*op. cit.*) parece descrever caprichosamente a construção arquitetônica do espaço local, é possível observar pelo olhar a paisagem arquitetônica local e constatar a fidelidade da descrição. Entretanto, no texto acima, o autor descreve a condição de construção de outro espaço: o norte do Paraná das décadas de 1930 a 1970.

Não se trata de coincidências, o próprio fragmento do texto explica: a paisagem arquitetônica da Zona da Mata Rondoniense seria reproduções “subordinadas a algumas regras construtivas que cada migrante ou imigrante trazia de seu antigo território” Zani (*op. cit.*). Quando se finda o processo de construção das residências de madeira no norte e noroeste do Paraná, imediatamente ele passa a ser reproduzido em Rondônia pelos grupos migrados daquele estado.

Pelas concepções do autor, os espaços se constroem a partir de conhecimentos herdados e adquiridos pelos grupos sociais. As mesmas concepções são compartilhadas por Imaguire Jr. (1982: 7) ao estabelecer que “assim como a arquitetura é produto de uma sociedade, é válido também empreender-se o conhecimento dessa sociedade por sua arquitetura”. A arquitetura é, por assim dizer, parte da materialização de concepções de mundo manifestadas por um grupo, com adaptações, se necessárias, para o ambiente físico onde será reproduzida.

Um processo de construção socioespacial estará intimamente vinculado ao

hábitus, ao princípio gerador e unificador das práticas que quando manifestadas por um conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, (re)produzirão práticas semelhantes (BOURDIEU, 2007), ainda que readaptadas ou ressignificadas para ambientes ecológicos diversos.

Este prisma teórico explica a abundância de casas de madeira na Zona da Mata Rondoniense, contudo, as questões econômicas e ambientais também fazem parte do arranjo de construção de uma determinada paisagem arquitetônica e devem ser contabilizadas na formação da paisagem. Neste sentido, os estudos de Imaguire Jr (1982, 1993) sugerem que a utilização das casas de madeira no Paraná pode ser compreendida por um conjunto de fatores como as práticas de construção trazidas da Europa como a casas de tronco sobrepostos dos poloneses, a abundância da madeira na região, a simplicidade das construções espontâneas e o baixo custo, permitindo assim, que esse tipo de moradia se tornasse acessível a todos.

Na Zona da Mata Rondoniense se fizeram presentes os mesmos elementos de ordem econômica e ambiental colocados por este autor, somados às heranças de processos sociais trazidos para a região pelos migrantes descendentes de eslavos e acrescidos pelas concepções de formação da paisagem geográfica manifestada pelos demais grupos migrados assentados naquela região. Juntos, todos esses elementos justificam a construção local do espaço geográfico composto por uma paisagem rica em casas de madeira, em pequenos chalés, em cores fortes e ainda uma tímida insistência no emprego de lambrequins, como elemento decorativo para as fachadas de residências.

As casas são em maioria de madeira beneficiada com tábuas dispostas verticalmente. São comuns tanto as janelas de madeira, quanto as esquadrias de metal em conjunto com o vidro (estilo *vitroux* ou veneziana). Nos últimos anos, já são possíveis observar casas de madeira com janelas e portas em vidro temperado.

Devido a elevada umidade da região nos períodos chuvosos (outubro a maio), houve a adaptação para uma base em alvenaria que impede a deterioração da madeira exposta à proximidade do solo úmido, bem como a troca total do assoalho de madeira por pisos de cimento ou cerâmica. Esses tipos de pisos são mais adequados às elevadas temperaturas da região, contribuem para que o calor não seja muito intenso no interior das residências e não se deteriore com o excesso de umidade dos períodos chuvosos.

Costumeiramente, as casa da região têm estrutura em duas águas com inclinação média a partir do centro. É comum uma pequena quebra na linha de inclinação, o que de imediato lembra a “casa de polaco” que Zani (2013: 11) define como a “casa de madeira construída no Sul e Centro Sul com telhado empinado e com sótão, geralmente habitada por poloneses e ucranianos”.

A presença deste tipo de residência na parte meridional da Amazônia, aponta que na construção do espaço geográfico local, os movimentos migratórios foram e são responsáveis pela formação de distintas paisagens arquitetônicas que compõem

a totalidade amazônica.

Outra forma de moradia percebida na paisagem local, embora com presença tímida, é o chalé. Alguns deles foram adaptados às condições ambientais locais, outros têm estrutura arquitetônica idêntica aos encontrados no sul do país. Utilizam, com maior frequência, a cobertura em telha de amianto e neste caso, tornam-se impróprios ao espaço local onde prevalecem as elevadas temperaturas amazônicas.



Fig. 01: Presença do chalé presente na Zona da Mata Rondoniense

Fonte: PAULA, 2014.

Contudo, é salutar considerarmos que a sua presença funciona como mecanismo de territorialização afetiva da paisagem. Reproduzir as formas arquitetônicas no novo local de moradia é, pois, a forma de repossuir os valores perdidos dos objetos que ficaram para trás no momento da partida, tais como as casas (DARDEL, 2015).

3 | A ATUAL TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA LOCAL

A paisagem arquitetônica da Zona da Mata Rondoniense ainda apresenta um número abundante de casas em madeira, porém começa a sofrer uma reversão de cenário devido a alguns fatores de ordem econômica e legal. O fator principal é o elevado custo da madeira para esse tipo de construção nos dias de hoje, outra causa contribuinte para a transformação da paisagem é o fato de que as construções espontâneas ou autoconstruções tornaram-se proibidas pelas instituições públicas e organização de classe.

A obrigatoriedade da execução de uma obra administrada por um profissional especializado, tem levado ao aparecimento de residências em padrões totalmente

diferenciados das tradições arquitetônica das moradia que compõe a paisagem local. Na cidade de Rolim de Moura, já existem bairros completamente diferenciados do padrão geral de moradia da cidade. Neles, há somente casas com fachadas modernas, de linhas retas e em sua maioria dispostas latitudinalmente sobre o terreno.

Medidas institucionalizadas como estas, implantadas com objetivo de garantir a segurança e a sanidade da população, contribuem para a perda ou transformações no *habitus* manifestado por uma comunidade.

Dentro do grupo de entrevistados da zona urbana, 52,4% deles já residem em casas de alvenaria, 40,5% em casas de madeira e 7,1% em casas mistas, isto é, aquelas que apresentam uma parte dos cômodos construídos em madeiras e outra em alvenaria. Estas últimas são comumente resultantes dos processos gradativos de autoconstruções. O grupo foi chamado a opinar sobre suas preferências pela casa de madeira, as respostas foram agrupadas pelas semelhanças de opiniões constantes do quadro 01.

Se observarmos o conjunto de respostas formado pelos montantes de 28,6% e 26,1 % e que representam respectivamente o grupo que segue residindo em casas de madeira e o grupo que já não o faz mais, suas concepções são fundadas nas relações de pertencimento ao espaço da moradia, revelam sentimentos de bem estar, de aconchego, de reminiscências e que alguns deles descreveram como tradição.

Conjunto de respostas	V. a.	%
Já se adaptou em casa de alvenaria, não tem saudade da casa de madeira; não compensa mais construir em madeira.	13	31,0
Gosta muito de morar em casa de madeira; é mais fresca; é térmica; é mais aconchegante.	12	28,6
Mora em casa de alvenaria, mas tem saudade, pois a casa de madeira é aconchegante; é tradição.	11	26,1
Nunca morou em casa de alvenaria; não quer trocar.	05	12,0
Sempre morou em cada de madeira, mas quer trocar.	01	2,3

Quadro 01: Opinião dos descendentes de escravos moradores da zona urbana sobre as moradias em madeira.

Fonte: PAULA, 2014

Ao construir uma interessante análise sobre o espaço social e suas representações, Fernandes (1992: 72) dedica parte dessa análise para as representações do espaço da habitação, segundo ele “o ser humano transforma a habitação numa manifestação e num prolongamento de seu ser. O espaço habitado, enquanto lugar de intimidade é o mundo da acumulação da experiência”.

O prolongamento do ser, de que fala Fernandes é encontrado no sentimento do

grupo de entrevistados com relação às casas de madeira, quer para aqueles que ainda as habitam, quer para outros que já as deixaram. Fato é este tipo de moradia torna-se capaz de despertar manifestações de intimidade, de sonhos e recordações, pois a casa não vive apenas do dia a dia, ela guarda também os tesouros dos dias antigos, abriga o devaneio, protege o sonhador e permite sonhar em paz (BACHELARD, 1978).

Para guardar os tesouros dos dias antigos, ou para lembrá-los, as cores das casas dos descendentes de poloneses e de ucranianos da região são majoritariamente coloridas em tons fortes. Misturas inusitadas que num primeiro olhar parecem fugir de qualquer padrão estético, não costumam fazer parte dos arranjos de cores temporariamente utilizados pelo mercado da construção civil ou das tendências comerciais imobiliárias.

Culturalmente, a utilização de cores intensas estaria relacionada ao imaginário popular, em que as cores formam um conjunto de signos atuantes diretamente no sistema de crenças do povo eslavo, nos instrumentos de construção do mundo dos objetos que reconhecem o aspecto ativo do conhecimento (BOURDIEU, 2012).

Em conversa com uma descendente de poloneses, a mesma teceu um interessante comentário sobre o tema. Segundo esta interlocutora, o costume eslavo de colorir suas casas em tons fortes e variados estaria diretamente relacionada as antigas crenças da era pré-cristã. Os camponeses eslavos se utilizavam de cores fortes como estratégia para afastar as energias negativas ou mesmo os espíritos malfeitores que tencionavam atingir as famílias camponesas de alguma forma. Para a proteção familiar, as casas passaram a ser coloridas com cores fortes e diversificadas, se possível cada parede externa deveria receber uma coloração diferente. Uma das queixas de nossa interlocutora seria o abandono dessa prática, para ela, hoje a maior parte dos descendentes, tanto os moradores do Sul quanto os migrados para Rondônia, sequer conhecem esse costume. (Pesquisa de campo, Presidente Médici, 23/09/2014).

Num outro momento, foi possível comprovarmos tal desconhecimento, em conversa com uma participante da pesquisa, lhe questionamos o que a levou colorir sua casa de vermelho. Ela simplesmente nos respondeu que acha bonito, sem deixar transparecer que em sua preferência estivesse presente qualquer indício de alguma crença cultural (Pesquisa de campo, Nova Brasilândia do Oeste, 05/11/2014).

Contudo, este é mais um caso a expressar a reprodução do *habitus* eslavo, é matriz de percepção, embora de forma inconsciente. É também uma relação inconsciente de posse, originária “do mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui” (BOURDIEU, 2012: 83-84), as cores fortes se apossam dos gostos e preferências do possuidor, do indivíduo, tornando-se habituais ao seu ambiente de vivência.

Infelizmente não conseguimos encontrar qualquer referência teórica ou literária que ratificasse a fala de nossa interlocutora da cidade de Presidente Médici, muito

embora acreditamos ser procedente devido ao forte processo de transferência das simbologias pagãs ocorrido após a cristianização do Leste Europeu, como argumenta Zaluski (2016) todas as expressões religiosas e culturais dos antigos eslavos estavam sempre relacionadas aos ciclos da natureza, as estações do ano, ao início e término dos ciclos agrícolas, bem como a presença de elementos de encantamento ou magia vinculados as reações da natureza para reger o cotidiano da vida familiar ou do trabalho.

Essas características sobreviveram ao cristianismo e jamais deixaram de se manifestar no percurso do tempo transparecendo em vários ritos e tradições. No Brasil, os imigrantes eslavos e seus descendentes continuaram manifestando costumes comuns e a organizar seu espaço respeitando elementos de caráter religioso que têm raízes nesse passado remoto (ANDREAZZA, 1999).

As cores prediletas dos descendentes de eslavos, para as suas residências na Zona da Mata Rondoniense são os tons de verde, seguidos pelos tons de laranja, também são comuns o vermelho, o rosa/violeta e o amarelo, assim como as composições de verde-rosa, vermelho-branco, laranja-marrom, entre outras. Este cenário de cores pode ser observado tanto nas residências da cidade quanto naquelas localizadas na zona rural.

Quanto à organização do interior das residências, é capaz de expressar as concepções de mundo de seus moradores, suas crenças e religiosidade e que nos remete ao pensamento de Bachelard (1978: 200) quando assegura que “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo”, um espaço construído e organizado para sustentar um modo de vida particular.

Nas residências dos interlocutores da pesquisa, na cidade ou na zona rural, sejam as casas das famílias mais estruturadas financeiramente ou daquelas com menores recursos econômicos, encontramos uma rica variedade de elementos que evidenciam a presença e a manutenção da cultura eslava. Uma profusão de itens presentes que demonstram a manutenção do *habitus* camponês eslavo – as cores fortes, a disposição dos móveis, a presença constante de ícones sagrados, fotos antigas e calendários (folhinhas) com motivos religiosos distribuídos pelas paredes da sala.

São os antigos costumes camponeses presentes na decoração da casa e comprovam os vínculos do grupo pesquisado com o campo enquanto lugar de pertencimento, quer sejam as casas da zona rural quer sejam as da cidade.

Outro antigo costume presente nas casas dos descendentes de eslavos é a decoração de suas fachadas com pequenos formatos de lambrequins ou “pingadeiras de polaco”, como também são conhecidos os elementos recortados em madeira que dão um acabamento rendado aos beirais. São encontrados em habitações de diferentes grupos étnicos, mas constantemente nas casas polonesas (FOETCH, 2006: 92).

Uma definição mais técnica é registrada pelo arquiteto Imaguire Junior (1976) que dedicou bom tempo de suas pesquisas para a análise dos lambrequins,

Independente das formas que tenham tido no Velho Mundo, seguem aqui uma linha de evolução bastante clara: desde o simples corte em ângulo reto voltado para o solo, passando por inúmeras formas, saídas umas das outras até chegar a compor longos rendados, em que, se perde a função original. Essas peças de madeira, medindo ao redor de quarenta centímetros de comprimento, dificilmente são iguais. Dentro dos modelos mais frequentes, de elaboração média, a variação de seus elementos básicos – orifícios, extremidades, curvas – quase nunca coincidem (IMAGUIRE, 1976: 04)

Escrevendo para o Caderno G do jornal Gazeta do Povo de 28/08/2005 Koppe afirma ser possível identificar o estilo do lambrequim pela sua origem, as peças com desenhos em linhas retas, simples e quadradas são tipicamente de casas polonesas, enquanto os mais adornados são encontrados nas casas alemãs e os mais detalhados nas casas italianas.

Lambrequins em formas de simples corte em ângulo reto voltado para o solo, como descreve Imaguire Junior (1976), de formas quadradas e tipicamente polonesas como acrescentam as observações (jornalísticas) de Koppe (*op. cit.*) são os modelos encontrados nas fachadas de muitas casas da região. Não estão restritos às casas dos descendentes de poloneses e ucranianos, mas de maneira geral às casas construídas por paranaenses.

No período da pesquisa de campo encontramos uma casa, cuja fachada nos chamou a atenção, momento em que resolvemos verificar a história e a descendência da família moradora. O morador, próprio construtor da casa, nos revelou ser mineiro que viveu por longo período no Paraná onde aprendeu o ofício de carpinteiro e as decorações em lambrequins com um antigo carpinteiro de origem ucraniana. Migrando para a Zona da Mata Rondoniense, passou a reproduzir os lambrequins na construção de sua casa e nas demais em que ajudou a construir (Pesquisa extracampo, Rolim de Moura, 25/10/2014).

Em virtude da ampla utilização do amianto para cobertura das residências, foi possível estender os beirais para além do corpo da construção, assim os lambrequins locais perderam sua função prática, isto é, deixaram de servir como “pingadeira” para dar melhor vazão a água das chuvas, passando a ter somente função estética.



Fig. 02: Presença de lambrequins na paisagem arquitetônica local

Não se encontram modelos mais elaborados na paisagem arquitetônica local, no entanto, eles estão sempre presentes nas casas da cidade, nas casas da zona rural, bem como nas coberturas das porteiros de entrada das propriedades rurais.

Outra característica observada em boa parte das casas do grupo de descendentes de escravos que vivem na cidade é a presença de um paiol, uma pequena construção, geralmente em madeira, construída à parte do corpo da casa e aos fundos do terreno. É uma adaptação dos paióis camponeses utilizados para abrigar tanto os instrumentos agrícolas, quanto as colheitas. Na cidade são menores, funcionam como depósitos para utensílios que não possuem lugar de guarda no interior das residências como móveis velhos e descartados, abrigam todos os instrumentos agrícolas que as residências urbanas utilizam para os cuidados com as hortas e jardim, como enxadas, rastelos, machados e tantos outros.

Chamado pelos descendentes de escravos de “paiozinho”, é peça importante da residência urbana, pois permite que materiais em desuso temporário na residência, fiquem lá depositados, o que lhes assegura a possibilidade de reutilização num momento de emergência ou necessidade maior, neste caso, o “paiozinho” materializa a necessidade cultural do ato de guardar, frente ao medo da miséria manifestado pelo grupo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de área de ocupação recente, está em curso na Zona da Mata Rondoniense a construção de sua identidade cultural. Nela é possível perceber um significativo conjunto de práticas da cultura eslava, embora se manifeste de maneira velada e por isso considerada uma “eslavicidade de interior” – com espaço de manifestação no interior das famílias. Pouco visível no primeiro olhar determina que algumas características sejam observadas junto à população local, tais como o profundo apego à terra, a supervalorização do trabalho árduo como passaporte para consolidação da vida financeira ou a cultura do anti desperdício.

Contudo, o que se evidencia em maior ênfase é a presença material de elementos da cultura eslava na formação do espaço geográfico local, isto é, a construção de sua paisagem arquitetônica, a organização estética e funcional das residências e propriedades rurais, a profusão de cores fortes para colorir paredes. Da miniaturização do mundo, do campo manifestado nas casas da cidade, a exemplo da existência dos “paiozinhos” como resultado da manifestação do *habitus* camponês eslavo na população de descendentes de escravos migrados para a Zona da Mata Rondoniense.

Todo o conjunto de elementos da cultura eslava observado junto ao grupo em análise, nos permite concluir que, embora muitas influências de outras culturas

tenham se somado aos 130 anos de movimentos migratórios que atingiram os escravos e seus descendentes desde a chegada ao Brasil, o grupo que vive na Zona da Mata Rondoniense mantêm este conjunto de elementos culturais como forma de sentir-se mais territorializado afetivamente. Em outras palavras, construir e organizar sua moradia nos mesmos padrões de construção, organização e decoração que se davam no interior das pequenas vilas e colônias paranaenses nas quais viveram, fazem-lhes sentir que mantêm os laços afetivos com os seus antigos locais de moradia.

REFERÊNCIAS

- ANDREAZZA, M. L. **O paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo, EDUSP, 2007.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2012.
- DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo, Perspectiva, 2015.
- FERNANDES, A. T. **Espaço social e suas representações**. IV Colóquio Ibérico de Geografia. Cidade do Porto, 1992. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6661.pdf. (Consultado em 13/04/2016).
- FOETSCH, A. A. **Paisagem cultural e identidade**: os poloneses em Rio Claro do Sul, Mallet – PR. Curitiba, UFPR, 2006. Disponível em: acervodigital.ufpr.br/.../Alcimara%20Ap%20Foetsch. (Consultado em 28/18/2015).
- GUSMÁN, E. S; MOLINA, M. G. de. **Sobre e evolução do conceito de campesinato**. São Paulo, Expressão Popular, 2013.
- IMAGUIRE JUNIOR, K. **O Lambrequim**: Boletim Informativo. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1976, nº 17, ano 3, em: www.lambrequim.net/textos.php?textos04. (Consultado em 05/04/2016).
- IMAGUIRE JUNIOR, K. **Arquitetura no Paraná**: uma contribuição metodológica para a História da Arte. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- IMAGUIRE JUNIOR, K. **A Casa de Araucária**: Arquitetura Paranista. Curitiba, UFPR, 1993.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- KOPPE J. **Simbólico e poético**. Curitiba, Gazeta do Povo, 2005, caderno G, 28 ago.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- SAQUET, M. **O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil**. In: SPÓSITO, E. S. [et al.] (orgs). **Geografia e migração**: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo, Expressão Popular, 2010.
- WOLF. E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

ZALUSKI, T., 2016, **Kolyady e schtchedryvky**: nome e origem. Prudentópolis/PR, Missionário Ucrâniano no Brasil, nº 2, fev., 2016.

ZANI, A. C. **Arquitetura e madeira**. Londrina/PR, EDUEL, 2013.

O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

Mariana Monteiro Scabello

Universidade Federal do Rio de Janeiro -
Programa de Pós Graduação PROURB
Rio de Janeiro – RJ

Andréa Lourdes Monteiro Scabello

Universidade Federal do Piauí - Programa de Pós
Graduação em Geografia (PPGGEO) / Programa
de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT)
Teresina – Piauí

Marina Brito de Oliveira Marques

Arquiteta - Especialização na Escola da Cidade -
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, AEC/AU,
Brasil.
São Paulo - SP

Marjorie Brito de Oliveira Marques

Arquiteta - Instituto Camilo Filho
Teresina, Piauí

RESUMO: O bairro Poti Velho se localiza na confluência dos rios Parnaíba e Poti, na Zona Norte de Teresina (PI), em uma área de povoamento que antecede à origem da cidade e ao processo de urbanização. O povoado se instalou nas imediações da planície de inundação e em áreas de baixos terraços fluviais nos quais há lagoas naturais e artificiais. A paisagem do bairro é composta por expressões culturais que revelam os saberes e fazeres da população ali residente, bem como práticas religiosas cristãs e de matriz africana. Esta

área, atualmente, faz parte de um programa de requalificação urbana que tem provocado alterações significativas na paisagem, muitas vezes, à revelia dos interesses da população. O bairro Poti Velho engloba simultaneamente, de maneira articulada, várias esferas do patrimônio cultural: edificações, bens naturais, manifestações da cultura imaterial e sítios arqueológicos. Dessa forma, o enfoque da paisagem cultural foi utilizado para compreender a relação dos grupos sociais com a natureza a fim de pensar numa forma de proteção do patrimônio cultural. Portanto, pretende-se apresentar uma proposta de salvaguarda, por meio de um museu comunitário, pautado no aporte teórico da fenomenologia e da geografia cultural quanto a proteção da paisagem. Como metodologia utilizou-se pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e conversas informais em uma perspectiva colaborativa entre profissionais e comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural. Poti Velho. Comunidade Boa Esperança. Preservação. Teresina

POTI VELHO DISTRICT, TERESINA-
PI: PERSPECTIVES OF CULTURAL
LANDSCAPE PROTECTION

ABSTRACT: Poti Velho District is located at the

confluence of the rivers Parnaíba e Poti, in the northern part of Teresina, in an area of settlement that precedes the origin of the city and the process of urbanization. The village settled in the flood plain surrounding areas and in areas of low river terraces where there are natural and artificial ponds. It is part of the landscape of the neighborhood cultural expressions that reveal the knowledge and practices on the population residing there, as well as Christian and religious practices of Africa array. This area currently is part of an urban redevelopment programme which has caused significant changes in the landscape often against the interests of the population. Poti Velho encompasses simultaneously various spheres of cultural heritage: buildings, natural aspects, manifestations of intangible culture and archaeological sites. Therefore, the focus of the cultural landscape was used to understand the relationship of social groups with nature in order to figure out a way of protecting cultural heritage. Hereby, we intend to submit a proposal for safeguarding through a Community Museum, based on the theoretical contribution of Phenomenology and cultural geography as the protection of the landscape. As methodology was used bibliographical research, fieldwork and informal conversations in a collaborative perspective between professionals and the local community.

KEYWORDS: Cultural Landscape. Poti Velho District. Boa Esperança Community. Preservation. Teresina.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho, apresentado no 5º Colóquio Ibérico Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (Belo Horizonte – MG, de 26 a 28/09/2018), apresenta uma discussão a respeito de uma área da Zona Norte da cidade de Teresina que abriga o núcleo inicial do povoamento da região. O texto original sofreu pequenas alterações, mas mantém a ideia central propondo uma reflexão sobre Paisagem Cultural com vista a divulgar o museu comunitário (idealizado pelos moradores) como uma das formas de preservação deste território.

O bairro do Poti Velho, situado na confluência dos rios Poti e Parnaíba, é considerado a área de povoamento mais antigo, que antecede o processo de origem do núcleo urbano, concebido por Conselheiro José Antônio Saraiva, na segunda metade do século XIX. As memórias sobre o Poti Velho são muitas, contudo o que subsiste para uma parcela da população teresinense é a história da cidade planejada que nasceu para ser capital do Piauí, “sob o signo do moderno e da pobreza” (NASCIMENTO, 2011, p.1).

Antes do surgimento da cidade de Teresina, situada na Chapada do Corisco, a população mestiça ocupava as margens dos rios mencionados, utilizando a dinâmica das vazantes e os recursos naturais como forma de subsistência. Esse modo de vida que nos remete a um contexto rural, no qual as redes de sociabilidades contemplam os grupos de vizinhança, são marcas deste território e constituem elementos da paisagem

cultural. Os saberes e fazeres se tornam fundamentais para a manutenção dessa forma de vida, entrelaçadas por manifestações religiosas de matriz afrobrasileira e de cunho cristão.

A base conceitual deste trabalho assenta-se nas ideias de Carl Sauer, David Lowenthal, Yi-Fu Tuan, Roberto Lobato Correia e Werther Holzer, utilizando o aporte teórico da fenomenologia e da geografia cultural. Além das discussões sobre patrimônio oriundas das décadas de 1990, em decorrência das experiências desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e das estabelecidas na Convenção Europeia da Paisagem. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e as conversas informais em uma perspectiva colaborativa entre profissionais e a comunidade local.

O texto está constituído por três seções na quais serão apresentados: o conceito de paisagem cultural; a caracterização do lugar e a proposição, por um grupo de moradores, de um museu comunitário como uma das perspectivas de proteção do patrimônio cultural.

2 | APRESENTANDO O CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

De forma geral, é disseminada a ideia de que a paisagem é “o espaço que se abarca com o olhar”. Ao longo do tempo, o termo evoluiu passando de análises exclusivamente voltadas para componentes físicos à introdução da figura do homem como fundamental e modificador desse espaço (MOURA; SIMÕES, 2010). Dessa forma, no final do século XIX e início do século XX, surge a corrente denominada Geografia Cultural na qual os grupos humanos são o foco das análises.

Esta linha de pensamento consagra-se na obra de Carl Sauer “A Morfologia da Paisagem” (1925) na qual o autor define a paisagem cultural como aquela que surge a partir da intervenção de um grupo cultural em uma paisagem natural. Assim, as paisagens culturais não são estáticas, estão sujeitas às mudanças, tanto pelo desenvolvimento da cultura, quanto por sua substituição (SAUER, 1998).

A paisagem Saueriana, isto é, a paisagem cultural, era o resultado da ação da cultura, o agente modelador da paisagem natural. É nesse sentido que Sauer foi criticado por entender a cultura como entidade abstrata, supraorgânica, sem agentes sociais concretos, sendo gerado um quadro harmonioso: a paisagem cultural [...] (Corrêa, 2014, p. 41).

Em função dessas críticas e de problemas conceituais e metodológicos, esta linha de pensamento entrou em declínio na década de 1940. Em busca da renovação da Geografia Cultural, em 1960, David Lowenthal publica o artigo “Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology” no qual estabelece a dualidade entre a visão geral de mundo e a visão pessoal, defendendo a ideia de que a percepção inclui múltiplos modos de observação “[...] consciente e inconsciente, nublada e distinta, objetiva e subjetiva, inadvertida e deliberada, literal e esquemática.”(LOWENTHAL,

1961, p. 251).

Tanto os trabalhos de Sauer quanto os de Lowenthal contribuíram para a construção de um conceito de paisagem que supera a visão da cena contemplativa e coloca o homem como agente geográfico. No entanto, enquanto o primeiro atribui a uma cultura homogênea a modelagem da paisagem, Lowenthal amplia este conceito para abarcar a percepção de múltiplas cenas individuais (HOLZER, 1992).

Denis Cosgrove foi um dos mais importantes autores da denominada Nova Geografia Cultural, que se inicia na segunda metade da década de 1970 e se fortalece nos anos 90. Segundo Corrêa (2014, p. 40), “o conceito de cultura tinha para Cosgrove outras raízes e configurações, era entendida como os significados elaborados e reelaborados pelos diferentes grupos sociais a respeito das diversas esferas da vida”.

Contemporânea à Nova Geografia Cultural, a Geografia Humanista buscou um aprofundamento conceitual relativo às questões de tempo e espaço, se voltando para dois conceitos em específico: lugar e paisagem que “[...] podem, e devem, ser respectivamente associados à memória e ao ‘mundo vivido’” (HOLZER, 2005, p. 24). Esta nova linha conceitual encontra seu aporte teórico na fenomenologia pela qual tenta entender como os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana.

Entre os principais autores dessa abordagem teórica destaca-se Yi-Fu Tuan que a considera como “entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar” (TUAN, 1983, p. 143).

A paisagem, entendida pelos geógrafos, como uma dimensão cultural do espaço geográfico adquire relevância ao ser reconhecida oficialmente pela UNESCO, em 1992, na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Santa Fé, Novo México. A convenção foi o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger esse tipo de patrimônio e a partir de então a paisagem cultural passa a integrar às discussões patrimoniais.

A Convenção Europeia da Paisagem, na cidade de Florença, no ano 2000, apresenta uma nova forma de se pensar a paisagem cultural valorizando a maneira como as populações a enxergam e se enxergam dentro dela na relação de pertencimento local. “Tal conceito é muito ligado à vida e ao cotidiano das populações envolvidas e não somente à estética, pois ainda considera as paisagens degradadas (FERNANDES, 2014, p. 11).

No âmbito nacional a preservação da paisagem está prevista no Decreto-lei federal nº 25, de 1937. No entanto, só se torna um mecanismo de proteção a partir da Portaria IPHAN nº. 127, de 30 de Abril de 2009. Esta define que a “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (BRASIL, 2009, p. 17).

A Recomendação da Paisagem Histórica Urbana (2011) foi mais uma iniciativa

da UNESCO em busca de estratégias de conservação, gestão e planejamento da área histórica urbana considerando princípios do desenvolvimento sustentável. Apresenta uma ideia de paisagem abrangente e integrada levando em consideração a diversidade cultural. Estas ampliações do conceito de patrimônio cultural embora benéficas configuram novos desafios para a preservação e gestão do patrimônio urbano. A categoria “paisagem cultural” é relativamente recente dentro do campo da preservação e gestão do patrimônio cultural das cidades e, expressa uma mudança de paradigma, quebrando a dicotomia entre material e imaterial.

3 | A PAISAGEM CULTURAL DO POTI VELHO: O ESPAÇO DAS VIVÊNCIAS

A paisagem cultural do Poti Velho vem à cena em função do Programa Lagoas do Norte (PLN) um projeto de requalificação urbana com forte discurso ambientalista que incidirá na Zona Norte de Teresina. Esta porção do território, ao longo das décadas de 1960 e 1990, recebeu unidades habitacionais, produzidas pela Companhia Brasileira de Habitação (COHAB-PI), para abrigar um contingente de migrantes, contrastando com as áreas de moradias das classes médias e alta. Em alguns trechos das planícies fluviais foram edificadas residências sem que houvesse um planejamento. (MONTE; MORAIS, 2018)

A área foi alvo de outras intervenções urbanas como o Parque Ambiental Encontro dos Rios (1993) e o Polo Cerâmico do Poti Velho (2006), entendidos como precursores do PLN. O primeiro apoiado no discurso ambiental e o segundo pautado na ótica do empreendedorismo e do turismo. Desta forma, o que era considerado degradado está em processo de ressignificação como “área nobre” (MONTE; MORAIS, 2018).

A paisagem da Zona Norte foi moldada pelas práticas culturais das sociedades tradicionais, criando uma forte identidade associada a memória desta localidade. Destacamos que “[...] a paisagem é sempre uma **herança [grifo do autor]**. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” (AB’SÁBER, 2003, p. 9).

A perspectiva da paisagem cultural implica na identificação das relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais e a natureza, considerada matéria prima para a apropriação social. Pois, é nessa relação que se explica a produção dos objetos materiais e da vida imaterial. (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). A característica dessas populações tradicionais assenta-se no repasse intergeracional do conhecimento local que permite a fruição sustentável da natureza, mesmo que estejam inseridas em um contexto urbano (AMORIM, 2010).

Assim, no que tange à Zona Norte, vários são os patrimônios culturais que se destacam, nessa relação do homem com o ambiente. Nas imediações das lagoas e dos terraços fluviais detectam-se as jazidas de argila que foram exploradas economicamente

pela população local. A extração dessa matéria prima se fez, ao longo dos últimos 50 anos, garantindo o sustento de diversas famílias, através da fabricação de materiais de construção (tijolos e telhas) e de objetos cerâmicos diversificados (potes, filtros, painéis e objetos decorativos).

Em 2006, foi criado o Polo Cerâmico Poti Velho, fruto de parceria entre governo municipal, governo estadual e a Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho (ARCEPOTI), com o intuito de integrar as atividades artesanais, ressignificando o método de produção, divulgação e comercialização da cerâmica potizeira. Nesse mesmo ano foi fundada a Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (COOPERART) composta exclusivamente por mulheres, que tem sede no próprio Polo Cerâmico (SERAINÉ, 2009).

Contudo, parte destas atividades foi interrompida no ano de 2011 com a justificativa de impactos ambientais severos às áreas das lagoas. Os oleiros expropriados das terras, que propiciavam o seu sustento, receberam indenizações entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00 e foram deslocados para outros territórios. (SERAINÉ, 2009; PEREIRA, 2014). Com a decisão da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) de mudar o local de extração dessa matéria prima dentro de alguns anos, fica o receio da população quanto à preservação das tradições culturais do bairro (MONTE, 2016).

A pesca artesanal subsiste na região, segundo alguns desde 1760, quando surgiram os primeiros aglomerados de casas. Os pescadores artesanais, como os do Poti Velho, produzem em pequena escala, servindo parte para consumo familiar e parte para comercialização local. A atividade pesqueira na região faz uso de artefatos feitos com técnicas repassadas de geração em geração, sendo eles: engancho, tarrafa, anzol, curral e garrafa. (AMORIM, 2010).

De acordo com Amorim (2010), na própria comunidade também são fabricadas as canoas utilizadas para desenvolver a atividade, no entanto, apenas duas famílias detêm o conhecimento da técnica. Antigamente a matéria prima utilizada era retirada da própria área, mas com o processo de urbanização o recurso se tornou escasso, de modo que agora precisa ser comprado de madeiras.

A dinâmica dos rios, durante as estações do ano, propicia a prática da agricultura de vazante, ou seja, um tipo de “[...] plantio à margem do rio, na medida em que as águas baixam em época de estio, possibilitando o cultivo de vários produtos para consumo e venda.” (BARDELI, 2018, p. 1). Na área em questão as dinâmicas das vazantes são facilmente identificadas ao longo da Avenida Boa Esperança, que atravessa alguns bairros da região norte, como São Joaquim, Olarias e Poti Velho. Os residentes nessas localidades, geralmente, se denominam apenas como moradores da “Boa Esperança” (PEREIRA, 2017).

Segundo Bardeli (2018) a agricultura de vazante resiste no Nordeste, em áreas que ainda não foram atingidas pelos empreendimentos capitalistas. Mas, nas áreas afetadas pelos grandes projetos públicos não se levou em consideração a existências desses saberes e o conhecimento tradicional tende a desaparecer por causa da

reestruturação do espaço.

Pereira (2017) destaca que as vazantes pertencem oficialmente à União e a suas posses são cedidas às pessoas, portanto não se compra ou vende a terra, mas sim o direito de usufruí-la; mesmo sem uma documentação, os moradores pagam todas as contas normalmente. Eles encaram as vazantes como bens, seguindo uma dinâmica de herança familiar para passá-las de pais para filhos e há uma forte relação de pertencimento através do trabalho.

Segundo o autor, o principal legume cultivado, atualmente, é o quiabo, pois o pé amadurece em tempos diferentes, impedindo que se perca tudo. Produz-se em menor escala macaxeira, maxixe, abóbora, pimenta-de-cheiro e cana de açúcar. Os vazanteiros vendem suas mercadorias na Central de Abastecimento do Piauí (CEAPI) ou em pequenos comércios e frutarias. Há ainda casos de produtores que visam apenas o consumo próprio.

Nos períodos relativos às vazantes é possível constatar a biodiversidade da região representada por espécies variadas, a exemplo das capivaras, iguanas, camaleões, pássaros e de espécimes vegetais, tal como angico, pau d'arco, árvores frutíferas e a mata ciliar, ao longo do Rio Parnaíba. (PEREIRA, 2017).

É, também, característica da região a forte identificação religiosa, em especial, pelo catolicismo popular e pelos terreiros de umbanda. Mas, o candomblé e igrejas pentecostais e neopentecostais têm seu espaço e relevância dentro da comunidade (CARMO, 2017).

O Poti Velho é marcado por manifestações da fé católica, como as procissões e os festejos, e é referência para os fiéis da cidade de Teresina. Entre eles destacam-se os dedicados à São Pedro (santo protetor dos pescadores), realizado no mês de junho, há mais de cinquenta anos pela comunidade culminando com uma procissão flúvio-terrestre, no dia 29 do referido mês.

Já o culto e práticas umbandistas, provavelmente, apareceram na capital piauiense na década de 1930 através da Sra Joana Maciel Bezerra, mais conhecida como Joaninha do Pontal. A mãe de santo chegou ao bairro Poti Velho, em 1919, vítima de perseguição religiosa, e lá fundou a Tenda Espírita Santa Bárbara, em 1932. Em Teresina, Joaninha do Pontal não deixou de sofrer perseguições de autoridades locais e pessoas de outras religiões, como atestam publicações jornalísticas das décadas de 1930 e 1940.

Apenas em meados do século XX as práticas religiosas e culturas do povos negros passaram a ser aceitas pela sociedade teresinense, se solidificando com a institucionalização da Umbanda, na década de 1960. A maioria dos terreiros localiza-se, atualmente, nas periferias ou franjas da urbe (CARMO, 2017). Apesar de não existir consenso quanto ao número estima-se haver cerca de 200 templos religiosos. (CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA, 2016 *apud*. PEREIRA, 2017).

A questão da territorialidade nas religiões de matrizes africanas lhes é intrínseca, pois os terreiros guardam íntima relação com o lugar que ocupam. Tuan (1983, p. 19)

explica, no trecho a seguir, como o culto aos deuses pode vincular uma população ao local.

O culto aos deuses [...] vincula um povo ao lugar, estimulando um forte sentido de passado, de linhagem e continuidade [...]. Na antiguidade, a terra e a religião estavam tão intimamente associadas que uma família não podia renunciar a uma sem perder a outra. O exílio era o pior dos destinos, pois não apenas privava o homem de seus meios materiais de subsistência, como também da sua religião e da proteção das leis garantidas pelos deuses locais.

Assim, o local de implantação dos terreiros “possui uma ciência” (afirmação de uma filha de santo) que não pode ser replicada ou transportada. Trata-se de um território sagrado protegido pelo artigo 5º da Constituição Federal. Contudo, se os lugares sagrados devem ser resguardados, o mesmo não se verifica com a população do seu entorno que poderá ser submetida a remoção involuntária o que prejudicaria o funcionamento dos terreiros.

Nessa relação entre a comunidade e a natureza o rio assume um papel preponderante na construção da identidade local, pois se configura como o lugar de trabalho e do lazer, da subsistência, do profano e do sagrado, da mitologia e da religião.

Para preservar as histórias de vida e aspectos do patrimônio cultural a comunidade da Boa Esperança vem se organizando no intuito de montar um Museu Comunitário no qual possam socializar as memórias coletivas e individuais que fazem parte da história deste território.

4 | AS PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A IMATERIALIDADE EM QUESTÃO

Em meio a este cenário de instabilidade e da rápida transformação da paisagem cultural, a população tem se movimentado para garantir a preservação de sua memória. A luta adquiriu muitas frentes, o inventário participativo das casas, o cadastramento dos terreiros, o registro da cultura imaterial e por fim a ideia de um museu comunitário.

A instituição museológica tradicional que está ligada à Memória do Poder se baseia em acervos valiosos e gloriosos, sempre sob a perspectiva dos vencedores. Assim, não supriria o desejo da comunidade em se ver representada na exposição. Dessa forma, se aderiu a um movimento que se pode denominar de Poder da Memória, que difere do modelo clássico a medida que propõe “uma instituição de memória [...] que [...] age como um elemento de intervenção social, funciona como um acervo de problemas e celebra a memória e não o culto da memória (CAFÉ, 2007. p. 42).

O museu comunitário é aquele criado pelos próprios membros de uma comunidade, representando os seus interesses coletivos a fim de preservar a cultura local e construir memória (PRIOSTI, 2010). Ele deve funcionar como um elemento essencial para o desenvolvimento da região através da salvaguarda patrimonial, do serviço social, cultural e econômico que contribui para a dignificação das comunidades

e das suas condições de vida (CAFÉ, 2007).

O mais interessante nesse modelo museológico é que ele nasce de uma iniciativa da comunidade que vai defender a sua própria realidade, de modo que ela participa de maneira ativa na definição de sua identidade, não aceitando que pessoas de fora a imponham. “O museu comunitário é uma ferramenta para avançar na autodeterminação, fortalecendo as comunidades como sujeitos coletivos que criam, recriam e decidem sobre sua realidade.” (LERSCH; OCAMPO, 2004).

A proposta inicial do Museu da Boa Esperança, inspirada na experiência do Museu Maré no Rio de Janeiro, permitirá preservar a paisagem na memória sem imobilizá-la, aceitando as transformações. A ideia nasce não de uma visão sentimentalista, mas da tentativa de se constituir como registro de uma trajetória viva ressaltando os aspectos do espaço vivido e percebido pelos moradores. A cultura da região será celebrada na sua multiplicidade abarcando as visões de vários indivíduos que contribuem para contar esta história e construir esta paisagem.

A organização deste museu já está em andamento e conta com a participação de alguns arquitetos e uma museóloga que são amigos da comunidade. O terreno foi escolhido em função de uma característica particular, “tem que ser um museu no quintal, pois é no quintal que se reproduz” (Lúcia Ferreira). O projeto delineado em colaboração com a população utiliza a arquitetura da terra, enaltecendo a técnica da taipa de mão (taipa de sopapo) representativa da região que, por vezes, é associada a ideia de pobreza.

O acervo faz parte da coleção pessoal dos moradores: uma bicicleta antiga, um filtro produzido pelo avô e fotos das festividades. Os instrumentos de pesca, da olaria e cultivo, em sua materialidade, permitirão reconstruir as memórias individuais e coletivas, de uma comunidade rural que herdou conhecimentos transgeracional.

O acervo reunido não conta somente a história do passado, celebra o presente, rostos reconhecíveis de vizinhos e amigos, valorizando a rede de sociabilidade. Também se guarda a memória da luta: as cartas enviadas à prefeitura e ao Banco Mundial contrárias a remoção involuntária, as fotos das pichações nos muros (Figura 1) e das reuniões de protesto.



Figura 1 – Pichações nos muros das residências em protesto ao PLN

Fonte: Mariana Scabello (Agosto de 2018).

É um movimento de resistência que começou lutando pela permanência das moradias, mas que hoje, luta também por memória e cultura, e perdura apesar das pressões.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem cultural do Poti Velho é reflexo da população, de suas práticas e costumes que moldaram a região. É uma relação de interdependência na qual a paisagem define o homem, e o homem define a paisagem. A desapropriação e as mudanças propostas pelo PLN ameaçam a memória coletiva do bairro e a paisagem construída ao longo das gerações.

O museu comunitário é uma forma de demarcar este território e conservar estas memórias através da reafirmação da identidade local pelos moradores ao invés de uma identidade imposta por terceiros. A designação de potizeiros utilizada, muitas vezes, de forma pejorativa, ganhará outros contornos. Permitirá a participação direta da população, definindo que valores preservar e a maneira como irão contar sua história.

O museu por enquanto é, somente, uma ideia; sem o espaço físico adequado e a organização dos itens do acervo, tem caráter de coleção. Mas essa ideia, por mais simples que seja, movimentou uma comunidade, incitou conversas sobre o patrimônio e permitiu o reconhecimento da cultura imaterial da região, fortalecendo a luta pela permanência da comunidade Boa Esperança.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Alexandre Nojoza. **Etnobiologia da Comunidade de Pescadores Artesanais Urbanos do Bairro Poti Velho, Teresina/PI, Brasil**. 2010. 124f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BARDELI, Fernanda. **A agricultura de vazante e as transformações produtivas no espaço agrário nordestino, exemplo de caso Icó – CE**. Disponível em: <[http:// observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/44.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/44.pdf)> Acesso em 12 de agosto de 2018.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Diário Oficial da União (D.O.U), sessão 1, nº 83, 2009, p.17
- CAFÉ, D. C. **Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do museu do território de Alcanena**. 2007. 220f. Dissertação (Mestrado em Sociomuseologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.
- CARMO, Francisca Daniele Soares do. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas [manuscrito]: Territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN) / Francisca Daniele Soares do Carmo**. 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014.
- FERNANDES, Ana Maria V. Paisagem Cultural: do conceito à proteção do patrimônio. Anais – 3º **Coloquio Ibero-americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/98.pdf>> Acesso em 8 de agosto de 2018.
- HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. 1992. 550f. Dissertação (Mestrado) Departamento de pós-graduação em Geografia da UFRJ.
- HOLZER, Werther. A Geografia Cultural e a História: Uma Leitura a Partir da Obra de David Lowenthal. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, Nº. 19-20, p. 23-32, Jan./Dez. de 2005.
- LERSCH, T. M.; OCAMPO, C. C. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? **Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas**. Kansas City, 2004.
- LOWENTHAL, David. **Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical Epistemology**. University College London, 1961.
- MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho, Teresina - PI: quais diálogos?** 2016. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- MONTE, Catarina Nery Cruz; MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Paisagem Cultural em (re) construção, artesanato ceramista direitos culturais no Poti Velho**. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1079/994>> Acesso em 10 de agosto de 2018.
- MOURA, D. V.; SIMÕES, C. S. A evolução histórica do conceito de paisagem. **Ambiente & Educação**, vol. 15(1), p. 179-186, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf> Acesso em 4 de maio de 2018. Acesso 3 de março de 2018.

NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simoni. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção**: a experiência do Vale do Ribeira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%205%20-%20NASCIMENTO%20e%20SCIFONI.pdf>.

PEREIRA, Lucas. C. **A canoa, o barro e o santo**: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI. Monografia (Departamento de Ciências Sociais). Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2014.

PEREIRA, Lucas. C. **Os Reis do Quiabo**: Meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina – PI. 2017. 208f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília.

PRIOSTI, O. M. **Memória Comunidade e Híbridação**: Museologia da Libertação e estratégias de resistência. 2010. 245f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SERAINÉ, Ana Beatriz Martins dos Santos. **Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990**: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. 2009. 253f. Tese Doutorado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL

Marília Jerônimo Costa

FAP - Faculdade Paraíso do Ceará. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Juazeiro do Norte/CE. 63010-465. E-mail: marilia.jeronimo@fapce.edu.br

Sarah Brandeburski Farias

João Pessoa - PB. E-mail: sarah_farias@hotmail.com

Gabriella Donato de Oliveira Lima

João Pessoa - PB. E-mail: gabriella_arquitetura@hotmail.com

Jussara Bióca de Medeiros Timótheo

FPB - Faculdade Internacional da Paraíba. Curso de Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa/PB. 58020-540. E-mail: jbioca@gmail.com

RESUMO: As paisagens culturais resultam das ações diretas do homem sobre o espaço natural e representam a evolução da sociedade. A cidade de Juazeiro do Norte, localizada ao sul do estado do Ceará no Nordeste brasileiro, reconhecida pela presença do sacerdote e líder pastoral Padre Cícero, é polo de romarias, indústria e comércio da região do Cariri, e é o cenário onde emerge a Rua do Horto, denominada “Subida do Horto”, onde acontecem as romarias realizadas por devotos do Padre Cícero. O questionamento sobre quais são os agentes predominantes na formação da paisagem cultural da principal rua do Bairro do Horto motivou o presente trabalho. Investigaram-se quais aspectos

seriam responsáveis pela paisagem cultural da Rua do Horto: a liderança político-religiosa, os habitantes locais, os romeiros ou os incentivadores do turismo religioso? Este trabalho objetiva contribuir com a discussão sobre a formação da paisagem cultural no percurso das romarias em direção à estátua do Padre Cícero, no intuito de reconhecer as manifestações culturais e religiosas como fenômenos intrínsecos à vida urbana de Juazeiro do Norte. Utilizou-se como método para essa investigação a pesquisa bibliográfica sobre a vida e obra do Padre Cícero, bem como a história e evolução da urbe e fotografias. Essa compreensão pode auxiliar à tomada de decisão durante a gestão de intervenções urbanas futuras, além de corroborar para a valorização e preservação da memória cultural (material e imaterial) da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Rua do Horto; Romaria; Padre Cícero; Paisagem Cultural.

RUA DO HORTO: RELIGION AND

FORMATION OF A CULTURAL LANDSCAPE

ABSTRACT: Cultural images result from the ways of making the natural space and representing the societies evolution. Juazeiro do Norte, located in Brazilian Northeast, was very affected by Father Cícero, who was determinant for the city transformation into a

pole of pilgrimages, industry and commerce in the Cariri region. The Horto Street, where a ritual is performed by Padre Cicero's devotees as pilgrimages, was a priest's rural property used for rest. The ritual of "Ascenting to the Garden" was born from the practice of people visiting and asking for his blessings. This paper aims to investigate what is capable of broadcasting the cultural landscape of Horto Street: a political organization, the locals, the pilgrims or the promoters of religious tourism? It aims to contribute with the discussion about cultural formation in the course of the pilgrimages toward a Father Cicero's statue, in order to recognize as cultural and religious manifestations as intrinsic phenomena to the urban life of Juazeiro do Norte. The used method was bibliographical research. This discussion can auxiliary future management decision process, as well as being compatible with the valorization and preservation of the cultural memory of the city.

KEYWORDS: Horto Street; Pilgrimage; Father Cicero; Cultural Landscape.

1 | INTRODUÇÃO

Os atributos de valor de uma paisagem cultural decorrem da continuidade da prática de atividades responsáveis pela configuração do espaço (VIEIRA FILHO, 2010, p.243). Em outras palavras, surge a partir do resultado de ações acumulativas através do tempo, sendo concebido por agentes sociais que o produzem e consomem. Este processo ocorre na Rua do Horto, onde ano após ano ocorrem eventos de caráter religioso que vêm transformando este cenário.

Juazeiro do Norte é uma cidade localizada ao sul do Estado do Ceará no Nordeste brasileiro (figura 1), tendo a origem do seu nome uma espécie de árvore homônima, típica da região, que servia de abrigo aos viajantes e boiadeiros. Transformada em município em 1911 por meio da Lei nº 1.028, que a desvinculou da tutela do município do Crato, abriga, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2007, uma população de cerca de 270.000 habitantes. O município tem no Padre Cícero Romão Batista, mais conhecido como Padre Cícero, um marco na construção da religiosidade, cultura e fatos políticos do seu povo na região Metropolitana do Cariri.

A origem da cidade do Juazeiro do Norte remonta a um pequeno vilarejo composto por duas ruas com poucas casas, quase todas de taipa pertencentes ao território do Crato, que progressivamente cresceu devido à ação pastoral do religioso, iniciada em 1872 (HOLANDA, 2008, p.26).

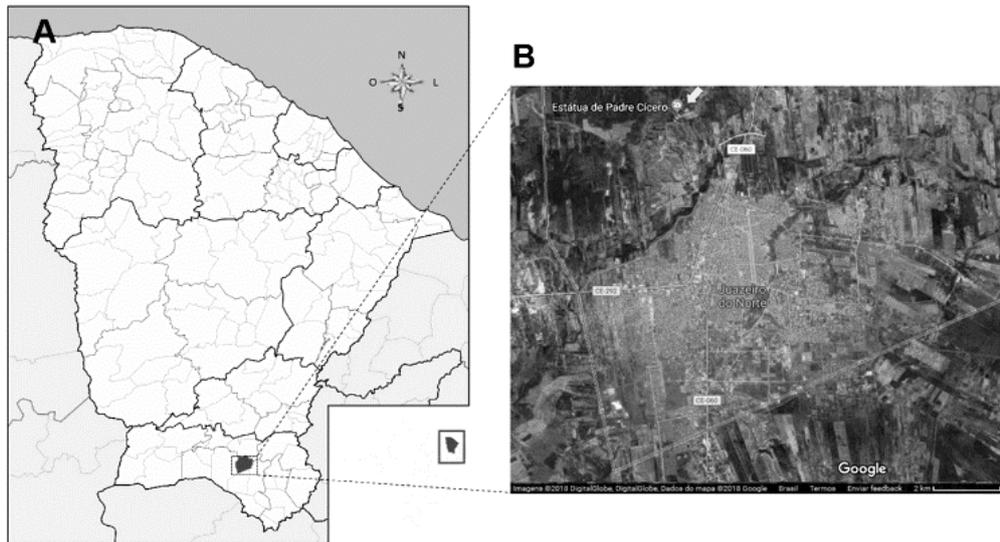


Figura 1- A: Mapas de Localização do Município Juazeiro do Norte. B: Vista aérea do Município de Juazeiro.

Fonte: Wikipédia e GoogleMaps, editado pelas autoras.

Recém-ordenado, o Padre Cícero assumiu atividades religiosas na vila rural, onde construiu e consolidou gradativamente as bases da coesão social, através de práticas devocionais. Durante as ações da pastoral, os fiéis eram orientados a trabalharem em prol do sustento próprio, destacando a importância e valorização ética do trabalho. Desta maneira, o padre Cícero cooperou para romper com as relações ‘escravocratas’, nas quais o trabalho remetia a ‘dor e ao castigo’ e, portanto, a desvalorização do homem. Ao enfatizar a união do trabalho com a fé, ou seja, declarar o trabalho enquanto forma de orar, e elevar a oração enquanto um trabalho e sacrifício destinado ao divino em gratidão às dádivas materiais, o sacerdote contribuiu para consolidar um ideário político, social, filosófico e econômico sobre o Juazeiro. (ARAÚJO, p. 43 e 68).

Segundo Luitgard (apud ARAÚJO, p. 44), “em 1875, Juazeiro apresentava um importante dinamismo econômico e uma rápida ocupação do espaço”, devido à atividade agrícola de subsistência, que adquiria maiores proporções, indo dos significados materiais aos simbólicos. Ainda nesse ano, uma forte seca afligiu o povo sertanejo ameaçando sua sobrevivência, o que o levou a depositar sua esperança na imagem do Padre Cícero como um agente salvador. Nessa situação, o padre orientou as atividades agrícolas para produtos resistentes ao clima, revertendo o problema da fome no Juazeiro.

O fato de reverter os impactos da longa estiagem, frente às limitações materiais e imateriais presentes no Juazeiro, conferiu autonomia para as famílias da cidade, o que foi percebido pela população como sendo um milagre atribuído ao Padre Cícero.

A crença na benção do eclesiástico atraiu devotos de diferentes cidades para a região, o que incorreu em paulatino incremento do povoado e construção do núcleo urbano. Além do crescimento demográfico, as peregrinações em busca de orientação e benção do Padre estimularam a economia local, atraindo novos moradores e gerando

demanda pelo artesanato, comércio e indústria local.

O estímulo do Padre para que os habitantes confeccionassem candeeiros e outros objetos relacionados à atividade religiosa, bem como a intensificação de festividades relacionadas à Igreja Católica, fez emergir a economia local ao gerar demanda pelos utensílios. A preocupação do religioso com questões práticas da população contribuiu para a construção da capacidade de liderança e influência sobre os fiéis da região (HOLANDA, 2008, p.36).

Este trabalho de orientação iniciado foi impulsionado a partir de 1889 quando, (baseado na história local) uma hóstia ofertada pelo Padre Cícero a uma devota que teve manifestações místicas, beata Maria de Araújo, virou sangue em sua boca, fenômeno este que teria se repetido durante aproximadamente dois anos, reforçando assim o movimento de pessoas que iam até a cidade do Juazeiro movida por motivos religiosos, que logo se transformou em romaria, atraindo milhares de nordestinos e pessoas de outras regiões. Diante desse fato, disseminou-se a notícia de um milagre na cidade, considerando-a a “nova terra prometida”.

As peregrinações foram determinantes para acentuar o incremento demográfico do Juazeiro do Norte. Após o suposto milagre, a vila santuário passou a receber em média 400 romeiros diariamente, muitos dos quais passaram a residir na aldeia (ARAÚJO, 2011, p.77), contribuindo para a expansão do vilarejo ao passo que impulsionava o artesanato, comércio e a pequena indústria. Registra-se que em 1875 a população era de 2.000 habitantes e em 1909, totalizava cerca de 15.000 habitantes (BARTOLOMEU 2010, apud OLIVEIRA E SILVA, 2015, p.12). O crescimento do espaço em tela emerge da ocupação originada pela doação de terras aos fiéis sem recursos financeiros, que ocuparam a região de maneira espontânea, sem planejamento (OLIVEIRA E SILVA, 2015, p.18).

Durante o período de 1981 a 1894, os movimentos religiosos impulsionaram a economia por meio de arrecadações e doações oriundas de grandes proprietários rurais da região em prol da defesa do “milagre”. Após esse período e até os dias atuais, observa-se que o simbolismo vinculado à imagem do Padre Cícero perpetua-se e confere ao lugar o status de “cidade-sagrada”.

Oliveira e Silva (2015, p.20) sugerem que o núcleo urbano da cidade teve como principais agentes modeladores a Igreja, a população, o Estado e fatores econômicos. Nesse sentido, pensando-se na formação da paisagem cultural da Rua do Horto, o presente artigo visa averiguar quais aspectos foram determinantes na construção desse espaço, e os eventos que ocasionaram as transformações ao longo do tempo. Para tanto, tomou-se como base pesquisas bibliográficas sobre o tema, levantamento histórico e fotográfico, e visitas *in loco* a fim de compreender e analisar a formação da paisagem cultural.

Dessa maneira, são discutidos na segunda parte deste artigo os conceitos de paisagem cultural instituídos e relacionados ao objeto de estudo. Na sequência, é feita uma descrição e análise do itinerário cultural palco das romarias rumo à estátua do

Padre Cícero. No capítulo final, são expostas considerações acerca da relação dos agentes de formação da paisagem em questão.

2 | VERTENTES DA PAISAGEM CULTURAL E A RUA DO HORTO

A compreensão da paisagem cultural enquanto espaço de estudo possui várias vertentes. De acordo com Ribeiro (2007, p. 42), o Comitê do Patrimônio Mundial estabelece três categorias de paisagem cultural: a *Paisagem Planejada*, que é aquela criada intencionalmente pelo homem, a *Paisagem com Continuidade* que é resultado de um desenvolvimento orgânico, e a *Associativa*, que envolve religião, arte e cultura. No contexto das cidades essa paisagem cultural se constitui como uma resolução híbrida, pois combina simultaneamente ações planejadas, espontâneas e diferentes culturas e religiões.

Os espaços urbanos são sítios naturais continuamente alterados pelo homem, e ao longo de sua história acumulam ações de domínio planejadas ou espontâneas sobre influências de várias gerações. Segundo Castriota (2009, p. 263) a ONG *Cultural Landscape Foundation* separa as paisagens culturais em quatro tipos: *Sítios Históricos* - aquelas paisagens relacionadas a eventos e/ou pessoas históricas; *Paisagens Históricas Planejadas* - são aquelas executadas intencionalmente por um profissional de acordo com um projeto desenvolvido num estilo ou tradição reconhecida; *Paisagens Históricas Vernaculares* - são aquelas moldadas pela ocupação do homem, e *Paisagens Etnográficas* - são definidas como bens patrimoniais naturais e culturais.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN estabeleceu por meio da Portaria nº 127, de abril de 2009, a chancela da paisagem cultural brasileira e a definiu como sendo uma “*porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores*”. A Portaria prevê, a partir do risco, a necessidade da salvaguarda da paisagem, sendo esses riscos os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, massificação e globalização das paisagens urbanas e rurais. O texto sinaliza que as ações de preservação da paisagem cultural brasileira estão diretamente vinculadas ao reconhecimento por meio da chancela publicada no Diário Oficial da União para ampla publicidade, sendo esta revalidada no prazo máximo de dez anos. Sem reconhecimento não há preservação.

É relevante destacar alguns exemplos de cidades nordestinas reconhecidas como paisagem cultural pela vinculação direta com a religião católica. Os santuários dedicados às vidas e obras de religiosos de projeção foram determinantes para o desenvolvimento das cidades de Guarabira e Solânea, no estado da Paraíba, bem como no Juazeiro do Norte, Ceará. Esses religiosos, Frei Damião, Padre Ibiapina e Padre Cicero respectivamente, desenvolveram ações sociais e provocaram, de forma direta ou não, modificações nesses contextos urbanos.

Os citados santuários possuem semelhanças e diferenças a serem consideradas. Nos municípios de Guarabira e Juazeiro do Norte as imagens dos religiosos se transformaram em marcos visuais (LYNCH, 1997, p. 53), devido a localização estratégica, ambos estão em colinas nas áreas periurbanas, enquanto o Santuário de Padre Ibiapina, está localizado em área rural no distrito de Santa Fé, próximo ao acesso do núcleo urbano de Solânea, e não se constitui como elemento de destaque na paisagem urbana como os demais. O santuário de Padre Ibiapina está implantado numa fazenda, que foi doada para uso das obras de caridade, e em construções anexas foram acolhidos órfãos e mulheres abandonadas. Nesse complexo existem ainda um museu na antiga casa do Padre, uma capela e um amplo anfiteatro, onde ocorrem missas campais (figura 2).

Em Guarabira, Fernandes (2017, p. 18) afirma que o anúncio da instalação do monumento religioso de visibilidade atraiu a implantação de estabelecimentos comerciais, bem como valorização imobiliária de lotes nas suas imediações. O complexo religioso também exerceu influência na direção do crescimento urbano, como exemplificado no lançamento do loteamento Vale Verde, no caminho do santuário Frei Damião (OLIVEIRA, 2011, p. 23).

Independente das diferenças apontadas, Flores Filho (2012, p. 113) destaca que “(...) o *magnetismo* dos lugares sagrados e dos santuários é construído, formado não apenas pela ordem clerical, com os bispos, padres e leigos, mas pela evocação dos romeiros e peregrinos (...)” como se constata no “*Caminho do Brejo*”, onde percursos entre os santuários de Frei Damião e Padre Ibiapina, são explorados pela arquidiocese e por outros agentes (governo estadual, municipal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Organizações não governamentais) com finalidades econômica e turística, o que se configura como a mercantilização da paisagem cultural.



Figura 2 - Vista da Serra do Horto durante a construção da estátua do Padre Cícero, e em segundo plano, vista da casa do sacerdote.

Fonte: <http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Historia/>.

Ações de promoção turística e religiosa de trechos de acesso aos santuários promovem eixos de circulação urbana ou rural em rotas de peregrinação e romaria. Divulgações intensas dos eventos programados referentes às datas no calendário religioso e às festas profanas nas diferentes mídias, auxiliam o fomento a negócios, explorando os espaços de acesso, e promovem os diferentes setores da economia na área, seja por meio do transporte turístico, hospedagem, alimentação, venda de suvenires, envolvendo o comércio formal e informal.

A estradinha de acesso à propriedade do Padre Cícero em Juazeiro transformou-se em RUA DO HORTO quando mudou de feição. Um singelo trecho de caminho íngreme, na zona rural que permitia o acesso a sede da propriedade no alto da serra do Catolé, é reconfigurado pela dimensão de eventos e fatos relacionados ao religioso. Quanto mais se propagavam os feitos religiosos, políticos, econômicos e sociais do referido religioso, maior era a peregrinação por suas bênçãos, resultando em romarias,

Assim, entende-se a Rua do Horto como uma paisagem cultural que agrega características “Planejadas”. Isso devido à inserção das *Estações da Via Sacra* - marcos de patrimônio material inseridos de forma planejada para incrementar o percurso dos romeiros (Braga, 2014, p. 205), bem como da construção da Imagem do Padre Cícero, edificada com 27 metros de altura e concluída em 1969.

A referida rua se configura como “Paisagem Cultural Histórica” não fóssil, desenvolvida organicamente por meio de ocupação espontânea, movida pela doação de lotes, e que continua seu processo evolutivo; e como “Paisagem Cultural Associativa”, definida enquanto percurso religioso das romarias que compreendem uma manifestação imaterial devido à sua estreita relação com a devoção à figura religiosa do padre e sua importância no Nordeste brasileiro. O que reforça o entendimento do conceito descrito por Castriota (2009, p. 261) quando aponta que “(...) o termo paisagem cultural vai abarcar uma diversidade de manifestações dos tipos de interações entre a humanidade e seu meio ambiente natural: de jardins projetados a paisagens urbanas, passando por campos agrícolas, rotas de peregrinação, entre outras (...)”. Sendo assim, a Rua do Horto contém todos os atributos de uma paisagem cultural híbrida.

3 | CASO RUA DO HORTO

“Ao visitar Juazeiro
muitos renascem de novo
aonde muitos romeiros
ao horto um lugar vistoso
vão rezar pro milagreiro
que é o pai de Juazeiro
e o padinho deste povo”.

(Cordel: Poesia sobre Padre Cícero –

A peregrinação religiosa cumprida a pé, de carro ou de joelhos, seja para pagar uma promessa, para pedir uma graça ou agradecer. “[...] traz em si uma gama de significados, como ‘sacramento’, penitência e festa” (WEEGE, 2008, p. 188). Menezes (2004, p. 115) reforça “que o que caracteriza ou particulariza as romarias do Juazeiro, reside no fato de serem elas praticamente criadas e sustentadas autonomamente pelo povo, até por muito tempo serem indesejadas e reprimidas pela Igreja oficial ou sua hierarquia”.

Com a morte de Padre Cícero em 1934, o crescimento da cidade não foi alterado, houve aumento das atividades comercial, artesanal e da migração. Durante o século XX, a Subida do Horto passa por grandes transformações e, devido às romarias, são construídas a estátua do Padre Cícero, a Igreja Nossa Senhora das Dores e o Casarão do Padre. A peregrinação é intensificada nesses pontos turísticos e ocorrem pelo menos 05 (cinco) vezes ao ano. São essas as cinco principais romarias: Nossa Senhora das Candeias, que acontece em fevereiro; Aniversário de Nascimento do Padre Cícero, dia 24 de março; Aniversário de Morte de Padre Cícero, 20 de julho; Nossa Senhora das Dores em setembro, e Dia de Finados em novembro, sendo registrado nessa última cerca de 500 mil romeiros na cidade (PEREIRA, 2005, p. 54).

O termo “Subida do Horto” surge a partir do hábito dos romeiros irem ao encontro do Padre Cícero em sua propriedade para que fossem abençoados. A Rua do Horto, que corta o bairro de mesmo nome e vai até o alto do morro, tem seu nome devido à seguinte motivação: “Horto ou jardim, é uma referência ao Monte das Oliveiras, onde Jesus rezou antes da crucificação” (GREENFIELD, 2013, p. 14). Localizada em relevo acidentado dentro da área urbana da cidade de Juazeiro do Norte, chamada de Serra do Catolé, sua topografia possui terrenos íngremes e sinuosos em sua grande maioria (figura 3). Alguns trechos constituem-se de partes estreitas que inviabilizam o fluxo do pedestre na calçada, o que o leva a transitar pela rua. O percurso completo considera subida, descida, além do contorno da base da estátua do Padre, o que compreende quase seis quilômetros (6 km).

As tipologias encontradas na Rua do Horto são de construções simples, em sua maioria geminadas, havendo poucas edificações com recuos frontais e laterais. O gabarito médio não ultrapassa dois (02) pavimentos. As construções são em alvenaria de tijolos, com fachadas predominantemente compostas por linhas e aberturas retas, sendo as esquadrias em alumínio ou madeira. Quase todas as cobertas são dispostas em duas águas, compostas por telha cerâmica capa canal com cumeeira paralela à rua. Algumas edificações apresentam platibandas apenas na fachada principal, sendo a maior parte desprovida de tratamento e adornos. As calçadas são irregulares devido a sua topografia, apresentam degraus variados, semelhantes a sequencias de patamares de dimensões diversas. Existe, ainda, diferença entre os níveis das calçadas de cada lado da via, que em alguns trechos mede cerca de um (1) metro e

meio (Figura 03).

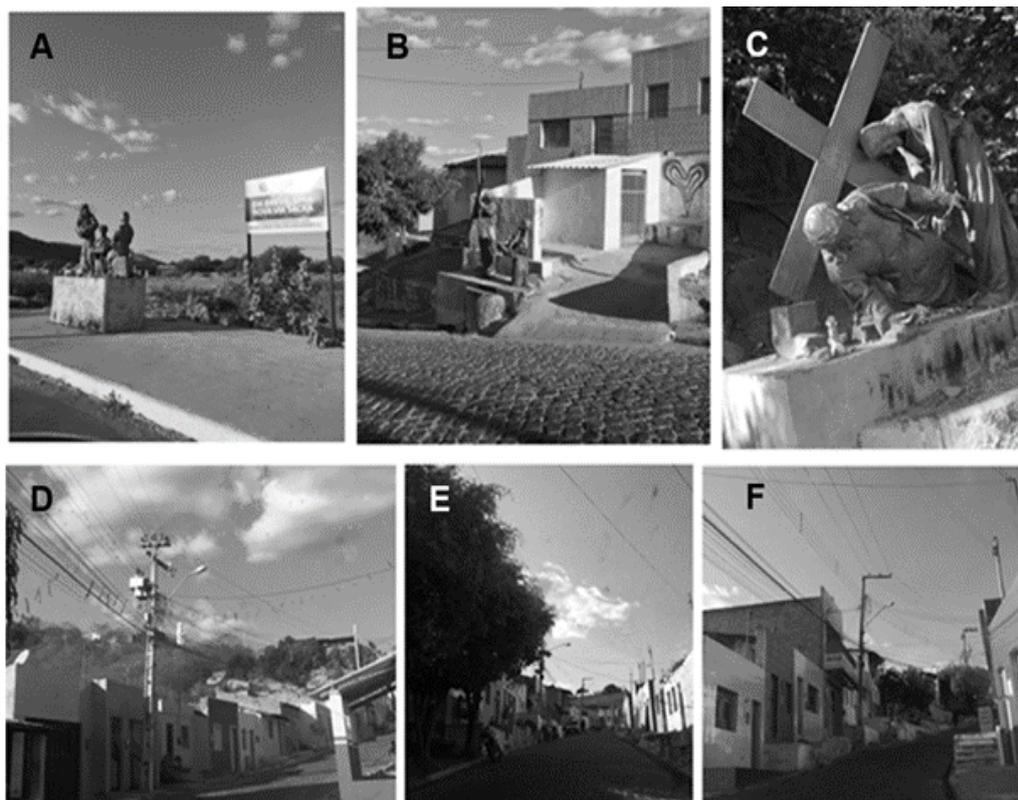


Figura 3 – A, B e C: imagens da Rua do Horto com os monumentos que representam a Via Sacra ao longo de todo o percurso. D, E e F: imagens da via destacando o tipo de calçamento, as características topográficas e as tipologias das edificações (casas geminadas, em sua maioria sem recuos frontal e lateral, telhas capa canal e cumeeira paralela à rua).

Fonte: Marília Costa, julho, 2018.

A Rua do Horto é considerada a via principal para a chegada até a estátua do Padre, porém o bairro é composto por outras ruas secundárias. A antiga estrada da Areia Grossa, com pedras toscas, deu lugar a atual Rua do Horto, pavimentada com paralelepípedos (Figura 04). Essa transformação, que ocorreu em 2008 na gestão do então prefeito Raimundo Macedo, dividiu opiniões de alguns moradores e historiadores. E. Santos (2008, p. 1) informa que para o historiador Daniel Walker seria mais importante a preservação da pedra tosca ao invés da substituição.

A paisagem cultural, resultado das marcas que a religião promove na vida das pessoas e da cidade, encaixa-se perfeitamente no que diz respeito às formas, como endossa M. Santos (2008, p. 113) quando descreve a paisagem como “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

É relevante destacar a diferença do espaço da Rua do Horto com a configuração urbana de malha da cidade, que é predominantemente ortogonal. Considerando-a como um dos eixos de expansão, apresenta traçado sinuoso, condicionado à topografia, com largura estreita e variável (figura 4). Seu fluxo viário, em duplo sentido, sem área para estacionamento, é diversificado e inadequado devido à presença simultânea de

pedestres, ciclistas, carros, além dos automóveis circulando nas faixas de trânsito.

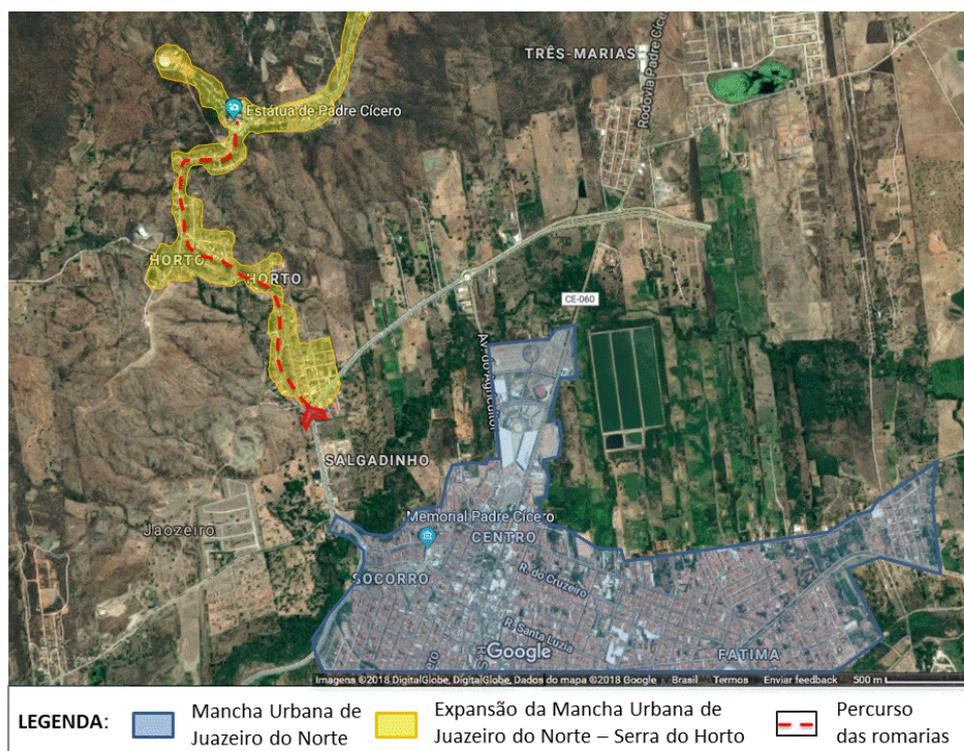


Figura 4: Imagem de satélite com demarcação da ocupação da Serra do Horto na cidade de Juazeiro do Norte.

Fonte: Googlemaps, 2018, editado pelas autoras.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ao observar-se a Rua do Horto enquanto paisagem cultural deve-se considerar a religião como agente determinante na formação dessa paisagem cultural híbrida, que se constitui como resultado da sobreposição de classificações estabelecidas - *Paisagem Planejada*, *Paisagem com Continuidade* e *Paisagem Associativa* – na qual os diferentes usos, habitacional, turístico, comercial, de serviços e religioso, consolidam e garantem essa imagem.

Ressalta-se que o modo como a população passou a ocupar a Rua do Horto iniciou-se de forma complexa e desigual, em áreas antes desocupadas, projetando mudanças na paisagem e, com o passar do tempo, também no cenário socioeconômico.

A Rua do Horto encontra-se no limite do perímetro urbano definido pelo Plano Diretor (CEARÁ, 2000, p.4), tendo o início da ocupação urbana no centro da cidade. Verifica-se que os eventos religiosos e o simbolismo atrelado às romarias, à estátua do Padre Cícero e às edificações religiosas do bairro do Horto influenciaram diretamente a expansão urbana em direção a este bairro, além de alavancarem o turismo e a economia local, contribuindo para contínuo desenvolvimento da cidade.

Com a tendência global de crescimento das cidades, infere-se que a ocupação do Bairro do Horto tende a ser continuada o que, indiretamente, alterará a atual

paisagem cultural. Entretanto, entende-se que a manutenção desta paisagem cultural está intrinsecamente ligada à continuidade das atividades humanas ali desenvolvidas, em especial, às romarias, bem como que seu reconhecimento e valorização são primordiais para sua preservação. Sabe-se que seu significado pode variar de acordo com os valores e crenças de cada indivíduo, pois representa mais do que o simplesmente visível. Trata-se de algo que não é estático, que pode ser mudado ou substituído de acordo com o desenvolvimento da cidade e sua cultura local, assim como do entendimento de cada um.

“O movimento das romarias ao longo dos anos é um movimento em espiral. É algo que se dá entre o que se repete e o que é novo” (BRAGA, 2014, p. 212). Repetindo-se ano após ano, as romarias nunca são iguais; embora cíclicas, sempre trazem algo novo, ainda que pouco perceptível. São estas tradições e crenças dos romeiros que fazem com que estes eventos religiosos se mantenham renovados, fazendo também com que peregrinos de outras localidades visitem estes lugares considerados sagrados.

Essa crença por parte dos romeiros é reforçada pela existência do monumento religioso que retrata a imagem do Padre Cícero. Sobre marcos visuais como este, Lamas afirma que (2004, p. 104):

O monumento desempenha um papel essencial no desenho urbano, caracteriza a área ou bairro e torna-se polo estruturante da cidade. Nas urbanizações operacionais, a ausência de monumentos representa, de certo modo, o vazio de significado destas estruturas e o vazio cultural das gestões urbanísticas contemporâneas.

Partindo dessa afirmação, percebeu-se que a presença do marco visual nas cidades de Juazeiro do Norte e de Guarabira foi determinante. Identifica-se que nesses casos os complexos religiosos de maior projeção e referência visual na cidade atraíram o crescimento urbano.

Alerta-se para que determinadas intervenções que possam oferecer mais qualidade ao espaço em tela também possam interferir diretamente na paisagem cultural. Se por um lado a substituição da pavimentação contribui para oferta de maior qualidade ao tráfego e conforto aos usuários, por outro muda a fisionomia da via. Conforme Maricato (2015, p. 11) pontua, “a cidade é mercadoria” e, se vista sob este prisma, há o interesse do poder público fomentar o desenvolvimento da cultura religiosa como meio de estimular o turismo religioso.

Desse modo, este artigo pretende fornecer subsídios para debates acerca da Rua do Horto e a produção da paisagem cultural da *Subida da Serra do Horto*, e suas transformações em diferentes períodos por parte dos diferentes agentes modeladores presentes na produção deste espaço, além da sua relação com o núcleo urbano da cidade do Juazeiro do Norte.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria de Lourdes de. **A Cidade do Padre Cícero**. Ed. Imeph. Fortaleza, 2011.
- BRAGA, Antônio Mendes da Costa. A subida do Horto: ritual e topografia religiosa nas romarias de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. **Debates do NER**, v. 1, n. 25, p. 197-214, 2014.
- BRASIL, IPHAN. **Portaria nº 127**, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela do Paisagem Cultural Brasileira.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci, **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- DE OLIVEIRA, Paulo. W. Alves; DA SILVA, Josier Ferreira. Os agentes modeladores da produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte - CE. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, p. 07-22, 2015.
- DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de População do Município do Juazeiro do Norte, 2007.
- ESTADO DO CEARÁ, Prefeitura Do Município de Juazeiro do Norte. (2000). **Lei Nº 2.569** de 08 de setembro de 2000: Lei de Organização Territorial - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: PMJN. **Conferir se a formatação da referência está correta.**
- FERNANDES, Rondinelle dos Santos. 2017. **O Uso da Imagem de Frei Damião pelo comércio de Guarabira (PB), e sua influência a partir da tradição “inventada”**.
- FLORES FILHO, José Honório das. Santuário de Frei Damião: a fé na modernidade e tradições católicas no Brejo Paraibano - valores espirituais versus valores materiais. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- GREENFIELD, Gerald. (Re)lembrando Padre Cícero: memória, classe social e religião. HISTÓRIA E CULTURAS. **Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE**. Vol. 1 Nº 2, 2013.
- HOLANDA, Maria Laudícia de O. **O Político Padre Cícero: entre a Religião e a Cidadania**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2009.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª edição. 2004.
- LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luiz. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.
- MENEZES, Eduardo Diathy Bezerra de, “Romarias e o Juazeiro do Padre Cícero”. In: **Anais do III Simpósio Internacional sobre o Padre Cícero do Juazeiro. E quem é ele? Juazeiro do Norte-Ceará, 2004**.
- NASCIMENTO, William e RODRIGUES, Maria. **Rua do Horto**. 2018. Trabalho apresentado a disciplina Desenho Urbano IV para obtenção de grau de Bacharel em Arquitetura e urbanismo.
- OLIVEIRA, J. M. de. **Expansão urbana do Bairro Novo em Guarabira - PB**. 2011. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.
- OLIVEIRA, Paulo. W. Alves.; SILVA, Josier Ferreira da. **Os agentes modeladores da produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte - CE**. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, p. 07-22, 2015.

PEREIRA, Cieusa Maria C. Análise da Problemática do Lixo nas Romarias em Juazeiro do Norte-CE. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 4, n. 8, p. 145, 2005.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2007.

SANTOS, Elizângela. **Reforma na Rua do Horto divide opiniões**. Diário do Nordeste, Juazeiro do Norte, 18 de março de 2008. Caderno Regional, p. 1.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4^a ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Cícero Wilson. **Cordel - Poesia sobre Padre Cícero**. Projeto SESCordel. Juazeiro do Norte: SESC, 2005.

SILVA, L. A. da. **O desenvolvimento do turismo religioso na cidade de Guarabira/PB: Considerações sobre o santuário de Frei Damião**. 2015. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Paisagem Cultural. In: **Simpósio Brasileiro / I Congresso Lusobrasileiro / I Colóquio Ibero-Americano**. 2010. p. 243.

WEEGE, Adriana. **Viagem ao centro da romaria: O corpo como espaço teológico na romaria de Nossa Senhora de Salette de Marcelino Ramos**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2008.

<http://www.juazeiro.ce.gov.br/cidade/historia/>. Acesso em 25 ago. 2018.

VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL

**Marcela Correia de Araujo Vasconcelos
Zulim**

UFPE, Pós Graduação em Desenvolvimento
Urbano – MDU
Recife, Pernambuco

RESUMO: O padrão de urbanização empregado nas últimas décadas no Brasil prioriza o adensamento e a verticalização das construções e a pavimentação e alargamentos de vias para a circulação de automóveis resultando na degradação da natureza dentro das áreas urbanas e escassez de espaços de convívio social. Tal padrão de urbanização resultou em cidades impessoais pensadas para a máquina, em especial para os carros, que não oferecem qualidade de vida para os seus moradores. Para reverter esse quadro, a sociedade civil começa a se organizar e a reivindicar sua participação no planejamento e gestão de espaços públicos, porém ainda de forma pontual. Este é o caso da associação de moradores do Bairro das Graças em Recife-PE que conseguiu juntamente com o INCITI, grupo de pesquisa da UFPE, modificar um projeto viário, que previa a construção de quatro faixas de carros sobre área de mangue, e converte-lo em um projeto de espaço social integrado ao Rio Capibaribe. Este projeto, chamado Via-Parque das Graças, é analisado no presente texto com base na importante

contribuição teórica de Henri Lefebvre sobre as questões culturais, sociais e simbólicas na construção dos espaços urbanos. Ele já defende, na década de 1970, a intervenção de grupos sociais no processo de elaboração e construção das áreas urbanas, em especial dos espaços públicos. A partir da ótica de Lefebvre e do estudo de caso do Via-Parque das Graças, conclui-se que para melhoria da paisagem urbana e construção de cidades mais sustentáveis é necessário engajamento popular, mais do que vontade política.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; espaço social; sustentabilidade.

VIA-PARQUE DAS GRAÇAS:

CONSTRUCTION OF A SOCIAL SPACE

ABSTRACT: The boss of urbanization employed in the last decades in Brazil prioritizes the densification and verticalization of the constructions and the paving and widening of roads for the circulation of automobiles resulting in the degradation of nature within the urban areas and scarcity of spaces of social conviviality. Such a pattern of urbanization has resulted in impersonal cities designed for the machine, especially for cars, which do not provide quality of life for its residents. To reverse this situation, civil society begins to organize and claim its

participation in the planning and management of public spaces, but still in a timely manner. This is the case of the residents' association of the Graças neighborhood in Recife-PE, which managed together with INCITI, a UFPE research group, to modify a road project, which provided for the construction of four lanes of cars over a mangrove area, and converts it in a project of social space integrated to the Rio Capibaribe. This project, called Via-Parque das Graças, is analyzed in this text based on the important theoretical contribution of Henri Lefebvre on cultural, social and symbolic issues in the construction of urban spaces. In the 1970s, he advocated the intervention of social groups in the process of designing and constructing urban areas, especially in public spaces. From Lefebvre's point of view and the case study of Via-Parque das Graças, it is concluded that to improve the urban landscape and to build more sustainable cities, it is necessary to engage more than political will.

KEYWORDS: Planning; social space; sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Os moradores das metrópoles brasileiras evitam interagir com o espaço a sua volta e se isolam cada vez mais, reclusos em espaços fechados; evitam transitar pelas ruas a pé ou de bicicleta e não vivenciam os espaços públicos. Muitos apontariam a falta de segurança nas cidades brasileiras como a principal razão desse cenário, porém a falta de segurança é o resultado, e não a causa, do abandono dos espaços públicos. Tudo parte da forma como as cidades são pensadas e planejadas: se os espaços livres, a morfologia e o traçado do urbano foram projetados para garantir qualidade de vida para os moradores da cidade ou apenas o resultado de parâmetros técnicos, da especulação imobiliária e da ausência de uma gestão eficiente das áreas urbanas.

Infelizmente o que atualmente se observa nas paisagens das grandes cidades é uma escassez de elementos culturais e naturais. Várias são as pessoas que não gostam do local de onde moram e não se reconhecem nele. À medida que as construções vão se adensando e as ruas vão se alargando para passagem dos automóveis, mais impessoal e desprovida de significados fica o espaço. Porém, para quem são construídas as cidades se não para as pessoas? Seria possível haver cidades mais humanas?

Se vive uma era pós-industrialização, pós-capitalismo, pós-globalização e a construção dos espaços urbanos refletem esse momento da história em que reina a padronização, a normatização e a impessoalidade. Como resultado, temos cidades "doentes" que enfrentam diversos problemas. Contudo, já há projetos que visam reverter esse processo com base em princípios de sustentabilidade, planejamento estratégico e gestão democrática. É o caso do projeto do Parque do Capibaribe, o qual começa a ser implantado na cidade do Recife visando criar um parque linear ao longo das margens do principal rio da cidade. Sua segunda etapa, a Via-Parque das

Graças, servirá aqui analisada por ser um caso peculiar de como a população local se mobilizou para intervir no processo de planejamento e construção do espaço público.

2 | VIA-PARQUE DAS GRAÇAS

O adensamento da região metropolitana do Recife nas últimas décadas e a escassez de ações e investimentos públicos no planejamento da estruturação da manha urbana, na melhoria dos espaços públicos e na preservação de áreas verdes vem impactando negativamente na qualidade de vida dos recifenses. A população precisa lidar diariamente com problemas de mobilidade urbana, racionamento de água potável, sobrecarga nos sistemas de drenagens e esgoto, alagamentos nos períodos de chuva, poluição do ar e sonora, insegurança, entre outros.

O Bairro das Graças é um bom exemplo da alteração de ambiência do espaço urbano ocorrido no Recife nas últimas décadas. Um bairro residencial, bastante arborizado, margeado pelo Rio Capibaribe, foi alvo da especulação imobiliária e teve grande parte dos seus lotes lembrados; casas unifamiliares deram lugar a blocos de apartamentos com até 40 pavimentos, os espaços livres foram tomados pelas construções e as áreas verdes ficaram escassas.

Os moradores do bairro, vendo o reflexo negativo da permissibilidade das leis urbanas e do intenso processo de verticalização das construções se organizaram criando o movimento “Graças a Nós”. Lutaram na década de 1980 por restringirem no bairro os usos geradores de ruído e poluição, garantindo assim o caráter residencial da área. Já no final da década de 90 e início do século XXI a associação dos moradores reivindicou leis urbanísticas mais restritivas. “Como resultado desse segundo movimento, incorporou-se à legislação municipal a Lei nº 16.719/2001, que criou a Área de Reestruturação Urbana condicionando o uso e a ocupação do solo à oferta de infraestrutura instalada, à tipologia arquitetônica e às paisagens urbanas existentes” (Diniz; Rocha; Ferraz; Alencar, pag. 06).

Diante da possibilidade de execução, a partir do dia 01 de agosto de 2004, da nova Avenida Beira Rio os moradores das Graças se organizam novamente no movimento “Amor as Graças” O projeto viário, alvo de críticas pelos moradores tinha o intuito de abrir mais espaço dentro do tecido urbano para a circulação de veículos através da construção de um corredor expresso para automóveis com quatro faixas entre as Pontes da Capunga, no Derby, e da Torre, no bairro das Graças.

Tratava-se de um projeto obsoleto, pensado exclusivamente para o carro, que foi idealizado na década de 1990, e para o qual estavam destinados 57 milhões de reais do Governo Federal. O projeto viário não resolveria o problema de mobilidade urbana, por integrar pontes que já apresentam trânsito intenso e pioraria ainda mais a escassez de áreas verdes e a relação do bairro das Graças com o Rio Capibaribe, uma vez que a via seria construída, apoiadas em pilares, por cima das margens do rio

desmatando trechos de manguezal e criando uma barreira de acesso ao rio.

A reivindicação da associação “Por amor as Graças” para a não construção das quatro faixas de veículo foi atendida pela Prefeitura da Cidade do Recife. Foi então delegado para o INCITI/PE a tarefa de mediar o diálogo com os moradores e reconfigurar o projeto viário. O INCITI é um grupo multidisciplinar de pesquisadores vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que tem como missão catalisar conhecimentos e conceber soluções colaborativas para constituir cidades inclusivas, sustentáveis.

A nova proposta recebeu o nome de Via-Parque das Graças e passou a se integrar num projeto urbanístico mais amplo, iniciado em 2013, que visa criar um parque linear ao longo das margens do Rio Capibaribe até 2035, data comemorativa dos 500 anos da cidade do Recife. O Parque Capibaribe abrange 42 distintos e aproximadamente 15km em cada um dos lados das margens do rio. Ele tem como objetivo promover a recuperação ambiental do Rio Capibaribe e converte-lo num eixo estruturante da cidade, e num espaço de convívio social através de áreas de estar, passarelas, ciclovias e píeres para pequenas embarcações.

No processo de desenvolvimento do projeto para o bairro das Graças, o INCITI engajou moradores do bairro através de oficinas, debates, encontros e consulta pública. O diálogo construído com comunidade fez toda diferença para que a nova proposta atendesse as reais necessidades da comunidade e, portanto, tivesse uma aceitação pela mesma. A presidente da Associação dos Moradores das Graças, Lúcia Moura em entrevista ao Jornal do Comercio argumenta que “O ideal seria não ter carro nenhum ali. Não aguentamos mais tanto trânsito, mas a mudança (no projeto) atende às necessidades dos moradores, pois é uma obra mais humana.”(UMA, 2016).

Apesar da nova proposta de intervenção manter uma faixa de veículos, por exigência da URBE, para atender deslocamentos dentro do próprio bairro, seu foco deixou de ser o carro e passou a ser os espaços para circulação de pedestre e ciclistas, a criação de espaços de lazer e convivência e uma maior integração do bairro com o leito do Rio Capibaribe. O projeto da Via-Parque prevê: uma ponte exclusiva para pedestre ligando as duas margens do rio, passarelas, mirantes, píer para pequenos barcos, parque infantil, mesas para piquenique, quiosques e refúgio das capivaras, além da conservação do manguezal ao longo da margem do rio e o plantio de novas árvores.

Abaixo, imagens comparativas do projeto inicial para a beira rio do bairro das Graças e a nova proposta desenvolvida pelo INCITE, onde é possível perceber claramente a diferença na concentração de áreas verdes e espaços de convivência. Também segue abaixo planta esquemática com a indicação das áreas que serão contempladas no projeto da Via-Parque das Graças e os equipamentos a serem instalados.



Figura 01 – Primeiro projeto para a Beira Rio no Bairro das Graça com quatro faixas para veículos apoiadas sobre pilares de concreto armado.

Fonte: Pagina do INCITE, 2017. Disponível em: < <http://novo.inciti.org/2017/04/19/parque-capibaribe-e-apresentado-como-projeto-de-baixo-impacto/>>. Acessado em: 20 ago. 2018.



Figura 02 – Projeto do Via-Parque das Graças desenvolvido pelo INCITE

Fonte: Pagina do INCITE, 2017. Disponível em: < <http://novo.inciti.org/2017/04/19/parque-capibaribe-e-apresentado-como-projeto-de-baixo-impacto/>>. Acessado em: 20 ago. 2018.



Figura 03 – Mapa esquemático do projeto da Via-Parque das Graças.

Fonte: Pagina Poraqui, 2017. Disponível em: <<https://poraqui.news/gracas/parque-gracas-o-projeto-tintim-por-tintim/>>. Acessado em: 20 nov. 2017.

A área do projeto se estende entre as Pontes da Capunga, no bairro do Derby, e a Ponte da Torre, nas Graças, totalizando 900 metros. Segundo a arquiteta Marta Muñoz que trabalha no INCITI, a nova proposta foi desenvolvida no tempo recorde de três meses, para garantir os recursos já disponíveis para o projeto, tendo sido entregue a prefeitura da cidade em dezembro de 2015 e, durante o ano de 2016, passou por revisão e compatibilizações. As obras foram iniciadas em julho de 2017 e tem previsão de durarem 24 meses. A Via-Parque das Graças será a segunda etapa a ser executada do projeto Parque do Capibaribe; a primeira foi o Jardim do Baobá já em funcionamento.

A expectativa é que, após o projeto da Via-Parque das Graças ficar pronto, haja uma melhora na qualidade de vida da população local, haja uma redução da necessidade do uso do carro e que as pessoas caminhem mais e usem bicicletas e que usem mais o Rio Capibaribe, pois hoje em dia ele está bem esquecido. (Marta Muñoz, entrevista em 06/12/17).

O projeto do Parque do Capibaribe, e em especial a Via-Parque das Graças é um importante divisor de águas no processo de planejamento urbano da cidade do Recife, pois foi um projeto desenvolvido nas ruas junto com a participação dos moradores e não em gabinetes fechados. Abre-se mão de modelos urbanos pré-concebidos, alheios a realidades e problemas locais, para se alcançar uma visão de cidade democrática, sustentável.

3 | HENRI LEFEBVRE E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS

Quando se aborda a construção de espaços sociais em áreas urbanas Henri Lefebvre é um aporte teórico essencial. Com base nas teorias de Karl Max e com sua visão multidisciplinar de sociólogo, filósofo e urbanista, Lefebvre escreve uma série de seis livros sobre urbanismo cujo último e principal deles, de 1974, se intitula “A

produção do Espaço”. Sua produção bibliográfica decorre do acelerado processo de transformações urbanas que ele vivenciou na Paris dos anos de 1960 e 1970, que o levou a estudar as relações do urbanismo moderno com o sistema econômico e social pós-capitalista.

Ele observou que os processos de produção industrializado pautado na homogeneização e padronização dos produtos também estavam sendo aplicados na construção dos espaços urbanos. Com base em parâmetros de rigor técnico, econômicos e funcionais, as novas construções e a ampliação da malha urbana obedecem a modelos pré-concebidos de projetos alheios a dinâmicas e problemas locais. Outra problemática observada por Lefebvre é degradação e o desaparecimento da natureza dentro dos espaços urbanos em prol de uma visão mercantilista que planifica o espaço e converte a natureza em matéria prima.

Fonte e recurso, a natureza obseda, como a infância e a espontaneidade, através do filtro da memória. Quem não quer protegê-la, salvá-la? Reencontrar o autêntico? Quem quer destruí-la? Ninguém. Porém, tudo conspira para prejudicá-la. O espaço-natureza se distancia: horizonte afastado, para os que se voltam. Ele escapa ao pensamento. O que é a Natureza? Como reaprendê-la antes da intervenção, antes da presença dos homens e de seus instrumentos devastadores? A natureza, esse mito poderoso, se transforma em ficção, em utopia negativa: ela não é mais que a matéria-prima sobre a qual operam as forças produtivas de sociedades diversas para produzir seu espaço. Resistente, decerto, e infinita em profundidade, mas vencida, no curso da evacuação, da destruição... (LEFEBVRE, 2013, p.55, tradução nossa).

Lefebvre destaca que a consequência desse processo de urbanização normatizada, adaptado às prerrogativas da industrialização e do capitalismo, resulta na conversão do cotidiano da vida humana e das construções das cidades em questões meramente funcionais. Desse processo de mercantilização das cidades, há a redução dos elementos naturais e do significado social da cidade e uma desestruturação da morfológica do espaço urbano, o qual passa a ser impessoal e desprovido de simbolismo.

Para Henri Lefebvre, não é necessário um exame muito atento das cidades modernas, das periferias urbanas e das novas construções, para constatar que tudo se parece. (...) Esses espaços repetitivos resultam de gestos e atitudes também repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos, que podem ser vendidos ou comprados. Não há nenhuma diferença entre eles, a não ser a quantidade de dinheiro neles empregada. Reina a repetição e a quantificação. (SERPA, 2007; p.19).

Apesar de Lefebvre ter como objeto de estudo a Paris das décadas de 1960 e 1970 sua análise do contexto urbano pode ser perfeitamente empregada nas capitais brasileiras do início do século XXI, bem como ao bairro das Graças. É possível observar uma padronização nas tipologias arquitetônicas das edificações que foram construídas no bairro nas últimas décadas, cuja volumetria e gabarito se pautam no potencial construtivo do terreno sempre buscando sua máxima utilização. Estes edifícios cujos parâmetros técnicos e econômicos guiaram seu projeto, pouco se diferenciam dos

demais construídos na mesma época.

Já o projeto da nova Avenida Beira Rio ligando o pé da ponte da Capunga ao pé da ponte da Torre, comentado anteriormente, também favorecia a uma padronização do processo de urbanização, que no Brasil replica modelos norte americanos onde a máquina, no caso o carro, e o grande centro das atenções. O modelo de urbanismo empregado por Robert Moses na cidade de Nova York, entre as décadas de 1930 e 1950, infelizmente ainda vem sendo utilizado como referencia. É o caso do projeto viário em questão, o qual, relega para um segundo plano as questões ambientais e sociais na contramão do atual conceito de cidades sustentáveis.

Dentro de seus estudos, Lefebvre já fazia severas críticas ao urbanismo moderno e tecnocrata que cria espaços homogêneos, geometrizados, fragmentados, hierarquizados e impessoais. Ele defendia que o espaço é um produto social, e como tal, sua concepção e construção dentro de uma sociedade capitalista remete a lógica da dominação do estado sobre o indivíduo. Porém, Lefebvre não se limita a uma visão pessimista quanto ao futuro das cidades modernas. Ele preconiza que o “espaço abstrato” produzido pela padronização do urbanismo moderno será, pouco a pouco, substituído pelo “espaço diferencial” produzido a partir das particularidades das relações sociais sendo este, portanto, dotado de valor e significado.

Lefebvre também ressalta a importância da atmosfera lúdica, simbólica e subjetiva no processo de construção e percepção do espaço. Ele defende o direito da sociedade e do indivíduo interagir e modificar o espaço que o rodeio, o seu habitat, fazendo com que a paisagem a sua volta reflita seus traços culturais e sua relação com o meio ambiente. Desta forma, os espaços urbanos deixariam de ser tratados como produtos e se converteriam na materialização de diferentes relações sociais e culturais.

Ele também previu que pequenos grupos locais, como a associação de moradores das Graças, seriam os responsáveis por operar esta continua revolução na forma de ver e pensar o urbanismo ao reivindicar o direito a cidade e usar seus espaços públicos para expressar os valores e interesses da comunidade.

Habitar seria apropriar-se do espaço. Apropriar-se do espaço consiste em converter o espaço vivo em lugar, adapta-lo, usa-lo, transforma-lo e imprimir sobre ele a afetividade do usuário; prática criativa que afirma a ilimitada potencialidade humana ao reconhecer na obra criada, ortogonal ao espaço suas múltiplas dimensões perdidas: o subjetivo, o lúdico e o simbólico. Através do habitar se concederia ao ser e a sociedade o direito a cidade e o habitante romperia com o monólogo do urbanismo tecnocrático. (LEFEBVRE, 2013, p.45, tradução nossa).

A produção intelectual de Lefebvre e exemplo do projeto da Via-Parque das Graças demonstram que o planejamento urbano deve ser pensado e desenvolvido numa escala local para atender as demandas da comunidade e que a construção dos espaços sociais passa por um processo de apropriação por parte de grupos sociais. Atualmente, há trechos dentro da área do futuro Via-Parque das Graças que, apesar de serem públicos, não são usados pela comunidade, viraram depósito de lixo, estacionamento particular ou simplesmente estão abandonados. Só com o

envolvimento da comunidade é possível dar identidade ao território e transformar espaços públicos em locais de convívio sociais.

4 | GESTÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS

O conceito de espaço social, trazido pela sociologia, designa o campo da inter-relações sociais que se inscrevem num espaço físico, o qual resulta da sobreposição ao longo do tempo da expressão cultural de diversos grupos sociais. Já para Lefebre, o espaço social possui três vertentes: prática social (relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço); representação do espaço (construção do espaço com base em padrões, conhecimentos, signos, códigos); espaço de representação (excreção da vida social, da arte e da cultura).

Com base nos conceitos de espaço social trazidos pela sociologia e por Lefebre, pode-se concluir que nem todo espaço público é um espaço social. Um parque, por exemplo, só se torna um espaço social quando grupos de pessoas se reconhece nele e se apropriam dele para a manifestação de sua cultura, trazendo “vida” ao local. “O espaço social é o da sociedade. (...) Cada “sujeito” se situa em um espaço onde ele se reconhece ou então se perde, um espaço para desfrutar ou modificar.” (LEFEBVRE, 2013, p.94, tradução nossa) Um espaço social, portanto, reflete a identidade de um grupo social ou de grupos sociais que vão, conseqüentemente, valoriza-lo e preservá-lo.

Apropriação de um “lugar” (de uma paisagem) pela comunidade é fundamental para que este tenha identidade e valor. Sem essa apropriação, se tem construção e/ou elementos naturais desprovidos de relevância cultural e significado que, gradualmente, vão passando por um processo de abandono e degradação.

Só se pode valorizar o que se reconhece, todavia, o valor que se imputa corresponde necessariamente à importância que se dá. Para que haja esse processo de valorização de uma paisagem é necessário que seus usuários se reconheçam nela vejam a como a excreção de sua cultura e modo de vida. Ou seja: não existe valorização sem contexto. Tudo que vale, vale para alguém. (FERRÃO; BRAGA, 2015)

Ao se intervir em áreas urbanas tão, ou mais, importante que preceito técnicos é o conhecimento e o respeito à dimensão sociocultural. Há que se entender os anseios e as necessidades da população que será afetada pelas intervenções urbanas e envolver a comunidade no desenvolvimento e gestão desses projetos. Dessa forma, haverá um melhor aproveitamento dos recursos empregados: primeiramente por permitir resolver anseios e necessidades das comunidades e, em segundo, por reduzir os custos de manutenção dos espaços públicos pois estes terão sua preservação e gestão assegurada pelos próprios usuários.

A legislações vigentes já determina esse dialogo entre o poder público e a comunidade como meio para garantir a sustentabilidade no aproveitamento de recursos

culturais e naturais e no desenvolvimento urbano. Por exemplo, a Lei 9.433/1997, conhecida como a lei das águas, determina a gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos com a participação dos usuários e das comunidades. Já o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, estabelece em suas diretrizes gerais a sustentabilidade das cidades e sua gestão democrática por meio da participação popular na elaboração, execução e acompanhamento de projetos de desenvolvimento urbano.

A regionalização dos projetos urbanos e a participação popular é fundamental não só para a criação dos espaços sociais mais, também, para sua gestão e manutenção. Os atores públicos envolvidos no planejamento e desenvolvimento das cidades devem sempre buscar o diálogo com a população através de palestras, debates, workshopping, audiências e consultas públicas, entre outras ações. Foi justamente o que ocorreu no desenvolvimento do projeto Via-Parque das Graças o que, certamente, resultará no cuidado e respeito ao local do projeto por parte dos moradores do bairro e, conseqüentemente, sua preservação ao longo de várias gerações.

5 | CONCLUSÃO

Construir cidades e seus espaços sociais é mais do que determinar o traçado de vias, o parcelamento de lotes, a largura de calçadas e áreas não edificáveis. Também não se limita a parâmetros construtivos como gabarito, taxa de solo natural e coeficientes de utilização. Uma cidade é feita, principalmente, por pessoas e não apenas por ruas, praças e prédios. É o homem quem modifica o espaço que o rodeia, seu habitat, e imprime nele seus valores culturais. As relações sociais antecedem o tijolo e o asfalto no processo de construção da cidade e de seus espaços coletivos.

Por este viés, embasamentos técnicos e planos de visão mais global devem servir apenas como pontos de partida, como arcabouços, no processo de construção de espaços sociais. Uma vez que é necessário se aprofundar na escala local do planejamento urbano, buscar compreender os conflitos e as reais necessidades dos usuários do espaço. Também é importantíssimo o engajamento da população na concepção e implantação dos projetos urbanísticos e posteriormente na apropriação das áreas públicas tornando-as um local de interações social e de valor cultural, ou seja, um espaço social.

O projeto do Parque do Capibaribe é um exemplo desta nova forma de ver e planejar a cidade. Ele visa atender os anseios da população recifense por áreas verdes, espaços públicos para o lazer, soluções de mobilidade urbana sem o uso do carro e recuperação ambiental do mangue e do Rio Capibaribe. Porém, só através da reivindicação da população é que foi possível garantir sua implantação no Bairro das Graças. Sem a reivindicação popular os recursos se destinariam a construção de mais vias de carros.

Há várias áreas ao longo do Rio Capibaribe mais degradadas e mais carentes

de infraestrutura urbana do que o Bairro das Graças, porém nestas outras regiões não há um engajamento da população no sentido de cobrar do poder público mudanças. O projeto do Parque do Capibaribe, que pretende transformar Recife em uma cidade Parque já está no papel. Porém como torna-lo realidade? O que falta é vontade política? Se há recursos do PAC (programa de aceleração do crescimento do Governo Federal) para construção de viadutos, rodovias e asfalto porque não há recurso para construção de parques?

A associação “Amigos das Graças” e o projeto da Via-Parque é um exemplo a ser seguido dentro da Cidade do Recife e de outras capitais brasileiras. Ele comprova que para se construir espaços sociais, mais do que vontade política, é necessário envolvimento popular. Como já defendido por Lefebvre na década de 1970, a cidade não deve ser pensadas para as máquinas (o carro) mais para o homem; não deve ser planejada com rigor formal e visando apenas soluções técnicas, mais levar em conta questões culturais, sociais e simbólicas.

REFERÊNCIAS

DINIZ, Fabiano; ROCHA, Danielle; FERRAZ, Werther; ALENCAR, Anna Karina. *Na fonte das cidades, águas e as pessoas: a experiência do projeto Parque Capibaribe no bairro das Graças*. Recife.

FERRÃO, André Munhoz de Argollo; BRAGA, Lucia Mehry Martins. Gestão integrada das bacias hidrográficas: paisagem cultural e parques fluviais como instrumentos de desenvolvimento regional. *Revista Confins*, n. 23, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/10124?lang=pt>>. Acessado em: 20 ago. 2018.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MACHRY, Sabrina. *Grandes projetos urbanos no Recife – PE: novo recife e Parque Capibaribe*. Recife.

NOVA avenida Beira-Rio: dois retrocessos numa tacada só. Direitos Urbanos, Recife, 15 março 2014. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/03/15/nova-avenida-beira-rio-dois-retrocessos-numa-tacada-so/>> Acessado em: 20 nov. 2017.

PARQUE Capibaribe é apresentado como projeto de baixo impacto. *INCITE*, Recife, 19 abril 2017. Disponível em: <<http://novo.inciti.org/2017/04/19/parque-capibaribe-e-apresentado-como-projeto-de-baixo-impacto/>>. Acessado em: 20 ago. 2018.

PARQUE Graças: o projeto, tintim por tintim. Poraqui, Recife, 29 ago 2017. Disponível em: <<https://poraqui.news/gracas/parque-gracas-o-projeto-tintim-por-tintim/>>. Acessado em: 20 nov. 2017.

PROJETO de requalificação da Beira-Rio está perto de virar realidade. Jc online, Recife, 30 dez. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/12/30/projeto-de-requalificacao-da-beira-rio-esta-perto-de-virar-realidade-265207.php>>. Acessado em: 20 nov. 2017.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

UMA via-parque nas Graças. Jc online, Recife, 10 dez. 2016. Disponível em: 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2015/06/10/uma-via-parque-nas-gracas-185093.php>>. Acessado em: 20 nov. 2017.

DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS

Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em
Arquitetura

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Raquel Rodrigues Lima

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul, Arquitetura e Urbanismo

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

RESUMO: A cidade de Porto Alegre é uma das tantas cidades do Brasil que possui seu princípio morfológico peninsular. O desenvolvimento da cidade se passa em torno desse pequeno território urbano à beira do Rio Guaíba com a consequente criação e utilização dos portos e armazéns como áreas de trocas comerciais e de transportes. No decorrer dos anos a densificação dessa área, que hoje é denominada a área central da cidade de Porto Alegre, levou a pequena cidade ao crescimento e ao desenvolvimento urbano, o que propiciou fluidez de locomoção às suas demais áreas urbanas. Arruamentos, Planos de Melhoramentos e Planos Diretores consolidaram vias importantes do território – as chamadas Radiais e Perimetrais. Uma das principais Radiais, denominada Avenida João Pessoa, é objeto de estudo deste artigo no período de modernização, época em que a

verticalização era sinônimo de morar moderno (na década de 50) e a linguagem da Arquitetura Moderna Brasileira ganhou espaço na produção arquitetônica na cidade. A Avenida João Pessoa é uma das Radiais que adere à verticalização pela construção de edifícios de apartamentos, reconhecidamente próximos a equipamentos urbanos tais como escolas, campi universitários, parques e variados serviços. Diante do processo de modernização urbana, busca-se averiguar quais equipamentos urbanos surgiram frente aos novos modos de morar, de que forma a Radial se desenvolveu frente à implantação dos Planos Diretores e quais são os usos que a caracterizam como uma Avenida diversificada e provida de usos e serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Urbana; Arquitetura Moderna em Porto Alegre; Habitação Coletiva; Modos Modernos de Morar.

URBAN LANDSCAPE DEVELOPMENT: JOÃO PESSOA AVENUE RADIAL, PORTO ALEGRE – RS

ABSTRACT: Porto Alegre is one of the many cities in Brazil that has its peninsular morphological principle. The development of the city takes place around this small urban territory on the edge of the Guaíba River with the consequent creation and use of ports and

warehouses as areas of trade and transportation. Throughout the years the densification of this area, which is now called the central area of Porto Alegre, led the small city to growth and urban development, which provided fluidity of locomotion to its other urban areas. Roads, Improvement Plans and Master Plans have consolidated important areas of the territory - the so-called Radials and Perimeters. One of the main Radials, called João Pessoa Avenue, is the object of study of this article in the period of modernization, a time in which verticalization was a synonym of modern living (in the 1950s) and the language of Modern Brazilian Architecture gained space in architectural production in the city. João Pessoa Avenue is one of the Radials that adheres to the verticalization through the construction of apartment buildings, known to be close to urban equipment such as schools, universities, parks and various services. In the face of the process of urban modernization, it is sought to find out what urban facilities have arisen as a result of the new ways of living, in what way Radial developed considering the implantation of the Master Plans and what are the uses that characterize it as a diversified Avenue, with different uses and services.

KEYWORDS: Urban Landscape, Modern Architecture in Porto Alegre; Collective Living, Modern Ways of Living.

1 | O PORTO

A cidade de Porto Alegre, a exemplo de outras cidades do Brasil, teve seu princípio em uma península às margens de um rio. As águas do Rio Guaíba são as que banham as margens do território e, à exceção de algumas cidades, a intenção de ocupar a região era provisória: pela sua navegabilidade e localização estratégica aos interesses do Império, a cidade serviu de ancoradouro para casais que seriam posteriormente transportados às regiões para dentro da colônia. As noções de estado e país como temos hoje ainda estavam distantes de ocorrer visto que as intenções de território ainda eram muito instáveis pelos tratados de propriedade de terras disputadas entre Espanha e Portugal. Dessa forma, a península serve de território de passagem aos casais açorianos enviados pela Coroa Portuguesa para efetivar a ocupação das Missões Jesuíticas (os Sete Povos das Missões), localizadas no interior da colônia, como permuta com os espanhóis pela Colônia de Sacramento, pelo Tratado de Madri.

O Tratado de Madri seria uma tentativa de pôr um fim nas disputas territoriais entre Portugal e Espanha a respeito das terras da Colônia na América do Sul. Pela deficiência de defesa nas fronteiras coloniais, o Tratado de Madri não surte efeito e é anulado. Em 1772, vinte anos depois da chegada dos açorianos, a Coroa Portuguesa decide-se pelo assentamento oficial dos açorianos no local de espera e cria “Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus”, o que marca a fundação da cidade de Porto Alegre.

A forma de ocupação do território, segundo Luz (2000, p.38) foi feita no lado norte da península, que “explica-se pela necessidade de abrigo em relação ao vento sul - o

“minuano” -, pela necessidade de defesa, pela profundidade das águas - necessária para as atividades portuárias -, e pela proximidade do vale do Jacuí onde vinha se consolidando o processo de expansão da rede de povoações de portugueses”. A partir desse momento, a colônia portuguesa se fortalece na região e outras regiões são colonizadas até as terras de Rio Pardo. Dentro dos constantes conflitos entre espanhóis e portugueses, a perda da cidade de Rio Grande para os espanhóis, força o Governo da Província (1763) a se estabelecer a beira do Guaíba. Dessa forma, cria-se a cidade de Porto Alegre como capital, efetivamente, em 1773.

Pela facilidade fluvial, o Porto da cidade de Porto Alegre torna-se um ancoradouro de comércio e transporte. A cidade se desenvolve comercialmente, residencialmente e politicamente às margens do Rio. Os espaços da cidade se consolidam e se densificam.

Posteriormente, com a independência do Brasil, o Rio Grande do Sul reconhecido como província com administração autônoma. Uma das funções dos governadores nomeados pelo poder central para dirigir o estado era compor um relato de sua administração anualmente e apresentá-lo ao Conselho Geral e ao governador sucessor. Existia uma queixa generalizada a respeito da segurança pública no estado e as fortificações são tomadas de projeto para solucionar este problema, especialmente após a tomada pela cidade pelas tropas farrapas (Revolução Farroupilha 1835-1845).

“... a planta da cidade, levantada por Luiz Pereira Dias, em 1839, a mando do Conde de Caxias, a península foi cercada por uma muralha, o que se constituiu em caso raro, de uma cidade murada no Brasil... Pelos dados acima, percebe-se que as obras de defesa foram de importância fundamental para garantia de posse do território para a Coroa Portuguesa”. (Weimer, 1992, p.34)

As muralhadas da cidade densificaram ainda mais a península, por fora dela não havia a garantia de segurança pública. Dentro da cidade murada se desenvolve uma área urbana e externa às suas paredes, uma região majoritariamente rural.

Com o término da Revolução Farroupilha em 1845, a cidade adensada pelas antigas muralhas fortalece a ligação com as localidades vizinhas, consolidadas antes da fundação de Porto Alegre – Viamão e Gravataí. A partir disso, sendo Porto Alegre a região mais desenvolvida comercialmente, estabelece-se um processo de centralização urbana, posto que os caminhos às localidades fora da península deram origem às atuais avenidas Radiais, que constituem um leque cujo vértice é configurado pelo núcleo colonial. A península está definitivamente impedida de crescer territorialmente em função dos limites que o rio impõe aos seus 3 lados (Marques, 2017, p.82).

2 | PLANOS DE MELHORAMENTOS E PLANOS DIRETORES

Anterior aos primeiros Planos para cidade, ainda ao fim do século XVII, a cidade vivia do seu traçado urbano autorizado pela Câmara de Vereadores e dos aterros na margem norte do Rio. Em 1914 foi elaborado o Plano de Melhoramentos, de autoria do Arquiteto e Engenheiro João de Moreira Maciel. Foi o primeiro projeto com intenção

de ordenar a cidade e consistia basicamente em um plano viário e de saneamento que reforçava as avenidas estabelecidas, fazendo com que o comércio e o Porto se conectassem com as demais partes do território municipal da época, hoje denominado de região metropolitana de Porto Alegre.

José Montauray, Otávio Rocha e Alberto Bins administraram a cidade com uma certa continuidade por 40 anos. A visão positivista de proporcionar melhoramentos urbanos lançaram à cidade muitos empreendimentos importantes para saneamento, canalização de rios e pontes. O pensamento de embelezamento da cidade passa a surgir quando nessa época surgem legislação e taxação para imóveis em desacordo com as novas diretrizes de cidade. Nesse contexto, Alberto Bins, prefeito de Porto Alegre entre 1928 e 1937 deu avanço às reformas urbanas contratando Alfred Agache para um plano de embelezamento da cidade. A expectativa em torno do Plano de Agache contava com a fama que os franceses faziam por serem contratados em outras cidades da América do Sul. Contudo, pela sua rápida e ingênua visão sobre a cidade, de todo o seu plano, o que houve continuidade em estudos posteriores para a cidade foi o Parque Farroupilha.

O planejamento da cidade avança à medida que no início da década de 40, as atividades de planejamento urbano ampliam-se com a presença dos engenheiros Edvaldo Pereira Paiva e Ubatuba de Faria com a obra intitulada “Contribuição ao Estudo da Urbanização de Porto Alegre”, em 1943. Pela primeira vez aparecem os “Perímetros de Irradiação” que mais tarde são consolidados pelo Arnaldo Gladosh que traça a Primeira Perimetral de Porto Alegre – avenidas que cortam as consolidadas radiais, afim de resolver vazios urbanos e estreitar a mobilidade e desobstruir o centro como articulador das avenidas Radiais.

Paralelamente à essas mudanças, os ideais modernos de verticalização começam a surgir, especialmente na área central da cidade.

“Além das aberturas das avenidas, da eliminação de becos, embelezamento dos parques e praças, a cidade queria verticalizar-se. Paris ditava as regras. Tendo como exemplo o Rio de Janeiro e São Paulo, Porto Alegre desejava também transformar sua imagem - abrir avenidas e eliminar o seu casario de um ou dois pavimentos e colocar no seu lugar o edifício alto. Em 1926, o Decreto nº 53 já impunha para as novas construções na área central da cidade um mínimo de três pavimentos”. (Fiore, 2016, p.114)

Na década de 50, surgem iniciativas do poder público municipal para a modernização da cidade e a verticalização está no seu escopo. A cidade desejava arranha-céus em sua paisagem, à modelo do Rio de Janeiro e São Paulo. Isso causa um crescimento rápido e acelerado demais na cidade, por consequência surgem problemas funcionais de todo tipo na cidade. A prefeitura de Porto Alegre toma as providências de desenvolver o Primeiro Plano Diretor da cidade, em 1959. Uma iniciativa pioneira no Brasil.

O Plano Paiva consolidou as normas urbanísticas em um conjunto que, em 1959 constituiu a primeira lei a instituir planos diretores no município. Na época, o Artigo

19 delimitava a área de Porto Alegre sendo a 3ª Perimetral o limite da área urbana da cidade:

“Art. 19 - A área do Município de Porto Alegre, limitada pelo litoral do Rio Guaíba, Av. Sertório, rua Pereira Franco e seu prolongamento, rua Dom Pedro II, Av. Carlos Gomes e seu prolongamento, rua Salvador França, Av. Aparício Borges, Av. Teresópolis, Avenida projetada ao longo do Riacho Passo Fundo, Av. projetada ao longo do Riacho Cavalhada, Av. Icarai até o litoral, junto ao novo Hipódromo, fica dividida, de acordo com as plantas respectivas do Plano, em zonas, cujo uso, índices de aproveitamento, altura máxima dos prédios, e graus de ocupação dos lotes são definidos na presente Lei.” (Lei 2046/1959, Plano Diretor)

Posterior ao Plano Paiva, a cidade de Porto Alegre acolhe um número significativo de imigrantes da área rural do Rio Grande do Sul e isso agrava os problemas sociais urbanos. Há a necessidade de revisão do Plano Diretor, de forma que atenda as relações entre o ambiente natural e construído, e a necessidade de preservação da memória construída. A terceira geração de urbanistas atende às novas demandas com a revisão do Plano Diretor, acrescentando duas palavras ao título: Desenvolvimento Urbano.

O 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi consolidado em 1979 cria mecanismos de controle e preservação para um desenvolvimento urbano permanente. A cada vinte anos o PDDU passa por revisões e reformulações, sendo que a partir de 1999 (2º PDDUA), este ganha o enfoque ambiental e acrescenta a participação popular nas decisões da cidade – “Cidade Constituinte” ou atualmente entitulado de “Orçamento Participativo”.

3 | A RADIAL: AVENIDA JOÃO PESSOA

Segundo Franco (1988, p. 228), a avenida João Pessoa nasce como caminho entre a península primitiva e a cidade de Viamão, que outrora fora capital da província. Nessa época, era reconhecida como “Caminho da Azenha”, pois levava até a Ponte da Azenha e através dela se chegava a “Estrada do Mato Grosso”, caminho que conduzia até Viamão, hoje atual Avenida Bento Gonçalves.

O Parque Farroupilha (ou Parque da Redenção), que delimita um dos perímetros da Radial, era um campo banhado que ficava à beira do Portão da cidade primitiva e era reconhecido como Campo da Várzea. Com a urbanização do “Caminho da Azenha” (primeiro nome da Radial) iniciam-se as primeiras medidas de controle e melhoramentos do campo, quando em 1843 elabora-se uma planta da Várzea, a fim de regularizar o alinhamento do trecho da via que coincide com o campo. Tratando-se de um banhado, a via necessitava de melhoramentos quanto a saneamento e canalização de águas. Iniciam-se obras de arruamento e melhoramentos da rua devido a sua urbanização – iluminação, pavimentação.

Foi via que estreou o primeiro meio de transporte coletivo, a “maxambomba”. Por sua falta de compatibilidade com o trânsito de outros veículos da época, foi substituída

por bondes de tração animal, o que obrigou à adoção de mais melhoramentos. Em 1887, um relatório do Vereador Amaya de Gusmão descrevia no fim do seu mandado os melhoramentos da cidade de Porto Alegre aos seus sucessores e citava que

“a (estrada) que a dá terminação do Campo da Redenção conduz a ponte da Azenha sofreu radical e dispendioso conserto. Baixa e pantanosa, pelo derramamento das águas do Arroio da Azenha ao menor crescimento destas, hoje oferece seguro e enxuto trânsito pelo grande aterro que sofreu e extensas calhas que se construíram, restando terminar o aterro de um e outro lado das proximidades da ponte” (Franco, 1988, p. 230).

O Campo da Várzea evoluiu para “Campos da Redenção” em 1884. Isso também reflete no nome antigo da Radial que passa por Rua da Redenção e depois como Avenida da Redenção. Posteriormente, em 1930, ela se chama de fato “Avenida João Pessoa” em homenagem ao companheiro de chapa de Getúlio Vargas, na Aliança Liberal, assassinado em Recife durante a Revolução de 1930. A Avenida com o traçado como o conhecemos hoje, foi efetuado por Otávio Rocha, em 1925 e completado efetivamente pelo Prefeito Loureiro da Silva na década de 40.

Loureiro da Silva foi autor do Plano de Urbanização para Porto Alegre em 1943. Nessa década o gabarito da Avenida como temos hoje foi executado na ocasião. Concomitantemente, é executada a famosa ponte da João Pessoa, cartão postal da cidade hoje por abrigar uma linha de Palmeiras em seu leito. A tomada foi decisiva para resolver o problema de acessibilidade nas pontes já existentes para travessia do Arroio Dilúvio – Ponte da Azenha e Ponte da Santana. Também se registra a criação da Praça Piratini, ponto nodal importante da Avenida João Pessoa, na qual foi construída para abrigar o monumento a Bento Gonçalves, importante líder da Revolução Farroupilha: “Para isso tornou-se necessário aterrar uma grande zona e construir uma ponte monumental sobre o arroio Dilúvio. Assim obtivemos o desafogo das ruas Azenha e Santana, por onde se fazia o acesso ao bairro Partenon. No entroncamento da Avenida João Pessoa com a rua da Azenha, construímos uma praça e aí localizamos o monumento a Bento Gonçalves” (Silva, 1943, p. 38).

Hoje a Radial é caracterizada por uma verticalização que se acentua próximo ao Centro da Cidade e que se dissolve à medida que se afasta do mesmo. Ainda abriga em seu perímetro algumas edificações neo-coloniais, sobreviventes de um plano de modernização aliada à verticalização e substituição do colonial pelo moderno. A verticalização de fato ocorre tardiamente, visto que a área foi tardiamente valorizada apenas após o Centenário Farroupilha (1935). Nessa época, o Campo da Redenção é adaptado para abrigar a maior feira internacional agrícola e industrial que houve em Porto Alegre.



■ Edifícios de Apartamentos modernos identificados pela Pesquisa

Figura 1 - Edifícios de Apartamentos Modernos identificados pela pesquisa. Fonte: Autoras.

A feira efêmera fez com que a região dos pântanos e banhados fosse aterrada, drenada e nivelada, conseqüentemente urbanizada – plano esse que estava projetado desde o Plano de Melhoramentos de Alfred Agache. Anos após as demolições de seus pavilhões, o Campo ganhou o status de Parque. Assim, nasce o Parque Farroupilha e marca a região com o princípio de modernidade.

Atualmente consolidada como eixo de um polo estudantil, a avenida articula estudantes entre os maiores campi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo que a Radial oferece acesso ao Campus Centro, na extremidade em que se inicia a avenida, e o Campus Agronomia, o complexo de maior extensão implantado na Avenida Bento Gonçalves (antiga estrada do Mato Grosso).

Além de eixo universitário, caminho de acesso ao centro da cidade e também de entrada e saída da cidade, seus destinos sempre a tiveram como avenida de tráfego significativo. É uma das principais vias de articulação do transporte público de Porto Alegre em direção a Zona Sul e Leste da cidade, o que a faz ter em sua paisagem construções necessárias para o transporte público (faixas exclusivas de ônibus e suas paradas para os usuários) e de acessibilidade (pontes e viadutos).

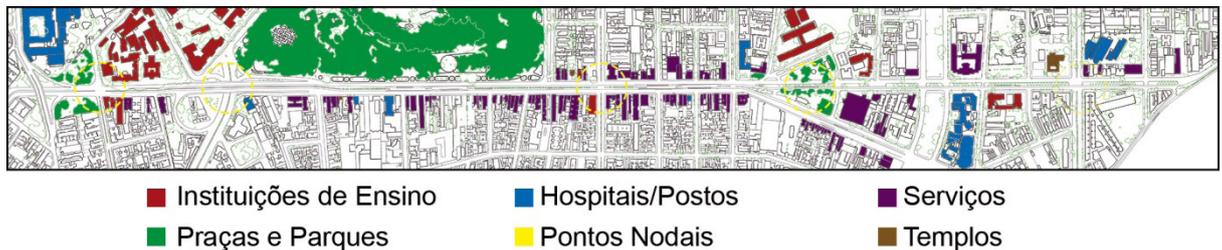


Figura 2 - Mapa de usos atuais ao longo da Radial João Pessoa. Fonte: Autoras.

Embora o perímetro da avenida arborizada com sua presença de parques e praças, o automóvel esteve sempre presente na paisagem. Com a popularização do carro, na década de 70 surgem os edifícios garagem ao longo da via e o primeiro shopping da cidade (e o terceiro do Brasil), que atualmente carrega o título da Avenida em seu nome. O equipamento é implantado em frente à Praça Piratini.

Um dos principais protagonistas do turismo e do uso do carro particular, o Touring do Brasil, possui sede na avenida João Pessoa. O Touring Club do Rio Grande do Sul foi criado em 1935 com o objetivo de atender os turistas do Centenário Farroupilha. Como cita Gastal,

“O Touring Club do RS foi criado em 1935, por Clio Fiori Druck, Jorge de Mello Feijó, Fernando de Abreu Pereira, Newton Netto, entre outros. A data marca não só a criação do Touring, mas, de fato, significa um marco importante para o até então incipiente Turismo do Rio Grande do Sul, pois iniciou um trabalho ordenado, que mobilizou a sociedade e o poder público para as possibilidades e os benefícios do Turismo.” (Gastal, 2008, p.37)

4 | PONTOS NODAIS

A Avenida João Pessoa transcorre da região Central de Porto Alegre até o início da zona leste da cidade, em direção à cidade de Viamão, região metropolitana da Capital. Atualmente é uma avenida reconhecida por servir como um centro comercial local, mesclado com o uso residencial verticalizado em diversas escalas, com algumas exceções de edificações térreas.

Em seus, aproximadamente, 3 km de extensão a avenida se conecta com transversais e algumas se destacam a ponto de identificá-las como pontos nodais. Segundo Lynch (1997, p.80), pontos nodais “são focos estratégicos nos quais o observador pode entrar; são tipicamente conexões de vias ou concentrações de alguma característica”. Ainda sob o mesmo tema, o autor defende que “a junção ou o local de interrupção do fluxo de trânsito tem uma enorme importância nas junções para o observador da cidade” o que torna a Radial João Pessoa como uma avenida com legibilidade. Além de ruas transversais, a rua dispõe de monumentos e praças, tendo como característica evidente a arborização ao longo do seu percurso – são quatro praças e um parque em toda sua extensão.

Existem atualmente oito pontos nodais, sendo em sua maioria, a relação com ruas transversais, nas mais diferentes escalas. Para objeto de análise, selecionamos dois pontos para destaque, pela sua legibilidade e relevância na paisagem da Radial: Avenida Ipiranga e Praça Piratini.

5 | PONTO NODAL: AVENIDA IPIRANGA



Figura 3 - Imagem comparativa do ponto nodal déc. 50 e 2018. Fonte: www.prati.com.br e Google Earth

A Avenida Ipiranga é um eixo viário, de escala monumental, em comparação com os gabaritos de ruas da cidade de Porto Alegre. É uma das vias integradoras entre Porto Alegre e a Região Metropolitana à leste da capital. Possui seu princípio entre a margem sul do Rio Guaíba e culmina na Avenida Bento Gonçalves, na sua extremidade mais próxima da zona leste da cidade de Porto Alegre com o limite da

região Metropolitana – a cidade de Viamão.

A Avenida Ipiranga foi construída como medida de saneamento para as constantes enchentes na região pelo Arroio Dilúvio, canalizado pela avenida. Antes da década de 50, o riacho passava por bairros Azenha, Santana e Cidade Baixa, tendo a Rua João Alfredo (bairro Cidade Baixa) como via construída à beira do rio. Na década de 50, áreas enxutas pelo desvio do leito do Arroio foram valorizadas, sendo as regiões que circundam a avenida João Pessoa uma delas.

No encontro da Avenida Ipiranga com a Radial encontra-se um dos cartões postais da cidade: o conjunto de Palmeiras da Califórnia sob o canteiro central da ponte que atravessa o Arroio Dilúvio. Em fotos década de 50 reconhece-se o edifício Hospital Ernesto Dorneles, equipamento urbano construído pela Associação dos Funcionários Públicos do RS. Segundo pesquisas das autoras em arquivo histórico, o terreno foi adquirido pela Associação em 1945, doação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fotos datadas em 1948 já demonstram as estruturas do hospital edificadas, um dos primeiros marcos de verticalização nessa região da Avenida João Pessoa. O equipamento foi inaugurado apenas em 1962.

Em esquina oposta ao Hospital, encontra-se o Palácio da Polícia de Porto Alegre, edifício em linguagem *Art Dèco* – acessos com colunas colossais, fachada principal simétrica voltada para Avenida João Pessoa e secundária para Avenida Ipiranga, com quadro pavimentos. A implantação se inspira na linguagem dos quartéis gerais, com a massa construída no perímetro do alinhamento predial e conformação de pátios internos. A época da construção coincide com a do Hospital Ernesto Dorneles.

Como um pórtico, os dois edifícios emolduram a paisagem da Radial, coroado pelo eixo de Palmeiras que iniciam no nó da Avenida Bento Gonçalves, extremidade da radial e se encerram no nó da Praça Piratini, próximo ponto nodal de análise. As outras esquinas opostas mantêm construções de uso residencial que perduram até o momento.

6 | PONTO NODAL: PRAÇA PIRATINI



Figura 4 - Imagem comparativa do ponto nodal déc. 50 e 2018. Fonte: www.prati.com.br e

Em pesquisas no Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre, no rol de arquivos do Colégio Júlio de Castilhos, foi encontrada uma implantação, com título no qual apenas se compreende “dos imóveis a serem desapropriados”. O documento registra uma série de desapropriações de terrenos a serem feitas na face oeste da já implantada Praça Piratini, com um traçado mais orgânico do que o atual, com a sua tripartição em três avenidas – Av. Piratini, Av. João Pessoa e Av. Azenha. O documento também exhibe o leito original do Arroio Dilúvio, que atravessava o atual terreno do Shopping João Pessoa e da escola. Ainda que não haja data, é presumível que a implantação seja do final da década de 40.

Intuitivamente guiados pelo eixo central de Palmeiras na avenida João Pessoa, a visão serial é marcada por um grande espaço aberto arborizado em ambos os lados. A Praça Piratini foi construída a fim de abrigar o monumento de um dos personagens mais importantes do tradicionalismo gaúcho: Bento Gonçalves. Bento foi um dos líderes da Revolução Farroupilha, evento que marcou a história da cidade com o Centenário Farroupilha em 1935 e transformou o Campo da Várzea no Parque da Redenção – Parque que compõe a paisagem urbana da Av. João Pessoa. Tal estátua equestre do líder revolucionário compõe o vértice da tríade das três Avenidas que compõe e delimitam a Praça Piratini. O monumento foi trazido para Praça em 1941, anos depois da sua inauguração dentro do Parque da Redenção.

Posteriormente, em 1953, é construído o colégio Júlio de Castilhos no perímetro oeste da praça. O edifício é de um projeto vencedor de um concurso público promovido pelo governo estadual, visando à construção de novo prédio da instituição de ensino anteriormente implantada no centro da cidade – no início da Radial, em moldes clássicos. O prédio possui cunho modernista, com fachada em grelha, em blocos de quatro pavimentos. Notadamente um equipamento público que surge frente à modernidade urbana da cidade.

Atualmente a Praça Piratini está levemente modificada em seu traçado original. O espaço urbano adere à verticalização e abriga um dos prédios de apartamentos modernos que tem sido objeto de estudo deste projeto de pesquisa – Edifício Mattos Vanique, do arquiteto Nilton Beduschi, em 1956 (Weimer, 1998).

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma perspectiva de leituras que sugerem relações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial, a Avenida João Pessoa e alguns de seus importantes pontos nodais apresentados neste artigo são ricos exemplos de paisagens no campo da identificação de valores históricos e arquitetônicos. Servem para ampliar os olhares sobre como se apresentam as cidades contemporâneas e nos remeter a

algumas reflexões, mesmo que ainda em consolidação.

Diante do processo de modernização urbana, muitos são os fatores que podem e devem ser estudados com cautela, tais como os equipamentos urbanos que surgiram frente aos novos modos de morar, o desenvolvimento da Radial frente a implantação de Planos Diretores e mesmo os diferentes usos e serviços que se fazem presente e ativos na Avenida.

O eixo Avenida João Pessoa é um dos eixos de Porto Alegre que adere à verticalização a partir dos anos de 1950. Especialmente pela construção de edifícios de apartamentos, reconhecidamente próximos a equipamentos urbanos tais como escolas, campi universitários, parques e variados serviços, sedimenta uma paisagem urbana de forte descontinuidade volumétrica e de alturas ao longo da Radial Avenida João Pessoa. A sobreposição de diferentes tempos na Radial nos instiga com muitas e diferentes indagações sobre um saber viver na modernidade, desde meados do século XX até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Soares de. **Porto Alegre em transformação**. In: HOLMER FIORE, Renato (Org.). **Modernização e Verticalização da Área Central de Porto Alegre**. 1. ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2016. cap. 1, p. 120. v. 1.

CABRAL, Gilberto Flores. **Desafiando os céus: Uma brevíssima reflexão explorando a verticalização como conceito arquitetônico e urbanístico**. In: HOLMER FIORE, Renato (Org.). **Modernização e Verticalização da Área Central de Porto Alegre**. 1. ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2016. cap. 1, p. 20-61. v. 1.

FIORE, Renato Holmer; MACHADO, Nara Helena Naumann. **Elementos da modernização urbana e arquitetônica no Centro de Porto Alegre na 1ª metade do século XX**. In: HOLMER FIORE, Renato (Org.). **Modernização e Verticalização da Área Central de Porto Alegre**. 1. ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2016. cap. 1, p. 99-119. v. 1.

GASTAL, Susana; CASTRO, Marta Nogueira de. **A construção do campo do turismo: o papel do Touring Club no Rio Grande Sul**. In: CÂNDIDO, Luciane Aparecida; ZOTTIS, Alexandra Marcella (Org.). **Turismo: múltiplas abordagens**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2008. p. 30-41. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/b40d5578-2787-431a-9473-2c8b30879f49/28268.pdf#page=30>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

LUZ, Maturino. **Porto Alegre, seus projetos e outras considerações**. ELARQA, Montevideo, n. 33, p. 38-49, fev. 2000.

MARQUES, José Carlos. **Arquitetura e Memória: a formação urbana da cidade de Porto Alegre, décadas 1940 a 1970**. In: RICARDO BREGATTO, Paulo et al. (Org.). **Arquitetura & Urbanismo: postura, tendências e reflexões**. 01. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2017. p. 75-84. v. 3.

MARQUES, Moacir Moojen. **Porto Alegre, seus projetos e outras considerações**. ELARQA, Montevideo, n. 33, p. 18-31, fev. 2000.

LUCCAS, Luis Henrique Haas. **Residência Casado d'Azevedo, Porto Alegre, 1950: a transmissão da linhagem corbusiana pela Escola Carioca**. 9º Seminário Docomomo Brasil, Brasília, jun. 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/009_PB_OR-ResidenciaCasadodAzevedo-ART_luis_luccas.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PORTO ALEGRE. Lei 2046 (1959). **Plano Diretor**, 1959.

SILVA, José Loureiro da. **Um plano de Urbanização (Colaboração técnica do Urbanista Edvaldo Pereira Paiva)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943. p. 38.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 2a ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1988.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre**. 1. ed. São Paulo: Pini, 1987.

MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO

Raquel Silva dos Santos

Universidade de Brasília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo¹.

Universidade de Brasília – UnB, Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte -
70842-970 – Brasília/DF
raquelsantosarqt@gmail.com

Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Universidade de Brasília. Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB, LabEUrbe – Laboratório dos Estudos da Urbe; Chefe do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – DTHAU.
Universidade de Brasília – UnB, Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte -
70842-970 – Brasília/DF
ana@unb.br

RESUMO: O presente artigo aborda as intervenções urbanas e como essas podem propiciar um melhoramento não apenas físico da paisagem edificada, mas estabelecer o fortalecimento de laços de reconhecimento e

vínculo com a cultura. A estética dos espaços edificados, apreendida pela percepção visual – inerentemente limitada – varia de acordo com fatores culturais e socioeconômicos. A legibilidade do espaço auxilia na apreensão e fruição deste, além de demonstrar a necessidade de análise contextual em seu sentido temporal e espacial, bem como sua relação com o sujeito. A intervenção, por sua capacidade de rebatimento no âmbito subjetivo, evidencia a necessidade de investir esforços na conservação de espaços de interesse histórico e patrimonial no âmbito objetivo – fora do sujeito – em seu sentido material. A disparidade observada na paisagem urbana, reproduzindo, entre outros aspectos, desigualdade socioeconômica e diversidade cultural, pode contribuir no estudo sobre apropriação de espaços ditos públicos (SERPA, 2007), sendo relevante para verificação do êxito de uma determinada intervenção, bem como para o estabelecimento de diretrizes para intervenções futuras. Sendo assim, o objetivo desta análise consiste em verificar aspectos estéticos que possam conduzir a dinâmicas de reconhecimento, interação e apropriação do espaço, revelando como a intervenção na paisagem urbana em seu aspecto sensível pode

1. Cabe ressaltar que o presente artigo constitui parte do desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG/FAU-UnB, vinculada ao Laboratório de Estudos da Urbe – LabEUrbe e intitulada “A plasticidade na interação entre sujeito e lugar”, cujo intuito é analisar a questão da apropriação de um sítio tombado por meio de seus intervenientes estéticos. A percepção do sujeito frente ao objeto merece destaque na dinâmica de fruição, sem a qual a apropriação e o reconhecimento não se efetivariam.

fomentar o contato interpessoal e a difusão e manifestação da cultura. Esta – por vezes abafada pela falta de elementos representativos, de espaços livres destinados a tais manifestações, ou pela monotonia de espaços que diluem a diversidade – encontra-se amiúde suprimida e entregue à degradação, perdendo espaço para a cultura da universalidade e globalização. De cunho qualitativo, a pesquisa pretende, por meio de revisão bibliográfica, evidenciar que o resgate à memória, à particularidade individual e à associação com a cultura – com enfoque visual – pode gerar resultados que transcendem o embelezamento da paisagem urbana. Destarte, caberá analisar se as tentativas reunidas neste artigo, de amenizar discrepâncias que fragmentam a cidade e valorizar a questão cultural, podem servir como aparato de avaliação da manutenção da condição vitalidade questionada por Jacobs (1961) em espaços públicos da cidade contemporânea. A procura por melhoria pode não ter como finalidade precípua a estética, mas esta pode ser a condição inicial para vitalidade, reconhecimento e redução da violência urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana, intervenção, estética, apropriação.

INTRODUÇÃO

Imagina-se, ordinariamente, que a estética seja uma condição de mera aparência, como se tal conceito, com forte viés filosófico, não representasse uma dimensão cultural, simbólica e representativa extremamente relevantes. Ao tratar a respeito, o que se passa no imaginário coletivo é a questão do belo, da superficialidade, da frivolidade. Algo tido como inútil, mas que, em contradição, é almejado. Isto ocorre porque, apesar de não ter finalidade específica, a estética, em sentido da percepção por meio da sensibilidade, acaba apreendendo o belo, em especial nas intervenções artísticas de dimensão visual. Tais intervenções manifestam aspectos culturais relevantes, a exemplo dos memoriais. Segundo Aranha e Pires (2008, p. 108), o indivíduo satisfaz a própria necessidade de contemplação por meio da apreciação da beleza, contrapondo, assim, o senso comum de consideração da estética como inútil.

Apesar de não ter uma função específica, as manifestações artísticas, em especial àquelas visuais, apreendidas na paisagem urbana e os demais fatores intervenientes da estética do espaço, não são despreziosos. Tais elementos expressam aspectos culturais e políticos que podem coadunar ou contestar as condições hegemônicas vigentes e são imbuídos de uma memória coletiva, mesmo que o referencial simbólico inerente aos objetos artísticos ou edifícios seja implícito ou desconhecido pela maioria. A beleza encontrada na paisagem edificada constitui-se não apenas do objeto em si, mas do receptor que a contempla, o que evidencia a necessidade de analisar a interação entre ambos, respaldando-se numa análise fenomenológica (Hegel, 1992, p. 102). As intervenções visuais sobre o espaço urbano, mesmo que tal dimensão não constitua a finalidade precípua da modificação, propiciam o sentimento de juízo estético.

Em sítios patrimoniais, a preocupação com a manutenção estética deve ser salientada, visto que a memória coletiva e a relação com a identidade e cultura local devem permanecer, evitando a supressão de elementos que lhes são próprios. A ausência de uma estética que abafe a necessidade de uma satisfação humana contemplativa (ARANHA E PIRES, 2008, p. 108), por questões de restrição de disponibilidade de recursos, por predomínio da técnica ou apenas em virtude da negligência de projetos executados por autoridades corrompidas pelo capital, além de evidenciar a crise pela qual a cultura nacional passa, pode gerar hostilidades comportamentais, ainda que não de maneira direta. Tal condição pode ser reforçada ao adicionar a esta ausência a descontinuidade visual da paisagem urbana, oriunda de diferentes ocupações culturais, bem como das desigualdades socioeconômicas, resultando num aspecto interrupto e desarmonioso da mesma.

Os valores propostos pelos elementos estéticos, evidenciados em obras de arte, ornamentos edilícios, ou na própria configuração espacial, esculpida por elementos edificadas e não edificadas, suscitam sensações e sentimentos que precisam ser considerados nas intervenções urbanas e políticas de ação social. O cunho cultural visual aparece como elemento de imponência, principalmente em regiões predominantemente católicas, nas quais a simbologia visual aparece como protagonista. Os elementos plásticos, ainda que não de maneira normativa, estimulam a percepção visual do receptor, tornando o espaço mais ou menos convidativo e passível de ser apropriado, facilitando ou dificultando dinâmicas de reconhecimento, necessárias para a legitimação e conservação dos mesmos. Estes, apesar de sua solidez arquitetônica, apresentam uma mutabilidade inerente à concepção do sujeito, com infindáveis possibilidades visuais, percepções e interpretações. Além disso, a abordagem de Hegel (1992, p. 102), que se vincula tanto com a consideração do sujeito quanto pela condição de realidade mutável, permite a análise da experiência sensível em uma aproximação diacrônica, considerando o espírito do tempo.

As características formais explicitadas em um conjunto de interesse patrimonial atribuem a este uma legibilidade e contextualização – tanto no que diz respeito à localidade, quanto ao espírito do tempo – que facilitam a leitura do espaço e a interação deste com seus receptores. A ruptura dessa inteligibilidade estética provoca, além da descontinuidade do tecido urbano, um hiato no caráter do julgamento, evidenciando a desigualdade social, e deixando explícita a conotação do feio relacionado ao assentamento de comunidades desprovidas de recursos financeiros, cujos espaços públicos, fora do alcance das especulações imobiliárias, amiúde encontram-se negligenciados. Os rebatimentos da evidente condição de caos da paisagem urbana podem provocar, em determinados grupos sociais, a sensação de não pertencimento aos espaços ditos públicos (Serpa, 2007, p.16), deflagrando comportamentos hostis nos receptores que fazem parte do local notado como feio, em contraposição ao belo percebido na cidade formal. Apesar de semear um debate que permite análises e abordagens bastante interessantes, a questão do comportamento não será explorada

no escopo do trabalho.

A questão a ser explicitada no presente texto concerne na relevância do caráter cognitivo da sensibilidade visual na inteligibilidade do espaço edificado que constitui a paisagem urbana e cultural, que transcende a questão material de ordem estética e permeia o imaginário coletivo. Nesse sentido, a observação e identificação dos elementos visuais que propiciam a permanência e contato interpessoal podem servir como estratégias a se aplicarem em contextos culturais semelhantes, adaptando-se à dimensão local e visual. Para tanto, torna-se indispensável eleger um estudo de caso que possa evidenciar a relação da estética com a manutenção da vitalidade do local em um sítio de interesse patrimonial, que revele a cultura do local.

Em decorrência da impossibilidade de selecionar inúmeros estudos de caso que possam evidenciar como uma intervenção urbana pode propiciar um melhoramento muito além do mero embelezamento, no sentido de tornar belo, reforçando a cultura, a identidade e a memória coletiva, foi selecionado um objeto de pesquisa que passou por uma intervenção recente e já apresenta novas propostas de requalificação: a Praça Cívica, em Goiânia. O local constitui marco inicial do centro urbano projetado pelo arquiteto Attilio Corrêa Lima, sendo de fundamental importância para o tecido urbano e para a linguagem cultural da cidade, manifestada em Art Déco.

Destarte, o estudo procura contribuir, ainda que rapidamente, para a seguinte questão: como as intervenções urbanas, ainda que a ordem estética não seja a finalidade precípua, podem propiciar um embelezamento que transcenda a dimensão tangível? Para tanto, a estratégia de estruturação do texto que se segue subdivide-se em duas partes: na primeira, a proposta consiste em fundamentar teoricamente as questões referentes à ordem estética e cultural. Ambas se complementam numa abordagem que vai além da questão meramente formal, sem a qual não parece possível a compreensão da vinculação entre os aspectos visuais materiais e seus rebatimentos intangíveis por meio da percepção visual, insuflada por intervenientes da cultura local e nacional. Na parte subsequente, pretende-se analisar a Praça Cívica de Goiânia, em que a intervenção, mesmo que aparentemente voltada para a melhora da percepção visual, pode gerar desdobramentos além da sensibilidade. A partir disto, será possível observar se os resultados validam ou refutam o intuito pretendido.

ACERCA DA PERCEPÇÃO VISUAL, DA ESTÉTICA E DA CULTURA

Partindo da proposta do colóquio, cujo objetivo é aprofundar as discussões acerca das diversas dimensões da ideia da paisagem cultural, abrangendo tanto a natureza conceitual, metodológica e projetual, quanto seus rebatimentos para as políticas de preservação, intervenção e gestão do patrimônio, cabe discorrer sobre como o entendimento da paisagem urbana em sua dimensão estética e cultural pode fornecer subsídios para intervenções em sítios urbanos de interesse patrimonial.

Ao intervir na paisagem cultural, as propostas – cujo rebatimento imediato se revela primeiro na dimensão visual para em seguida, reverberar em dimensões intangíveis inerentes à pluralidade subjetiva – atingem uma amplitude que superam a mera questão do embelezamento. Nesse sentido, o próprio patrimônio, em sua dimensão interdisciplinar, transcende a questão formal e material, lançando subsídios para o debate cultural, histórico e filosófico.

Ao intervir sobre uma paisagem, o melhoramento visual pode favorecer as condições de apropriação, reforçando a interação interpessoal e a relação de pertencimento. Tal interação entre sujeito e objeto – sendo o objeto o lugar de interesse patrimonial – ao propiciar a permanência, implica em condições de melhoramento da segurança e da questão do cuidado, podendo influir na prática preservacionista, visto que o uso, apesar de algumas vezes gerar degradação, contribui para sua perenidade. Para tratar a aparência e o que se deixa entrever por meio desta, em questão de cultura visual, simbologia e apropriação, torna-se imprescindível a consideração do sujeito em seu entendimento mais amplo – amiúde ignorado na realização de intervenções em espaços urbanos ou mesmo edificações, seja na concepção de novos projetos ou na manutenção e conservação de espaços edificados – e de sua escala, cuja percepção pelos sentidos é limitada. Dito isto, cabe ressaltar que o conceito de lugar se associa, aqui, à abordagem de Heidegger (1954, p.417) como espaço dado em função de determinada localidade, vinculada à cultura, recebendo seu ser em virtude da localização e não do espaço.

O lugar, apreendido pela percepção visual do sujeito, submete-se às diversas concepções e julgamentos de beleza. Tal condição fornece uma pluralidade inesgotável na interpretação e apropriação do lugar, atribuindo-lhe uma mutabilidade inerente à plasticidade. O termo plasticidade, segundo Malabou (2005 p. 107), designa a capacidade que alguns materiais, pessoas ou espaços de receber forma, como a argila ou o plástico; de dar forma, de um escultor ou cirurgião plástico; e de deflagrar ou explodir toda forma. Tal definição pode ser utilizada na análise do lugar, visto que carrega consigo a noção de mutabilidade inerente à plasticidade, que também pode ser entendida por sua dimensão estética oriunda das artes plásticas das Belas Artes. O aparente paradoxo entre a solidez do sítio urbano edificado e a sua suposta plasticidade deve-se ao fato da consideração do indivíduo em suas infindáveis possibilidades de leitura e apropriação do espaço, bem como da possibilidade de mudanças da aparência das superfícies rígidas a partir da luz e dos aspectos visuais.

A dimensão estética – e política – da arquitetura, amiúde analisada sob o viés de arte pública, conduz à uma aproximação filosófica, tornando imprescindível sua análise sob a ótica fenomenológica, sobretudo a partir de Husserl e Hegel, que tratam da estética tendo por base a noção de verdade, categoria vinculada à razão. Ao utilizar este conceito, torna-se inevitável lembrar das ficções explanadas por Eisenman (1984, *apud* NESBITT, 2006, p. 232-252) – representação, razão e história – na defesa de que a Arquitetura Moderna perpetua os princípios a que se dispôs romper. O arquiteto

afirma que quando a razão entra em crise, torna-se perceptível que os fundamentos da verdade eram, também, baseados em fé – respaldada na razão, ou no fato de que tudo poderia ser explicado por ela, contrapondo-se aos princípios do existencialismo explanados por Heidegger que, em sua obra “Ser e tempo” (2005, p. 87), declara que nem tudo pode ser explicado – expressando o espaço existencial, fenomenológico, e opondo-se ao espaço medido matematicamente. Apesar da interessante discussão que o assunto pode fomentar, as ficções sugeridas por Eisenman não serão abordadas no escopo do presente trabalho, podendo ser explorado em pesquisas ulteriores.

Para estudar a interação entre ser e objeto e como tal condição pode funcionar como potencial influenciadora da prática preservacionista de um sítio tombado, faz-se necessário recorrer a uma abordagem que transcenda aos limites circunscritos na prática arquitetônica. Nesse sentido, a aproximação filosófica com a fenomenologia fornece subsídios para a compreensão da apropriação de um determinado sítio, que é antes percebido, para então ser reconhecido e utilizado, ou apreciado. Partindo da abordagem de Husserl, pioneiro no método fenomenológico, cuja iniciação deu-se em virtude da questão do número, que não existe em si, como absoluto, mas representa um conceito usado para enumeração, referindo-se a um aspecto lógico e psicológico, inicia-se o estabelecimento de uma correlação com a experiência da consciência, diante da qual a realidade do espaço urbano representa signos cuja eficácia visual colabora na propagação da cultura.

Fundamentada na defesa de uma ciência baseada em experiências vividas, preocupada em esclarecer a essência e transcender os limites da materialidade por meio do fenômeno, sendo este tudo aquilo que se manifesta ao sujeito que o interroga, a análise estética que desvela a cultura local segue numa abordagem preocupada com os desdobramentos que a intervenção material pode fornecer nas interações ocorridas num determinado lugar. Assim como na fenomenologia, o objetivo da análise desloca-se da explicação do fenômeno para a descrição deste, na qual a condição de relação causal deixa de ser o escopo da reflexão, agora respaldada na busca pela essência por intermédio dos sentidos, numa dimensão mais subjetiva, no qual o fenômeno se doa como dotado de um sentido, não podendo ser reduzido a uma única dimensão, à medida que abrange a possibilidade de olhar as coisas como elas se manifestam.

A necessidade de apreender a essência do fenômeno estabelece uma interdependência entre a existência do sujeito e do mundo. O objeto de conhecimento não é a realidade em si, mas torna-se compreensível por meio do existir do observador, ou seja, a consciência se dá por meio da consciência de alguma coisa. O fenômeno dirige-se para uma consciência, explicitando o conceito da intencionalidade, cujo ato traduz-se em um comportamento dirigido. Nesse sentido, a realidade passa a depender do ser, da experiência da consciência. Pautada nessa lógica descritiva, em que a consciência é o que permite ver além da coisa em si, cabe permear o estudo por meio da abordagem de Hegel, cuja linha de pensamento é prosseguida por Heidegger, evidenciando o sujeito como protagonista na análise da realidade, bem como produto

de seu tempo.

A abordagem de Hegel segue na defesa do conhecimento adquirido pelos sentidos, considerado de baixa escala, até atingir o saber absoluto e universal. Hegel (1992, p. 32), por seu conceito idealista que integra a racionalidade objetiva e subjetiva, é utilizado como respaldo para a verificação da unidade do sujeito-objeto necessária para este estudo da paisagem urbana em seu âmbito estético e cultural, visto que o patrimônio se constitui a partir da atribuição de valores (Riegl, 2006 p. 385-391) e pelo estabelecimento de verdades. Ou seja, o belo aprendido na paisagem urbana, revelando signos imbuídos de simbolismo cultural, depende da percepção do sujeito e da atribuição de juízo deste, justificando a necessidade de aproximação entre filosofia e arquitetura, no entendimento e legibilidade da paisagem por meio de intervenientes estéticos.

Para facilitar a compreensão da abordagem Hegeliana, bem como evitar distorções na apropriação de seu pensamento, outros autores foram utilizados. Nesse sentido Palazzo (2009, p. 2-18), aparece como alternativa para evitar asserções levianas quanto à (in)determinação estética e histórica de Hegel. De acordo com o autor, existem muitas interpretações equivocadas a respeito do determinismo que o filósofo não promovia. Palazzo, além de propor desmistificar tal determinismo, questiona a verdade filosófica, tida como atemporal e aplicável a todas as situações, na qual Hegel reconhece os fatos num molde preestabelecido sob o aspecto filosófico, formando um sistema cronológico no qual o espírito está em progressão linear, livre de qualquer paradoxo.

A sugestão de que todas as consciências individuais seriam projeções de um espírito universal e a relevância do momento histórico conduzem para importância da análise espacial em consideração ao contexto temporal, que influencia nas preferências estéticas e modos de apropriação. Tal questão que pode ser aplicada em intervenções sobre o patrimônio, que deve considerar o espírito da época (*Zeitgeist*) levantado por Hegel, que também evoca a questão dos valores, essa tratada por Riegl (2006 p. 385-391), quando este afirma que a prática preservacionista é uma construção social assentada em valores que se modificam.

A apreensão estética da paisagem urbana cultural, ocorre especialmente por meio da contemplação. O termo “contemplação”, de acordo com a abordagem filosófica grega, encerra o entendimento da teoria, em oposição a práxis, ou ação. Contudo, ao observar a etimologia da palavra, de origem latina formada pelos termos *templum* (templo) e *cum*, tem-se a contemplação como a ação de observar, significando também o ato de examinar e considerar profunda e atentamente uma coisa, espiritual, visível e material. No sentido teológico, o termo contemplar consiste, segundo São Tomás (ALMEIDA, 2008. p. 60-62.) na aplicação voluntária do entendimento aos dogmas sobre a divindade com o desejo de gozar das grandes verdades nelas contidas.

O uso da palavra “contemplação” nas Sagradas Escrituras, não acontece de maneira explícita, no entanto, é descrita, podendo ser apreendida em algumas

passagens. Cumpre recordar que as primeiras referências a respeito da contemplação são anteriores ao cristianismo: Platão, Aristóteles e Plotino trataram do tema. Porém, no século V, a primazia da contemplação sobre a ação foi mais defendida, tendo como um dos seus principais expoentes o monge João de Cassiano. Apesar de tal abordagem, pretende-se focar na contemplação como ação, vinculada ao ato de observar, experimentar pela percepção visual.

A partir da contemplação e da legibilidade de elementos visuais, torna-se possível reconhecer uma paisagem, vinculando-a a uma localidade e cultura. Os elementos arquitetônicos e culturais manifestam-se explicitamente e, mesmo que se desconheça o significado de sua simbologia, torna-se possível a identificação de um determinado lugar em detrimento de outro. Os aspectos visuais e arquitetônicos viabilizam identificar se uma determinada imagem se refere à paisagem cultural de Londres, Pequim, Seattle, Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou Brasília, por exemplo. Evidentemente, tal asserção não se aplica a todos os lugares que compõem a paisagem urbana, visto que a homogeneização da globalização produz espaços cada vez mais estéreis e escassos de elementos regionais. De qualquer maneira, há aspectos visuais na paisagem que permitem a identificação do lugar ou de sua cultura.

Nesse sentido, apesar dos não-lugares, conceito explicitado por Augé (2005, p.165), ou de intervenções que apenas replicam estratégias de requalificação, como os casos de Baltimore, Porto Madero, Belém do Pará e outros, a percepção individual, imbuída por aspectos culturais, reconhece o objeto atribuindo-lhe valor e uma interpretação própria à percepção estética. O julgamento de beleza inerente a esta advém da ausência ou presença de prazer, cuja condição reside na subjetividade do sujeito. Sendo assim, a paisagem edificada, representação cultural em uma dimensão urbana, mesmo que despojada do conhecimento histórico e patrimonial que visa eternizar a essência do lugar, promove o amparo necessário à condição humana que anseia pela contemplação.

Em contraposição à ideia de amparo que a cultura proporciona, os intervenientes estéticos, dados por intervenções artísticas ou edificações, nem sempre promovem refúgio aos anseios que o ser procura. Em vez disso, amiúde proporcionam a noção de incômodo, seja por meio da expressão de contestação ou de consentimento em relação à hegemonia política vigente. Mesmo que ofereça uma sensação inoportuna, a relação de fruição torna-se inevitável frente ao objeto estético.

A ambivalência (materialidade e essência) inerente ao patrimônio, cuja interdisciplinaridade amplia o debate acerca das dinâmicas de legibilidade, apropriação e conservação, adicionada à subjetividade inerente ao juízo estético que conduz às dinâmicas de apropriação e reconhecimento dada pelos elementos visuais podem ser percebidos e interpretados de maneiras díspares, com apropriações esperadas (instruídas pelo projeto) e alternativas, variando de acordo com o contexto cultural e temporal. A peculiaridade da percepção do indivíduo, que interpreta o espaço a partir de elementos do contexto físico e da consciência – imbuída de subjetividade –

demonstra-se numa infindável lista de possibilidades, tornando necessário estabelecer um estudo de caso específico, para que as questões possam ser evidenciadas na prática.

ANÁLISE DE INTERVENÇÃO SOB UM VIÉS ESTÉTICO

As ações de intervenção em sítios urbanos tombados tornam necessária a consideração do sujeito, visto que este atribui valor e significância aos elementos constituintes do lugar. Além disso, o transeunte, ao perceber o espaço, estabelece uma relação com este, seja de reconhecimento ou renúncia, permanência ou evasão. A fruição entre sujeito e objeto é inevitável e deve ser considerada para que os projetos de intervenção em sítios urbanos de interesse patrimonial sejam mais adequados à cultura local. Ao ponderar sobre o sujeito, torna-se imprescindível elucubrar a questão do tempo, segundo o qual Hegel (apud Danto p.97) declara produzir o homem. O espaço é apreendido pelos sentidos, especialmente pela visão, por meio da qual ocorre a percepção imediata, constatando profundidades, luz, anteparos e intervenientes formais que o compõem. Dessa maneira, torna-se imprescindível analisar a preservação do patrimônio sob um viés estético, o qual esteve associado majoritariamente à arquitetura e aos bens móveis, a despeito da amplitude da dimensão urbana.

Há um padrão estético, mesmo que não normativo, que pode ser observado em intervenções no Brasil? Alguns estudos de caso poderiam ser explorados no sentido de contrapor-se à tal asserção, porém, em virtude de restrições operacionais e normativas deste trabalho, focar-se-á em um estudo de caso, a fim de explicitar que apesar de não haver um padrão normativo que regule estratégias de intervenção em sítios tombados, é possível observar ações que podem ser replicadas e adaptadas à dimensão local. É necessário salientar que as intervenções, mesmo que se proponham a promover transformações no âmbito visual, devem manter os aspectos visuais que caracterizam a arquitetura e a cultura de um lugar, viabilizando a permanência de sua essência a partir de aspectos que permitam seu reconhecimento.

O fenômeno da universalização (Frampton, 2008, p. 381-397) constitui-se numa espécie de destruição da cultura tradicional, evidenciando ameaça à cultura local, que deve ser evitada, a partir da manutenção e conservação de aspectos elementares da cultura, a despeito do consumismo, da especulação imobiliária e das intervenções voltadas ao mercado turístico. A cultura local, amiúde abafada pela cultura global e entregue à degradação e dissolução de elementos estéticos caracterizadores da localidade, pode trazer implicações com rebatimentos individuais, cuja dissolução do sujeito e supressão da individualidade podem causar consequências imensuráveis, no sentido de trazer prejuízos individuais com âmbito coletivo, em decorrência da acentuação do anonimato presente em locais onde o predomínio da cultura de massa suprime as peculiaridades parciais.

A fragmentação da paisagem urbana brasileira reflete, além da desigualdade

socioeconômica, a questão da diversidade cultural, curiosamente reunida por uma unidade linguística apesar da extensa dimensão territorial. No Brasil, tal característica é recorrente em diversas cidades, observando-se a disparidade da configuração espacial e edilícia equivalente às ocupações oriundas de culturas distintas: o bairro da Liberdade, em São Paulo, o bairro Jaó em Goiânia e tantos outros exemplos podem ser lembrados para validar tal asserção. Em virtude da proximidade e familiaridade com o local, foi escolhido a Praça cívica, marco inicial do tecido urbano da nova capital de Goiás, que se estabeleceu em 1933, na Era Vargas, período de afirmação da hegemonia política. A nova cidade planejada teve seu desenho partindo de uma centralidade (a Praça Cívica, que em seu núcleo possui o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual), para a qual confluem três avenidas principais (Goiás, Araguaia e Tocantins).

Com a expansão da malha urbana e a formação de novas centralidades, o centro histórico, apesar de sua importância e do fácil acesso do ponto de vista da mobilidade (local bem alimentado pelo transporte coletivo), foi adquirindo certa obsolescência do ponto de vista cultural. A paisagem Art Decó predominante do centro foi, aos poucos, suprimida pelos letreiros dos estabelecimentos comerciais, sufocando a legibilidade trazida pela linguagem arquitetônica. A praça, de certa maneira imune aos letreiros comerciais, tornou-se estacionamento no período diurno, conforme ilustrado na figura 1, e local para atividades ilícitas no período noturno e perdeu suas características de grande boulevard e centro de convivência, o que a tornou insegura, agrando a questão da dificuldade de apropriação. Diante de tal quadro, uma medida precisava ser tomada: a Praça precisava ser requalificada e o pedestre voltar a ser o protagonista, juntamente com os edifícios que imprimem a cultura da cidade.



Figuras 1: Praça Cívica como estacionamento. Fonte: F.T., 2012

Foi proposta uma intervenção de requalificação – conceito vinculado ao que,

segundo Solá-Morales (2001 p. 105-110) deve partir da análise da importância simbólica e arquitetônica do patrimônio cultural, contemplando apreciação da história, valor da memória e qualidade estético-arquitetônica – com o intuito de melhorar o aspecto visual da praça, tomada pelos automóveis, bem como valorizar a arquitetura local, representada pelo Art Déco. Além da retirada do estacionamento de veículos, evidenciando as perspectivas direcionadas aos edifícios, conforme explicitado nas figuras 2 e 3, foram feitos reparos no Monumento às Três Raças, no Obelisco e no piso. O projeto também previu a retirada do Palácio das Campinas, sede da prefeitura de Goiânia construída no final dos anos 1960, por destoar do conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1982.



Figuras 2 e 3: Proposta de intervenção da Praça Cívica. Fonte: F.T., 2012, à esquerda e à direita, respectivamente

O acervo arquitetônico de Goiânia é considerado um dos mais significativos do Brasil. No entanto, tal qualificação, a centralidade do local, a facilidade de acesso e mesmo a requalificação realizada não foram suficientes para que o espaço fosse efetivamente apropriado pela população. Porventura existe uma falha quanto à questão do reconhecimento e identidade? Tal fato poderia associar-se à questão da eficácia visual exposta por Huberman (2013 p. 85) em relação ao apreço da imagem numa cultura predominantemente católica, como não é o caso de Goiânia, de acordo com pesquisa da FGV feita com base nos microdados dos censos de 2000 e 2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, tal indagação, respaldada no princípio da fenomenologia, cujo cerne consiste na descrição em detrimento à explicação, merece um estudo mais aprofundado, com um período de observação maior.

A intervenção entregue à população em 2016, que buscou retomar o aspecto do projeto original concebido por Corrêa Lima, inspirado na teoria das cidades-jardim, do urbanista inglês Ebenezer Howard, não adotou a diversidade de usos que garantam a vitalidade urbana explorada por Jacobs (2011, p. 10). No entanto, a remoção do estacionamento constituiu, conforme explicitado na figura 4, além da retirada de

barreiras visuais que descaracterizavam o aspecto monumental da praça, a valorização do pedestre, amiúde esquecido em projetos que visam a monumentalidade. De maneira breve, foi possível observar que vários intervenientes, além dos aspectos visuais podem ser elencados nas dinâmicas que deflagram o uso e a permanência de um lugar, garantindo sua perenidade, bem como a propagação cultural explicitada na paisagem urbana de um sítio tombado.



Figura 4: Praça cívica após retirada do estacionamento. Fonte: Acervo pessoal, 2017

CONCLUSÃO

A partir da proposta de requalificação da Praça Cívica em Goiânia, percebe-se que a intervenção obteve êxito no sentido de melhorar a paisagem local, atribuindo-lhe inteligibilidade e retomando seu aspecto original. No entanto, tal medida não bastou para impulsionar as dinâmicas de apropriação e reconhecimento do lugar, necessárias para a conservação do patrimônio. A paisagem urbana obteve um ganho na cultura, visto que a proposta favoreceu a legibilidade do conjunto, reafirmando a linguagem arquitetônica que representa a cidade.

Apesar de reforçar a cultura e facilitar o método de leitura do conjunto, a verificação dos rebatimentos que a intervenção causou nas dinâmicas de interação entre sujeito e objeto continua dúbia. Por residir a filosofia no elemento da universalidade, que em si inclui o particular, a aparência de que é no fim e nos resultados que se expressa sua essência consumada (Hegel, 1992, p. 21), torna-se fundamental uma observação mais cautelosa das imagens que constituem o local e do que elas podem provocar no sujeito que as contempla, no espírito do tempo que o encobre.

A busca pela essência por intermédio dos sentidos produz uma pluralidade pautada na subjetividade do sujeito. Destarte, como produzir ciência, com resultados confiáveis a partir da noção de juízo, tomando o termo emprestado da filosofia de Kant, em que juízo é uma forma de conhecimento ao deparar-se com intervenções urbanas, que podem ou não produzir sensações? O melhoramento além da dimensão tangível

poderia ser observado a partir de dinâmicas de apropriação, o que não necessariamente conduz à permanência do local. O reconhecimento simbólico constitui uma abstração e se vincula com a identidade e sensação de pertencimento que o sujeito pode ter, apesar de não permanecer fisicamente ali. Tal condição, que remete à memória, dificilmente pode ser mensurada a fim de validar como uma melhoria estética produz desdobramentos além da dimensão sensível.

As indagações levantadas, compatíveis com a angústia que a própria fenomenologia tende a apresentar, visto que não dita soluções, mas indagações a respeito da realidade interpretada pelo ser, não podem ser exauridas num único estudo, tampouco por apenas um autor. Para tratar a aparência e o que se deixa entrever por meio desta, em questão de cultura visual, faz-se necessário permear por áreas circunscritas fora do perímetro do fazer arquitetônico, bem como debruçar por um período mais extenso sobre as questões que uma intervenção, mesmo que de cunho visual, pode desdobrar. De qualquer maneira, os estudos posteriores ao presente trabalho não pretendem nenhum tipo de rotulação ou categoria redutível, visto que seria um erro em potencial, uma vez que deixa escapar nuances de pensamento e métodos, além de impor certa rigidez epistemológica indesejável, incompatível com o contexto temporal de efemeridade e maleabilidade vivenciado.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. [Tradução coordenada e ver. Por Alfredo Bosi, com a colaboração de Maurice Cunio et al]. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ALMEIDA, Inácio. *A contemplação no ensino de São Tomás*. in: LUMEN VERITATIS. São Paulo: Associação Colégio Arautos do Evangelho, n. 5, out-dez 2008. p. 60-62.

ARANHA, M. Lúcia de Arruda; PIRES, M. Helena. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. Goiânia: Moderna, 2008.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. São Paulo: 90 Graus Editora, 2005.

DANTO, A. C. *Crítica de arte após o fim da arte*. [Tradução de M. Gally, Clarissa B. e L. Aguiar]. Viso: Cadernos de estética aplicada, Vol. VII, Nr. 14, pp. 82-97, Jul./Dez. 2013

EISENMAN, Peter. O fim do clássico, o fim do começo, o fim do fim. In: *Malhas, Escalas, Rastros e Dobras na Obra de Peter Eisenmann*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, pp. 27-36.1984.

F.T. – Fernando Teixeira, Arquitetos Associados; Goiânia, 2012. Disponível em: <<<https://fernandoteixeira.arq.br/inicio/escritorio/paisagismo/requalificacao-da-praca-pedro-ludovico-goiania-go/>>> Acesso em 26 ago 2018 às 3:25.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da Arquitetura Moderna*. [Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Júlio Fischer] 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. [Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback]. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEIDEGGER, M. *Construir, Habitar e Pensar*. [Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback]. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 1954.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

HUBERMAN, DIDI G. Diante da imagem. [Tradução Paulo Neves] – 1 ed. – São Paulo: Editora 34, 2013.

JACOBS, Jane Butzner. *Morte e vida nas grandes cidades*; [Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão.] – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011

MALABOU, Catherine. La plasticité au soir de l'écriture: dialectique, destruction, déconstruction. Paris: Éditions Léo Scheer, 2005. 124 p. (doravante: PASE).

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Arte e verdade na arquitetura: uma reflexão a partir da perspectiva preservacionista*. Brasília: Revista Estética e Semiótica, vol. 7, n. 2, 2017.

PALAZZO, Pedro Paulo. *Determinação histórica e estética em Hegel* - doi: 10.5102/univhum.v6i2.892. Universitas Humanas , v. 6, p. 1-18, 2009.

RIEGL, Aloïs. *O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.

NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica (1965-1995)*. Coleção Face Norte, volume 10. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SOLÁ-MORALES, Manuel de. *Ações Estratégicas de Reforço do Centro*. In: MEYER, Regina Maria Proserpi (Org.). Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Associação Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2001.

CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

Luciana Almeida Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia

Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia

RESUMO: O artigo é o resultado da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA no período de 2014 a 2016, cujo objetivo foi identificar os bens culturais do município de Iraquara - BA a partir da abordagem teórico-metodológica da Paisagem Cultural associada à Cartografia Social e às metodologias da pesquisa participativa. Buscou-se estabelecer o processo de (re) construção das memórias e vivências coletivas do grupo social formado pelos moradores locais organizados na Associação Iraquarense dos Condutores Turísticos. Ao atenderem o convite da pesquisa, o grupo social tornou-se o autor da Cartografia proposta. O município de Iraquara, localizado no Território de Identidade da Chapada Diamantina, Bahia, foi selecionado por apresentar uma diversidade de paisagens onde estão inseridas as dimensões naturais, materiais e imateriais da cultura, desde o registro arqueológico presente nos sítios de arte rupestre, na celebração dos Ternos de

Reis, na Estrada Real, testemunho do apogeu econômico da região à época do garimpo de diamantes e da relação simbólica do grupo pesquisado com os elementos da paisagem natural constituído por cavernas e pelas águas nelas existentes. As referências culturais indicadas pelo grupo foram representadas por meio de mapas temáticos consensuais aliando os conhecimentos tradicionais do grupo às técnicas do Sistema de Informação Geográfica Participativo (SIGP's). Os resultados obtidos permitiram a construção de um instrumento de planejamento territorial que evidenciou e legitimou o valor histórico, simbólico e dinâmico da paisagem cultural, a partir do olhar desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural, Cartografia Social; Mapeamento Participativo.

SOCIAL CARTOGRAPHY OF THE IRAQUARA MUNICIPALITY'S CULTURAL LANDSCAPE - BAHIA: SUPPORT FOR PARTICIPATORY TERRITORIAL PLANNING

ABSTRACT: This article is the result of research undertaken between 2014 and 2016 at the Post-graduate Programme in Territorial Planning of the State University of Feira de Santana, in Bahia. Its aim was to identify the cultural goods of the Iraquara municipality in Bahia, based on

the theoretical and methodological approach of Culture Landscape, associated with Social Cartography and participatory research methods. We sought to establish a process for the (re)construction of the collective memories and experiences of a social group formed of organized local residents from the Iraquarense Association of Tourist Operators. By accepting the research invitation, the social group became the author of the cartography. The municipality of Iraquara, located in the Identity Territory of the Chapada Diamantina in Baha, was selected because it contains a diversity of landscape that includes natural, material and immaterial cultural aspects, ranging from archaeological records in rock art sites, the Three Kings celebration and the Estrada Real, testament to the region's economic heyday, to the age of diamond panning and the group's symbolic relationship with natural landscape elements consisting of caves and the waters within them. The cultural references indicated by the group were represented through consensual thematic maps, allying the group's traditional knowledge with Participatory Geographic Information Systems (PGIS). The results enabled the construction of a territorial planning instrument that provided evidence of and legitimated the cultural landscape's historical, symbolic and dynamic value, based on the view of these subjects.

KEYWORDS: Cultural Landscape; Social Cartography; Participatory Mapping.

1 | INTRODUÇÃO

Iraquara, município localizado no Território de Identidade da Chapada Diamantina, na porção centro-norte do estado da Bahia, reúne um conjunto de bens culturais expressos nos sítios arqueológicos pré-coloniais e coloniais, nos costumes e tradições reveladas nas manifestações populares e na paisagem natural, formada por rios subterrâneos e cavernas, regionalmente chamadas de grutas, essas, responsáveis pela projeção do município no cenário do ecoturismo da Chapada Diamantina, sendo conhecida como a “Cidade das Grutas”.

O presente artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa intitulada “A Cartografia Social da Paisagem Cultural do Município de Iraquara - BA: subsídios para o Planejamento Territorial Participativo” realizada durante os anos de 2014 a 2016 e apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana- BA em parceria com a Associação Iraquarense dos Condutores Turísticos - AICTUR que assumiram o papel de sujeitos da pesquisa.

O objetivo principal foi sensibilizar os condutores a refletir sobre a paisagem cultural do município no intuito de identificar e cartografar as referências culturais mais expressivas para o grupo social, utilizando para esse fim a metodologia participativa para a produção de mapas temáticos que fossem capazes de expressar a relação de identidade e pertencimento do grupo com a paisagem cultural do município. Os condutores assumiram o papel de autores da cartografia social.

A AICTUR é composta por cinquenta e quatro membros, dezessete mulheres e

trinta e sete homens, com faixa etária de dezoito a sessenta anos. Esses condutores, em sua totalidade, são moradores do município e dividem suas atividades entre o turismo e a agricultura familiar, exceto dois membros da associação que também são professores da rede municipal de ensino. Todos os membros são descendentes diretos dos garimpeiros, tropeiros e comerciantes, primeiros ocupantes do território, que através da oralidade e manutenção das manifestações populares, mantiveram vivas as memórias do lugar, como guardiões do conhecimento histórico e cultural do município.

Os membros da AICTUR aceitaram o convite para participar da pesquisa como uma forma de compartilhar os conhecimentos sobre a natureza, os costumes e tradições passadas de geração a geração e que estão guardadas na memória coletiva do grupo. Os resultados obtidos permitiram a construção de um documento que evidenciou e legitimou o valor histórico, simbólico e dinâmico da paisagem cultural do município de Iraquara.

2 | A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA CULTURAL NA FORMAÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

Segundo Ribeiro (2007), os historiadores da geografia como Capel, (1981); Gomes-Mendoza, (1982) e Gomes (1996) atribuem à escola alemã do final do século XIX e início do século XX o surgimento das primeiras noções de Geografia Cultural como uma subárea da Geografia.

De acordo com Rosendahl e Corrêa (1999), esse debate pretendia discutir a natureza da Geografia e de sua identidade frente às demais ciências no âmbito da diferença entre positivismo e historicismo. Entretanto, ainda permanecia a dicotomia entre as noções de paisagem natural (*Naturlandschaft*) e paisagem cultural (*Kulturlandschaft*), como objetos ou coisas distintas e dissociadas, sob forte influência das ciências naturais (TRICART, 1982).

O termo *Kulturlandschaft*, segundo Schick (1982), foi criado pelo alemão Otto Schlüter, no início do século XX para designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem - paisagem cultural, em oposição a *Naturlandschaft*, da qual a ação do homem não se fazia presente - paisagem natural.

Coube a Carl Sauer a proposta de superação dessas noções dicotômicas em seu trabalho intitulado “*The morphology of landscape*” publicado em 1925 (SCIFONI, 2016). Segundo a autora, Sauer afirmava que a paisagem cultural e a paisagem natural não eram dois objetos distintos, mas duas partes de um objeto que é único, a paisagem. A partir de Carl Sauer a paisagem cultural assumiu a função integradora entre os fatos da cultura humana e as formas de uso do substrato natural. Ribeiro (2007) acrescenta que se deve a Carl Sauer e a Escola de Berkeley, o movimento de renovação da geografia cultural incluindo na agenda de pesquisa os aspectos

intangíveis e subjetivos da paisagem.

O período pós II Guerra Mundial marcou o declínio dos estudos da geografia cultural frente à geografia física e seus modelos matemáticos, mas a partir da década de 1970, no contexto do nascimento incipiente da globalização econômica, esse conceito ressurgiu como um contraponto ao processo de ‘uniformização do mundo’ salientada por Claval (2007). Essa ideia de uniformização do mundo se dá através da homogeneização das técnicas e da vida social decorrentes da hegemonia do capital cuja tendência é a padronização dos lugares. Entretanto, “os lugares não possuem somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica, ao contrário, estão carregados de sentidos para aqueles que o habitam e frequentam”. (CLAVAL, 2007, p.55). Os resultados da ação humana promovem uma diversidade de paisagens que diferem de lugar para lugar. Claval (2007) ressalta que essas diferenças são efetivamente de natureza cultural, constituindo-se em paisagens culturais.

Nesse novo contexto a geografia cultural revisou as bases conceituais e ampliou sua abordagem, incluindo, além dos estudos sobre a dimensão material da cultura, presente na fase inicial da geografia cultural (1890-1940), os estudos sobre a dimensão imaterial da cultura passando a abarcar entre os seus temas “a religião e o significado das manifestações culturais”. (CORRÊA E ROSENDAHL, 1999, p. 8).

A dimensão imaterial da cultura está presente nas crenças e tradições e nos sentidos identitários que uma determinada sociedade tem de si mesma e que a une pelas manifestações culturais que resistem ao tempo e à hegemonia globalizadora.

As memórias coletivas passadas de geração a geração, através da oralidade, exercem um papel primordial na leitura da paisagem cultural. Nos estudos culturais, a história está presente na memória de um passado estabelecendo um elo entre o presente e o futuro (COSGROVE, 1999).

Dessa interação homem-natureza acrescenta-se a memória, como tratado por Cosgrove (1998) e dar-se ainda a paisagem um sentido de temporalidade, e por assim dizer dinamicidade, perceptível em suas múltiplas materialidades:

A paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 32).

Ribeiro (2007) afirma ainda que apesar da abordagem cultural ser pouco explorada pelos geógrafos, a relação entre paisagem e patrimônio cultural deve muito aos conceitos formulados no âmbito da geografia cultural.

Dessa forma, as contribuições da geografia cultural ao estabelecer o conceito de paisagem cultural, integradora da relação homem-natureza que se transforma a partir das dinâmicas espaciais e das temporalidades, coadunaram com as estratégias dos organismos internacionais, que valorizaram a abordagem da paisagem cultural na identificação e preservação do patrimônio cultural dos povos (RIBEIRO, 2007).

Sensível a essa realidade, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura - UNESCO na Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural em 1992, elegeu a paisagem cultural como uma nova categoria de bens a serem inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, conforme salienta Figueredo (2014) e Scifoni (2016).

O conceito de paisagem cultural elaborado pelo Comitê de Patrimônio Mundial destaca a relação entre a cultura e o meio natural, entre as pessoas e seu ambiente. De acordo com Fowler (2003), essa concepção compreende também os sentidos de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar.

Posteriormente, salienta Ribeiro (2007), a Convenção Européia da Paisagem assinada na Itália, em 2000, ampliou a concepção de paisagem cultural ao afirmar que é um patrimônio comum e por esse motivo deve ser um recurso partilhado de forma responsável a fim de preservá-la a partir do desenvolvimento sustentável.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ao adotar o conceito de Paisagem Cultural, proporcionou um avanço significativo para o entendimento do conjunto de bens que constituem o Patrimônio Cultural, pois superou o tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, material e imaterial, entendendo-os como um único, um todo vivo e dinâmico em estreita interdependência com as materialidades produzidas e as dinâmicas da natureza. (SCIFONI, 2016).

Nesse contexto, o IPHAN elaborou em 2009, a regulamentação da Chancela da Paisagem Cultural estabelecida pela Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Esse documento visou promover a preservação ampla e territorial de porções singulares do Brasil. A portaria definiu a paisagem cultural brasileira como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. (BRASIL, 2009, p. 13).

A chancela, “é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente”. (BRASIL, 2009, p. 18).

Diante do exposto, esse artigo apresenta, na prática, o esforço do reconhecimento de um grupo social formado por condutores turísticos do município de Iraquara sobre sua paisagem cultural frente às transformações impostas pelos grupos hegemônicos em contrapartida ao sentimento de preservação do patrimônio cultural.

3 | PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa bibliográfica e documental; a escolha de um grupo social representativo no município; execução de oficinas participativas; caminhadas guiadas; aplicação de questionários e entrevistas. Cada uma dessas etapas teve como resultados produtos audiovisuais que formaram

a cartografia social da paisagem cultural do município de Iraquara - BA.

A Cartografia Social, segundo Gorayeb e Meireles (2014) constitui-se um ramo da ciência cartográfica que trabalha de forma crítica e participativa o território a partir dos vínculos ancestrais e simbólicos. Os autores da Cartografia Social representam suas referências culturais, vivências, simbolismos, crenças e valores por meio dos mapas participativos, pois são esses mesmos elementos e agentes sociais que constroem as paisagens culturais a partir da interação homem e natureza.

Foram realizadas 07 oficinas no período de 18/11/2015 a 20/01/2016. As oficinas participativas foram planejadas de modo a incentivar o grupo social a resgatar a memória coletiva sobre os processos históricos e sociais de formação do município. Nessas oficinas foram utilizadas ferramentas participativas como a construção da linha do tempo, o inventário para a identificação das referências culturais, a construção de quadros avaliativos com os principais problemas, conflitos e as possíveis soluções para o reconhecimento e proteção do que o grupo social identificou como o seu patrimônio cultural. (Figura 1).

Tendo por base cartográfica uma imagem de satélite LANDSAT 8 com os limites do município, os condutores turísticos reconheceram o seu território e construíram uma chave de interpretação que facilitou o entendimento da cartografia digital e a representação dos elementos físicos e culturais na paisagem.



Figura 1 - Mapeamento Participativo em Iraquara, Bahia realizado com condutores turísticos da AICTUR.

As caminhadas guiadas também foram uma estratégia de participação que envolveu o grupo na identificação e registro dos bens culturais. Nessa etapa buscou-se perceber a relação simbólica dos condutores turísticos com os bens culturais, e a percepção dos mesmos da paisagem. Nessas caminhadas foram valorizadas as trocas de saberes, pois os conhecimentos tradicionais foram associados ao conhecimento

científico com uso de técnicas para a identificação, georeferenciamento, documentação e registro das referências culturais. Esse conjunto de ferramentas somadas contribuíram para a construção do inventário geral apresentados na cartografia social.

Além do aspecto prático, as caminhadas guiadas tiveram também um caráter subjetivo. As conversas em espaços não formais tenderam a estreitar os laços de confiança entre as partes que compartilharam informações sobre a natureza, os lugares, as pessoas, os costumes, os sentimentos e as relações do grupo com as suas referências culturais.

Essa relação pôde ser percebida nos Ternos de Reis onde alguns elementos do grupo participavam em suas localidades. A maioria dos grupos de reisado é formada por agricultores familiares que mantêm a tradição de representar a chegada dos Reis Magos para saudar o nascimento do menino Jesus. Os festejos iniciam-se no dia primeiro de dezembro e terminam em seis de janeiro. Segundo o grupo essa tradição está ameaçada, pois os mais jovens não se sentem motivados a participar, além das dificuldades financeiras que enfrentam para manterem a festa. (Figura 2).



Figura 2 - Terno de Reis do povoado do Pau D'Alho

As narrativas do grupo em relação aos bens culturais estavam imbuídas de informações históricas, “causos” contados pelos mais velhos, lendas e mitos sobre as cavernas, o que demonstrava os laços de identidade e o sentimento de pertencimento com as paisagens culturais e a certeza de que essas narrativas se mantinham vivas e divulgadas para as novas gerações.

3.1 O mapeamento Participativo

O mapeamento participativo pode ser entendido como uma técnica de espacializar o conhecimento considerando as categorias e classificações locais, os modos de vida e de usos dos recursos naturais pelo grupo social envolvido tendo como princípio a

interlocução cultural e científica. (CARDOSO E GUIMARÃES, 2012).

Dessa forma, o mapeamento participativo apresentado foi delineado com o intuito de espacializar as informações elencadas pelo grupo nas oficinas participativas, nas entrevistas e nas caminhadas guiadas referentes aos conhecimentos sobre a paisagem cultural, o meio físico, a localização dos bens culturais e às memórias dos lugares. O desafio consistiu em aliar o conhecimento do grupo às técnicas de representação espacial capazes de atender às expectativas da pesquisa e do grupo social.

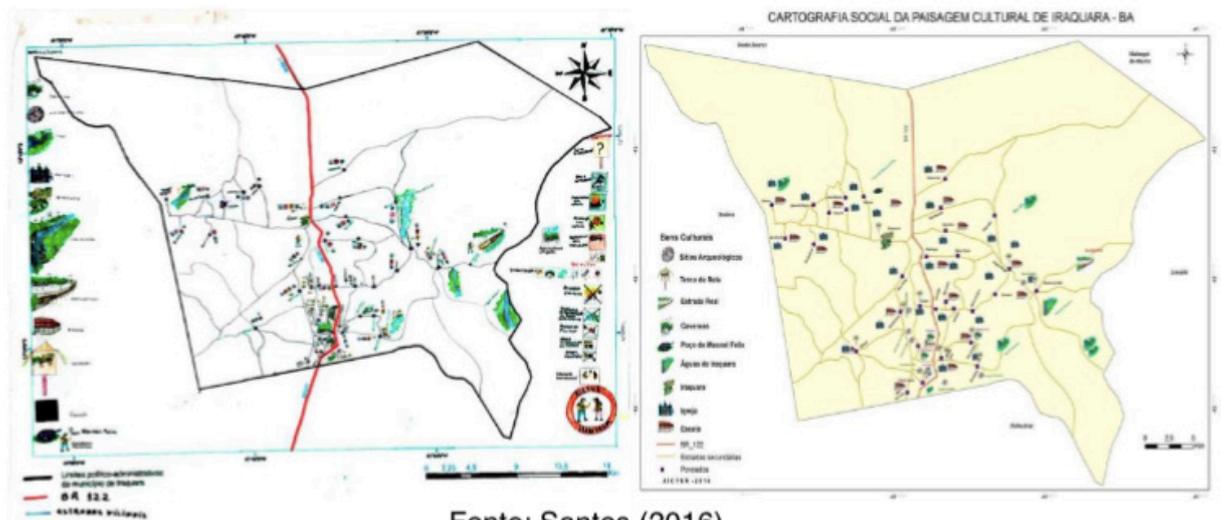
Os produtos cartográficos e audiovisuais elaborados pelo grupo social foram representados graficamente nas legendas dos mapas, sendo posteriormente processados, modelados e convertidos em base digital. Os bens culturais inventariados foram transformados em atributos para compor o banco de dados georeferenciados em ambiente SIG. (Figura 3)



Figura 3 - Legenda elaborada pelo grupo social

Fonte: Santos (2016).

Dessa forma o uso do Sistema de Informações Cartográficas (SIG) disponíveis nos bancos de dados cartográficos do IBGE (2010) serviu de base para o desenvolvimento de uma interface gráfica composta pelas referências culturais, sua localização, vias de acesso, elementos relevantes da paisagem como rios, cachoeiras, pontos de referências geográficas, como escolas e igrejas, carregados de significados simbólicos e identitários, expressos nos mapas, resultando num SIG Participativo (SIGP) (Figura 4).



Fonte: Santos (2016).

Figura 4 - Mapas analógico e digital da Paisagem Cultural do Município de Iraquara - BA.

O SIGP deu origem a seis mapas temáticos auxiliados pelo software livre *Google Earth Pro*, o que tornou mais fácil a interpretação da imagem de satélite por permitir a interatividade com o usuário, principalmente na localização dos alvos com maior precisão e detalhamento graças à possibilidade de manipulação da escala cartográfica no software.

4 | A CARTOGRAFIA SOCIAL: UM EXERCÍCIO DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

A proposta de construção de uma cartografia social na qual os autores seriam o próprio grupo social foi o fator motivacional para os mesmos, pois a maioria expressou o desejo de aprender a mapear elementos que estão além da localização de fenômenos físicos. A produção dos mapas participativos foi compreendida como a possibilidade de identificar sentimentos, problemas, conflitos, soluções e oportunidades de reflexão sobre o papel que os condutores turísticos desempenhavam no município.

O inventário geral das referências culturais elencados pelo grupo social identificou quarenta e quatro bens culturais distribuídos entre patrimônio natural, patrimônio material e patrimônio imaterial. Essas referências culturais expressaram o grau de diversificação e a potencialidade cultural do município. Dentre eles, destacaram-se as grutas e cavernas, as águas, as preparações culinárias, o artesanato, as benzedeadas, as festas populares e religiosas, os raizeiros, as parteiras, os povoados históricos, os monumentos naturais e os sítios arqueológicos de pinturas rupestres compondo um acervo culturalmente rico e diversificado da paisagem do município.

Devido ao curto espaço de tempo disponível para a cartografia, foi realizado com o grupo a eleição dos bens mais significativos, a fim de definir as principais referências culturais que constituiriam o primeiro volume da série temática Paisagem Cultural do Município de Iraquara.

Das quarenta e quatro referências culturais apontadas no inventário, cinco foram

consideradas como as mais significativas para o grupo: as grutas e cavernas, as águas de Iraquara, os sítios arqueológicos de pinturas rupestres; a estrada real e os ternos de reis, respectivamente.

As grutas e cavernas foram consideradas pela totalidade do grupo como a principal referência cultural do município, pois nelas estavam guardadas as memórias de suas infâncias que incluíam a curiosidade e o medo do desconhecido, e hoje representavam uma fonte de renda para suas famílias, por meio do turismo, e por sua importância precisavam ser cuidadas como um patrimônio.

As águas de Iraquara, recurso natural muito raro, cuja escassez os ensinou a valorizar e cuidar como algo sagrado.

Os sítios arqueológicos de pinturas rupestres foram identificados pelo grupo como “pinturas de índio”, para eles, as pinturas rupestres representavam a memória dos seus ancestrais e o testemunho da sua passagem por aqueles locais, por isso precisavam ser preservadas.

A estrada real rememorava os tempos dos diamantes, pois essa ligava as principais lavras e ainda hoje é utilizada pela comunidade como via de acesso aos povoados, hoje reconhecidos como comunidades remanescentes quilombolas.

Os ternos de reis que demonstram, em sua simplicidade, o sentimento de fé, gratidão e reverência do homem da “roça” ao menino Jesus, expressada através de cantos, ladainhas e preces, mas que hoje não despertam o interesse dos mais jovens para dar continuidade a essa tradição.

O grupo sugeriu que as demais referências culturais elencadas também fossem igualmente mapeadas no futuro dando continuidade a esses estudos culturais.

4.1 Problemas, conflitos, soluções e oportunidades identificadas pelo grupo social

A identificação das referências culturais suscitou no grupo a reflexão sobre os problemas e conflitos referentes a cada um desses bens e concluíram que a atuação do poder público, das instituições e da sociedade civil organizada para a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural ocorriam de forma ineficiente e desarticulada.

Cada problema elencado refletiu o grau de informação e maturidade do grupo para identificar as relações entre os agentes sociais públicos e privados e como as ações e/ou omissões desses agentes se refletem na paisagem cultural.

O principal problema identificado foi a inexpressiva atuação do poder público local no planejamento territorial e no apoio às instituições e grupos sociais que, por iniciativa própria, desempenham a tarefa de zelar pelos bens culturais do município.

A ausência de políticas públicas municipais em consonância com as esferas estaduais e federais para ações de Educação Patrimonial foi o segundo problema apontado. Essa ausência promove os demais problemas observados, especialmente nos sítios arqueológicos, como as pichações e queimadas.

O destino inadequado do lixo também foi apresentado pelo grupo como um grave problema. A realidade observada foi o descarte dos resíduos nas dolinas, próximas a entrada de cavernas, ao longo das estradas vicinais e no entorno dos mananciais, configurando-se num importante problema ambiental e de saúde pública o que evidencia a necessidade da promoção de um amplo debate com a sociedade local a fim de desenvolver uma política de planejamento territorial participativo e sustentável que alcance as dimensões socioambientais e culturais tendo como meta a formulação de políticas públicas socioeducativas que contemplem o patrimônio cultural.

A assistência técnica aos pequenos produtores da zona rural foi apontado pelo grupo como uma necessidade imediata para a orientação ao uso indiscriminado de agrotóxicos, no descarte das embalagens e nos cuidados com o solo, assim como um controle efetivo na abertura indiscriminada de poços artesianos como medidas indispensáveis para a sustentabilidade.

Os mapas participativos, somados aos depoimentos, entrevistas, registros fotográficos e inventário dos bens culturais compôs a cartografia social da paisagem cultural do município de Iraquara, como mostra a figura 5.

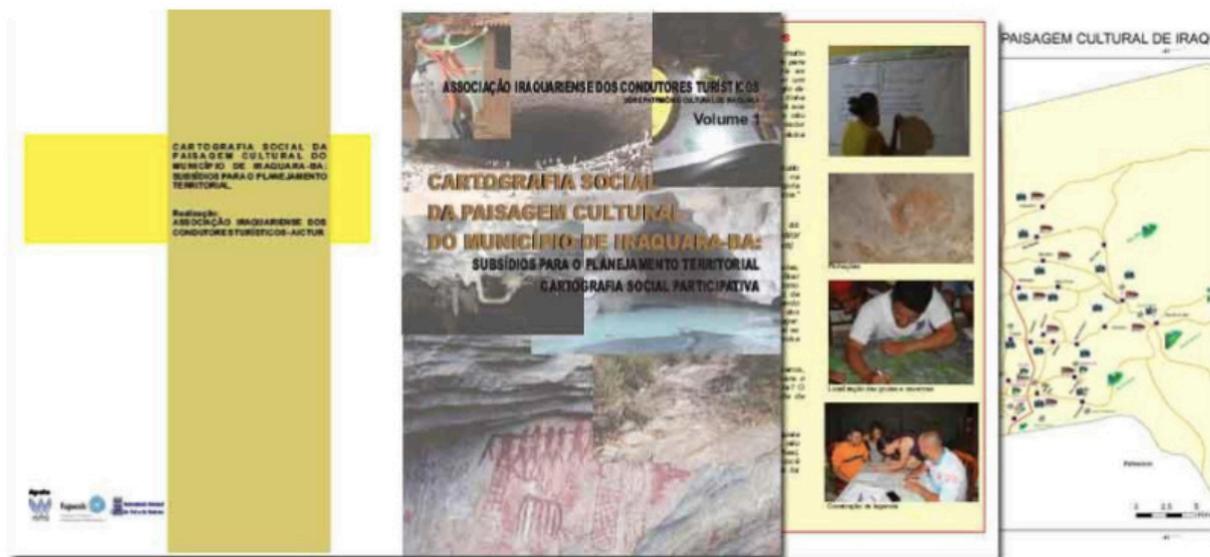


Figura 5 - Cartografia Social da Paisagem Cultural do Município de Iraquara - Vol. 1

Fonte: Santos(2016)

As transformações socioespaciais foram evidenciadas na cartografia social a partir do diálogo entre as gerações, considerando o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental que revelou, dentre outras informações, que atividades econômicas predatórias como o agronegócio, a especulação imobiliária e as mineradoras, representavam uma ameaça à paisagem cultural, visto que geravam problemas que poderiam evoluir para conflitos de interesses que impactavam negativamente na preservação da paisagem.

A Cartografia Social, segundo Acselrad (2013), tende a promover o

empoderamento dos sujeitos envolvidos, pois conduz a uma reflexão sobre o sujeito e o seu território, o que pode levar a um despertar sobre o papel que os mesmos podem e devem exercer nas tomadas de decisões que envolvem o seu viver. Dessa forma, a Cartografia Social poderá servir como subsídios para o planejamento de ações territoriais que atendam aos anseios da sociedade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bens culturais, naturais, materiais e imateriais escolhidos pelo grupo social nessa pesquisa foram compreendidos como uma herança imbuída de simbolismos e memórias compondo um legado social, histórico e ambiental que depõem sobre os processos de formação desse município, e num contexto mais amplo, da Chapada Diamantina, no estado da Bahia.

A Cartografia Social produzida juntamente com os condutores turísticos de Iraquara, enquanto tecnologia social, se propôs à transformação de uma realidade. Esse processo, uma vez iniciado, não deverá ser interrompido, pois, a paisagem e a cultura são dinâmicas e mutáveis e a cartografia social torna-se um elemento “vivo” devendo ser atualizada constantemente.

A Cartografia Social produzida, pode ser entendida como uma tecnologia social que promoveu o empoderamento do grupo em questão para a percepção da paisagem cultural, suscitando a necessidade de diálogo com os agentes públicos e privados bem como a sociedade em geral, de modo a gerar um processo de reflexão conjunta sobre as tomadas de decisões que envolvam interesses coletivos ligados ao Patrimônio Cultural e Natural local, servindo ainda para subsidiar ações socioeducativas sobre a identificação, monitoramento e divulgação desse patrimônio.

Dentre as ações futuras possíveis encontra-se a possibilidade de demandar ao IPHAN o tombamento dos sítios arqueológicos, da estrada real, dos Ternos de Reis e a longo prazo, solicitar a chancela da paisagem cultural do município de Iraquara. Recomenda-se ainda a parceria com instituições de ensino superior para um estudo de viabilidade técnica para a implantação de um museu municipal de cultura e arte, que agregue os acervos materiais e imateriais a fim de promover a Educação Patrimonial, estimular a o exercício da cidadania plena, o fortalecimento identitário e a salvaguarda do patrimônio para as gerações futuras.

Finalmente, a relação de pertencimento e identidade do grupo social pesquisado com a paisagem cultural do município foi o que tornou possível essa pesquisa, pois os mesmos possuem uma relação dialógica com essa paisagem, ao tempo em que são testemunhas e agentes das modificações socioespaciais sofridas nas últimas décadas no município. Assim, os sujeitos que se colocam como protagonistas nessa pesquisa expressam suas preocupações com a preservação de seus marcos históricos, costumes e tradições ameaçados pelos interesses econômicos de grupos locais e externos de maior poder que, na maioria das vezes, conflitam com a ideia de

salvaguarda do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/ CGETNO/CGGAM, 2012. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 18 de ago. 2018.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3 ed. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2007.

COSGROVE, Denis. **Geografia Cultural do milênio**. In: Manifestações da Cultura no Espaço. Orgnizadores: ROSENDAHL, ZENY; CORRÊA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1999. Páginas 17 – 46.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FOWLER, P. J. **World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002**. UNESCO: Paris, 2003, 133 p. (World Heritage Papers, n. 6). Disponível em:< <http://whc.unesco.org/en/series/6/>>. Acesso em 12 ago. 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES-MENDOZA, Josefina et al. (orgs.) **El Pensamiento Geográfico**. Madrid: Alianza, 1982.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. **Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**. Rede Mobilizadores, 10 fev. 2014 Disponível em:<<http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>>. Acesso em 03 de ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de organização do território. Malhas territoriais. Malhas municipais por município (2010)**. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acesso em 18 de ago. 2018

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº. 127 de 30/04/2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf>. Acesso em 10 de ago. 2018.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural**: a experiência do Vale do Ribeira-SP. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acesso em 18 ago. 2018.

SANTOS, Luciana Almeida. **Cartografia Social da paisagem cultural do município de Iraquara - BA**: subsídios para o planejamento territorial participativo. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em

Planejamento Territorial) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 12-73.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SCHICK, Manfred. Otto Schlüter 1872-1959. In: FREEMAN, T. W. (org.) **Geographers. Bibliographical Studies**, v. 6. London: Mansell, 1982, p. 115-122.

TRICART, Jean. **Paisagem e ecologia**. Inter-fácies Escritos e Documentos. Rio Claro: Unesp, 1982.

CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA

Wellington Gomes da Silva

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Campus Colatina
Av. Arino Gomes Leal, 1700 – Santa Margarida,
Colatina – ES, 29700-660

Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Campus Colatina
Av. Arino Gomes Leal, 1700 – Santa Margarida,
Colatina – ES, 29700-660

RESUMO: A preservação de uma cultura, seja interpretado por componentes tangíveis ou intangíveis, exclusivamente se materializa caso a população inserida em seu meio crie uma ligação, buscando elos entre a sua vida com a sua história e costumes. Monumentos são notabilizados como elementos de narrativas que com o passar dos anos podem perder suas propriedades originais e acumulam temporalidades. Partindo disso, a defesa e a preservação do patrimônio histórico deve ser uma preocupação para todos, pois são testemunhos da memória de uma determinada época. Atualmente, as informações trafegam em tempo real, devido que a Tecnologia da Informação passou a ser parte do cotidiano. Aproveitando os benefícios da Tecnologia da Informação, o presente artigo visa descrever uma solução desenvolvida na área da Tecnologia da

Informação com o intuito de melhorar o acesso da sociedade em geral a informações patrimoniais e problematiza as dificuldades enfrentadas para coletar informações patrimoniais de um determinado monumento cultural. O objeto de nossa análise concentra-se em monumentos culturais do município de Colatina protegidos pelo decreto - lei nº 5.257, de 14 de dezembro de 2006. O objetivo principal foi desenvolver um aplicativo móvel para auxiliar a sociedade em geral a obter informações pertinentes aos monumentos culturais do município de Colatina/ES. Para tanto, foi necessário identificar um percurso cultural, através do levantamento de dados históricos, que fez parte da história dos monumentos culturais do município de Colatina/ES. O sistema conta com serviço de mapas com o objetivo de traçar uma rota até o monumento cultural, apresentação de monumentos culturais na forma de modelos em 3D desenvolvidos via software *SketchUp*, fotografias e a apresentação de dados gerais dos monumentos culturais através da leitura de *QR Code* que estarão fixados nos monumentos. A proposta evidencia a importância dos valores e dos significados dos bens culturais para o desenvolvimento social e humano, e assim mostrando que esse instrumento pode ser um importante mecanismo para ampliação de pesquisas de cunho científico e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia da Informação;

INTRODUÇÃO

Os Monumentos culturais na paisagem contam a história de um determinado local, através da forma como foram construídos, pelas praças, onde eventos importantes ocorreram. Por isso a relevância da preservação desses monumentos que documentam e transmitem às gerações que estão por vir, referências de um tempo que jamais serão revividos, mas revisitados (SCHIRRU, 2017).

A manutenção dos objetos portadores da memória é um direito de todos os cidadãos, nesse entendimento que, a importância da preservação do patrimônio torna-se essencial. Esse patrimônio cultural, material e imaterial, configura-se como testemunho da herança de gerações passadas, dando origem e significado ao que se tem no presente, proporcionando aos seus descendentes uma identidade (SCHIRRU, 2017).

O patrimônio cultural possui valor único e insubstituível para uma população e proteger esse valor é imprescindível para que nossas futuras gerações conheçam sua história cultural. Segundo Toledo (1994, p. 216) “[...] a busca da preservação de nossa identidade cultural é o objetivo primeiro de toda política de preservação dos bens culturais”. Ainda de acordo com Toledo (1994, p. 81), “[...] o acervo a ser preservado, recebido de gerações anteriores ou produto do nosso tempo, será referido como ‘histórico’ por sua significância, por sua maior representatividade social.”

Os autores Pinheiro e Granato (2012), também reforçam o valor documental com relação à pesquisa e documentação e assim estender esse conhecimento para as futuras gerações:

Como forma complementar aos procedimentos de conservação, outras formas de proteção para os bens culturais são essenciais para sua preservação e se relacionam com a pesquisa e a documentação desses bens. Através dessas iniciativas é ampliado o conhecimento sobre o bem e este é registrado, propiciando que seu potencial documental seja plenamente explorado e possa ser mantido indefinidamente como marca de sua presença no mundo real. Assim, mesmo que as forças da natureza acabem por destruir o bem, este ainda poderá, de certa forma, ser apreendido pelas futuras gerações (MIRANDA, PINHEIRO e GRANATO, 2016).

Considerando a afirmativa de Huyssen (2000), “[...] quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais voltamos para as memórias em busca de conforto”. Esse encontro pode ser assimilado com o pertencimento, em que proporciona o envolvimento entre o indivíduo e o espaço, formando uma essência na vida das pessoas e no espaço onde elas vivem, firmando a história deste grupo social através da memória social (SCHIRRU, 2017).

Sendo assim, relevante a importância do assunto preservação da memória cultural seja levada a nível internacional e assim, cada nação desenvolva meios

para tornar possível a preservação de bens culturais. Sendo assim, é necessário o incentivo de estudos para o desenvolvimento de formas para auxiliar à preservação de monumentos culturais e suas informações, pois contam à história de um determinado local.

Documentando, guardando e relatando fatos que ajudaram construir a história de uma cidade, cumpri-se assim o ato de cidadania. Segundo Maia (2003) através da educação patrimonial o homem passa a integrar-se nesse entendimento, através de um processo em que passa a entender o contexto no qual está inserido, elevando sua auto-estima e à consequência valorização de sua cultura (SCHIRRU, 2017).

A Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, promulga que: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (BRASIL, 1991, p. 1). Segundo Konrad e Merlo (2015) o artigo evidencia o dever do Estado, atualmente, no que se refere à importância dada a proteção do Patrimônio documental do País, cabendo à administração pública proporcionar a preservação deste bem público.

Medidas administrativas eram aplicadas em antigos impérios e reinos para a proteção de monumentos que eram considerados importantes para uma determinada população.

A partir do século XIX começam a surgir formas de pensamentos organizadas para a proteção de bens culturais. E então, no início do século XX algumas legislações começam a ser colocados em práticas.

No início do século XX começam a surgir as primeiras Cartas Patrimoniais:

[...] são documentos que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural (RAMOS, 2018).

Segundo Cultura (2018) em 1931, surge a Carta de Atenas, que articula a racionalização de procedimentos em arquitetura e propõe normas e condutas em relação à preservação e conservação de edificações, para terem caráter internacionais e para garantirem a perpetuação das características históricas e culturais nos monumentos a serem preservados.

Segundo Ramos (2018) posteriormente no ano de 1933 foi lançada a segunda Carta de Atenas, onde foi discutido o tema “Urbanismo Racionalista”, levando em consideração o planejamento regional, a infra-instrutora, a utilização do zoneamento, a verticalização das edificações, bem como a industrialização dos componentes e a padronização das construções.

Tempos depois foi criada a Carta de Veneza em 1964. Segundo Ramos (2018) a carta afirma que a conservação exige uma manutenção constante, ressaltando que não pode haver mudanças de disposição ou decoração da construção. Outro ponto citado que é a proibição de deslocamento do monumento, salvo quando sua preservação

exige tal ação, ou quando há interesses nacionais ou internacionais. Entre os séculos XX e XXI foram desenvolvidas 40 Cartas Patrimoniais.

DESENVOLVIMENTO

O estudo da preservação da memória cultural envolve diversas áreas do conhecimento tornando seu estudo complexo e interdisciplinar, sendo assim, a conservação envolve a colaboração de todas as técnicas e ciências que possam auxiliar em sua preservação.

No Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito, foram ofertadas diversas bolsas de iniciação científica para alunos de Arquitetura e urbanismo e Sistemas de informação para projetos relacionados aos principais monumentos culturais de Colatina/ES. Então foram realizadas entrevistas orais com moradores locais e coleta de material, o que incluiu: data de construção, descrição do local antigamente e atualmente, fotografias, entre outros.

Alguns bolsistas também ficaram responsável por modelar alguns desses monumentos em um ambiente 3D, para isso foi utilizado o software SketchUp que é um software próprio para a criação de modelos em 3D no computador.

Os monumentos culturais em estudo foram: a Primeira Estação Ferroviária de Colatina, late Clube, Hospital e Maternidade Silvio Ávidos, Biblioteca Pública Municipal, Igreja de Colatina Velha, Câmara Municipal, o Sobrado Eclético à Ladeira Ribeiro do Rosário e o Banco Itaú.

De acordo com Colatina (2007) foi criada a Lei Nº 5.257, DE 14 de Dezembro de 2006 que estabelece como Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Colatina: os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico e artístico próprios às memórias da formação de nossa história cultura.

Atualmente o município de Colatina/ES possui homologado em esfera municipal cerca de dez Decretos de Leis onde são protegidos dez patrimônios culturais, segue abaixo a relação de cada decreto e o seu patrimônio cultural:

EDIFICAÇÃO	LEIS DE PRESERVAÇÃO
Catedral Sagrado Coração de Jesus	Decreto de Lei nº 5.246, de 25 de outubro de 2006
Câmara Municipal	Decreto de Lei nº 5.915, de 18 de dezembro de 2012
Escola Aristides Freire	Decreto de Lei nº 5.915, de 18 de dezembro de 2012
late Clube	Decreto de Lei nº 5.915, de 18 de dezembro de 2012
Estátua do Cristo Redentor	Decreto de Lei nº 6.167, de 07 de abril de 2015
Igreja Nossa Senhora Auxiliadora	Decreto de Lei nº 6.168, de 07 de abril de 2015
Casario da Avenida Getúlio Vargas	Decreto de Lei nº 6.172, de 22 de abril de 2015
Hospital e Maternidade Dr. Sílvio Ávidos	Decreto de Lei nº 6.173, de 22 de abril de 2015
Ponte de Ferro Agenor Alves	Decreto de Lei nº 6.174, de 27 de abril de 2015
Biblioteca Municipal	Decreto de Lei nº 6.175, de 27 de abril de 2015

Antiga Estação Ferroviária	Decreto de Lei nº 6.176, de 27 de abril de 2015
Antigo Vagão de Trem	Decreto de Lei nº 6.183, de 20 de maio de 2015

Quadro 1 - Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Colatina

Fonte: Prefeitura Municipal de Colatina. Elaborado por (ALMEIDA, 2017).

Depois de concluída a pesquisa foi observada a necessidade de uma centralizar as informações patrimoniais coletadas.

Sendo assim, no estado do Espírito Santo, o IFES Campus Colatina em parceria com o LEDES Colatina desenvolveu o projeto Colatina Monumentos. Segundo IFES (2017) o projeto tem por objetivo reunir e disponibilizar informações sobre monumentos considerados de valor histórico e cultural no Município de Colatina-ES, incluindo informações sobre as temporalidades de cada patrimônio e suas descrições técnicas em um sistema web. O público-alvo é, principalmente a sociedade de Colatina, seus visitantes, pesquisadores e interessados em informações sobre Patrimônio Histórico e Cultural.

O desenvolvimento do projeto foi realizado no âmbito de um projeto de extensão por meio de uma parceria entre os cursos de Bacharelado de Sistemas de Informação e de Arquitetura e Urbanismo do IFES Campus Colatina, envolvendo alunos e professores.

Com o desenvolvimento do projeto “Colatina Monumentos” foi atendida a necessidade da centralização e da preservação dos dados patrimoniais em um sistema web.

Porém, logo depois foi notado que somente os pesquisadores que poderiam se usufruir dos dados coletados e a população em geral não conseguiam acesso aos dados patrimoniais, então para atender a sociedade em geral e melhorar a divulgação referente aos monumentos culturais de Colatina/ES, foi desenvolvido o “Colatina Monumentos APP”.

Em nosso aplicativo foram estudadas as tecnologias de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e o Código de Barras e foram aplicadas as APIs Mobile Vision do Google e a Google Maps.

Segundo Maguire, Goodchild e Rhind (1991) Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são sistemas computacionais com o propósito de capturar, armazenar, consultar, manipular, analisar e apresentar dados espacialmente da superfície da Terra.

Uma das vantagens dos SIG é que eles podem manipular dados gráficos e não-gráficos de forma integrada. Pode-se permitir, por exemplo, acesso a registros de imóveis a partir de sua localização geográfica e ainda, fazer conexões entre diferentes entidades, baseados no conceito de proximidade geográfica (IOCHPE e FILHO, 2018).

Códigos de barras é um grupo de números, letras e caracteres únicos que podem ser representados graficamente de acordo com uma ordem predeterminada e seguindo uma ou mais regras ou especificações para sua geração. Composto por uma

série de barras e linhas (CBBR, 2018).

O sistema de barras foi criado nos Estados Unidos em 1973 e acabou sendo adotado na Europa em 1975. Segundo a desenhista industrial Cláudia Ferreira, consultora da EAN, organização internacional que gerencia a distribuição dos códigos no mundo e tem uma representação no Brasil “Esse número funciona como uma espécie de RG do produto, ou seja, não existem dois produtos diferentes com o mesmo número” (ESTRANHO, 2018).

Atualmente no mercado existem dois tipos de códigos de barras, 1D também conhecidos como lineares ou de uma dimensão, são apresentados através de barras verticais e 2D, também chamados de QR Code, são códigos bidimensionais, que surgiram como uma alternativa para tornar possível a inserção de uma maior quantidade de informação dentro do código de barras (AUTOMATECH, 2017).

Para total êxito da construção de nosso aplicativo, foi necessário o estudo de diversas Interface de Programação de Aplicação (API) que são um conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web.

A API Mobile Vision do Google pode detectar rostos, códigos de barras e textos em imagem ou vídeo com a API instalada em um dispositivo. A API inclui detectores que localizam objetos visuais em imagens ou quadros de vídeo. Retorna a posição de um objeto em imagens ou vídeos. Funciona em tempo real no dispositivo e não necessita de acesso à internet (SHWETA, 2017).

A API possui a funcionalidade Barcode Detector que pode detectar códigos de barras em câmeras móveis, bem como em uma imagem. Suporta os seguintes formatos: 1D: EAN-13, EAN-8, Código-39, Código-93, Código-128, UPC-A, UPC-E, ITF, Codabar e 2D: PDF-417, AZTEC, QR Code, Data Matrix. Ela pode detectar vários códigos de barras de uma só vez e trabalhar em qualquer orientação. Em nosso projeto, a API será utilizada para leitura de códigos de barras do tipo 2D ou QR Code (SHWETA, 2017).

A API Google Maps que também foi implementada em nosso aplicativo, é uma API da empresa Google que possui como propósito, oferecer [...] experiência personalizadas e ágeis que levam o mundo real até os usuários com mapas estáticos e dinâmicos, imagens do Street View e visualizações em 360°, auxiliar os [...] usuários a encontrar o melhor trajeto até o destino com dados abrangentes e trânsito em tempo real e ajudar aos [...] usuários a descobrir o mundo com dados avançados de mais de 100 milhões de lugares. Permita que eles encontrem locais específicos usando números de telefone, endereços e sinais em tempo real (GOOGLE, 2018).

ESTUDO DE CASO: TRABALHOS CORRELATOS

Com o objetivo de adaptar o contexto da preservação da memória cultural para

o cenário atual, algumas instituições desenvolveram sistemas utilizando a tecnologia da informação como alternativa para a preservação e divulgação da memória cultural.

Segue abaixo alguns projetos correlatos na área de preservação da memória cultural:

QRCODE Patrimônio UFPEL

No estado do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi desenvolvido o projeto QRCODE Patrimônio UFPEL, um projeto de extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura:

O patrimônio cultural edificado da UFPEL ocupa área extensa, caracteristicamente inserida na malha urbana e que se encontra, em grande parte, aguardando intervenção. Algumas fachadas dos exemplares patrimonializados foram isoladas com tapumes, por questões de segurança. Outras fachadas estão recebendo intervenções aleatórias frequentes no cenário urbano contemporâneo, mas que podem, dependendo do modo como são feitas, reverter em danos para o reboco dos edifícios. Deste modo, ou as fachadas ficam guardadas atrás de amplos painéis ou, eventualmente, são preenchidas com grafites (UFPEL, 2018).

Foi desenvolvido um projeto que intenciona reverter esta circunstância, ocupando os tapumes e fachadas, bem como gerar outros, com intervenção artística da comunidade acadêmica e comunidade externa, anexando neste espaço um QR Code para cada edifício e foi desenvolvido um sistema web para divulgação de informações relacionadas ao patrimônio cultural da UFPEL. Ao apontar o aplicativo para leitura do QR Code anexado no edifício o sistema redirecionará o usuário para o sistema web exibido assim as informações do monumento.

Portal do Patrimônio

Segundo Patrimônio Cultural Fluminense (2018) no estado do Rio de Janeiro foi desenvolvido o Portal do Patrimônio disponível para celular e tablet, iniciativa do IPHAN-RJ dedicados a bens fluminenses tombados e registrados. Proposto por meio de plataforma colaborativa, o aplicativo permite a inclusão, acesso e pesquisa aos bens protegidos pelo IPHAN e também aqueles preservados por leis estaduais e municipais. O aplicativo está disponível para todos os municípios do estado do Rio de Janeiro que tenham legislação específica, para que sejam inseridos os seus bens culturais protegidos.

Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro

Segundo Patrimônio Cultural Fluminense (2018) o sistema foi desenvolvido pela Secretaria de Estado de Cultura que tem como propósito mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos 92 municípios do Rio de Janeiro. O portal bilíngue oferece a busca por municípios ou por atrações/categorias, disponibilizando também informações de serviço, vídeos, galerias de fotos e mapas de localização

integrados ao Google Maps. Disponível para smartphones e tablets.

Rio Patrimônio da Humanidade

Segundo Patrimônio Cultural Fluminense (2018) o sistema teve iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro. O aplicativo bilingue oferece roteiros no Rio de Janeiro nos locais, edificações e monumentos naturais que compõem o Patrimônio da Humanidade, com descrição de suas características fotos, rotas e história. O aplicativo está disponível para os sistemas operacionais móveis Android e o sistema operacional móvel da Apple Inc (iOS).

Patrimônio Carioca

Segundo Patrimônio Cultural Fluminense (2018) o sistema teve iniciativa da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O aplicativo tem por objetivo, divulgar e promover imóveis protegidos pela legislação de patrimônio cultural, com indicações de suas características e informações.

ETAPAS DA PESQUISA

Pesquisas foram realizadas, e constatamos que existia uma necessidade de modernizar o processo de pesquisa sobre os monumentos culturais de Colatina/ES. Para isso, foram desenvolvidos um sistema web e um aplicativo Android.

Sistema Web

Na figura 1 é apresentada a página inicial do sistema web que é a parte gerenciável, composto por um mapa do Google Maps onde é apresentada marcações que são as localizações dos monumentos culturais na cidade, no lado esquerdo é apresentado a barra de menu contendo as opções para Cadastro e Listagem de patrimônios, podendo ao administrador cadastrar, listar, alterar e excluir dados relativos à imagens do tipo técnicas e gerais, modelos em 3D, descrições, tarjetas QR Codes, entre outros.

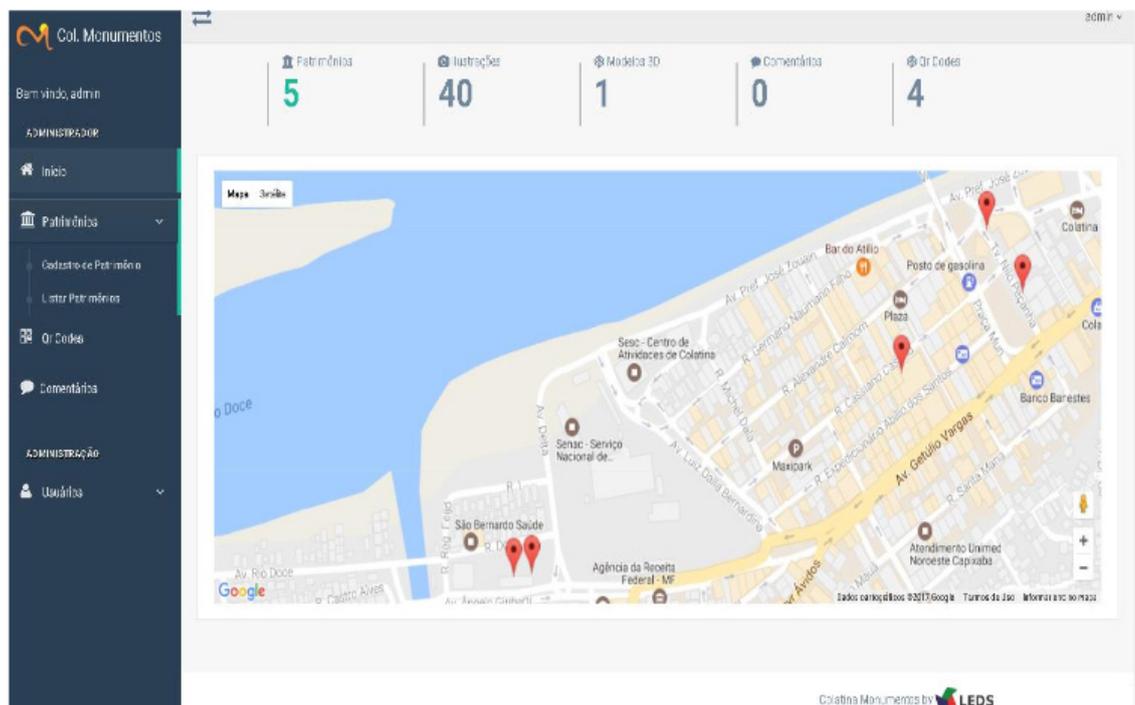


Figura 1: Tela principal do gerenciamento do sistema

Fonte: Leds Colatina

Aplicativo Móvel

Cada vez que cadastramos um monumento cultural no sistema web Colatina Monumentos, devemos ir ao item de menu Qr Codes e gerar uma tarjeta QR Codes para o referido monumento, ao realizar essa ação é gerado um QR Code que conterá um identificador.

Na figura 2 é apresentada a tela inicial do aplicativo, ao clicarmos em INICIAR então é acionado o leitor de QR Code. O usuário ao apontar a câmera do dispositivo móvel para a tarjeta QR Code, o aplicativo fará uma comunicação com o servidor externo, que em nosso caso é o sistema web do Colatina Monumentos. O leitor do aplicativo lerá o identificador do monumento no QR Code e buscará suas informações no servidor externo. Caso encontre o sistema será direcionado para a próxima tela onde são apresentadas as informações patrimoniais, tais como: descrição, data de construção, imagens gerais e técnicas, modelo 3D caso o monumento cultural possuir e visualização do monumento no Google Maps.



Figura 2: Tela principal do aplicativo

Fonte: do autor

Na figura 3 são apresentadas as telas do Google Maps, na figura a esquerda podemos observar um mapa e nas marcações em vermelho são os locais onde estão localizados os monumentos culturais. Ao clicar em qualquer um dos pontos, somos redirecionados para a figura do lado direito, onde podemos observar um mapa apresentando a rota que devemos seguir para chegar ao monumento e ainda é apresentado o tempo necessário para chegar ao objetivo, o tempo apresentado é de acordo com a opção que o usuário desejar, ou seja, caso o usuário clique no carro ele poderá visualizar o tempo que irá gastar com esse veículo, assim como de ônibus, bicicleta ou a opção de ir a pé.

Ainda na figura a direita, ao clicarmos no botão iniciar, o GPS do Google Maps nos guiará até o local do monumento.

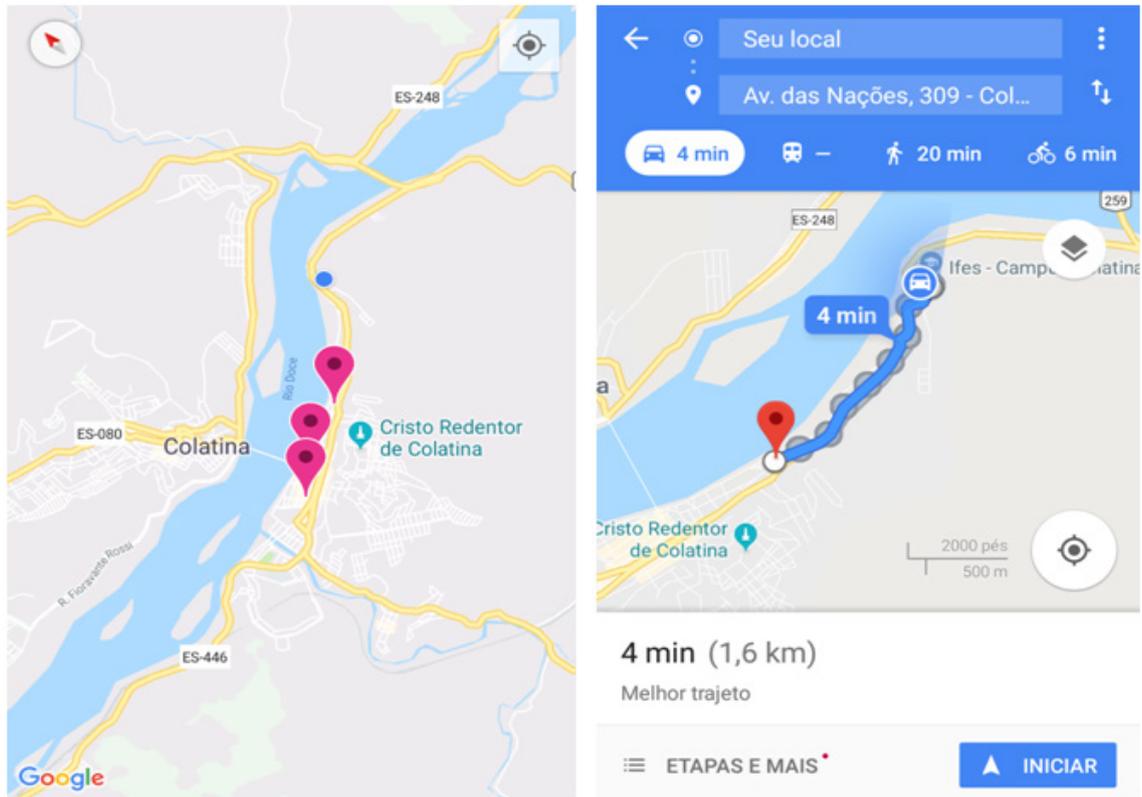


Figura 3: Telas dos Google Maps

Fonte: do autor

Na figura 4 é apresentado um exemplo de modelo 3D cadastrado no sistema, a Antiga Estação Ferroviária de Colatina, onde é possível visualizarmos o nome do modelo, autor, total de curtidas, downloads e visualizações e caso desejar, temos a opção de download do projeto.



Figura 4: Tela do modelo em 3D

Fonte: do autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto foca na técnica de desenvolvimento de um aplicativo pelo ambiente de desenvolvimento Android Studio e com a realização do projeto do aplicativo móvel, melhorar a forma de divulgação de informações referentes aos monumentos culturais do sistema Colatina Monumentos, para assim trazer a sua população benefícios científicos, sociais e culturais.

Espera-se, trazer como contribuição luzes aos aspectos intervencionistas das gestões públicas, nos mais diferenciados modelos de Patrimônio Histórico, material e imaterial, desconsiderando a conjuntura da dimensão transversal, que deveria ser inseparável, no respeito aos anseios culturais regionais. Esta proposta envolveu ensino, pesquisa e extensão, na medida em que aplica uma metodologia inovadora para ser testada em abordagem histórica sobre patrimônio cultural e planejamento urbano e treina bolsista para uma atividade prevista junto ao seu curso em andamento e devolvem para a comunidade produtos advindos da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. V. (21 de Junho de 2017). A Preservação do Patrimônio Edificado em Colatina e sua Trajetória. *IX Mestres e Conselheiros Agentes Multiplicadores do Patrimônio*, pp. 7-18.

- AUTOMATECH. (2017). *Diferenças códigos 1D e 2D*. Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em <https://www.automatech.com.br/blog/2017/08/14/diferencas-codigos-1d-e-2d/>
- _____. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- CBBR. (13 de Maio de 2018). *Tipos de códigos de barras*. Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em <https://codigosdebarrasbrasil.com.br/tipos-de-codigos-de-barras/>
- Colatina. (30 de Janeiro de 2007). *Atos Oficiais*. Acesso em 9 de Junho de 2018, disponível em Colatina: <http://www.colatina.es.gov.br/atosoficiais/ao/2007/AO0107-P2.pdf>
- CULTURA, S. D. (2018). *CONCEITUAÇÃO DE CARTA PATRIMONIAL*. Acesso em 2018, disponível em [patrimoniocultural.pr.gov: http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=264](http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=264)
- ESTRANHO, M. (4 de Julho de 2018). *Como funciona o código de barras?* Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em [super.abril.com: https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-funciona-o-codigo-de-barras/](https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-funciona-o-codigo-de-barras/)
- GOOGLE. (2018). *Bem-vindo à plataforma do Google Maps*. Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em [cloud.google.com: https://cloud.google.com/maps-platform/](https://cloud.google.com/maps-platform/)
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IFES. (2017). *col.ifes.edu.br*. Acesso em 11 de Junho de 2018, disponível em Sobre o Projeto Colatina Monumentos: <http://col.ifes.edu.br/monumentos/frontend/visao/sobre.php>
- IOCHPE, C., & FILHO, J. L. (2018). *Introdução a Sistemas de Informações Geográficas*. Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em [dpi.ufv: http://www.dpi.ufv.br/~jugurta/papers/sig-bd-jai.pdf](http://www.dpi.ufv.br/~jugurta/papers/sig-bd-jai.pdf)
- Konrad, G., & Merlo, F. (Janeiro de 2015). uel. Acesso em 31 de Agosto de 2018, disponível em *Memória: A Importância da Preservação do Patrimônio Documental para o Acesso à Informação*: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18705/pdf_43
- MAGUIRE, D. J., GOODCHILD, M. F., & RHIND, D. (1991). *Geographical Information Systems: Principles and Applications* (Vol. 2). Longman Scientific & Technical.
- MAIA, Felícia Assmar. *Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico*. Belém: Movendo Idéias, v8, n.13, jun 2003.
- Miranda, I. A., Pinheiro, & Granato. (2016). *Gestão da informação em paisagem e patrimônio: a importância de um repositório digital para arquivar, organizar, preservar e disseminar o patrimônio cultural*. Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em [forumpatrimonio.com: http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/trabalho/54/gestao-da-informacao-em-paisagem-e-patrimonio-a-importancia-de-um-repositorio-digital-para-arquivar-organizar-preservar-e-disseminar-o-patrimonio-cultural](http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/trabalho/54/gestao-da-informacao-em-paisagem-e-patrimonio-a-importancia-de-um-repositorio-digital-para-arquivar-organizar-preservar-e-disseminar-o-patrimonio-cultural)
- Patrimônio Cultural Fluminense*. (2018). Acesso em 11 de Junho de 2018, disponível em [patrimonioluminense.rj.gov.br: http://www.patrimonioluminense.rj.gov.br/?page_id=3868](http://www.patrimonioluminense.rj.gov.br/?page_id=3868)
- Ramos, C. M. (2018). *O QUE SÃO CARTAS PATRIMONIAIS?* Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em [portaleducacao.com: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157](https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/cartas-patrimoniais/61157)

SCHIRRU, Ana Carla C., A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA A CIDADE: Identidade Social e Planos Urbanos , p. 2-19, Belo Horizonte, jun. 2017.

SHWETA. (20 de Fevereiro de 2017). *What is Mobile Vision API and its limitations?* Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em techjini.com: <https://www.techjini.com/blog/mobile-vision-api/>

Toledo, B. L. (1994). Preservação de bens culturais. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade* , 52, 81-216.

UFPEL. (2018). *Projeto*. Acesso em 11 de Junho de 2018, disponível em wp.ufpel.edu.br: <https://wp.ufpel.edu.br/patrimonio/projeto/>

CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL

David Alves de Andrade

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de
Arquitetura, Urbanismo e Design

Maceió – Alagoas

Alexandre da Silva Sacramento

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de
Arquitetura, Urbanismo e Design

Maceió – Alagoas

A CULTURAL AND LEISURE SPACE TO PONTAL DA BARRA IN MACEIÓ – AL

ABSTRACT: As favourable environments to cultural exchange and leisure practice, Cultural Centers are primordial to contemporary cities' social dynamics. The Filé da Barra Cultural Center consists of an architectural proposal to Pontal da Barra, historic neighbourhood, important for Maceió's landscape and culture, located in the capital's southwest. The paper proposes a cultural and leisure space which serves the local community, the citizens of Maceió and the thousands of tourist that visit the neighbourhood, with the scope of enrichment of the artistic and cultural heritage, improvement of the quality of local population's urban life and promotion of tourism and leisure.

KEYWORDS: cultural center; public spaces; architectural project; Pontal da Barra

RESUMO: Como ambientes propícios ao intercâmbio da cultura e à prática do lazer, os Centros Culturais são primordiais para as dinâmicas sociais das cidades contemporâneas. O Centro Cultural Filé da Barra consiste em uma proposta arquitetônica para o Pontal da Barra, bairro histórico, paisagístico e culturalmente importante para Maceió, capital de Alagoas. Propõe-se um espaço cultural e de lazer que atenda à comunidade, aos maceioenses e aos milhares de turistas que visitam o bairro, com o escopo da valorização do patrimônio artístico-cultural, melhoria da qualidade de vida urbana da população local e promoção do turismo e lazer.

PALAVRAS-CHAVE: centro cultural; espaço público; projeto arquitetônico; Pontal da Barra

1 | INTRODUÇÃO

O Pontal da Barra é banhado pelo Oceano Atlântico e o complexo estuarino lagunar Mundaú- Manguaba, um dos mais belos atrativos naturais do estado de Alagoas. A localização entre mar e a lagoa foi importante para a consolidação de três ricos e frágeis ecossistemas: o estuário, o manguezal e a

FILÉ DA BARRA'S CULTURAL CENTER:
ARCHITECTONIC DRAFT PROJECT OF

restinga. Esses biomas incluem os coqueirais, dunas de areia, diversas espécies da fauna e flora, que, juntamente com o alaranjado pôr-do-sol, fazem do Pontal da Barra um bairro único, dotado de uma paisagem natural encantadora e surpreendente.

Além dos aspectos naturais, o bairro possui uma significativa importância para o patrimônio cultural alagoano, representado pela pesca, gastronomia, danças folclóricas e pelo artesanato, sobretudo o bordado filé, sendo este um forte determinante da paisagem construída que se tem hoje.

Apesar de todas as referências ambientais e histórico-culturais inerentes ao lugar, o desenvolvimento do Pontal da Barra não acompanhou o de outros bairros da cidade de Maceió. Em outras palavras, pode-se dizer que o bairro, por vezes confundido como uma cidade isolada e pacata, “parou no tempo” e, como consequência, a comunidade local vem sofrendo com a ausência de uma mínima infraestrutura urbana adequada, acarretando diversos problemas sociais, econômicos e ambientais. Além disso, o bairro carece de equipamentos públicos, uma vez que os poucos existentes dão suporte de forma insuficiente às atividades culturais e de lazer para a população.

É nesse contexto, de necessidade de um espaço público que objetive a cultura e o lazer, que se propõe um centro cultural, cujo potencial, enquanto equipamento público, estimula as mais variadas manifestações culturais, promove o acesso à cultura, valoriza o bairro e representa uma alternativa de ocupação produtiva para a população local.

2 | CONTEXTO URBANO

Em virtude da posição geográfica estratégica e a configuração hidrográfica que favoreceu o surgimento dos ecossistemas com abundante vida aquática, o Pontal da Barra, cuja ocupação remonta ao ano de 1792, antecede Maceió como capital e se compôs nos seus primórdios, majoritariamente de famílias de pescadores.

No processo inicial de formação do assentamento, sem dúvida, a atividade de pesca foi fator preponderante, condicionando inclusive, a forma física do assentamento [...]. (Vieira 1996, p.45).

Em tal contexto, moldou-se uma estrutura familiar e, por consequência, social, caracterizada pela divisão de trabalho com base em gêneros – aos homens, cabia a pesca, ao passo que as mulheres realizavam trabalhos domésticos e artesanatos, entre os quais se incluía o bordado. Este, mais tarde, foi desenvolvido até tomar a forma atual do filé, tipo de renda mais representativa do artesanato alagoano.

Conforme Manhas (2009), inicia-se, a partir da década de 1950, um processo de desenvolvimento no bairro que levaria ao fim do isolamento geográfico e social do Pontal em relação à cidade, também intensificado pelo crescimento do turismo na área, fomentando a venda e a produção do artesanato, atividade que veio a se tornar essencial para a economia

Contudo, foi o ano de 1976 que trouxe a alteração social, física e econômica mais

marcante para a paisagem do bairro, com a instalação da Salgema Indústrias Química, atualmente sob controle da Braskem. Sua presença no cenário urbano impôs riscos à população de Maceió, principalmente os moradores dos bairros do Pontal da Barra e Trapiche da Barra, decorrentes das possibilidades de acidentes e vazamentos de cloro e outros gases, incêndios, poluição do mar e da lagoa, contribuindo negativamente para a degradação ambiental de uma área com grande potencial turístico (VIEIRA, 1996).

Ademais, Vieira (1996, p. 50) ainda ressalta que as necessidades de expansão e de reserva de terras por parte da indústria se configuram em planos de remoção e até ameaças de expulsão, o que causa insegurança nos moradores pelo medo de perda da moradia e da fonte de renda, bem como pela possibilidade de desintegração da comunidade, e pelas ameaças à permanência e ao crescimento do bairro.

Não obstante o impacto ambiental e os conflitos sociais causados pela instalação da indústria, o núcleo consolidado do Pontal da Barra foi tombado como patrimônio histórico nacional em 1988 e, subsequentemente, o bairro passou por um processo mais intenso de expansão, com a construção de casas que hoje tanto servem como residência quanto como pontos comerciais para seus donos. Revelando-se, aqui, a alta concentração do uso misto das residências, refletindo a realidade do bairro, onde a maioria da população lá reside e trabalha.

Dessa forma, o turismo e o comércio, sobretudo a venda do artesanato, emergem como as atuais bases de sua economia, o Pontal da Barra se caracteriza, primordialmente, pela importância da lagoa como ponto turístico e pelo grande número de estabelecimentos comerciais voltados para o consumo dos viajantes ou moradores de outros bairros de Maceió.

2.1 Espaços culturais e de lazer em Maceió

Na cidade de Maceió, os bairros, de um modo geral, não oferecem espaços culturais em número suficiente para que a população usufrua dos diferentes conteúdos culturais, como pode ser analisado no mapa (figura 01).



Figura 01: Mapa de distribuição das instituições culturais localizadas no município de Maceió, a partir dos dados do MINC/ IBRAM.

Fonte: DOMINGOS, 2015.

O mapa, segundo Silva Filho, foi elaborado a partir da sistematização das informações obtidas e apresenta a localização das instituições culturais no município. Dessa forma, analisando a cidade de Maceió do ponto de vista da distribuição de equipamentos públicos de cultura e lazer, observa-se a maior concentração desses estabelecimentos na região central, especificamente nos bairros do Centro, Jaraguá e Farol. Com base nesse mapa, é possível dizer que o quadro atual em que a cidade se encontra é desfavorável, deixando determinados pontos desprovidos de tais serviços, como é o caso do bairro do Pontal da Barra. Nota-se, então, uma cidade desequilibrada, onde há uma baixa correspondência entre crescimento urbano e a distribuição dos equipamentos culturais. Deste modo, o lazer está muito distante de se tornar homogêneo para a realidade social apresentada, impossibilitando que as pessoas tenham um livre acesso aos diversos tipos de atividades integradoras, democráticas e de bem-estar (SILVA, 2009).

3 | PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

De acordo com o zoneamento urbano apresentado no Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió (2007), a área escolhida para a implantação da proposta situa-se na Zona de Interesse Turístico do tipo 2 (ZIT-2), destinada a atividades recreativas, turísticas, artesanais, culturais e tecnológicas para a cidade.

Considerado o levantamento de dados, a proposta visa oferecer, além de um Centro Cultural, um espaço público para o lazer da população. Para isso foi necessário o estabelecimento de cinco diretrizes que norteassem a inserção dos novos usos na área de intervenção em conformidade com os usos já existentes. São elas: adequar-se à paisagem natural; preservar a topografia atual da área; valorizar os pontos visuais e o entorno; criar espaços públicos de convivência através da intervenção arquitetônica; contribuir para a preservação e disseminação do patrimônio cultural do bairro.

A posição do terreno é estratégica em relação ao acesso viário, visto que está localizado na Avenida Assis Chateaubriand, paralela à orla marítima, importante eixo de ligação entre a cidade de Maceió e o litoral sul de Alagoas, e que desempenha assim o papel de entrada e saída do município. Apesar da posição estratégica do terreno, observa-se que devido à disponibilidade do espaço livre em potencial, constituindo apenas um local de passagem, a degradação do lugar é evidente, sendo curta a permanência de pessoas no local, com exceção de moradores que praticam futebol no campo. Mesmo assim, os demais moradores temem permanecer no lugar com medo da marginalização.

Após escolhido o terreno, localizado no acesso principal ao bairro, em meio aos resquícios da restinga, um dos biomas presentes no bairro, buscou-se remodelar suavemente a intervenção arquitetônica na tentativa de interferir minimamente na paisagem natural existente. Dessa maneira, o partido arquitetônico considerou o lugar ao observar e entender o entorno imediato, a topografia, a paisagem e os elementos naturais (orientação solar, dos ventos e a vegetação existente). O patrimônio cultural local também foi levado em consideração na ação projetual, tendo em vista as diferentes manifestações artísticas-culturais e os saberes e fazeres da população local.

A intenção consistiu em oferecer diversos espaços de convivência capazes de ancorar múltiplas atividades que estimulem o uso contínuo do equipamento proposto. O zoneamento para a intervenção no terreno visa organizar as diversas atividades previstas, os fluxos, e resguardar as especificidades e potencialidades do lugar, através da análise das diferentes apropriações da população dentro do espaço livre e os possíveis interesses do público em questão.

Inserido em uma quadra que já apresenta alguns usos preexistentes, que o configuram como um espaço livre de recreação segundo Carneiro e Mesquita (2000), o programa de necessidades arquitetônico foi elaborado primeiramente tendo como base os aspectos conceituais sobre Centros Culturais, em que Milanese apud Ramos (2007) aponta os três verbos que esses devem incorporar desde o projeto arquitetônico até sua gestão: informar, discutir e criar.

Por fim, tratando de um equipamento de uso cultural e sabendo que a cultura é feita no cotidiano e está em constantes transformações, a proposta deveria ser capaz também de atender a situações não previstas no programa. O macrozoneamento foi elaborado para a intervenção no terreno visando organizar as diversas atividades previstas, os fluxos, e resguardando as especificidades e potencialidades do lugar,

através da análise das diferentes apropriações da população dentro do espaço livre. Um espaço dinâmico capaz de abrigar todo e qualquer tipo de manifestação futura que possa somar ainda mais para a valorização cultural e social da comunidade do Pontal da Barra (figura 02).



Figura 02: Planta de Localização e Cobertura com as macrozonas. São elas, a zona recreativa (campo de futebol, caixas de areia para crianças, academia ao ar livre e entre outros); de serviço e circulação (estacionamento, passeios, escadarias, ciclovias, rampas e acessos) e a zona cultural, referente ao edifício, o Centro Cultural em questão. Fonte: Autor, 2017.

Visando atender ao programa de necessidades arquitetônico em consonância com o zoneamento e diagrama de fluxos propostos na fase do estudo preliminar, a setorização do equipamento foi concebida de modo a tornar as relações socioespaciais legíveis, melhorando assim a funcionalidade e vitalidade do Centro Cultural. (Figura 03)



Figura 03: Plantas Baixas e setorização dos pavimentos Mezanino, Térreo e Superior.

Fonte: Autor, 2017

A opção volumétrica adotada nos pavilhões (figura 04) primou por formas simples, de geometria retangular, remetendo à configuração tradicional das casas do bairro do Pontal da Barra: estreitas e alongadas. Já para conferir uma identidade que harmonizasse com o entorno imediato, optou-se por um sistema estrutural aparente em casca de concreto armado, apoiado em pilares cilíndricos, remetendo às dunas e os coqueirais respectivamente, elementos esses que esses que marcam a paisagem natural do bairro.

CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA
PERSPECTIVA EXPLODIDA

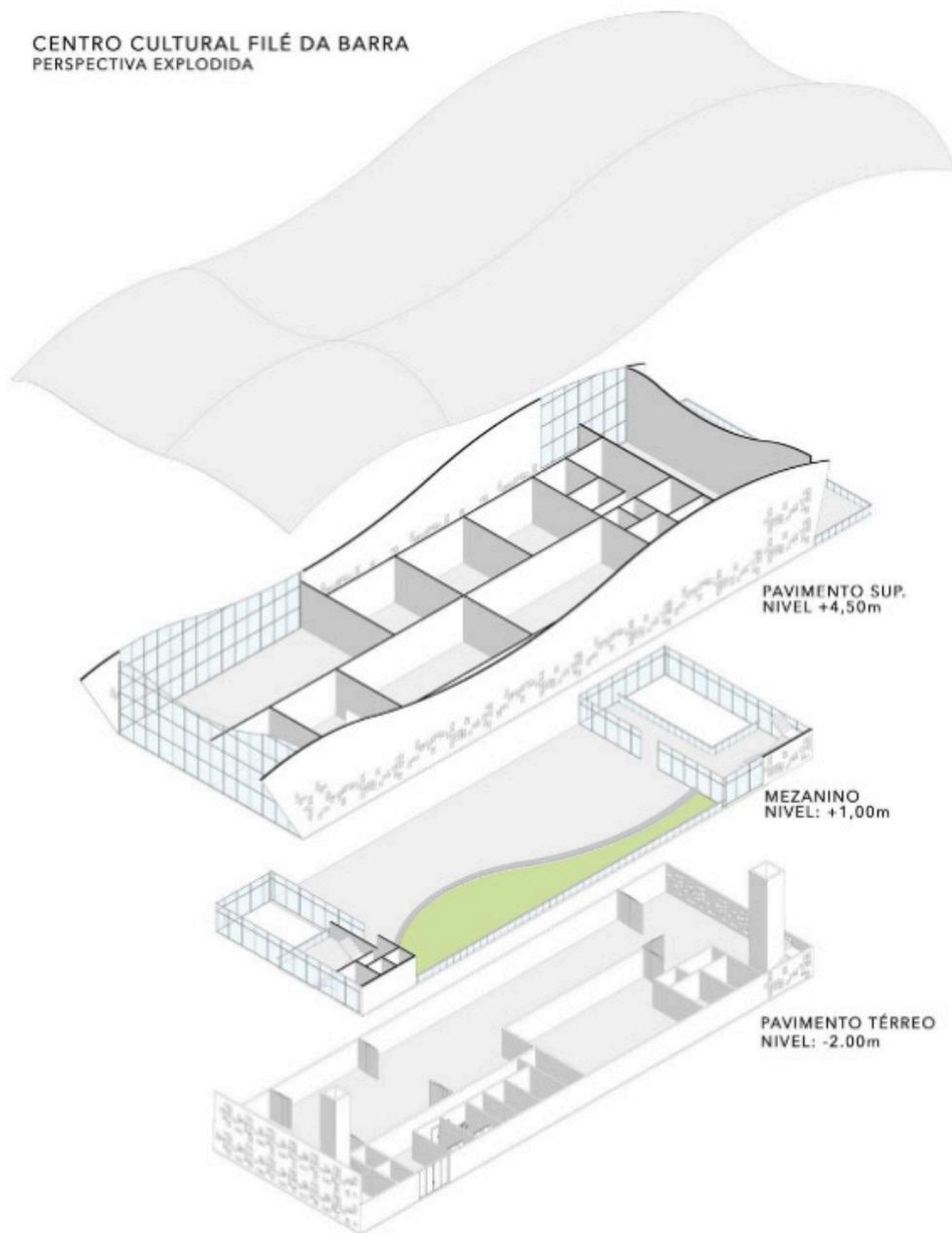


Figura 04: Perspectiva Explodida. Fonte: Autor, 2017

Partindo da intenção em propor um edifício permeável ao nível dos olhos do público que por ali transitasse, estabelecendo assim uma relação de continuidade visual entre a praça, o campo de futebol e o entorno do bairro, o projeto foi dividido em dois volumes ou “pavilhões” sobrepostos, cuja a laje do segundo, suspenso a quatro metros e vinte (do nível +0,00m), gerasse um grande área de convivência coberta funcionando como extensão dos passeios da grande praça, e com isso atrair os usuários para uma permanência mais longa no local. (Figuras 05 e 06).

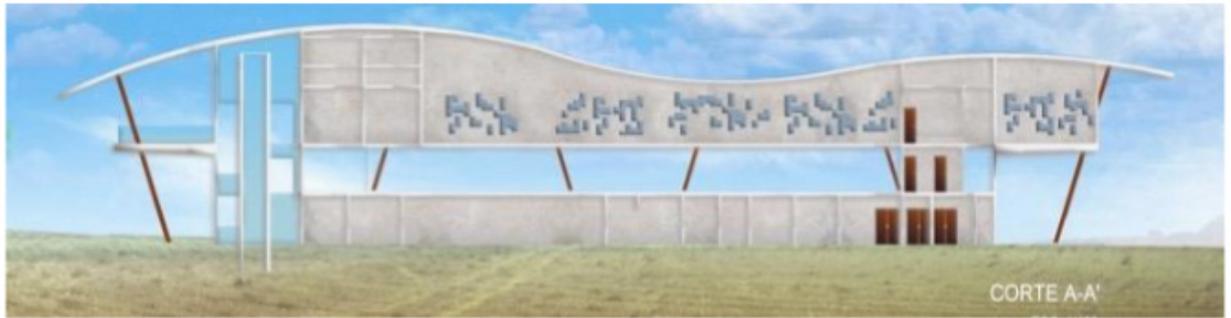


Figura 05: Centro Cultural – Corte Longitudinal Esquemático onde mostra os diferentes níveis.
Fonte: Autor, 2017

Mesmo com os pavilhões separados por níveis diferentes, é por intermédio dos mezaninos do pavimento térreo que eles acabam se unificando sem perder a coesão das relações entre si, mesmo que cada volume abrigue setores diferentes.

Assim, a praça coberta divide o mesmo piso com os halls dos respectivos pavilhões, constituindo, portanto, um semivazio (figura 06). Dessa forma, ela foi pensada para concentrar os principais fluxos de acessos para os pavilhões, criando aqui a possibilidade da população local e visitantes se encontrarem e socializarem casualmente. Com 452 metros quadrados, este é também um espaço multifuncional com objetivo de abranger uma gama de atividades, atuando como uma extensão do passeio público e como um espaço público de convivência com acesso livre a qualquer hora do dia, em qualquer dia da semana.



Figura 06: Perspectiva da praça coberta. À esquerda, o mezanino e nos fundos, o parque de esculturas. Fonte: Autor, 2017.

Em sua porção oeste (figura 07), região onde receberá incidência solar durante toda a tarde, mesmo com o generoso beiral, foi proposto um Parque das Esculturas, com imagens estilizadas de alguns moradores do Pontal da Barra em chapas de aço cortén. O parque escultural tem como intuito “solidificar” e destacar a importância desses para a identidade cultural coletiva (a nível de bairro), oferecendo uma experiência

única aos visitantes ou apenas despertando a curiosidade para quem transita pela Av. Assis Chateaubriand



Figura 07: Centro Cultural – fachada oeste com o campo futebol já existente e adotado na proposta. No fundo, a Av. Assis Chateaubriand seguida da Praia do Sobral. Fonte: Autor, 2017.

Ao canalizar o fluxo do vento através do grande vão de abertura no sentido leste/oeste (figura 08), tem-se um espaço de convivência agradável para a circulação (da praça para adentrar o pavilhão), e contemplação do Parque das Esculturas e do entorno. Ademais, a permanência sobre a praça coberta propicia novas visadas da região e da Praia do Sobral, já que, em virtude da leve declividade do terreno, só é possível ver o mar quanto mais próximo o observador estiver da Avenida Assis Chateaubriand.

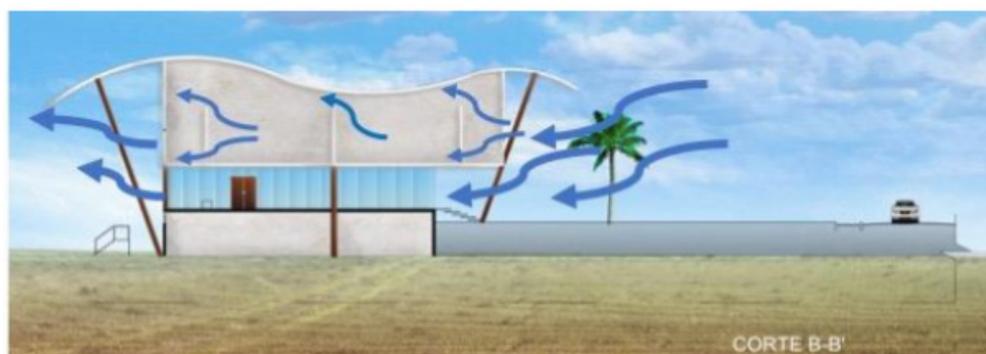


Figura 08: Centro Cultural – fachada oeste. Mostra os fluxos dos ventos, o campo futebol já existente e adotado na proposta e o pav. Térreo abaixo do nível da Av. Assis. Fonte: Autor, 2017

Os mezaninos, dispostos nas extremidades da praça coberta, compõem-se basicamente de espaços para o atendimento ao público (circulações verticais, balcão de informação e hall de chegada) e como elementos de articulação, de modo a receber e dispersar os diferentes fluxos.

O mini auditório multiuso, com capacidade para 80 pessoas, tem como objetivo dar suporte às atividades desenvolvidas no Centro Cultural e receber eventos cujos temas são referentes à produção do Bordado Filé, peças infantis, apresentações artísticas da cultura alagoana, além de palestras, debates ou encontros comunitários

dos moradores do Pontal da Barra, complementando a proposta do edifício de ser um suporte físico para a comunidade. Com a criação desse e outros ambientes no projeto, tem-se a pretensão de que o centro cultural aqui proposto possa abrigar eventos culturais da localidade, sendo a edificação um suporte físico na valorização e disseminação da cultura do Pontal da Barra. Todavia, seria também um espaço destinado aos encontros, lazeres e aos convívios, além de um potencial espaço cívico para a população local.

Além do setor já mencionado, os setores técnico e de serviços, também estão locados no pavimento térreo, ocupando a maior parte da fachada Oeste, juntamente com as circulações verticais e as áreas molhadas. O acesso a estes setores dá-se pela fachada oeste (voltada para o campo de futebol) uma vez que o acesso às instalações dos mesmos deve ser feito de forma controlada.

Já o pavimento superior abriga todo o setor cultural, salas multiusos (pensadas para servir como prolongamento da escola municipal do bairro) salas de ensaios de dança, música e oficinas, além da biblioteca que, em virtude da altura e por seus painéis de vidro ao longo da fachada norte, permite uma vista privilegiada para a lagoa Mundaú. Além disso, o deck/mirante, também localizado no pavimento superior, presenteia os visitantes com uma vista para a Praia do Sobral e construí mais um espaço de convívio e contemplação da natureza de dentro do edifício.

Visto que a disposição dos volumes seguiu primordialmente o percurso do relevo natural afim de aproveitar o desnível do terreno, as maiores fachadas estão voltadas para o leste e oeste. Com isso, para diminuir o ganho de calor no pavimento superior, onde encontra-se a maior parte dos ambientes de permanência prolongada, optou-se por largos corredores paralelos as fachadas, a fim de contribuir para o atraso térmico. Esses também servem como “entre-espços” de contemplação do entorno a partir das aberturas dos elementos vazados.

O emprego desses elementos vazados de concreto (figura 09), do tipo caixilho, com rebaixo para uma lâmina de vidro e meia, ao longo das fachadas, permite a iluminação natural, além da ventilação cruzada permanente durante o dia todo como dito anteriormente. A distribuição dos elementos vazados nas paredes externas do edifício foi pensada de tal maneira que criasse um jogo de cheios e vazios, remetendo à malha ortogonal e quadriculada do típico bordado do Filé.

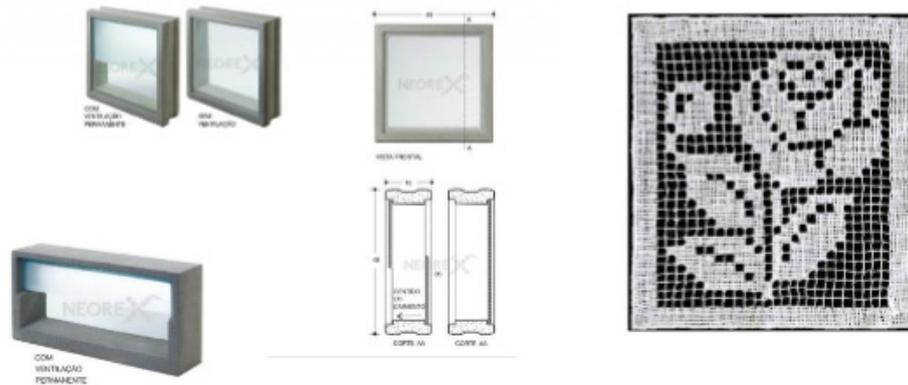


Figura 09: Elemento vazado, do tipo caixilho, com rebaixo para lâminas de vidro. Ao lado um tipo de malha do tradicional Filé Alagoano. Fonte: <http://www.neorex.com.br/produtos/caixilhos/>

Outra estratégia para a diminuição da temperatura interna foi o uso da solução da cobertura em estrutura de casca, que além de conferir identidade à plasticidade arquitetônica, tem como função primordial o conforto térmico dos usuários dentro e em volta da edificação.

A casca, apoiada em pilares e “solta” do edifício, protege os ambientes internos da insolação direta e possibilitando a iluminação difusa e dispersão do ar quente através do “efeito chaminé”. Os tamanhos dos beirais foram calculados de modo que pudessem “proteger” todas as fachadas, ora compostas por paredes de concreto armado e elementos vazados, ora por painéis de vidro armado, da incidência solar direta, acolhendo assim todo o Centro cultural, incluindo os “entre- espaços” adjacentes. (Figura 10).



Figura 10: Centro Cultural – Fachada leste, direção Avenida Assis Chateaubriand para o núcleo histórico do bairro. Fonte: Autor, 2017.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anteprojeto apresentado, Centro Cultural Filé da Barra, objetivou a intervenção

em um espaço livre com grande potencial no Pontal da Barra, bairro marcado pela enorme contribuição ao patrimônio cultural do Estado de Alagoas e por suas características ambientais tão privilegiadas.

Diante do período de vivência do autor no bairro, época em que pôde ter contato presencial com a população e sua demanda por mais espaços de sociabilidade, a elaboração do presente trabalho ocorreu com a esperança de que se fomentem as iniciativas de proposição de novos espaços culturais não só para o Pontal da Barra, mas para todas as localidades de Maceió.

Foram realizadas diversas visitas ao local da intervenção com o intuito de fazer o reconhecimento físico-territorial da área, entrevistas com os moradores para conhecer as necessidades do local bem como perceber as aptidões do lugar, potencialidades e problemas existentes convertidos, posteriormente, em soluções projetuais e espaciais.

Por fim, devido ao vasto potencial nas diversas formas de manifestações artístico-culturais e as potencialidades do bairro aqui apresentadas, o Pontal da Barra é um local que necessita de iniciativas propícias à formação e valorização dos seus diversos artistas e, conseqüentemente, à disseminação de sua cultura. Através da construção de um equipamento que concentre todas as atividades propostas, alinhada a uma gestão competente, essa valorização pode ser mais facilmente conquistada, além de possibilitar uma importante alternativa de cultura e lazer para os pontalenses e visitantes.

REFERÊNCIAS

ADAM, Roberto Sabatella. **Princípios do ecoedifício**: interação entre ecologia, consciência e edifício. São Paulo: Aquariana, 2001.

BITTENCOURT, Leonardo. **Uso das cartas solares**. Diretrizes para arquitetos. 5a ed. Edufal. 2015

CARNEIRO, Ana; MESQUITA, Liana. **Espaços Livres do Recife**. Pernambuco. Ed. Prefeitura do Recife, 2000.

MANHAS, Adriana Capretz Borges da Silva; SANTOS, Jorima Valoz dos; MANHAS, Max Paulo Giacheto; FERRARE, Josemary Omena Passos. **A preservação da paisagem natural e construída no Pontal da Barra em Maceió (AL)**.

Prefeitura Municipal de Maceió. **Código de Urbanismo e Edificações de Maceió**. Maceió, 2006.

RAMOS, B. L. **O Centro Cultural como disseminador de informação: um estudo sobre ação do Galpão Cine Horto**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

SILVA FILHO, George Domingos da. **Centro Cultural Mundaú: Anteprojeto De Um Espaço Cultural Integrado Ao “Papódromo” Na Orla Lagunar De Maceió-AL**, 2015.

SILVA, M.F., Camargo, L.O.L. **A produção de teses e dissertações sobre centros culturais**, 2013.
VIEIRA, Maria do Carmo. **‘Daqui só saio pó: conflitos urbanos e mobilização popular - a Salgema e o Pontal da Barra**. Maceió: EDUFAL, 1997

ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA

Edenir Bagio Perin

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Florianópolis – SC

Adolfo Lino de Araújo

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
Curso Técnico em Agrimensura - Departamento de
Construção Civil - DACC
Florianópolis – SC

Flavio Boscatto

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
Curso Técnico em Agrimensura - Departamento de
Construção Civil - DACC
Florianópolis – SC

RESUMO: O presente trabalho trata do desenvolvimento de um método cartográfico em ambiente GIS visando subsidiar a identificação dos níveis de sensibilidade visual da Paisagem Cultural remanescente dos Caminhos de Tropas no Planalto dos Campos Gerais, na região da Coxilha Rica, município de Lages, Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. O ciclo das Tropas foi um importante processo histórico e econômico caracterizado pelo transporte de animais, principalmente muare e bovinos da região sul do Brasil e da República do Uruguai para o sudeste do país, caracterizando-se com um dos principais processos de integração do território nacional ao longo dos séculos XVIII

e XIX. Por intermédio de imagens orbitais, foi realizado o mapeamento dos elementos materiais de relevância arqueológica e arquitetônica, como sedes históricas de fazendas e corredores murados com rocha basáltica. Os níveis de sensibilidade da paisagem foram obtidos por intermédio de um modelo digital de terreno e análises espaciais de visibilidade (*viewshed*) adicionadas a informações de distância dos bens patrimoniais, por intermédio da calculadora de álgebra de mapas. Com resultado, foram identificados os principais segmentos da paisagem de interesse patrimonial e sua sensibilidade à inserção de elementos de infraestrutura, como linhas de transmissão elétrica e estradas. As áreas mais sensíveis estão localizadas nas porções mais elevadas da topografia e os resultados do trabalho subsidiaram a tomada de decisão do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, no que tange a definição de áreas de proteção da paisagem cultural da Coxilha Rica. **PALAVRAS-CHAVE:** paisagem; patrimônio cultural; análise de visibilidade.

SPACE ANALYSIS OF VISIBILITY APPLIED
TO THE MANAGEMENT OF THE CULTURAL
LANDSCAPE REMAINING THE TRACK
ROADS IN THE REGION OF COXILHA RICA,

ABSTRACT: The present work deals with the development of a cartographic method in a GIS environment in order to subsidize the identification of the levels of visual sensitivity of the Cultural Landscape reminiscent of the Paths of Troops on the Campos Gerais Plateau, in the region of Coxilha Rica, in the municipality of Lages, in the State of Santa Catarina, South of Brazil. The Troops cycle was an important historical and economic process characterized by the transport of animals, mainly mules and cattle from the southern region of Brazil and the Republic of Uruguay to the south-east of the country, characterizing itself with one of the main processes of integration of the national territory throughout the eighteenth and nineteenth centuries. By means of orbital images, the mapping of the material elements of archaeological and architectural relevance was carried out, as historical sites of farms and corridors walled with basaltic rock. The sensitivity levels of the landscape were obtained by means of a digital terrain model and spatial visibility analyzes (viewshed) added to distance information of the assets, through the map algebra calculator. As a result, the main segments of the landscape of heritage interest and their sensitivity to the insertion of infrastructure elements, such as electric transmission lines and roads, were identified. The most sensitive areas are located in the highest portions of the topography and the results of the work subsidized the decision of the National Heritage Institute (IPHAN), regarding the definition of areas for protection of the cultural landscape of Coxilha Rica.

KEYWORDS: landscape; cultural heritage; visibility analysis.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho visou atender uma demanda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na busca por um método de estudos voltado à preservação dos remanescentes culturais relacionados aos Caminhos das Tropas presentes na porção sul do Planalto Catarinense. Levantamentos efetuados pelo IPHAN na região ao sul da cidade de Lages, conhecida com Coxilha Rica, indicam que a mesma possui vocação para receber a chancela de Paisagem Cultural Brasileira, dada sua especificidade paisagística, que reúne elementos naturais, como extensas áreas campestres do Planalto do Campos Gerais aliadas a elementos de valor histórico, arquitetônico e arqueológico.

A região da Coxilha Rica foi cortada durante aproximadamente dois séculos por uma rota de transporte de animais bovinos, equinos e muars, desde a Colônia de Sacramento na atual República Oriental do Uruguai, até a Vila de Sorocaba, no Estado de São Paulo. Esta rota tem na região de Lages uma especificidade por ter grande parte de seu trajeto delimitada por muros de taipa de pedra de junta seca, que formam corredores, conhecidos como o “Caminho das Tropas”.

As informações de Sartori (2004) indicam que na região do Planalto dos Campos Gerais, ao Sul de Lages, é possível identificar três ramificações do antigo Caminho

das Tropas. Partindo do Passo de Santa Vitória, no Rio Pelotas, existem duas rotas: uma segue na direção Oeste, passando pelos municípios de Capão Alto e Campo Belo do Sul, rumo a cidade de Campos Novos; a segunda segue na direção Norte, pelas comunidades de São Jorge e Morrinhos até alcançar a cidade de Lages. Um terceiro corredor fazia a ligação entre o planalto e o litoral, passando pelos atuais municípios de Paineira e São Joaquim.

Ao longo desses caminhos, são encontradas fazendas centenárias, dedicadas a pecuária extensiva, juntamente com seus galpões, mangueiras de pedra (currais) e cemitérios históricos. O sistema construtivo mais comum das casas é a taipa de pedra, com revestimento de cal. Essa técnica construtiva é identificada nas sedes das fazendas: São João, Santa Tereza, Limoeiro, Morrinhos, São José, Cajurú, Pinheirinho e São Domingos.

O estilo arquitetônico luso-brasileiro destas edificações é marcado pela imponência das fachadas, por paredes estruturais, linhas horizontais e verticais simétricas. A influência portuguesa na arquitetura destas casas é marcada principalmente pela simplicidade dos imóveis, “definidos, sobretudo, em função de uma forte expressão vernacular transmitida ao longo do tempo pelo conhecimento popular e pelo trabalho habilidoso dos mestres construtores” (TEIXEIRA DOS SANTOS, 2015, p. 55).

Outras tipologias, mais tardias, como o “*chalet*” surgiram ao longo do primeiro quarto do século XX, quando o planalto recebeu imigrantes alemães e italianos (TEIXEIRA *et al.* 2011). Conforme Teixeira dos Santos (2015) “a tipologia do chalé, com cobertura de duas águas ornamentada por lambrequins e aproveitamento do sótão, foi amplamente difundida, inclusive no meio rural para a reforma ou substituição das casas antigas”. Como exemplos desta tipologia, podem ser citadas a casa sede da fazenda Tijolo, em alvenaria de tijolos aparentes e as Fazendas São José da Boa Vista, Santa Cecília e Nossa Senhora de Lourdes, em madeira de Araucária.

A técnica construtiva dos muros de taipa de junta seca é caracterizada pelo encaixe de blocos de rocha, orientados de acordo com o ângulo de suas arestas. Esta técnica não exige muita preparação dos blocos que na maioria das vezes são utilizados da maneira como são recolhidos no campo. O termo taipa de junta seca deriva do fato de que sua junção tem suporte apenas no encaixe das rochas, sem o emprego de qualquer cimento.

Perin (2011) identificou três tipologias para as taipas na Coxilha Rica: (1) as taipas que compõem o complexo de mangueiras anexas as casas sede das fazendas, que medem cerca de 1,5 m de largura e 2 m de altura, com predominância de rochas aplainadas; (2) os segmentos de corredores e limites de invernadas, murados por taipas com largura média de 1 m e altura de 1,2 m apresentando formato trapezoidal, tendo na porção superior uma rocha plana que “amarra” a estrutura; (3) as taipas de dimensões reduzidas, aproximadamente 80 cm de largura e 70 cm de altura, associadas a uma cerca de fio de aço.

A paisagem formada por esses elementos, de acordo com Cholley (1964),

pode ser explicada como uma combinação geográfica, composta de aspectos físicos relacionados às terras altas levemente aplainadas derivadas da erosão de sucessivos derrames basálticos. Estas características possibilitaram a ocorrência de áreas campestres e capões de Araucária. A combinação geográfica se completa com o aproveitamento da região para a atividade pecuarista extensiva desenvolvida em fazendas/feudos que funcionavam quase como unidades autônomas de produção, dado o isolamento geográfico da região.

Para Bertrand (1968) a paisagem pode ser entendida como um segmento do espaço, “resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”.

Os bens remanescentes do Ciclo das Tropas podem ser entendidos como “rugosidades do espaço”, estruturas construídas que duraram mais que o próprio processo econômico que as criou, constituindo o próprio tempo incorporado na paisagem. Esse processo segue uma lógica que é ditada externamente pelo modo de produção e internamente pela formação-sócio-espacial, resultado da soma entre tecnologia, cultura e organização social (SANTOS, 1980).

Para Ab’Saber (2003, p. 9) “todos que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza - mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é herança em todo sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que as herdaram como território de atuação de suas comunidades”.

O processo econômico relacionado à pecuária extensiva, que ocorreu principalmente ao longo do século XIX deixou elementos materiais hoje entendidos como patrimônio cultural, cuja permanência no espaço ultrapassou seu ciclo econômico, permanecendo como uma rugosidade de outro contexto econômico. Este conceito tem aplicação nas antigas sedes de fazendas, corredores murados com taipas de junta seca e cemitérios centenários.

Nos últimos anos a paisagem historicamente ocupada pelos campos naturais tem sido ameaçada, principalmente pela substituição do ciclo econômico agropastoril pela silvicultura. Também tem sido planejada para a região, a implantação de uma dezena de empreendimentos hidrelétricos, que pode gerar significativos impactos paisagísticos.

Diante desse quadro, foi estabelecida uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Laboratório de Geoprocessamento da Universidade do Estado de Santa Catarina (GEOLAB), com o objetivo de desenvolver uma metodologia para identificar as áreas mais sensíveis da paisagem histórica, relacionada aos remanescentes do ciclo das tropas na Coxilha Rica. O objetivo principal era a construção de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com saídas cartográficas, visando orientar o processo de tomada de decisão na gestão dos bens de relevância patrimonial e sua paisagem associada.

2 | ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo compreende um polígono irregular que abrange parte dos municípios de Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, é limitada a Oeste pela Rodovia Federal BR 116, ao sul pelo Rio Pelotas, a Leste pelo Rio Lava-Tudo. O limite norte inicia na confluência BR 116 com estrada de rodagem para a comunidade de Vigia – Segmento do Rio Pelotinhas – estrada de rodagem para comunidade de São Jorge – estrada de rodagem para Comunidade de Morrinhos até confluência com um afluente do Rio Lava-Tudo.

A Coxilha Rica está localizada no Planalto Catarinense, Sul do Brasil, região do Planalto das Araucárias, onde as altitudes variam entre 800 e 1.300 m (Figura 1). Na área ocorrem domínios fitogeográficos marcados pelos campos, florestas galeria e pequenos bosques de pinhais. O clima desta região do Brasil meridional, é classificado como mesotérmico temperado, com ocorrência verões amenos nas terras altas do interior.

“Nos campos, predominam os agrupamentos herbáceos formados por gramíneas, ciperáceas, leguminosas e verbenáceas que lhe imprimem o aspecto de campos “limpos” sendo que, de modo geral, não é possível dissociar dos mesmos a ocorrência maior ou menor de “campos sujos”, onde predominam a carqueja-do-campo (*Baccharis gaudichaudiana*), a vassoura-lajeana (*Baccharis uncinella*), os caragatás (*Eryngium* sp.), ou a samambaia das taperas (*Pteridium aquilinum*), bem como capões e as tão típicas matas ciliares e de galeria que por vezes se alargam sensivelmente formando verdadeiros bosques de pinhais no meio da “formação campestre” (Klein, 1978, p. 17).

O geógrafo Peluso Júnior (1952) descreve os aspectos fisiográficos da região de Lages como uma sucessão de florestas e campos, que através de montanhas médias e pequenas colinas situadas sobre um altiplano, são a feição característica do “Planalto de Lages”. A topografia da Coxilha Rica é marcada principalmente por colinas e morros convexos, as coxilhas, que constituem elevações alongadas com topos arredondados cujo perfil visto de longe, lembra o aspecto de *faca - cuchillo* em espanhol (GRANÉLL-PÉREZ, 2004).

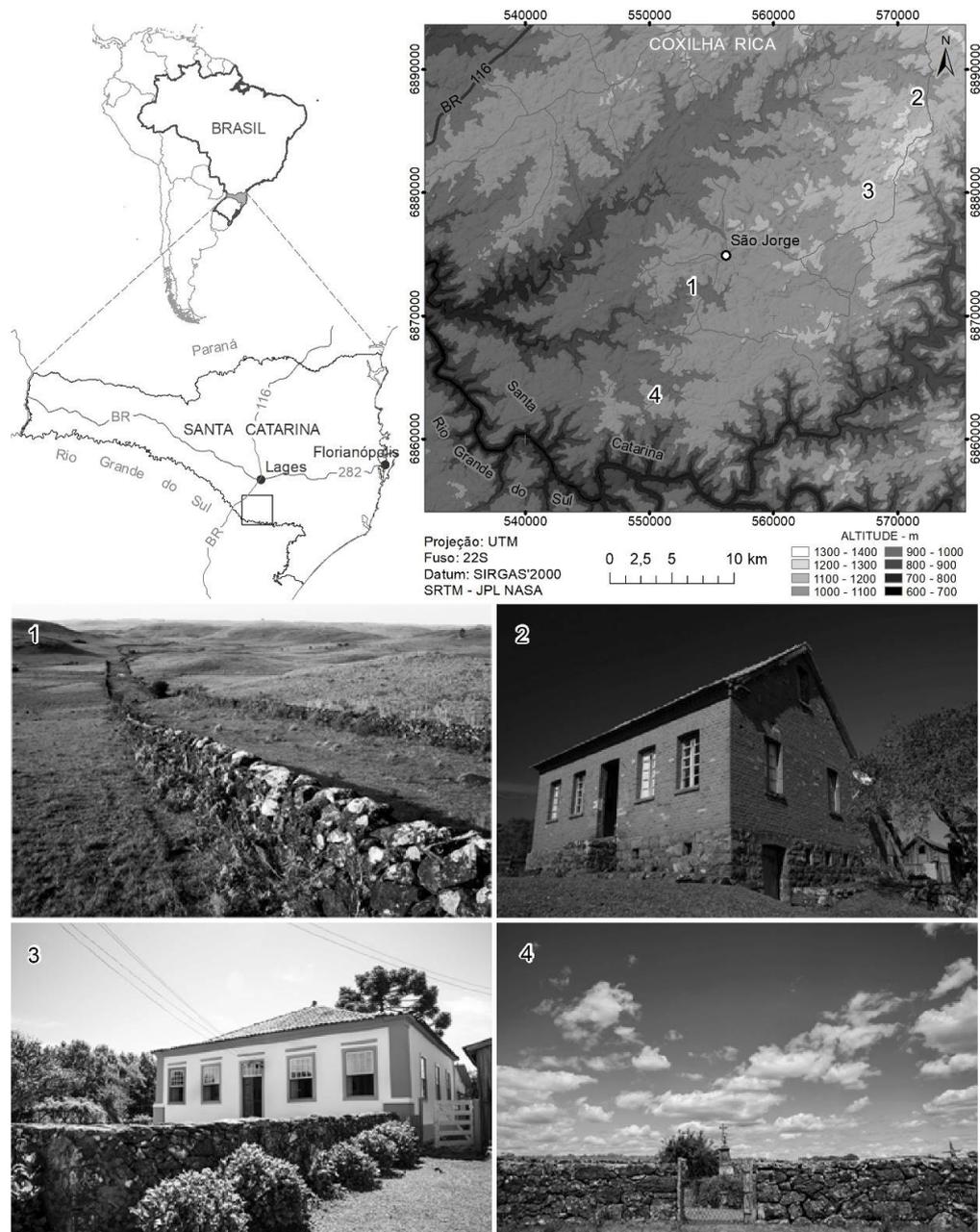


Figura 1. Área de estudo: (1) Corredor de Tropas, foto de Ricardo Almeida, acervo do IPHAN/SC; (2) Sede da Fazenda Tijolo, foto de Mara Freire; (3) Sede da Fazenda Santa Tereza, foto de Mara Freire; (4) Cemitério do Guarda Mor, foto de Mara Freire.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido em ambiente SIG, o que possibilitou uma série de análises espaciais e reconhecimento da área de estudo. Foi utilizado o referencial geodésico SIRGAS'2000 e a projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), no fuso 22 Sul. Todos os procedimentos foram realizados no software ArcGis10 por intermédio das ferramentas *Spatial Analyst* e *3D Analyst*, já bastante testadas e difundidas no meio científico e profissional. A execução do trabalho seguiu seguintes etapas:

1. A etapa inicial consistiu na **vetorização** (desenho em vetor) das feições de interesse, taipas de pedra de junta seca (feição linear), sedes de fazendas (feição pontual) e cemitérios históricos (feição pontual). A digitalização das feições foi

realizada sobre ortofotografias aéreas do mapeamento do Estado de Santa Catarina, disponibilizadas gratuitamente pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Santa Catarina (SDS) com resolução espacial de 1m. A vetorização das feições em tela foi realizada na escala de 1:2.000 e os dados organizados em arquivos *shapefile* específicos para cada feição.

2. A **topografia local** foi representada por intermédio do Modelo Digital de Elevação (MDE) do mapeamento do Estado de Santa Catarina, também disponibilizado pela SDS. O arquivo em formato *raster* possui resolução espacial de 1m e, na região de estudo, apresenta variação altimétrica entre 634m e 1.225m. O arquivo *raster* passou por tratamento com uso de filtros, corrigindo anomalias e depressões espúrias. Após esta etapa, o MDE foi **reamostrado** para a resolução espacial de 5m, com a ferramenta *resample*, do software ArcGis10.

3. Por intermédio do MDE reamostrado para 5m e dos segmentos das linhas formadas pela vetorização das taipas de pedra e dos pontos referentes às sedes de fazendas, cemitérios históricos e vértices dos corredores murados, foram extraídas as coordenadas UTM através da geração do arquivo vetorial na extensão *shapefile* de **pontos** (formato vetorial) **que simularam 6.149 observadores** com 1,7m de altura, posicionados nas áreas de interesse. Os ângulos de visada destes observadores foram determinados no software como 90° e 360° de recobrimento zenital e azimutal, respectivamente. Com os dados devidamente organizados foi gerada uma **análise de visibilidade** por intermédio da ferramenta *viewshed* do programa ArcGIS. O arquivo/modelo no formato raster resultante da análise *viewshed* foi reclassificado seguindo parâmetros definidos no histograma dos dados (Quadro 1).

Número de pontos observáveis			Reclassify
0			0
0	-	12,5	1
12,5	-	25	2
25	-	50	3
50	-	100	4
100	-	200	5
200	-	<	6

Quadro 1. Valores Reclassify da Viewshed Analysis

4. Considerando que a qualidade da visão humana decresce conforme o objeto se afasta do observador, foi produzido um **modelo raster de distância** utilizando a ferramenta *Euclidean Distance* do ArcGis. O modelo considera áreas *buffer* com 1km de raio, tendo como centroide as coordenadas UTM dos objetos de interesse. O resultado foi reclassificado, com valores lineares crescentes, na direção dos observadores simulados (Quadro 2).

Intervalos de distância (m)			Reclassify
0	-	1000	19
1000	-	2000	18
2000	-	3000	17
3000	-	4000	16
4000	-	5000	15
5000	-	6000	14
6000	-	7000	13
7000	-	8000	12
8000	-	9000	11
9000	-	10000	10
10000	-	11000	9
11000	-	12000	8
12000	-	13000	7
13000	-	14000	6
14000	-	15000	5
15000	-	16000	4
16000	-	17000	3
17000	-	18000	2
18000	-	19000	1

Quadro 2. Valores Reclassify - Euclidean Distance

5. A partir da sistematização das análises espaciais *Viewshed Analysis* (visibilidade) e *Euclidean Distance* (distância), **os resultados no formato raster foram somados e cruzados** através da ferramenta *Raster Calculator*, operador da álgebra de mapas do software ArcGis10. A soma dos modelos de visibilidade e de distância reclassificados, objetivou dar maior peso às áreas visíveis próximas dos observadores simulados. Com a soma de um modelo pelo outro, as células com valor zero correspondentes às áreas de “sombra”, sem visibilidade, receberam novos valores na adição dos pixels da análise de distância. O problema foi resolvido a partir de uma nova operação de álgebra de mapas.

O resultado foi multiplicado por um novo modelo de visibilidade reclassificado com apenas dois atributos: área visível e área sem visibilidade: as áreas não visíveis com valor 0 (zero) e todas as áreas de visibilidade com valor 1 (um). Por meio deste procedimento, as áreas sem visibilidade voltaram a ter valor zero e as demais classes não foram alteradas, pois foram multiplicadas por células com valor 1 (um). A análise permitiu a identificação dos níveis de sensibilidade visual da paisagem a partir das estruturas identificadas. Esses dados foram reclassificados de acordo com o histograma de valores em cinco classes: Nula; Baixa; Média; Alta e Muito Alta visibilidade (Figura 3).

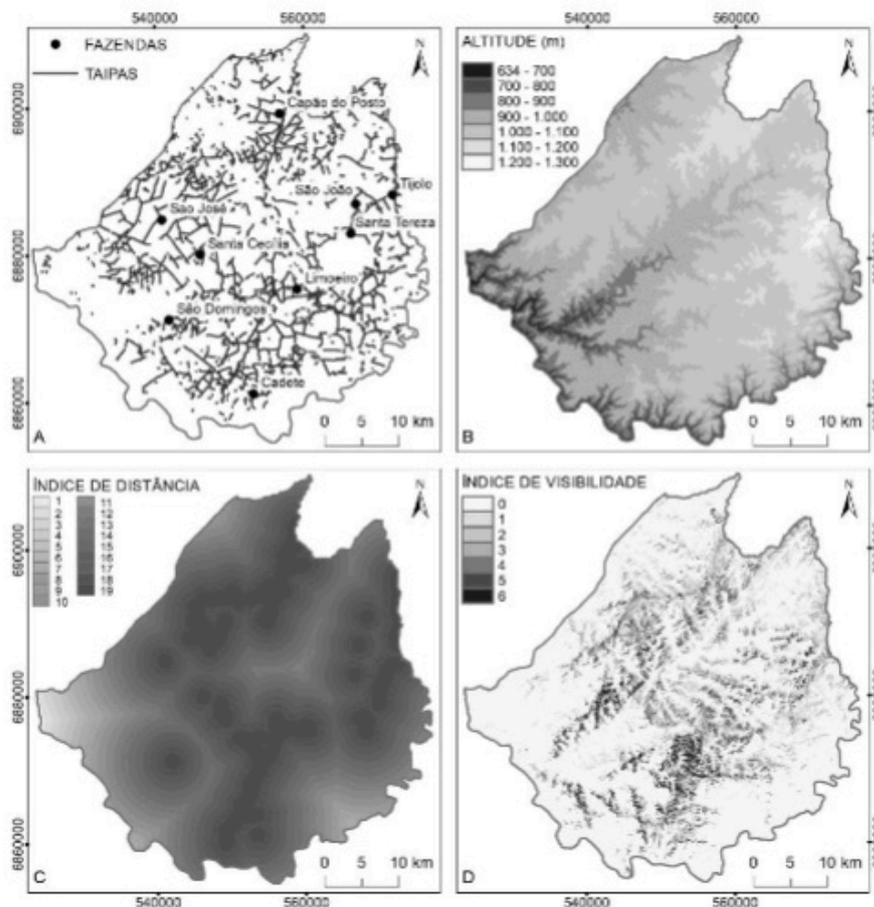


Figura 2. (A) Distribuição espacial dos segmentos de taipas de junta seca, sedes de fazendas históricas e cemitérios. (B) Modelo Digital de Terreno – SDS; (C) Índice de distância – *euclidean distance*; (D) Índice de visibilidade – *viewshed*.

4 | RESULTADOS

Após o cruzamento de dados, a imagem *raster* com os níveis de sensibilidade visual da paisagem foi sobreposta ao mapeamento das taipas e das demais feições de interesse. Sendo essa uma das vantagens do ambiente SIG, que é permitir alto nível de interação entre os dados geográficos, ao gerar as análises espaciais necessárias para atingir os objetivos de pesquisa.

Os resultados indicam que os maiores níveis de sensibilidade da paisagem regional estão concentrados em um raio de até 500m das fazendas, corredores de taipas e cemitérios históricos. Os dados geográficos sobrepostos em camadas (*layers*) no SIG, permite comparar o posicionamento das feições de interesse com as classes dos níveis de sensibilidade visual da paisagem.

Com o cruzamento dos dados geográficos foram elaboradas as saídas cartográficas (mapas e cartas) adotados os parâmetros da legislação brasileira aplicada à cartografia sistemática: sistema projetivo de coordenadas planas Universal Transversa de Mercator (UTM), referenciado ao Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas SIRGAS'2000. Os mapas foram produzidos no programa ArcGis, convertidos em formato PDF e impressos.

A sobreposição das feições digitalizadas sobre as imagens dos níveis de sensibilidade visual da paisagem e as variáveis ambientais, permitiu definir como área de proteção, um *buffer* de 500 m para o entorno dos corredores de taipas de junta seca. Para as fazendas e cemitérios, foi utilizado um critério que considerou os níveis de sensibilidade visual da paisagem e a topografia local, permitindo definir a poligonal de proteção do entorno dos bens (Figura 3).

A decisão de se utilizar o *buffer* de 500 m deriva da concentração de áreas sensíveis da paisagem e também objetiva simplificar a gestão territorial, sendo informação prática e paramétrica de uma futura portaria ou instrução normativa do órgão gestor - IPHAN. Um subsídio técnico que permite planejar as intervenções no território, de modo a minimizar os seus impactos paisagísticos.

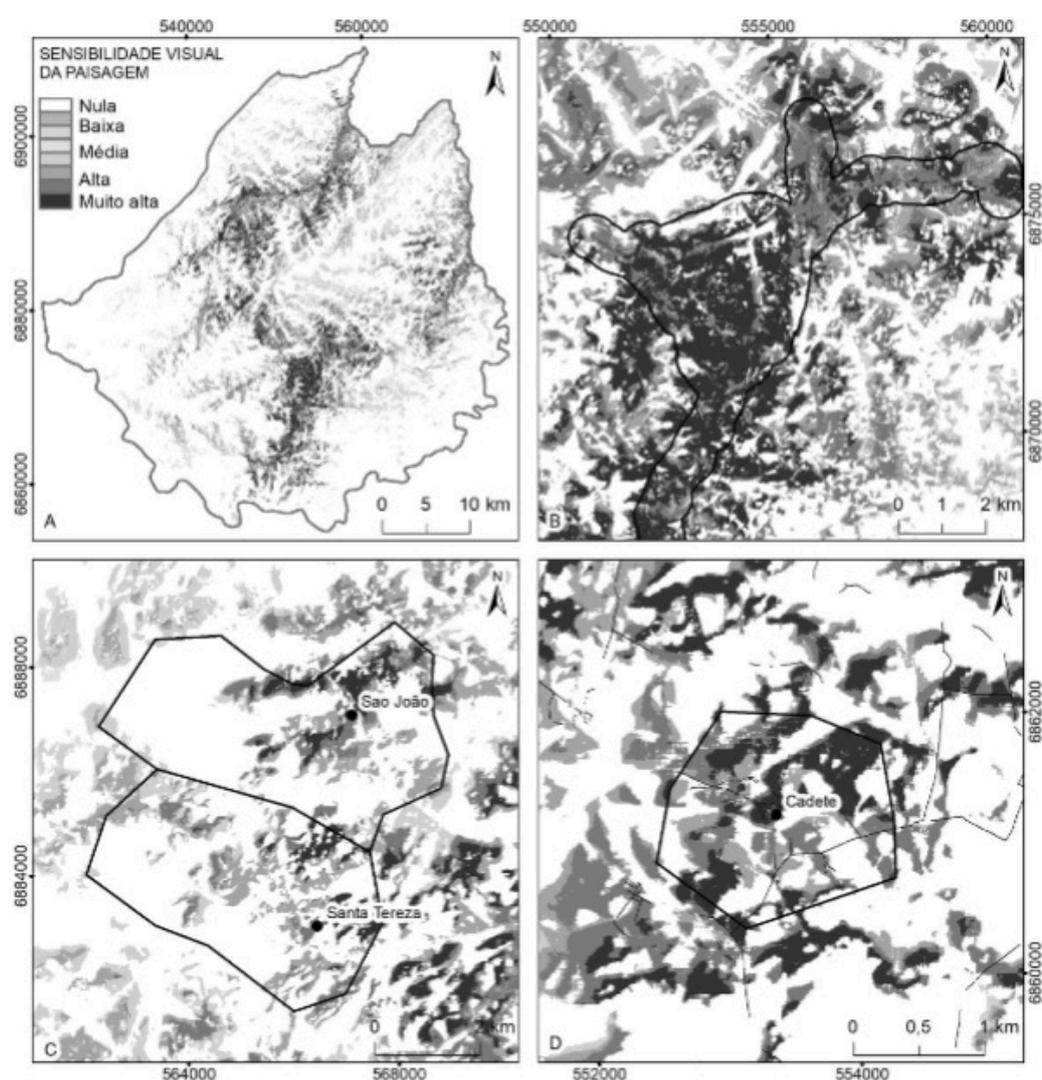


Figura 3. (A) Resultado da álgebra de mapas – níveis de sensibilidade visual da paisagem. (B) Buffer de proteção de um corredor de tropas; (C) poligonal de proteção para as sedes de fazendas São João e Santa Tereza (D) poligonal de proteção para a sede da Fazenda Cadete.

5 | CONCLUSÕES

A pesquisa realizada para a construção dos mapas de sensibilidade visual foi uma etapa importante para o processo de gestão da paisagem na Coxilha Rica. O IPHAN não possuía, até o desenvolvimento desse trabalho, subsídios cartográficos para orientar a elaboração de pareceres técnicos sobre empreendimentos do setor energético projetados para a área de estudo. A partir desse trabalho foi gerado o primeiro material cartográfico detalhado da região, sendo possível quantificar os seguimentos formadores pelos muros de taipas, localização das sedes de fazenda e cemitérios.

O método aplicado se mostrou sólido, considerando os dados espaciais de entrada e os valores de referência para a geração do *viewshed* e, posteriormente, para o mapa de sensibilidade visual. Todos os produtos foram testados e discutidos entre pesquisadores e técnicos do IPHAN. Na bibliografia técnica-científica não se encontrou trabalho com valores pré-estabelecidos para essa finalidade, os parâmetros desenvolvidos nessa pesquisa, constituem a base para gestão da paisagem da Coxilha Rica.

O trabalho em ambiente SIG no programa ArcGis permitiu o cruzamento dos dados de forma ágil e confiável. A cobertura aerofotogramétrica e o Modelo Digital de Elevação do Estado de Santa Catarina se mostraram viáveis à aplicação da pesquisa, devido a sua qualidade posicional. Dados espaciais com menor resolução espacial e menor precisão posicional certamente apontarão resultados diferentes para os níveis de sensibilidade visual. A pesquisa foi inovadora no Estado de Santa Catarina e permitiu ao IPHAN, por meio dos mapas de sensibilidade visual apresentados neste trabalho, utilizar metodologia adequada e inovadora para a gestão e proteção da paisagem cultural da Coxilha Rica.

REFERÊNCIAS

AB' SABER, Aziz. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global**. Esboço metodológico. In: R. RA'EGA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, Editora UFPR, 2004.

BERTRAND, G. **Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique**. Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest", Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968.

CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Boletim Geográfico. n.179, março-abril, 1964.

GRANELL-PÉREZ, M. D. C. **Trabalhando Geografia com as cartas topográficas**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004.

KLEIN, R. M. **Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina**. Flora Ilustrada Catarinense, V Parte – Mapa Fitogeográfico, Itajaí, 1978.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Lajes, a Rainha da Serra**. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, vol. III.

PERIN, E. B. **Pedras e Caminhos**: Análise Espacial das Estruturas Arqueológicas Remanescentes dos Caminhos de Tropas no Planalto de Lages. Dissertação de mestrado – MPPT/FAED/UDESC. Florianópolis, 2011.

SARTORI, Sérgio. **Levantamento do Patrimônio Histórico, Ambiental e Sócio-Econômico do Caminho das Tropas: trajeto Cajuru/Passo Santa Vitória – Lages SC**. Relatório. Versão Parcial. Lages: UINPLAC, 2004.

SANTOS, M. **Por uma nova Geografia**. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1980.

TEIXEIRA, L. E. F.; ISHIDA, A.; MUNARIN, U.; GRAD, G. F. **Fazendas da Coxilha Rica, Lages, SC: um estudo de documentação e estudo tipológico**. Belo Horizonte, 2º Seminário Ibero-Americano, Arquitetura e Documentação. 2011.

TEIXEIRA DOS SANTOS, F. **A casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos campos de Lages, Séculos XVIII e XIX**. Lages, Super Nova, 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

BIANCA CAMARGO MARTINS Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

